

Francisco Guilherme Cunha Líbano Monteiro Faure

CASA DE DEUS E DE HOMENS.

Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

Universidade Fernando Pessoa

Porto

2012

Francisco Guilherme Cunha Líbano Monteiro Faure

CASA DE DEUS E DE HOMENS.

Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

Universidade Fernando Pessoa

Porto

2012

Autor:

Francisco Guilherme Cunha Líbano Monteiro Faure

Trabalho apresentado à

Universidade Fernando Pessoa

como parte dos requisitos para obtenção do

grau de Mestre em Arqueologia

Sumário

No presente estudo faz-se, pela primeira vez, uma tentativa de análise conjunta dos resultados obtidos durante várias campanhas arqueológicas realizadas no Mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal). Longe de ser uma abordagem completa, procura-se fazer uma interpretação do mosteiro a dois níveis. Num primeiro nível, arqueológico, com base na informação coligida por diversos investigadores, estuda-se a evolução da igreja e de alguns espaços conventuais, procurando apresentar propostas gráficas de interpretação. No segundo nível, histórico, através da análise arquivística, tentar-se-ão colmatar algumas das tantas dúvidas que se colocam, ainda, sobre a vida deste convento, apresentando, nomeadamente, documentação inédita. Afloramos, ainda, um nível antropológico, ao trabalhar em conjunto dados da antropologia física, da arqueologia e da documentação de arquivo na tentativa de compreender os critérios utilizados na escolha dos locais de sepultura.

Summary

This study makes for the first time a joint analyses of the results obtained during several archeological surveys done at the Monastery of S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos, Portugal). Far from being a complete revision, the present work aims to do a two level interpretation of the monastery. The first one, using an archeological approach, compiles the information gathered by several researchers and presents a graphical interpretation of the evolution of the church and some of the convent's area. The second scope is a historical one, where some of the major doubts regarding the life in this convent are answered by a thorough analysis of the archival information available and presenting some inedited information as well. Furthermore, we used an anthropological approach by analyzing data from physical anthropology, archaeology, and archival information to try to understand the criteria used when choosing the place of burial.

Agradecimentos

A presente dissertação não poderia realizar-se, nunca, sem a devida anuência da Direcção Regional de Cultura do Norte, entidade a quem compete a gestão do Mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades. Sou, por essa razão, obrigado a agradecer em primeiro lugar à Sr.^a Arqt.^a Paula Silva, Directora daquela instituição, pela autorização dada para aceder a toda a documentação sobre o imóvel e as intervenções ali realizadas. Aos técnicos deste organismo, agradeço muito especialmente à Sr.^a Dr.^a Anabela Lebre, que acompanhou os trabalhos arqueológicos em Vilar de Frades desde 1999 e ao Sr. Dr. Miguel Rodrigues, que a antecedeu naquelas funções, mas não posso deixar de recordar aqui os senhores Dr. Orlando de Sousa e Dr. Paulo Amaral, com quem acabámos por ter longas horas de conversa em Ramalde. De igual maneira, à Saudade Correia, um agradecimento pelos desenhos e disponibilidade na consulta de documentação. Dentre os arqueólogos que dirigiram trabalhos em Vilar de Frades, devo agradecer, antes de mais à Sr.^a Dr.^a Lúcia Lopes e ao Sr. Dr. Luís Fontes, autorização para consulta de informação e utilização de materiais provenientes das intervenções por eles dirigidos. Lembro aqui, ainda, a equipa que comigo trabalhou em Vilar: Cristina Lemos, Anabela Duarte, Emília Soares e Alexandra Freire. Também, ainda, à Casa de Saúde de S. José, ao seu Director e pessoal, por me facilitarem o acesso às suas instalações.

Ao Sr. Professor Doutor Francisco Queiroga, agradeço a aposta neste trabalho e as orientações mas, sobretudo, permita-me, a amizade e longas conversas desde há tantos anos. Um agradecimento especial, ainda, ao Sr. Professor Doutor Mário Jorge Barroca por todas as sugestões que me fez e pelo tempo que sempre dispensou às minhas dúvidas. À Sr.^a Professora Doutora Rosário Morujão, que sempre se encontrou disponível para me ajudar nas lides paleográficas. À Sr.^a Doutora Isabel Castro Pina, a quem devo um maior conhecimento sobre os Lóios e as suas fontes. À Sr.^a Dr.^a Maria de Fátima Carvalho Dias, pela disponibilidade sempre demonstrada em retirar-me dúvidas sobre os hábitos relacionados com a morte noutros tempos. Também ao Sr. Dr. Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, agradeço as informações genealógicas. A todos, peço desculpa se não demonstro, neste trabalho, o tanto que me ensinaram.

Sou obrigado a agradecer a alguns familiares e amigos. Ao Carlos Coutinho, pelos desenhos em 3D. À minha prima Ana Isabel Líbano Monteiro, o apoio sempre inestimável, “não só, mas também”, na Biblioteca Nacional de Lisboa. À minha tia Maria Olema Medeiros, que me acolheu em sua casa, sempre com a bondade que a caracteriza, durante os três anos que trabalhei em Vilar de Frades. Ao Ricardo Erasun, sobretudo pela amizade ao longo destes anos. Aos meus irmãos, Ana, José e Pedro; à minha cunhada Joana e aos meus sobrinhos Guilherme, Benedita e Simão, agradeço a compreensão pelas ausências. Aos meus pais, Maria Cândida e António Faure, a quem, mais do que ninguém, por todos os motivos e mais algum, este trabalho se deve. *Por último, a Pam, agradeciendo la ayuda, las tablas y gráficos, los comentarios y, más que nada, por estar siempre presente a mi lado mismo cuando, tantas veces, yo parecía distante.*

Índice Geral

Índice Geral	1
Índice de Tabelas	4
Índice de Figuras.....	5
Índice de Gráficos	6
Abreviaturas	7
I - Introdução	9
II - O Convento de S. Salvador de Vilar de Frades	13
II.1 - As origens e o período beneditino	17
II.2 - A fundação de uma congregação e a reconstrução de um convento	36
III - Intervenções Arqueológicas no Convento de S. Salvador de Vilar de Frades	51
III.1 - A problemática em torno do edifício medieval	52
III.2 - Casa de Deus – intervenções na área da igreja	58
III.2.i - Intervenções arqueológicas.....	58
III.2.ii - Interpretação	75

III.3 - Casa de Homens – intervenções na área conventual.....	83
III.3.i - Apresentação dos dados	83
III.3.ii - Interpretação	91
IV - Estratégias de Enterramento.....	101
IV.1 - Sepulturas e indivíduos	110
IV.1.i - Cistas polilíticas	111
IV.1.ii - Sepulturas com tampa monolítica.....	115
IV.1.iii - Sepulturas no claustro	128
IV.1.iv - Sepulturas em campa térrea sem elementos distintivos	130
IV.1.v - Características Genéricas da População Exumada.....	132
IV.1.vi - Espólio votivo	139
IV.2 - Pessoas e locais.....	151
IV.2.i - Lugares simbólicos	180
IV.3 - Algumas conclusões sobre as práticas funerárias	191
V - Conclusão	197

VI - Fontes e Bibliografia.....	201
VI.1 - Fontes Manuscritas	201
VI.2 - Fontes Publicadas	203
VI.3 - Bibliografia.....	204
VII - Anexos	223
VII.1 - Documentos.....	225
VII.1.i - [1202] –D. Sancho I faz carta de couto de S. Salvador de Vilar de Frades a D. Pedro Salvadores e S. Sancha Martins.	225
VII.1.ii - 1697 – Constituiçoens Synodaes do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639. Pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha.	229
VII.2 - Estampas	237
VII.3 - Desenhos	271

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Conversão de valores do jantár para o sistema decimal	35
Tabela 2 - Cronologia das obras realizadas em S. Salvador de Vilar de Frades	47
Tabela 3 – Cista da S. 10A/B	60
Tabela 4 - Cista da S. 12, 12A e 12A2.....	62
Tabela 5 - Cistas da Sondagem 24.....	70
Tabela 6 - Cista da Sondagem 25	71
Tabela 7 - Análise geral das cistas.....	112
Tabela 8 - Análise geral de indivíduos sepultados	133
Tabela 9 - Síntese da informação dos registos de óbitos de Areias de Vilar	167
Tabela 10 - Resumo da informação dos registos de óbitos dividido por períodos.....	173

Índice de Figuras

Fig. 1 - Localização de S. Salvador de Vilar de Frades	14
Fig. 2 - Hierarquia de Espaços de Culto na Antiguidade Tardia.	24
Fig. 3 – Árvore Genealógica de D. Godinho Viegas	26
Fig. 4 - Proposta de reconstituição da igreja quatrocentista de Vilar de Frades. A planta da igreja corresponde à proposta de Fontes <i>et all.</i> (2003, fig. 15)	78
Fig. 5 - Proposta de reconstituição da igreja quinhentista de Vilar de Frades.	81
Fig. 6 - Reconstituição da parede Sul do Claustro durante os séculos XV/XVI	92
Fig. 7 - Reconstituição do claustro quinhentista de Vilar de Frades	94
Fig. 8 - Tampas de Sepultura das sondagens 10, 10A, 10B e 10C. Adaptado de Laço e Bernardo (1999: 45).....	117
Fig. 9 - Tampas de sepultura no interior da igreja	123
Fig. 10 - Repartição do espaço cemiterial de Vilar de Frades.....	193

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Comparação da orientação das cistas polilíticas em Vilar de Frades	114
Gráfico 2 - Distribuição dos defuntos por freguesia de origem.	157
Gráfico 3 – Distribuição dos defuntos de Areias de Vilar por género.....	158
Gráfico 4 - Distribuição dos adultos por nível de vida.	165
Gráfico 5 - Distribuição dos menores por categorias.....	166
Gráfico 6 - Distribuição do total dos enterramentos por zonas.	168
Gráfico 7 - Comparação da distribuição de defuntos por zona de sepultura atendendo ao género.....	169
Gráfico 8 - Distribuição dos adultos por zona, atendendo ao nível de vida.....	169
Gráfico 9 - Distribuição de menores por zona, atendendo à sua categoria.	170
Gráfico 10 - Distribuição dos locais de sepultura ao longo dos anos.....	171
Gráfico 11 - Comparação da distribuição de enterramentos. A. Entre 1594 e 1779. B. Entre 1780 e 1836.	174
Gráfico 12 - Comparação dos locais de enterramento por género.....	175
Gráfico 13 - Distribuição de defuntos por categorias	177

Abreviaturas

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga.

A.N.T.T. – Arquivo Nacional - Torre do Tombo.

A.M.A.P. – Arquivo Municipal Alfredo Pimanta (Guimarães).

D.C. – Diplomata et Chartae.

F.M.C. – Fundo Monástico Conventual.

L.D. – Livro do Deão. = *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. 1, *Livros Velhos de Linhagens*.

L.F. – Liber Fidei Sanctae Bracaraensis Ecclesia.

L.L. – Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. = *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. II, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

L.V. – Livro Velho de Linhagens. = *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série, vol. 1, *Livros Velhos de Linhagens*.

M.L. – Manuscritos da Livraria.

Mic. – Microfilme.

N.F.P. – Nobiliário de Famílias de Portugal (Gayo, 1992).

R.P.B, A.V. – Registos Paroquias de Barcelos, Areias de Vilar.

R.P.B, S.JA. – Registos Paroquias de Barcelos, São Jorge de Airó.

R.P.B, S.M.M. – Registos Paroquias de Barcelos, Santa Maria de Moure.

R.P.B, S.M.R. – Registos Paroquias de Barcelos, São Miguel de Roriz.

R.P.B, S.M.M.B. – Registos Paroquias de Barcelos, Santa Maria Maior de Barcelos.

S. *n* – Sondagem, seguida de número (*n*) correspondente.

U.E.[*n*] – Unidade Estratigráfica. Entre parêntesis recto encontra-se o número correspondente.

V.C. *n* – Vala do Claustro, seguida de número (*n*) correspondente.

I - Introdução

Um mosteiro é casa de Deus e casa de homens. No templo, local especialmente consagrado, habita Deus e, segundo a fé católica, habita-o de facto através da real presença de Cristo na Eucaristia. Nas áreas conventuais, habitam homens, numa vida que não é só de oração, mas cheia de actividades diversas, umas vezes tão eruditas como os estudos, outras tão prosaicas como as tarefas “domésticas”. Um mosteiro é casa de silêncio e oração, mas é, simultaneamente, uma casa cheia de vida, onde consagrados e leigos se cruzam nos afazeres quotidianos.

S. Salvador de Vilar de Frades, enquanto espaço conventual, não se distinguirá de tantos outros. Todavia, ele caracteriza-se, entre outras razões, pelo facto de, por ali, terem passado quatro tipos de congregações religiosas com formas de vida tão distintas. A primeira, à data da sua fundação, seria enquadrada no espírito muito particular do monaquismo ibérico e, se não seguisse directamente a disciplina de S. Martinho de Dume, deveria acatar as “regras” de S. Frutuoso ou S. Rosendo. A partir dos finais do século XI ou já na centúria seguinte, com a chegada ao Noroeste Peninsular dos monges de Cluny e, com eles, a reforma gregoriana, passa a ocupar Vilar de Frades uma comunidade beneditina. A terceira, é uma instituição distinta, assumindo-se mais como uma comunidade de sacerdotes do que como ordem religiosa. De facto, muitas vezes nos assentos paroquiais de Areias de Vilar se fala na “colegiada”, prova de que estes *Homens Bons de Vilar de Frades*¹ conheciam bem a diferença jurídica e vocacional da instituição à qual haviam sido chamados. A estas três observâncias teremos, em bom rigor, que juntar aquela que actualmente ocupa uma parte importante deste espaço conventual, a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, especialmente dedicada à *pastoral da saúde*, mesmo se esta presença em Vilar não é, maioritariamente, votada à vida religiosa em comunidade.

¹ No presente trabalho, utilizaremos de forma indistinta, alguns dos vários nomes pelos quais esta congregação era conhecida. Homens Bons de Vilar de Frades, Cónegos Azuis, Lóios e Cónegos Seculares de S. João Evangelista, ainda que surgindo em momentos diferentes, representam sempre a mesma instituição e o mesmo carisma.

Se o registo arqueológico não nos permite encontrar diferenças nas ocupações consoante o tipo de organização religiosa ali presente, ele possibilita-nos estudar a sua evolução ao longo de cerca de um milénio. Olhamos, então, para Vilar de Frades com os olhos da longa duração ou, mesmo, de uma “*trop longue durée*”, talvez demasiado grande para as poucas páginas que nos é permitido dedicar-lhe. Por isso, é necessário fazer escolhas, optar pelas linhas mestras de uma investigação que, mais do que final, se pretende como uma porta aberta para um futuro, mesmo que esse futuro possa já não se cruzar com o nosso.

O presente estudo divide-se em três partes distintas que procuram focar aspectos fundamentais da vida de Vilar de Frades. No Capítulo II, abordaremos a problemática em torno das origens do mosteiro na Idade Média e procuraremos, com ele, compensar a falta de informação arqueológica. É, mais do que nada, uma sistematização da informação existente, tentando colmatar também algumas das muitas lacunas documentais deste período. De igual maneira, por acharmos fundamental dar a conhecer a documentação do convento e porque tanta desta documentação tem informações utilíssimas para conhecer os seus espaços e a sua evolução, apresentamos uma fonte, já parcialmente publicada por Isabel Castro Pina (2007)², o *Liber capitulorum generalium nostre congregacionis*, documento singular no qual, como se verá, tantas vezes são referidas obras executadas em Vilar de Frades.

A parte central do trabalho (Cap. III), aborda resultados das escavações arqueológicas que foram tendo lugar ao longo de quase duas décadas. É, esta, a primeira tentativa de coligir essa informação, ainda que nos centremos, maioritariamente, nos trabalhos nos quais tivemos a oportunidade de participar. Esta opção prende-se, sobretudo, com alguns condicionalismos de acesso à informação, dado que alguma da documentação de trabalhos posteriores se encontra em fase de tratamento por outros arqueólogos. Daí que propunhamos, para já, hipóteses e levantemos, antes de qualquer outra coisa, dúvidas.

² Não podemos deixar de agradecer, aqui, à Sr.^a Doutora Isabel Castro Pina todas as informações que nos foi dando sobre este livro.

A última parte deste trabalho (Cap. IV) é, no fundo, um estudo de caso, como o poderia ser qualquer outro. Começou a ganhar forma quando procurávamos, entre outra documentação, informações sobre a arquitectura do convento. O manancial era de tal forma grande que nos sentimos obrigados a dedicar-lhe mais atenção do que aquela que a curiosidade inicial previa. Escavar numa igreja, seja ela monástica ou secular, diocesana ou particular, coloca-nos sempre perante questões relacionadas com as práticas funerárias. Vilar não é, obviamente, excepção e poucos terão sido os locais onde se abriu uma sondagem nos quais não houvesse vestígios de enterramentos. Associado ao templo, há um enorme cemitério e este estudo procura encontrar algumas respostas para a forma como o espaço cemiterial era gerido. Não sendo um estudo completo, pois apenas versa sobre uma fonte, faltando olhar, por exemplo, para os dados dos testamentos e para as diversas variáveis demográficas, é, no entanto, uma abordagem que procura compreender melhor as pessoas por detrás daqueles que, tão vulgarmente em linguagem mais técnica, apenas consideramos como “indivíduos”.

Comprendemos a arqueologia medieval e moderna como indissociável da documentação coeva. Seria impossível olhar para um sítio arqueológico como Vilar de Frades e tentar “lê-lo” (interpretá-lo) sem olhar igualmente para as fontes escritas. Não se trata de contrapor em juízo as fontes arqueológicas e documentais, e por isso não podemos concordar com Victor Gonçalves quando diz que “*textos escritos e arqueologia* têm necessariamente de fazer comum caminho e a segunda verificar, confirmar ou infirmar, os primeiros” (Gonçalves, 1995, p. 10). A arqueologia não é juíza de documentos nem os documentos são juízes da arqueologia. Fontes escritas e fontes arqueológicas têm que ser conciliadas e tratadas de forma a estudar as acções do homem, ou, nas palavras que Collingwood (1994, p. 20) aplicava à história, as *res gestae*.

A arqueologia faz sentido na medida em que nos ajuda a descobrir o homem. Como dizia Gordon Childe (s.d., p. 11), “todos os dados arqueológicos constituem expressões de pensamentos e finalidades humanas e só têm sentido como tal.” É isto o que procuramos no presente trabalho: conhecer melhor os homens que viveram em torno de Vilar de Frades.

II - O Convento de S. Salvador de Vilar de Frades

“Na distancia de duas legoas p.^a a parte do Oriente da Cid.^o de Braga e quasi de huma p.^a o occidente da Villa de Barcellos, a pouca distancia do Rio Homem Cavado está situada a Casa de Vilar, Cabeça que antigam.^{te} foi e a pr.^a que neste Reino teve a Cong.^{cam} dos Conegos Seculares de S. João Evangelista em hum Valle sobre alegrem.te aparzível com huma serca, a qual rega huma caudeloza Ribeira chamada do Travadouro composta de varias fontes *que* vem das freguezias de Emcourados e Martim.”³

Localizado na freguesia de Areias de Vilar, concelho de Barcelos, S. Salvador de Vilar de Frades, é um imóvel classificado como Monumento Nacional por Decreto de 16/06/1910 publicado no Diário do Governo nº 136 de 23 de Junho de 1910⁴. O edifício do convento, implantado a pouca distância do rio Cávado, na sua margem Sul, encontra-se hoje dividido em duas áreas distintas: o imóvel classificado, formado pela igreja e pela área conventual imediatamente anexa a esta, património do Estado, e as alas conventuais localizadas naquele que era conhecido como o Terreiro dos Cabedais, a Sul do adro da igreja, hoje propriedade da Ordem de S. João de Deus, aí funcionando as dependências da Casa de Saúde de S. José.

Areias de Vilar encontra-se numa zona sensivelmente aplanada, com pendente leve para Sul e Poente. Geologicamente, está implantado em terraços fluviais do plio-pleistocénico constituídos por leitos de seixos, sobretudo de quartzo, areias e estratos de argila. Integra, ainda, o complexo silúrico composto por afloramentos de xistos alterados pelos granitos que os rodeiam. Devido às suas características litológicas e pedológicas, o vale possui um elevado potencial agrícola (Erasun e Faure, 2000: 4).

³ A.N.T.T., Índice Geografico, Vol. 41, Mc. 288, fl. 1769.

⁴ À data de apresentação deste trabalho, decorre o processo de ampliação da classificação, passando a ser abrangida a área da cerca, assim como outros elementos arquitectónicos ligados ao mosteiro. Conf. Anúncio nº 13371/2012, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 169 de 31 de Agosto de 2012.

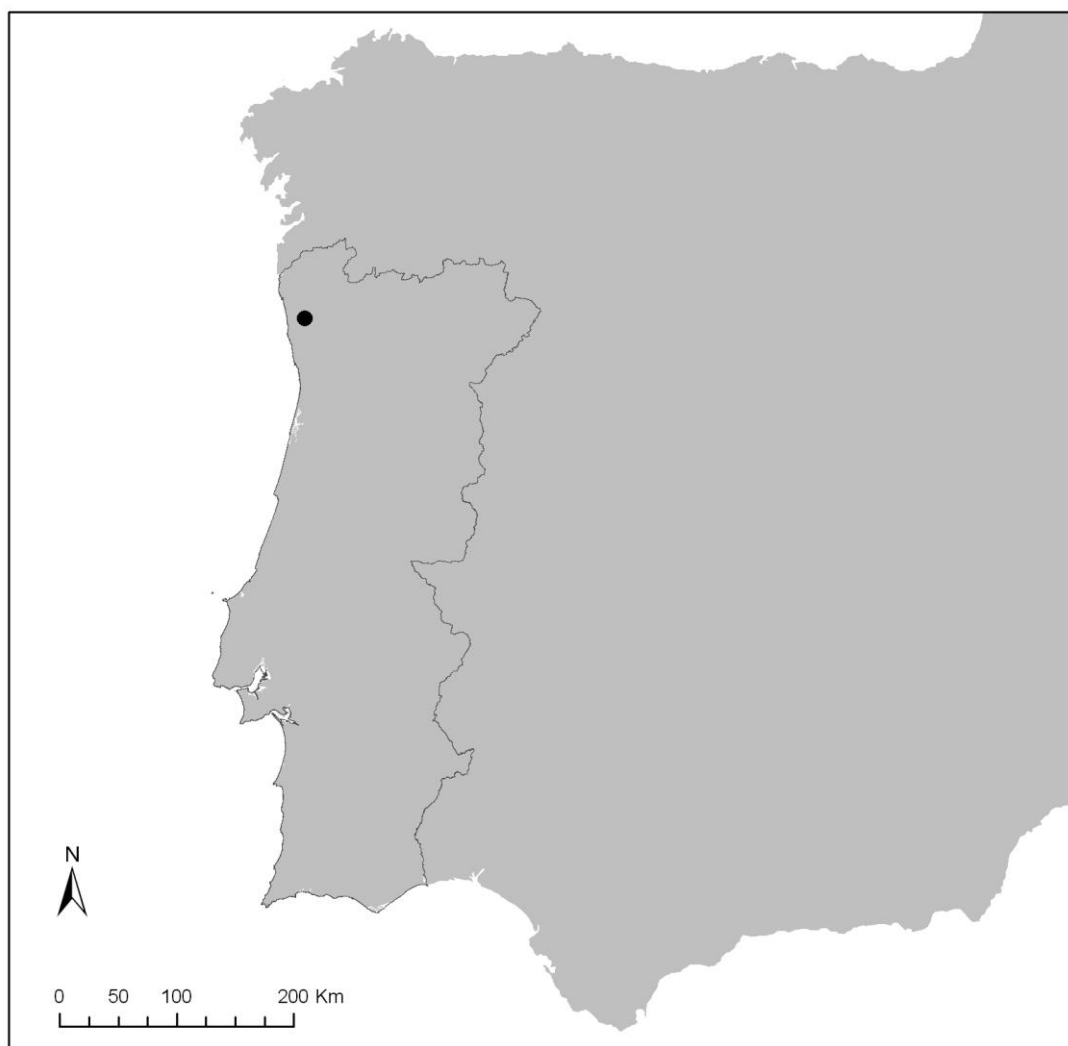


Fig. 1 - Localização de S. Salvador de Vilar de Frades

O Convento de Vilar de Frades é um imóvel imponente, não obstante as obras que ali foram sendo levadas a cabo, nomeadamente as de finais do século XVIII e inícios do século XIX, o terem transformado numa mescla de estilos arquitectónicos e artísticos que, por vezes, se chegam a tornar dissonantes. O claustro Oriental encontrava-se em processo de reedificação quando, pelo Decreto de 30 de Maio de 1834, a Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista foi, com as demais ordens religiosas, extinta. Por essa razão, se a fachada da igreja é um *melting pot* de estilos, onde o românico, o manuelino e um neo-gótico revivalista se conjugam, o claustro encontra-se meio construído, com as suas alas Sul e Oeste ainda por edificar.

A área conventual Poente, onde se localizam algumas instalações da Casa de Saúde de S. José, consegue mostrar alguma da magnificência que o imóvel possuía após a reforma seiscentista levada a cabo pelos Lóios. Ao contrário do claustro oriental, esta zona mantém-se, pelo menos no que às fachadas diz respeito, com as alas Norte e Oeste, bastante bem preservadas, podendo ver-se, no claustro, o chafariz setecentista, também classificado como Monumento Nacional⁵. O incêndio que aí deflagrou em 1898 (Fonseca, 1987, II: 35; Matos, 2001: 167-168) destruiu o interior do imóvel e a quase totalidade da ala Sul razão por que, associado às obras levadas a cabo posteriormente, o edifício também se encontra bastante adulterado.

S. Salvador de Vilar de Frades não é um mosteiro profundamente estudado como, aliás, também o não é a congregação que o povoou ultimamente. A sua história, assim como a daqueles que ali viveram, está, ainda, por fazer, não obstante a profíqua informação arquivística existente, mormente sobre a sua ocupação desde os finais da Idade Média. Tem, contudo, sido alvo de uma abordagem constante, nomeadamente por parte dos especialistas de história da arte. O pórtico românico é o elemento que mais chamou a atenção dos especialistas. Dedicou-lhe, logo nos inícios do século XX, especial atenção Manuel de Aguiar Barreiros (1919; 1920), seguido em algumas das suas interpretações por Aarão de Lacerda (1942: 4). A arcatura historiada deste pórtico foi abordada, ainda, por nomes como os de Pedro Vitorino (1940), Manuel Monteiro (1950), Luís de Oliveira Ramos (1963) ou Narciso de Azevedo (1970). Pontualmente, Vilar de Frades continuou a ser trabalhado por especialistas como Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978: 282; 1986: 71 e 153-155; 2001: 100 e 159)⁶, tendo cabido a Lúcia Rosas (1995, I 65-68 e II, 396-404) uma primeira abordagem crítica às reformas levadas a cabo na igreja a partir do século XVII.

⁵ Conf. Decreto nº 30762, publicado em Diário do Governo, 1ª série, nº 225, de 26 de Setembro de 1940 e Decreto nº 32973, publicado em Diário do Governo, 1ª série, nº 175 de 18 de Agosto de 1943.

⁶ Porque trataremos, de forma mais concreta, o pórtico românico de Vilar de Frades mais adiante, não nos deteremos, aqui, nas interpretações individuais de cada um destes autores.

É com a identificação, no Arquivo Distrital de Braga, do “*Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nascimento, vida & morte dos seus tres fundadores*”, obra da autoria de Pe. Jorge de S. Paulo⁷, que, pelas mãos de Fernando Magano (1956), a história de Vilar de Frades e dos Lóios começa a receber alguma atenção. O mesmo documento é, posteriormente, analisado por Maria do Carmo Lancastre (1991), que publica uma listagem dos reitores do convento após a sua ocupação pelos Homens Bons de Vilar, futuros Cónegos Seculares de São João Evangelista (Lancastre, 1991: 179-181).

Uma primeira síntese breve, ainda que profunda, sobre a história do mosteiro, nomeadamente a transição da obediência à regra de S. Bento para a dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, é levada a cabo por José Marques (1988: 851-889). A revisão crítica que este investigador promoveu à documentação existente em arquivo⁸, permitiu compreender melhor a relação entre os *Homens Bons de Vilar de Frades* e a autoridade arquidiocesana, a qual, fruto, sobretudo, da citação constante dos cronistas modernos, entre eles Francisco de Santa Maria (1697), nunca poderia deixar de ser imparcial.

As abordagens arqueológicas a Vilar de Frades não resultaram, nunca, em publicações. Com excepção de um trabalho sintético publicado recentemente sobre algumas esporas aparecidas durante a segunda campanha de escavações de 1999 (Erasun e Faure, 2009), tinha sido Mário Jorge Barroca (1990) o primeiro autor a trabalhar, entre outros, alguns elementos arquitectónicos provenientes deste mosteiro e, actualmente, depositados no Museu Pio XII. Coube, mais recentemente, a Luís Fontes e Beliza Pereira (2009), a revisão destas peças para a sua inclusão no catálogo da referida instituição museológica.

⁷ A.D.B., Ms. 924.

⁸ A importância do trabalho de José Marques, mormente no que diz respeito à sua abordagem metodológica foi, já, frisada por Isabel Castro Pina (2011: 4)

Duas obras merecem-nos destaque particular. Trata-se dos trabalhos académicos, posteriormente publicados, realizados por Joaquim Alves Vinhas e Rui Maurício. Joaquim Alves Vinhas (1998) teve a oportunidade de se dedicar exclusivamente a Vilar de Frades, trabalhando, sobretudo, a evolução arquitectónica do mosteiro a partir do século XVI, isto é, da intervenção encetada sob o patrocínio de D. Diogo de Sousa. Rui Maurício (2000), por seu turno, por estudar o mecenato daquele Arcebispo de Braga, aflora profundamente as intervenções do início do século XVI, mas apontando, já, importantes pistas sobre intervenções construtivas no convento durante o século XV. Ambos os autores fazem acompanhar os seus estudos de um profuso apêndice documental, nomeadamente com transcrições, integrais ou parciais, das obras atribuídas a Baltasar de Cristo Sodr e e Jorge de S. Paulo.

Aqui e ali, nomeadamente em publicações sobre os Lóios, a casa de Vilar de Frades   mencionada, com mais ou menos pormenor. Destacam-se, nestes trabalhos, os de Pedro Vilas Boas Tavares (2001a, 2001b, 2001c, 2003, 2007), que insistentemente apelou à necessidade de um estudo mais atento desta congrega o. Recentemente, Isabel Castro Pina, que já havia abordado o mosteiro de Vilar, com outros, ao falar dos espaços dos conventos Lóios nos finais do século XV (Pina, 2007), defendeu uma tese de doutoramento sobre a origem dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Pina, 2011).

II.1 - As origens e o período beneditino

O monaquismo na Península Ibérica encontra-se referido pela primeira vez no Concílio de Elvira, cerca do ano 300 (Almeida, 1967, I: 26; Jorge, 2000: 203). Esta particular forma de viver o Cristianismo pela via de uma vida consagrada, aparece, aqui, numa data muito próxima   que se pode encontrar noutros lugares da geografia da cristandade – recordemos que S.to Antão começa a sua vida erem tica entre os finais do século III e os inícios do IV e que   já durante este último século que S. Pac mio funda o primeiro convento no Alto Egipto (313) ou que S. Martinho de Tours abre portas ao desenvolvimento do monaquismo europeu (c. 370).

A experiência da *vida monacal* é, contudo, nestes primeiros tempos e principalmente sob a influência de Sto. Antão, perspectivada principalmente a um nível individual e tendente ao ideal eremítico. A severidade e o rigor serão, aliás, uma constante da primeira fase do monaquismo, estando presente mesmo nos fundadores de conventos mais tardios, como S. Frutuoso (Mattoso, 2001: 255). Fortunato de Almeida (1967, I: 26) aponta, na esteira de outros, o facto de só no I Concílio de Saragoça, em 380, se encontrarem referências a uma *regra*, o que, de alguma maneira, parece pressupor que a vida comunitária não era, ainda, a preferencial forma de encarar a vida consagrada.

No espaço geográfico que nos diz respeito, o do Noroeste peninsular e mais precisamente a zona bracarense, a vida cenobítica terá tido um forte impulso com S. Martinho de Dume, já no século VI. Não estranha o facto de uma estruturação tão tardia pois ela reflecte, por um lado, a instabilidade política e social criada pelas invasões germânicas e, por outro, a influência de diversas heresias, dentre as quais o arianismo toma, para os mundos suévico-visigótico, um papel fundamental.

O arianismo germânico tem a sua origem em três causas profundas que poderíamos enquadrar, igualmente, em três grupos distintos: uma causa missionária, uma causa política e uma causa identitária. Na causa missionária encontramos o facto de a evangelização inicial dos povos godos, se dar sob o impulso do bispo Ulfilas, sagrado por Eusébio de Nicomédia e, portanto, um seguidor das doutrinas de Ário. Ulfilas não só formou o seu próprio clero, ordenando presbíteros e sagrando bispos como, e talvez aqui resida o seu papel de maior relevo, criou um alfabeto próprio que possibilitou a tradução da Bíblia para o gótico (Orlandis, 1982: 182). A causa política prende-se directamente com a entrada dos Visigodos dentro das fronteiras do Império. Ainda segundo José Orlandis (1982: 183), esta entrada dá-se com o comprometimento, por parte dos povos germânicos, de uma conversão ao Cristianismo sob a condição de que o processo de evangelização se fizesse com recurso a missionários que falassem a linguagem germânica. Esta condição é aceite e cumprida pelo Imperador Valente, ele próprio um seguidor do arianismo. A terceira causa, identitária, diz respeito à forma como os povos germânicos viam a possível perda de identidade cultural com a entrada no mundo romano. Para estes povos, a conversão ao Cristianismo supunha, nas palavras

de Luis García Moreno, “un reconocimiento (...) de la inferioridad de su «barbarie» frente al «civilizado» Imperio” (García Moreno, 2006: 43). Assim, a prevalência no arianismo simbolizaria uma forma de resistência à total aculturação.

É dentro deste contexto que, durante os séculos V a VI, essencialmente até à conversão de Recaredo ao Catolicismo em 589, no 3º Concílio de Toledo, os reinos germânicos da Península utilizam a religião como motivo de identificação entre si ou como mote para contendas. Atendendo tão só a dois exemplos Suevos, vemos, em primeiro lugar, Requiario (448 – 456) convertido ao catolicismo e, nesse sentido, opondo-se ao reino Vândalo de Genserico, tradicionalmente ariano (García Moreno, 2006: 44 – 45) e, por outro lado, mais tarde, a sujeição de Remismundo ao reino Visigodo, que levou à chegada ao reino Suevo do missionário ariano Ajax (García Moreno, 2006: 49-51).

Não obstante a conflituosidade gerada por este ambiente de dependência da religião perante o poder político, e para a qual encontramos exemplos evidentes, entre outros, em Hidácio, a convivência entre católicos e arianos pode considerar-se relativamente pacífica. Pelos católicos, Salviano de Marselha comenta que os arianos “son herejes, pero no lo son a sabiendas; yerran, pero yerran de buena fe” (Orlandis, 1982: 184). Já do lado ariano, por seu turno, são permitidas as relações entre os bispos locais e a cátedra romana, tal como o comprova a carta enviada em 538 pelo Papa Vigílio a Profuturo, Bispo de Braga (García Moreno, 2006: 51).⁹

É neste contexto que encontramos S. Martinho de Dume, o *apóstolo dos Suevos*. Natural da Panónia (Hungria), S. Martinho recebe grande parte da sua formação no Oriente, nomeadamente na Palestina, onde toma contacto com o monaquismo tradicional eremítico local. Em 550 chega à Galécia e rapidamente ganha lugar junto da corte de Charrarico que, atribuindo a cura milagrosa do seu filho Teodomiro a S. Martinho de Tours e às relíquias que lhe haviam sido enviadas, faz uma aproximação ao cristianismo ortodoxo. Martinho funda, então, o Mosteiro de S. Martinho de Tours em

⁹ Sobre este aspecto ver, ainda, Orlandis (2000).

Dume e traduz para o latim os *Aegyptiorum patrum sententiae*, tornando-os na regra para esta e para as outras suas fundações (Costa, 1990: 208). Em 556, Charrarico nomeia-o Bispo de Dume tendo, mais tarde, já em 558, elevado a igreja conventual de Dume a Catedral. A diocese dumense não deveria, contudo, ser muito extensa e, ainda segundo Avelino de Jesus da Costa (1990: 208), corresponderia aos limites da actual freguesia de Dume.

Em 569, S. Martinho é eleito Bispo de Braga mantendo, em simultâneo, a cátedra dumense. O seu papel torna-se, então, fundamental para a organização da Igreja suévica, tendo levado, entre outros aspectos, à divisão do reino em duas circunscrições religiosas: Braga e Lugo. É, além disso, provável que seja ele o mentor da *Divisio Theodomiri* (L.F., Doc. 10 e 11; David, 1947: 1-82), documento também conhecido como Paroquial Suévico ou Concílio de Lugo. Finalmente, de reter aqui, mais do que a transcrição dos *Aegyptiorum*, será o seu papel de Bispo - Abade, que irá marcar claramente as tradições monásticas do Noroeste Peninsular até ao século XI.¹⁰

A S. Martinho de Dume atribuíram, quer Frei Leão de São Tomás (São Tomás, 1974: 402), quer os padres Jorge de São Paulo¹¹ e Francisco de Santa Maria (1697: 361), a fundação do Convento de São Salvador de Vilar de Frades. O cronista dos beneditinos chega, além disso, a pretender que São Salvador de Vilar fosse “*a fundamentis*” um mosteiro seguidor da regra de S. Bento de Nursia. Não obstante a assertividade de Frei Leão de São Tomás, deverão ser feitas duas notas a estas duas questões.

Em primeiro lugar, como demonstra José Mattoso nas notas à edição da *Benedictina Lusitana* (São Tomás, 1974), não se pode atribuir veracidade aos documentos apresentados como testemunho da fundação *martiniana* de Vilar de Frades. As cartas

¹⁰ Sobre o monaquismo alti-medieval, veja-se, entre outros: Orlandis (1956, 1964 e 1987), Linage Conde (1967, 1986 e 1990), Díaz Martínez (1986), Mattoso (1985: 77-85 e 1997: 11-53), Dias (2000), Jorge (2000) e Velázquez Soriano (2006).

¹¹ A.D.B., Ms. 924, fl. 306.

referidas como fonte, a de Frei Drumário dirigida a Frei Frontano e a de Roduso, mordomo de D. Velasquida, carecem de qualquer crédito historiográfico e denotam mesmo “espírito moderno” (São Tomás, 1974: nota 380/A/22)¹². Em segundo lugar, sabemos hoje que, quer as fundações beneditinas quer a adopção da *Regula Benedicti*, são bastante posteriores à data proposta por Frei Leão de São Tomais (o Séc. VI), só se podendo encontrar evidências da sua aceitação, no caso do Noroeste da Península Ibérica, nos finais do Séc. XI, mais concretamente a partir da década de 80 (Marques, 1990: 329; Marques, 1988: 628; Mattoso, 1997: 11; Vilar, 2000)¹³. Por essa razão, dado que o primeiro documento que menciona Vilar de Frades data de 1059 (D.C., nº 420; Costa, 1959, I: 103¹⁴), a sua fundação não poderá atribuir-se a Cluny.

Assim, podemos balizar a construção de S. Salvador de Vilar de Frades num período que, em termos genéricos, se enquadrará entre a segunda metade do século VI, pois não se encontra mencionado no Paroquial Suévico, e os inícios da segunda metade do século XI, data do documento 420 dos *Diplomata et Chartae*. Ainda que se trate de um espectro temporal muito largo, de 490 anos, alguns aspectos parecem apontar para o facto de Vilar de Frades ter uma fundação inicial mais próxima daquele *terminus post quem* do que do primeiro documento que menciona o convento. Na verdade, o orago da igreja conventual, S. Salvador, e a proximidade da antiga paróquia de S. João de Areias, também ela já mencionada no Censual do Bispo D. Pedro (Costa, 1959, II: 81), podem reportar-nos para uma organização paroquial anterior ao episcopado de D. Pedro.

O termo paróquia – *parochia* – surge na Igreja mencionado pela primeira vez numa carta do Papa Inocêncio (402 – 417) ao Bispo Gubbio, como forma de se referir a locais

¹² A este respeito, consultar essencialmente as seguintes notas de José Mattoso: 403/A/40; 358/B/39 e 380/A/22, entre outras.

¹³ Sobre a introdução da regra de S. Bento em Portugal, além da bibliografia já apontada, consultar ainda: Mattoso (1985: 259-272, 1997: 55-90 e 2002).

¹⁴ Por dificuldade em aceder inicialmente à segunda edição refundida e ampliada de *O Bispo D. Pedro* (Costa, 1997) utilizámos, neste trabalho, fundamentalmente a sua primeira edição (Costa, 1959).

de culto rural, e terá a sua origem nos *tituli* romanos, isto é, locais fora da cidade capacitados para culto próprio (David, 1947: 7). Até ao século IV, cabia às sedes episcopais – *cathedrales* ou *ecclesia senior* – a administração dos principais sacramentos, como o Baptismo e a Ordem mas, também, os enterramentos, a pregação e a celebração de missas de grande solenidade (David, 1947: 10; Costa, 1959, I: 92). Este papel de primazia mantém-se, aliás, mesmo aquando da criação dos *tituli*, em Roma. Contudo, às *parochiae* é dada, já, uma autonomia própria, quer ao nível do clero quer ao nível da administração dos sacramentos, principalmente o Baptismo, criando-se *ecclesiae baptismales* (Costa, 1959, I: 93).

As catedrais e as igrejas paroquiais passam, então, a constituir-se como núcleos institucionais em torno dos quais se congregam não só os crentes mas, também, diversos outros locais de culto (v. Fig. 1). De uma *cathedralis* dependiam várias *parochiae* e, de uma e outras, poderiam depender basílicas, sempre dedicadas aos Santos Mártires, *oratoria*, isto é, igrejas de fundação particular, *ecclesiae baptismales*, destinadas à administração do Baptismo e as igrejas cemiteriais, ou seja, aquelas onde seriam sepultados os fiéis (David, 1947, p. 8-9). Esta organização será, talvez, mais teórica do que prática, pelo menos na generalidade dos casos, pois a sede de paróquia poderia cumprir simultaneamente as funções de igreja baptisterial, cemiterial, ou outras. Por outro lado, e como veremos mais concretamente no capítulo IV, as basílicas serviram, muitas vezes, como local preferencial de enterramento por parte dos cristãos. Note-se, finalmente, que a proximidade de funções de culto que as igrejas paroquiais têm face às sés episcopais revê-se na frequente indistinção, pelo menos até ao século VII, na utilização dos termos *parochia* e *diocesis* (David, 1947: 14; Costa, 1959, I: 93).

Segundo Pierre David (1947: 226-227) e A. Luís Vaz (1991: 34-36), as igrejas sedes de paróquia ou as catedrais eram vulgarmente dedicadas a Santa Maria ou ao Divino Salvador e as igrejas baptismais teriam, naturalmente, como orago S. João Baptista. As *basilicae* eram, como já atrás dissemos, dedicadas a um mártir e, por isso, ou possuíam uma relíquia do padroeiro ou estavam mesmo localizadas na zona onde se encontrava sepultado o santo martirizado. Desta forma, apoiados neste sistema de hierarquização dos espaços dedicados ao culto, e ainda que não possuindo qualquer documentação que

o comprove, poderíamos inferir que S. Salvador de Vilar de Frades teria sido sede paroquial após o século VI, pois não consta das 30 paróquias – 31 se contarmos com Dume, como sustenta o Pe. Avelino de Jesus da Costa (1959, I: 92) – do Concílio de Lugo para a área em estudo, e que S. João Baptista de Areias, posteriormente elevada a paróquia pelo menos nos finais do século XI, dado que se encontra mencionada como tal no Censual de Braga, poderia ser a sua *ecclesia baptismalis*. A estas, poderíamos unir, também, Santa Maria Madalena ou Santa Maria de Sinagoga, como é mencionada com frequência na documentação medieval, e que já havia sido erigida como paróquia também nos finais do século XI (Costa, 1959, II: 81).¹⁵

A fundação da primitiva igreja de S. Salvador de Vilar de Frades, quer fosse inicialmente um mosteiro quer se tratasse de uma igreja *secular* pode, tendo em conta a reflexão anterior, enquadrar-se na proliferação de paróquias que se vislumbra a partir do século VII (Costa, 1959, I: 94) e que se prende com a necessidade de reestruturação eclesiástica, permitindo um acesso mais fácil aos diversos actos de culto por parte dos fiéis espalhados pelas vastas dioceses. Neste sentido, não estariam totalmente longe da verdade os cronistas lóios e beneditino atrás referidos, podendo Vilar de Frades enquadrar-se, caso fosse originalmente uma instituição monástica, numa estrutura do tipo *fructuosiano*, constituindo-se como mosteiro sede de paróquia.¹⁶

¹⁵ Opinião distinta, com base em trabalho de Almeida Fernandes (1968), é expressa por Sebastião Matos (1985: 30). Segundo este autor, a igreja dedicada a S. Salvador teria funções cemiteriais e Santa Maria, à qual seria posteriormente acrescentado “Madalena”, seria a “*ecclesia mater*” e, nesse sentido, o centro desta comunidade.

¹⁶ Sobre a formação e funcionamento das paróquias durante a Alta Idade Média, vejam-se, entre outros, Fernandes (1968), Mattoso (1985: 37-56), Martínez Díez (1990), Martins (1990), Mattoso (2001) e Rodrigues (2006).

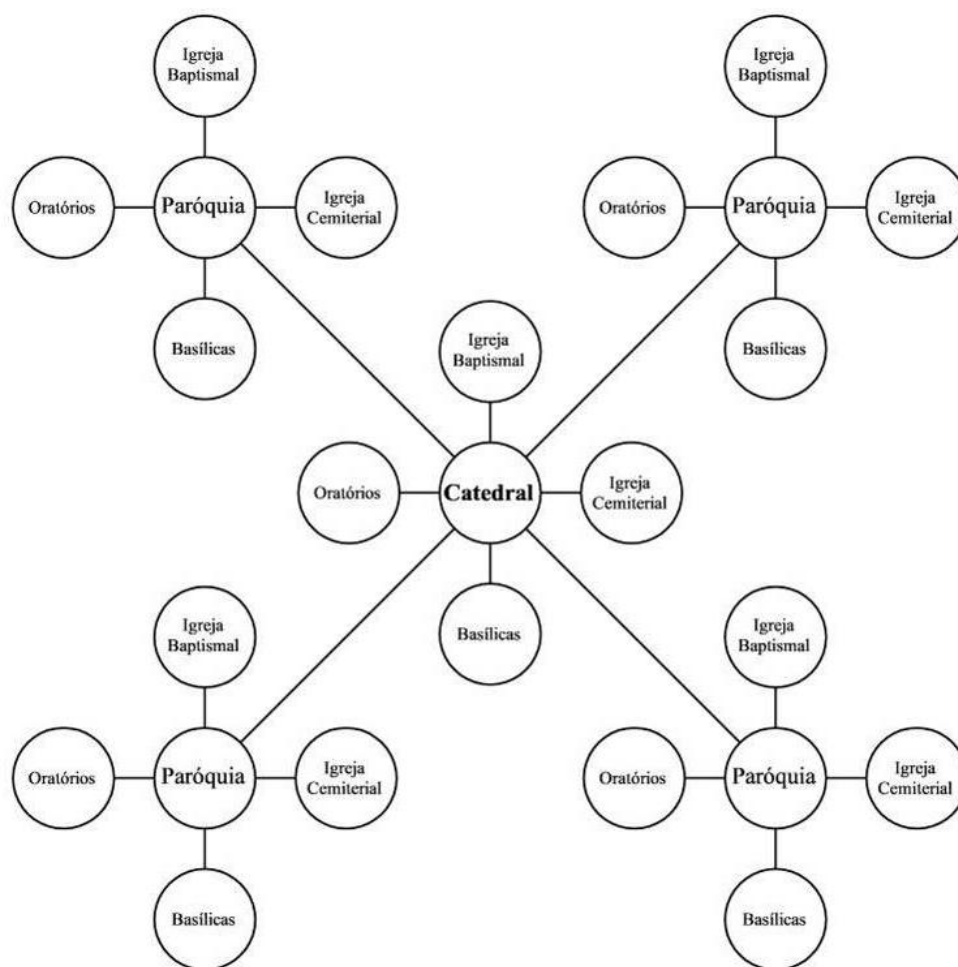


Fig. 2 - Hierarquia de Espaços de Culto na Antiguidade Tardia.

Não obstante, nem a arqueologia, adiantemo-lo desde já, nem as fontes documentais nos dão qualquer informação que possa corroborar, pelo menos directamente, esta hipótese. A primeira referência documental directa a Vilar de Frades data de meados do século XI e os linhagistas medievais atribuem a sua fundação directamente a D. Godinho Viegas.

A vida de D. Godinho Viegas foi já sumariamente relatada por José Mattoso (1988: 147-149) e é-nos retratada nos livros de linhagens portuguesas. Fundador da casa de

Azevedo, com sede no lugar de Lama, concelho de Barcelos, D. Godinho Viegas era bisneto, por via paterna, de D. Arualdo de Baião (*LL 40A1*), pertencendo, assim, a uma das cinco “linhagens de bons homens filhos d’algo do reino de Portugal” (*LV Pról.*) ou, nas palavras do autor do Livro do Deão, um dos “muitos ricos homens, e infançoens (...) onde descendem os filhos d’algo” (*LD Pról.*). Dele, diz-nos o Livro do Deão (*LD 15B1*):

“E (...) Maria Soares, filha de dom Soeiro [Gue]endes, foi casada com dom Godinho Viegas que fege Vilar de Frades. E casou com ela por fuir o homezio, ca hum irmão de dom Godinho Viegas matou a mulher de dom Soeiro [Gue]endes, e era a madre desta com que ele casara. E fege nela Pai Godins.

E este dom Godinho Viegas leixou esta molher, e matou-o por ende dom Pai Guterres, o que fez Tibães. E este dom Pai Goterres cegou[-o] por ende dom Truito[sendo] Gosendes, que era primo cõirmão de dom Godinho Viegas, [e] o não quiz matar, porque dom Pai Goterres era adeantado d’el rei, mas cegou-o de ambos os olhos.”

Não obstante esta descrição retirada de um dos livros de linhagens mais antigos, nem o Livro do Deão nem o Livro Velho nos dão muitas informações directas sobre D. Godinho Viegas. Talvez por terem chegado até nós truncados, os dados que nos transmitem dizem mais directamente respeito à família de D. Maria Soares. Assim acontece, no Livro do Deão, onde, na descrição da linhagem de D. Goido Araldes de Baião (*LD 14B3*), nos é dito que “(...) Maria Soares, irmã desta Gontinha Soares, foi casada com dom Godinho Viegas de Azevedo, que fez Vilar de Frades”¹⁷. Finalmente, e ainda a respeito de D. Maria Soares mas na sequência da descrição de linhagem de uma sua irmã – Leogunda Soares, a Taranha ou Taínha, casada com D. Mem Gonçalves da Maia – diz o mesmo livro que esta “filha de D. Soeiro Mendes foi casada com D. Godinho Viegas que fege Villar de frades” (*LD 15B1*), seguindo-se, mais adiante, o relato funesto de vida a que já aludimos.

¹⁷ Já antes, no mesmo livro, era feita menção à relação directa entre D. Godinho Viegas e Vilar de Frades: “D. Godinho Veegas de Vilar de Frades” (*LD Pról.*).

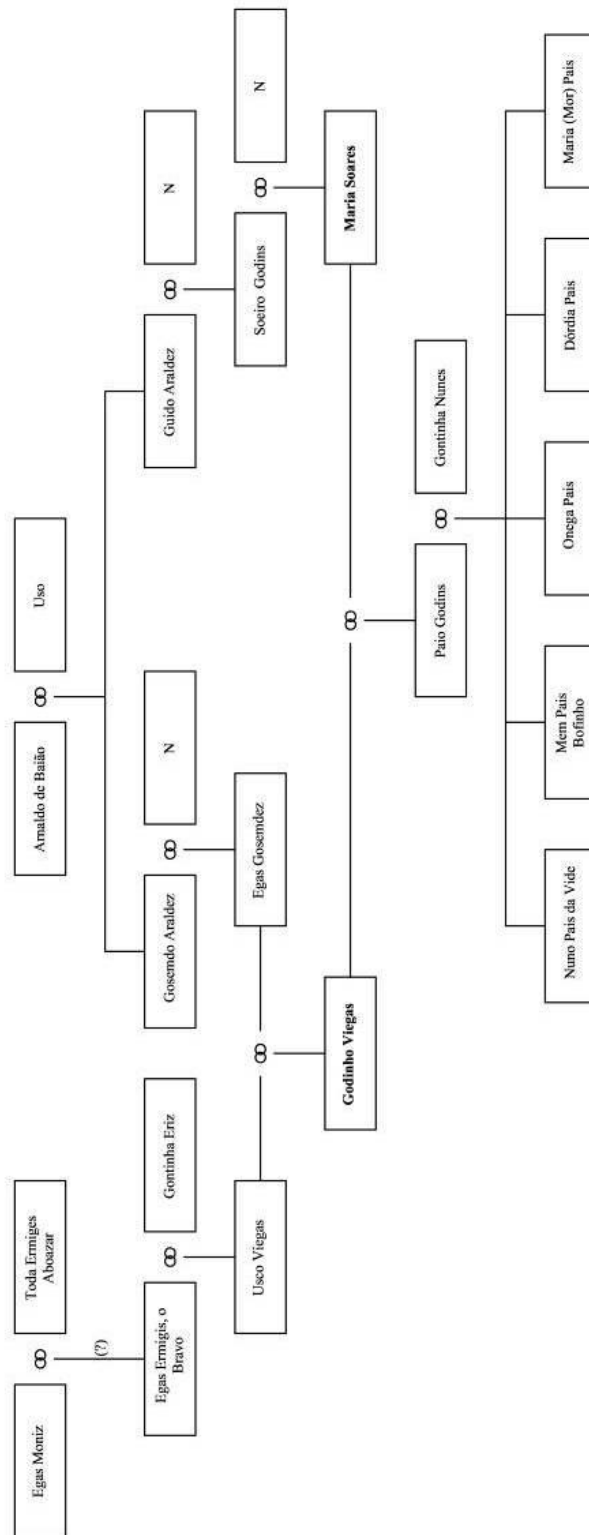


Fig. 3 – Árvore Genealógica de D. Godinho Viegas

É no Livro de Linhagens do Conde D. Pedro que podemos encontrar mais informações sobre o fundador da casa de Azevedo e que, de alguma forma, nos permitem reconstituir a sua árvore genealógica, tal como apresentamos na Fig. 2. Diz-nos o Conde D. Pedro (LL 50A1):

“Este dom Godinho Veegas foi filho d’Egas Gosendez de Baiam e neto de dom Gosendo Araldez, (...) e dele descenderom os d’Azevedo. Este foi casado com dona Maria Soarez, irmã de dona Eleogunda Soarez, a que chamaram a Tainha, filha de dom Sueiro Gueendez, o que fundou o moesteiro da Varzea, (...) e fez em ela ãu filho que houve nome Paai Godiiz.

E depois que dela houve este filho, leixou-a, e por elo o matou dom Paai Goterrez da Silva, o que fundou o moesteiro de Tivães, que era entom adiantado por el rei em Portugal. E veo depois com dom Troi[t]osendo Gueendez de Pavha, e cegou-o o dito Paai Goterrez pola morte de dom Godinho Veegas, porque ele era sobrinho, filho de dom Egas Gosendez, seu primo (...)”

O nome de D. Godinho Viegas aparece-nos com pouca frequência na documentação de meados do século XI, tendo o levantamento por nós realizado obtido datas extremas entre cerca de 1040 (D.C., 311) e 1073 (L.F., 260)¹⁸, e encontrando-se, maioritariamente, como confirmante de documentos¹⁹. A acreditar que a documentação trata sempre do mesmo indivíduo, podemos tentar desenhar, em traços largos, um pouco da sua história. Seria, tal como referia o Livro do Deão, um desses infanções que, ao serviço de Fernando Magno, governaram o território Portucalense. A corroborar o livro de linhagens, aparece-nos mencionado, em 1059, como um de “illos infanções que erant in portugale” (D.C., nº 421) e contra os quais o próprio D. Fernando Magno se vê obrigado a refrear os excessos (Merêa, 1967: 196 e Mattoso, 1987: 269 e nota 67). Um exemplo das razões que terão levado Fernando Magno a actuar contra este grupo de

¹⁸ Um certo Godinho Viegas aparece a confirmar uma doação de Maior Mides à Sé de Braga em 21 de Dezembro de 1120 (L.F., nº562). A distância 80 anos que decorre entre a primeira referência a D. Godinho Viegas, 1040 (D.C., 311), e a data daquele outro documento, leva-nos a acreditar tratar-se de pessoas distintas. O mesmo se passa com um outro Godinho Viegas que aparece em 1106 (L.F., nº 653).

¹⁹ 1040 – “Gutinu iben egas conf.” (D.C., 311); 1049 – “Gutino ueniegas manu mea conf.” (D.C., 372); 1050 – “Gudino ibeniegas manu mea conf.” (D.C., 376); 1073 – “Godino Venegas conf.” (L.F., 260).

poderosos senhores poderá ser o que se encontra relatado na carta de permuta que fizeram Patrina e os seus filhos com a condessa D. Ilduara, em 1055 (L.F., 189). Patrina conta que havia comprado a D. Godinho Viegas uma oitava parte do mosteiro de S. Pedro de Este, parte esta que havia pertencido a Vimara Mendes e da qual D. Godinho Viegas se havia apoderado - “et presit illa Godino Venegas”.

A figura de D. Godinho Viegas não terá sido, portanto, de menor relevo no quadro governativo do território portugalense durante a segunda metade do século XI, fazendo parte daquele grupo a que José Mattoso (1987: 269) refere como o “triumvirato” que Fernando Magno nomeia “para administrar o condado portugalense, pelo menos em 1063-1065.” De facto, já num documento de 1062 (L.F., 23) onde é feito o reconhecimento, por alguns moradores da zona de Braga, do senhorio da igreja bracarense sobre as suas terras, D. Godinho Viegas é-nos descrito como aquele “qui tenebat illa terra de Portugale de ille rex”.

Sabemos ainda, pela documentação coeva, que em 1062 um certo D. Godinho Viegas se encontrava casado com D. Aragunde, pois, nessa data, o casal vende uma propriedade localizada em S. Julião da Laje, Vila Verde, ao mosteiro de Santo Antonino de Barbudo (L.F., Doc. 240, 315 e 643). Este dado obriga a uma releitura atenta do relato que os livros de linhagens nos fazem do casamento de D. Godinho Viegas e D. Maria Soares. A sua autenticidade e a data de morte de D. Godinho Viegas levantaram, já, dúvidas a José Mattoso (1988: 47-48) que nos diz que, a ser “verídica, teria de se passar, o mais tardar, à volta de 1080”. Pela nossa parte, somos tentados a pensar que, sendo real o casamento entre D. Godinho Viegas e D. Maria Soares e sendo igualmente verídica a informação dos livros de linhagens de que D. Paio Godins era filho deste matrimónio, a relação descrita no *Liber Fidei* (sempre e quando se refiram à mesma pessoa) deveria corresponder a umas segundas núpcias de D. Godinho Viegas tendo, nesse sentido, D. Maria Soares falecido, obrigatoriamente, antes de 1062. Só assim aquele segundo matrimónio já se poderia ter consumado nesta data. Por outro lado, em 1076 já D. Paio Godins se encontrava casado com D. Gontinha Nunes (L.F.: Doc. 100; Mattoso, 1988: 48), pelo que não nos parece credível que o seu nascimento tivesse lugar num segundo casamento de D. Godinho Viegas com D. Maria Soares após a morte da sua primeira

esposa, D. Aragunde, a qual teria que ocorrer após a venda feita ao mosteiro de Santo Antonino, isto é, em 1062.

Não sendo possível aprofundar mais, por agora, o tema, dado que as fontes são, sobre ele, mudas, e tendo em conta as discrepâncias entre os dados dos linhagistas e a documentação coeva, somos obrigados a concordar com José Mattoso que, colocando algumas reservas àqueles relatos mais tardios, os relaciona sobretudo com “a memória da rivalidade entre as famílias” Azevedo e Silva (Mattoso, 1988: 148). O último documento no qual nos aparece D. Godinho Viegas data de 1073, altura em que confirma a venda de uma herdade em Vila Verde (L.F., Doc. 260). Devemos deter-nos ainda um pouco mais em D. Godinho Viegas e na casa de Baião para fazer notar, como o fez já, aliás, José Augusto Pizarro (1997: 283), os conventos que esta família patrocinou. Os livros de linhagens faziam já disso eco e, assim, encontramos D. Troitosendo Galindes a fundar Paços de Sousa, D. Paio Guterres em Sto. Antonino de Barbudo e Carvoeiro, D. Sueiro Gueendes fundando a Várzea, os descendentes de D. Pedro Afonso de Durrães (da casa dos Ramirões) no mosteiro de Manhente²⁰ e Godinho Viegas em Vilar de Frades.

Da análise dos documentos que, até ao momento, temos feito, denota-se desde logo a ausência de referências a S. Salvador de Vilar de Frades, mormente naqueles onde o seu hipotético “fundador” vem mencionado. Fosse D. Godinho Viegas o refundador e reconstrutor do mosteiro, tal como o referem os cronistas modernos e o Pe. Avelino de Jesus da Costa (1959, I: 103), o certo é que o deverá ter sido antes de 1059, dado que, nessa data, uma 6.^a parte do convento pertencia ao cenóbio vimaranense. De facto, o documento 420 dos *Diplomata et Chartae* refere-nos que, antes de 1059, aquela parte do mosteiro de Vilar havia sido de Cid Salvadores²¹. Ora, Cid Salvadores era o saião do Mosteiro de Guimarães pelos anos de 1053, tal como o demonstra o documento 386 dos

²⁰ Veja-se, a este respeito, as informações transmitidas por Mário Jorge Barroca (2003b: 666-667).

²¹ “(...) et de monasterio de Villar que fuit de Cidi Saluadorit VI^a integra (...)” (D.C., 420: 258).

Diplomata et Chartae, e é de crer que a posse de parte de Vilar de Frades fosse resultado de um contrato jurídico, o qual, contudo, desconhecemos.

A relação de S. Salvador de Vilar de Frades com o Mosteiro de Guimarães demonstrada pelo documento atrás mencionado não pode, de todo, ser desprezada. Ela parece enquadrar-se num fenómeno para o qual chamou já à atenção José Marques (1988) e que diz respeito ao facto de, durante o século XI e XII, a Sé de Braga e o Mosteiro de Guimarães terem, na sua dependência, outros mosteiros. No caso que nos diz respeito, a relação entre os cenóbios de Vilar de Frades e de Guimarães, evidencia, ainda nas palavras de José Marques, “uma federação de mosteiros num período em que a tradição visigótica era ainda vigorosa”, união essa que busca a perpetuação das observações *fructuosianas* e *rosendianas* (Marques, 1988: 627).

S. Salvador de Vilar de Frades terá sido dotado, pelos seus patronos, dos direitos que a um mosteiro medieval diziam respeito e que lhe permitiriam a sua natural sobrevivência. São, no entanto, parcas as informações que nos chegaram sobre estas doações. Citando o Pe. Jorge de S. Paulo, Joaquim Alves Vinhas (1998: 12) e Avelino de Jesus da Costa (1959, II: 506) mencionam a doação de uma herdade efectuada, em 1104, por D. Gontinha. Esta passagem de Jorge de S. Paulo deve ser lida, todavia, com alguma cautela, já que o cronista lóio considera tratar-se, D. Gontinha, da mãe de D. Pedro Salvadores, aquele que recebeu, da parte de D. Sancho I, o couto de Vilar de Frades. Cremos, no entanto, que se referiria antes a D. Gontinha Nunes, nora de D. Godinho Viegas pelo casamento com D. Paio Godins e filha de D. Nuno Soares, o Velho, e de D. Adosinda. Não poderia ser, contudo, mãe de D. Pedro Salvadores, a menos que por uma relação distinta daquela descrita pelos linhagistas, já que são bem conhecidos os 5 filhos de D. Paio Godins e de D. Gontinha Nunes²².

²² Segundo A. de Almeida Fernandes (1972), D. Gontinha Nunes, filha de D. Nuno Soares, o Velho, e de D. Adosinda, teria sido casada com D. Paio Godins, filho de D. Godinho Viegas. Os descendentes deste casal seriam, todavia, Nuno Pais da Vide, Mem Pais Bofinho, Onega Pais, Dórdia Pais e Maria (ou Mor) Pais, não se encontrando, entre eles, nenhum Pedro Salvadores. Não é possível entroncar, pelo menos de

É ainda o mesmo Pe. Jorge de S. Paulo quem nos diz que, em 1172, D. Sancho I terá dado carta de couto a S. Salvador de Vilar de Frades, “por merce a D. Pedro Salvadores e a sua mulher D. Sancha Martins pello muito serviço que fizera a el rei D. Afonso Henriques seu pai” (Conf. Vinhas, 1998: 11). Tal privilégio era conhecido da comunidade de Vilar, e portanto de Jorge de S. Paulo, pois, em 24 de Janeiro de 1624, um certo Gaspar de Medeiros faz um treslado em pública forma, a pedido do Reitor de Vilar de Frades, dessa carta de couto. Gaspar de Medeiros não terá tido conhecimento do original, já que este se encontrava na posse de Rui Dias de Menezes²³. Existem, no Arquivo Distrital de Braga, três cópias desta carta sendo, provavelmente, a primeira destas cópias, aquela a partir da qual Gaspar de Medeiros exarou o treslado em pública forma²⁴ (v. Anexo Documental 1.i).

Uma primeira referência a uma eventual carta de couto a Vilar de Frades, a confirmação do seu couto por Pascoal II em 1115, foi já publicada por Carl Erdman (1927: 166-167) e igualmente mencionada por Avelino de Jesus da Costa (1959, II: 82), ainda que a validade do seu teor tenha sido colocada em causa. A carta que se encontrava em posse dos Lóios, por seu turno, levanta igualmente dúvidas, mormente no que respeita à data – Era de 1210 –, dúvidas essas que não são só nossas, já que alguém também as colocou em causa fazendo essa nota à margem dos três documentos. De facto, a Era de 1210 reportar-nos-ia para o ano de 1172, no qual D. Afonso Henriques ainda era vivo, não fazendo sentido que D. Sancho I se referisse à “felississimae memoriae” de seu pai. O autor dos comentários anotados nos três documentos em causa propôs que se tratasse do

forma imediata, D. Pedro Salvadores na árvore genealógica de D. Godinho Viegas. Não obstante, tal como já foi anteriormente proposto (GEPB, Vol. 35: 804; Pizarro, 1997, I: 285), pode colocar-se a possibilidade, salvaguardando precauções relacionadas com critérios cronológicos, de o patronímico presente no nome de Cresconho Arualdes, bisavô de D. Pedro Salvadores, evidenciar alguma ligação à casa de Baião, através do seu fundador, Arualdo de Baião.

²³ Rui Dias de Menezes era fidalgo da casa real e “escrivão das confirmações” em 1596, como consta de uma certidão atestando que diversos documentos que comprovam privilégios régios dados a Vilar de Frades se encontram em seu poder. Conf. A.D.B., F.M.C., L-13, fl. 174-175.

²⁴ A.D.B., F.M.C., L-13, fl. 11-13v, fl. 19-20 e fl. 178-181v.

ano de 1210 e não da Era de César mas tal data não poderia ser compatível com as datas de vida ou de serviço dos confirmantes. Na verdade, a carta teria que balizar-se entre Julho de 1198 e Fevereiro de 1203 pois é entre estas datas que poderíamos encontrar Paio Moniz de Riba Vizela como *signifer* do rei²⁵.

Entre 1197 e 1203 podemos encontrar, igualmente, os demais confirmantes ocupando os cargos de administração régia ou as cátedras episcopais, patentes no documento. Tais datas são, contudo, posteriores à Era de César de 1210 ou anteriores à Era de Cristo. Não obstante, é possível que tenha havido, por parte de quem fez a transcrição do documento original, confusão entre o X (10) e o “X aspado” (40)²⁶. Se assim tiver acontecido, a data do documento recai sobre o ano de 1202, o qual se encontra enquadrado na nossa baliza cronológica.

A carta de couto aponta as razões, já mencionadas por Jorge de S. Paulo, pelas quais D. Sancho I outorgava o privilégio: “*pro bono servitio quod nobis et Patri nostro felicissimae [me]moriae fecistis & facitis & pro uestro bono Aztoze alcaide, que nobis dedistis*”. Entre aqueles bons serviços mencionados por D. Sancho I terá de contar-se o facto de D. Pedro Salvadores ter sido *dapifer* de D. Afonso Henriques entre 1179 e 1185 (Branco, 2005: 111; Pizarro, 1997, II: 1019-1020) como também, e talvez com maior peso para o segundo rei de Portugal, o facto de D. Pedro Salvadores e D. Sancha Martins terem sido encarregues por D. Sancho I da educação do seu filho bastardo Gil

²⁵ A este respeito, seguimos as informações apresentadas por Maria João Branco (2005: 271-272). As datas que apresentámos correspondem aos limites, respectivamente, do seu predecessor e sucessor no cargo de *signifer*. Na verdade, e como refere aquela autora, os dados conhecidos para Paio Moniz de Cabreira e Ribeira encontram-se balizados entre Março de 1199 e Setembro de 1202.

²⁶ A hipótese de uma confusão na transcrição da data foi-nos sugerida, inicialmente, pelo Sr. Prof. Doutor Mário Jorge Barroca, tendo em conta, além de outras, confusões semelhantes na leitura de epígrafes medievais. Quando, posteriormente, pedimos auxílio para uma mais correcta leitura do documento à Sr.^a Prof.^a Doutora Rosário Morujão e a confrontámos com os problemas relacionados com a data do documento, também esta investigadora concordou com a possibilidade já levantada de uma confusão entre o “X” e o “X aspado”. Aos dois professores não podemos deixar de demonstrar, aqui, o nosso mais profundo agradecimento pelas sugestões dadas.

Sanches (Branco, 2005: 42; Pizarro, 1997, II: 1020). Enigmática continuará, no entanto, a expressão final “*pro uestro bono Aztore alcaide, que nobis dedistis*”²⁷.

Os limites do couto de Vilar de Frades são, também eles, mencionados:

“Per fluvium de Uzio ubi dividit cum Varzena & ascendit per vicum de Incoiratus per Vimaranes, & vadit ad gandaram planam et vadit ad doupradoiro, et ferit super petram impressam & vadit ad Cadavum in Petra Grandi. & descendit per Cadavum usque ad primum predictum cautum.”

Não nos foi possível confirmar, até ao presente, estes limites. Alguns dos topónimos e hidrónimos referidos na carta são actualmente desconhecidos, ou podem, mesmo, estar mal transcritos. Não conhecemos nenhum curso de água cujo nome se aproxime de Uzio, mas é possível que corresponda à Ribeira de Espinheira, em Madalena de Vilar. Por Gândara é conhecida uma zona da freguesia de Areias de Vilar, mas junto ao Cávado, pelo que não corresponderá à “gândara chã” do nosso documento. Existe, ainda hoje, um lugar chamado Travadouro que se encontra dentro dos limites da cerca de Vilar de Frades, mas parece-nos demasiado afastado do local por onde deveria passar o limite do couto. Não conseguimos localizar, ainda, nem a “pedra impressa” nem a “pedra grande”.

Não obstante estas dificuldades, é de crer que o couto de Vilar de Frades poderia corresponder, *sensu lato*, aos limites actuais da freguesia de Areias de Vilar. Encontrar-

²⁷ Uma hipótese levantada pelo Sr. Prof. Doutor José Mattoso, a quem auscultámos sobre o conteúdo da carta de couto e, em particular, sobre esta frase, prende-se com a eventualidade de poder ter havido, aqui também, um erro na transcrição do documento original, trocando-se a palavra “açor” por “Aztore” e correspondendo o vocábulo “alcaide” a um qualificativo desta ave. A ser assim, poderia compreender-se a frase como um exemplo da prática do “contra-dom” tendo, neste caso, D. Pedro Salvadores dado a D. Sancho I um “açor” como troca por este lhe haver concedido o couto de Vilar. Ao Sr. Prof. Doutor José Mattoso agradecemos a opinião.

se-ia, assim, num enclave entre os coutos de outros dois mosteiros: S. Bento da Várzea e Martim, o primeiro a Sudoeste e, o segundo, a Nordeste.²⁸

Quanto ao padroado de Vilar de Frades, segue, de forma obscura, até D. Berengueira Aires, rica senhora do século XIII/XIV, intimamente ligada ao mosteiro de Almoester, onde terminou por receber sepultura, mas herdeira de vários outros conventos (Fonseca, 1987, II: 29-30). Casada com Aires Nunes e tendo morrido sem descendência, muitos dos seus bens haviam sido herdados quer de sua mãe, D. Sancha Peres, quer de seu marido (aos quais se haviam juntado, já, os bens de uma cunhada, D. Maria Peres, casada com Fernão Nunes Revelado)²⁹. D. Berengueira Aires terminou por ceder o padroado de Vilar de Frades a D. Geraldo, bispo do Porto, em 12 de Agosto 1302 (Fonseca, 1987, II: 30).

Pelas Inquirições de 1220, sabemos que possuía, entre casais e quebradas, 8 propriedades em S. João de Areias, 19 casais em S. Tiago de Encourados, 9 em Santa Maria de Martim, 4 em S. Vicente de Areias, 2 em S. Martinho de Galegos e 3 em Santa Maria de Galegos (GEPB, 804)³⁰. Quanto às igrejas que lhe estavam anexas, apenas encontramos três, referidas já ao tempo de D. Fernando da Guerra (séc. XV): ¼ de Padim (em Braga), ½ de S. Miguel de Gemeses (Julgado de Neiva) e St^a. Eugénia de Trás de Faria (Julgado de Faria)³¹. Todavia, estes bens não seriam suficientes para, em período beneditino, cumprir com os encargos que lhe eram devidos e, por isso, Vilar de Frades encontrava-se isento do pagamento das dízimas devidas à Arquidiocese de

²⁸ Não obstante o exposto, não podemos deixar de estranhar o facto de, nas Inquirições de D. Afonso II, ser este mosteiro denominado de “Vilar de Frades de Cauto de Varzea” (conf. *Inquisitiones*, I: 35), facto que parece apontar para uma dependência perante o mosteiro da Várzea ao invés da autonomia que, conforme vimos, lhe havia sido atribuída cerca de 20 anos antes.

²⁹ Conf. L.D. 7H6 e L.D. 11C7.

³⁰ Maria José Lagos Trindade (1971: 134) indica, somente, os 36 casais do convento.

³¹ Conf. Marques, 1988: 705.

Braga, impostas pelo IV Concílio de Latrião em 1215, sendo o único mosteiro não agostinho da diocese bracarense a ter obtido a referida isenção (Marques, 1988: 405).

Tabela 1 - Conversão de valores do jantar para o sistema decimal

2 módios de trigo	48 alqueires ³²	816 litros ou 672 – 864 kg ³³
6 puçais de vinho	36 almudes ³⁴	720 litros
2 quarteiros de favas	12 alqueires ³⁵	204 litros ou 168 - 216 kg ³⁶
1 quarta de eruga	0,25 alqueires ³⁷	4,25 litros ou 3,5 - 4,5 kg ³⁸

Desde os finais do século XI, S. Salvador de Vilar de Frades tinha perante a Arquidiocese de Braga, a obrigação de *um jantar* (Costa, 1959, II: 82). Encargo pesado para as instituições monásticas, já que ele implicava acolher toda a comitiva do arcebispo durante as visitas anuais (Costa, 1959, I: 74; Barroca, 2003b, 666, nota 3), sabemos pelo Censual do Cabido de Braga que, durante a segunda metade do século

³² 1 Moio <=> 24 Alqueires (Costa, 1959, I: 75).

³³ 1 Alqueire <=> 17 litros (Costa, 1997, I: 284). 1 Alqueire <=> 14 a 18kg (Marques, 1990: 71).

³⁴ 1 Puçal <=> 6 Almudes; 1 Almude <=> 20 Litros (Costa, 1959, I: 77 e 1997, I: 284-285 e nota 80).

³⁵ 1 Quarteiro <=> ¼ de Moio (Marques, 1990: 71).

³⁶ Ver, acima, Nota 32.

³⁷ 1 Quarta <=> ¼ de Alqueire <=> 3,5 a 4,5 kg (Marques, 1990: 71).

³⁸ Ver, acima, Nota 32.

XIV, este *jantar* consistia em: “dous modios de trigo VI puçaes de vinho e XV lanpreas e tres savaes e XL peixes de rede boons e dous quarteyros de favas e çem porros boons e hua quarta d eyruga³⁹” (Costa, 1959, II: 316). A conversão destes valores (v. Tabela 1) para o sistema decimal permite ter uma melhor percepção das quantidades exigidas pela diocese e, desta forma, compreender, tal como já foi referido, a onerosidade que tal dever implicava para o mosteiro.

Além das grandes quantidades de bens alimentares necessários evidenciadas, o menu de Vilar de Frades demonstra, por outro lado, a relação importante que este mosteiro tinha com o rio Cávado, nomeadamente no que diz respeito aos produtos piscícolas: 15 lampreias, 3 sáveis e 40 peixes de rede “boons”. Esta ligação ao Cávado e às pesqueiras, pela sua importância para a dieta do mosteiro, veio, aliás, a constituir-se como uma das primeiras disputas que os *Bons Homens de Vilar de Frades* tiveram com alguns dos habitantes locais logo que tomaram posse do convento⁴⁰.

II.2 - A fundação de uma congregação e a reconstrução de um convento

A crise que se instala durante os séculos XIV e XV, crise política, económica e social, fomentada não só pelos já conhecidos maus anos agrícolas e pelas pestes que assolaram o país, mas também por algumas menos felizes políticas externas e internas de D. Fernando, levou à deterioração de muitos dos mosteiros da Arquidiocese de Braga⁴¹. Ao “*período de ouro do monaquismo ocidental*” vivido nos séculos XII e XIII (Marques, 1988: 633), sucedeu um período de decadência que seria, a bem dizer, não só material

³⁹ A eruga é uma planta cujas sementes são utilizadas como condimento (Costa, 1959, I: 76 e 1997, I: 284, nota 77).

⁴⁰ A.N.T.T., Vilar de Frades, Convento de S. Salvador, Mç. 1 (1 – 50), Cx. 1, doc. 11.

⁴¹ A este respeito, e sobretudo acerca da influência desta crise nos mosteiros da arquidiocese de Braga, dedicou já profunda atenção o Prof. José Marques (1985: 2-4; 1988: 633-640; 1991: 52-55).

mas, também, em grande parte espiritual. A este respeito, diz J. Augusto Ferreira (1928, T. 2: 243):

“A relaxação dos Institutos conventuaes em Portugal no seculo xv era tão profunda, que não havia em alguns esperança de reforma, e os clamores contra a dissolução monastica registam-se em muitos documentos.”

Vilar de Frades e o seu cenóbio beneditino não escaparam à sorte dos tempos e, em 1425, D. Fernando da Guerra acaba por reduzir o mosteiro de S. Salvador de Vilar a igreja secular. O auto da visitação que se iniciou em 28 de Fevereiro daquele ano é, sem dúvida, claro acerca do estado em que ele se encontraria:

“achamos que o dicto mosteiro era vago per morte de Frei Estêvão Lourenço que delle foy pestumeiro abbade, e que outrossy com elle não havia mosteiro de monges regulares, conventuaaes haveria bem 30 annos porquanto achamos por inquirição que as rendas do moesteiro herão tão tenues e pequenas, por o dito moesteiro não ter tantas nem tais possessões; e de aquellas poucas que havia heram hũas despovoadas, destruidas, e damnificadas por mingoa de lavradores que ahi não havia pellas grandes pestillencias e guerras que em este Regno foram”⁴²

Desde finais do século XIV, portanto, o mosteiro de Vilar de Frades encontrava-se praticamente deserto e os seus dois últimos Abades, D. Martim Obral e Frei Estêvão Lourenço, não haviam conseguido manter a dignidade do edifício. Frei Leão de S. Tomás (1974, II: 259), procurando defender a honra beneditina, incomoda-se com a actuação de D. Fernando da Guerra. Contudo, como anota José Marques (1988: 656), “nota-se que a comunidade se extinguiu naturalmente, limitando-se o prelado a formalizar, à face do Direito, uma situação de facto”.

Por instância de Vasco Rodrigues⁴³, chantre da Sé de Braga, D. Fernando da Guerra entrega, logo após a sua redução a igreja secular, o mosteiro de Vilar de Frades a Mestre

⁴² Conf. Marques, 1988: 655.

⁴³ Sobre este assunto, conf. Pe. Paulo de Portalegre (2007: 94-95).

João Vicente, o fundador dessa “*sociedade de presbíteros seculares de vida comum*”⁴⁴ que veio a tornar-se na Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista. Não nos deteremos, aqui, no historial desta nova instituição e na forma como ela chegou a Vilar de Frades, pois tal história é, hoje, cada vez melhor conhecida⁴⁵. Deveremos, contudo, fazer notar que são a transmissão de um ideal de reforma do clero, por um lado, e a imagem de credibilidade de Mestre João Vicente, por outro, dois factores fundamentais para que D. Fernando da Guerra tenha acolhido, em Braga, a nóvel instituição.

O estado de conservação do mosteiro de Vilar deveria ser, em 1425, de quase ruína. Se bem que este facto, mencionado pelos Padres Baltazar de Cristo Sodré e Jorge de S. Paulo, tendo por base o que havia sido transmitido por Paulo de Portalegre (2007: 93), possa ter sido exagerado como forma de louvar a pobreza e as dificuldades dos primórdios da congregação (Marques, 1988: 656-657; Maurício, 2000, I: 162), não deveria estar muito longe da realidade. Baltazar de Cristo Sodré diz-nos que “as castras que ficarão dos padres Bentos antiguos, servião de cortes de gado, e todos os edificios de todos defeitos, e desbaratados”⁴⁶ e Jorge de S. Paulo, por seu lado, informa que o mosteiro se encontrava:

“muj dannificado com a claustra velhissima que servia de corte de gado, e a Jgreja celeiro e adega, e as mais officinas arrazadas, de modo que de todo o edeficio antigo nada ficou aos nossos padres pera morada sua do que huãs cellas terreas, e a Jgreja velha.”⁴⁷

Além do edifício conventual, também os bens do próprio mosteiro se haviam perdido. Vão, nesse sentido, as palavras do Pe. Baltazar de Cristo Sodré:

⁴⁴ Marques, 1988: 630. O sublinhado é do autor.

⁴⁵ Ver, a este respeito sobretudo os trabalhos historiográficos de José Marques (1988: 851-889) e, obrigatoriamente, a recente tese de doutoramento de Isabel Castro Pina (2011).

⁴⁶ Maurício, 2000, II: 140.

⁴⁷ Maurício, 2000, II: 203.

“Tenho entendido das propriedades deste nosso mosteiro que tudo ouvemos em nossos tempos, em special no tempo dos nossos primeiros padres; e que dos padres de São Bento não herdamos nem ouvemos mais que o casco do moesteiro, e que elles se mantinhão de suas cearas ao redor do mosteiro, que nem a este tempo erão tamanhas, como agora são, porque as comprarão, e fizerão os nossos padres.”⁴⁸

Dadas as circunstâncias, é natural que, conforme dizem as fontes, os *Bons Homens de Vilar de Frades* tivessem dado início a obras de reformulação do espaço conventual. Assim, seja porque algumas obras já haviam sido iniciadas ou estavam em plano, seja apenas por alguma referência à antiguidade do edifício, já em 1437⁴⁹, durante o reitorado de João de Arruda, é feita referência à “crasta velha” do mosteiro, num acto de renúncia de posse, por parte de um conjunto de lavradores e suas mulheres, de uns canais e pesqueiras que o mosteiro possuía no Cávado e dos quais aqueles lavradores se haviam indevidamente apropriado.

No entanto, é só a partir da segunda metade do séc. XV que vamos assistindo a recorrentes menções, directas ou indirectas, a obras executadas em Vilar de Frades, sendo que estas devem ter sido levadas a cabo inicialmente pelo ímpeto de João da Nazaré, reitor em Vilar de Frades entre 1460 e 1471, e tendo como mestre responsável pela sua execução João Vaz. Conforme já teve oportunidade de referir Rui Maurício (2000, I: 163), na doação *pro anima* que Álvaro Pires faz de umas casas na Rua do Souto, em 25 de Maio de 1468, aparece como testemunha “Johaam vaaz meestre das obras do dicto mosteiro”⁵⁰. No seu testamento, datado de 24 de Dezembro de 1466 e feito “dentro na crasta do moesteiro de sam salvador de villar de ffrades”, Álvaro Pires havia já deixado instruções quanto ao seu lugar de sepultura:

⁴⁸ Maurício, 2000, II: 158.

⁴⁹ A.N.T.T., Vilar de Frades, Convento de S. Salvador, Mç. 1 (1 – 50), Cx. 1, doc. 11.

⁵⁰ A.D.B., F.M.C., L-14, FL. 545. V. a transcrição do documento em Maurício, 2000, v. II: 229-230. O sublinhado é original.

“Jtem mandou sobpultar sseu corpo na clasta do dicto moesteiro de vilar de fradees ou no dicto moesteiro ou moymento que hy este ou homde aquelles que leixa por compridores de seu testamento que melhor seja”⁵¹.

Contudo, no documento de 1468, antes mencionado, o mesmo Álvaro Pires é mais explícito, pedindo para ser “lançado em huum mymento allj acerca domde soya d’estar a porta da Jgreja homde Joham vaaz faz ho seu moymento”⁵².

Creemos que em 1471, já as obras da igreja estavam concluídas pois, na carta de doação que Pero Vasques da Maia e sua mulher, Margarida Álvares, fazem de todos os seus bens ao mosteiro, em 1 de Julho de 1476, é posta a condição de que os seus “corpos sejam sepultados quando deus mandar demtro em a egreja nova que joham de nazareth que a ja reformou”⁵³. Ora, João da Nazaré havia sido reitor de Vilar de Frades entre 1460 e 1471⁵⁴, pelo que, se os dotadores o mencionam como o responsável pela construção da igreja nova, a obra deveria ter terminado antes do fim do seu período reitoral.

A construção da torre velha, isto é, a torre do lado sul da fachada da igreja, deve ser posterior a 1468. Datará deste ano, segundo Baltazar de Cristo Sodré, a morte de D. Nuno Aranha, alcaide-mor de Pombal, o qual doou a Vilar de Frades, com D. Beatriz de Melo, entre outras herdades, “a torre velha, que estava junto da Requinha”⁵⁵. Ainda segundo o mesmo Baltazar de Cristo Sodré, “esta mesma torre velha foi desfeita pelos nossos primeiros padres, e trouxerão a pedra de que se fez a torre velha, que hoje tem o

⁵¹ Maurício, 2000, II: 222.

⁵² Maurício, 2000, II: 230.

⁵³ Maurício, 2000, II: 240 e v. I: 164.

⁵⁴ Para esta data, conferir as listas de reitores de Vilar de Frades apresentadas por José Marques (1988: 869-870), Maria do Carmo Lancastre (1991: 179), Vinhas (1998: 66) e Isabel Castro Pina (2011: 273-274).

⁵⁵ Maurício, 2000, II: 156.

relogio”⁵⁶. Esta torre seria, na descrição de Jorge de S. Paulo, “em forma piramidal sobres os quatro angulos de pedraria com o corucho de tijolo pregado em lugar de telha, obra antiga e de permanencia”⁵⁷. O relógio ali colocado, deverá ser aquele a que se referem as Provisões do Capítulo de 1483, instruindo “que se torque o relógio que está em santo eloy pera esta casa”⁵⁸, e que, segundo Jorge de S. Paulo, foi passado para a torre Norte, também conhecida como a torre grande, em 1629⁵⁹.

As actas do capítulo do ano de 1483 referem, além do relógio, que Santo Elói deveria dar esmola para que “as cruces de ujllar e reçam se dem logo aa execucom”⁶⁰. Instam, ainda, os padres reunidos em capítulo, para “que se acabem as obras começadas⁶¹ que necessareas mais forem”⁶². Os Cónegos Azuis haviam entrado já, portanto, num percurso de reformas no edifício que só terminariam, a bem dizer, no séc. XIX.

Em 1484, nova provisão do capítulo. Desta vez,

“mandaram que sse faça varanda da capella de sancta maria ao longo do dormjtório em acabandosse o dormjtorio, do dormjtorio que hora he sse ordene liuraria contra ho pomar e auditorio pera emsignar aa sayda do coro”⁶³

No claustro de Vilar de Frades deveria haver, por esta altura, uma capela dedicada a Nossa Senhora sob a invocação do seu nome próprio: Santa Maria. Paulo de Portalegre

⁵⁶ Maurício, 2000, II: 156.

⁵⁷ Maurício, 2000, II: 209.

⁵⁸ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 9.

⁵⁹ Maurício, 2000, II: 209.

⁶⁰ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 9.

⁶¹ Palavra riscada: “e mais”.

⁶² A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 9.

⁶³ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 12v.

(2007: 159) menciona-a ao tratar da vida do Pe. João de Arruda: “foi dado ho seu corpo à tera e colocado com hos nosos padres antiguos em a claustra sô a capela da Virgê Maria”. Deve ser a esta mesma capela que se referem Vasco Anes da Póvoa e Margarida Anes, quando, no seu testamento de 1472⁶⁴,

“mandaron que se finarem que seus corpos d’anhos sejam enterrados no cimiterio do moesteiro de sam salvador de vjlar de frades homde hordenarem ho prioll do dicto moesteiro e seus coonigos . *scilicet* . no corpo do dicto moesteiro na casa de santa maria”.⁶⁵

Por outro lado, nota-se pela mesma decisão do capítulo, que se estava a trabalhar nas obras de um novo dormitório e que no lugar do anterior dormitório passaria a situar-se uma biblioteca. Estas obras ainda não estavam terminadas no ano seguinte pois, o capítulo de 1485 determinava “que se comprom os mandados dos annos passados e se faça jn primas liuraria hu mjlor ujrem e baranda ao longo do dormitorio etc.”⁶⁶ Na verdade, esta livraria e dormitório novo, pelo menos no que à sua estrutura diz respeito, só deverão ter sido concluídos entre 9 de Junho de 1487 e 29 de Maio de 1488, datas de fim e início, respectivamente, das reuniões de capítulo de cada um daqueles anos. De facto, em 1486, o capítulo ainda ordena que

“Em villar a primeira cousa se repayrem os edificios fectos e façam se cellas no dormjtoreo nouo com boas frestas. E do que he mandado nos capitulos preteritos o que poderem”⁶⁷.

E em 1487, nova provisão do cabido determina que “se trabalhe en perfazer o dormitorio .s. con çellas e leytos e no dormitorio velho se ordene libreria e cabidoo.”⁶⁸

⁶⁴ Note-se, no que a esta data diz respeito, que ela corresponde ao traslado do testamento (28 de Agosto de 1472) e ao ano em que o mesmo terá sido feito (29 de Fevereiro de 1472), apesar de Baltazar de Cristo Sodré indicar, supomos nós como data de morte, o ano de 1466 (Maurício, 2000, II: 154). Será, provavelmente, um erro do padre lóio.

⁶⁵ Maurício, 2000, II: 232.

⁶⁶ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 18v.

⁶⁷ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 24.

Não obstante os atrasos, a obra feita deveria ser exemplar pois, nas provisões de 1485 respeitantes a Recião, ficou escrito que

“a primera coussa que se faça seja o coro e se corega e cabe com a uaranda da jgreia ataa a samcristia e o arco se derrebe e se corega que condiga com ho coro e emdrectem se as grades e se faça coredouro pera samcristia e da crastra pera a igreja carado sobre sy ao modo de villar.”⁶⁹

Estando, como sugerimos, terminadas as obras do dormitório em 1488, vem o capítulo deste ano determinar novas intervenções. Desta feita, tratava-se de corrigir “a naue da iglesia como parecer ao padre e deputados com conselho de officiaes”⁷⁰. Esta nova obra deveria enquadrar-se num processo de embelezamento do templo, no qual se incluía o novo retábulo. Em 1489, determina-se que se “acabesse o rretauolo que he começado pera o altar moor no melhor modo e maneira que se poder fazer e nom se endiuide a casa por ello nem por al.”⁷¹ Os custos relacionados deveriam ser avultados, já que eles são incluídos nas contas apresentadas ao capítulo pelo mosteiro de Vilar, indicando as “tintas e ouro que comprarom pera o retauolo que custarom xbiiij [mil] bjc l reais.”⁷² De facto, os mais de 18.000 reais empregues na obra do retábulo eram muito superiores aos cerca de 2.000 reais que Vilar de Frades possuía na sua “arca”⁷³.

As obras na igreja continuam em 1490, data em que o capítulo ordenou “que se alongue ou stenda o coro por detras hua braçada ou majs se for neçesareo”⁷⁴, tendo-se prolongado, ou pelo menos reencetado, em 1493, altura em que Vilar de Frades é instruído para “que o coro se alongue pera baixo em quantidade de quatro cadeyras <de

⁶⁸ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 27.

⁶⁹ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 18v.

⁷⁰ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 32v.

⁷¹ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 37.

⁷² A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 35v.

⁷³ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 35v.

⁷⁴ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 42v.

cada parte⁷⁵ pouco mais ou menos segundo melhor se poder fazer⁷⁶. Mas é também neste ano que Vilar de Frades recebe o seu órgão, o qual provinha de Sto. Elói, tal como já acontecera com o relógio. A nossa fonte diz que

“mandaram que os horgãos velhos de santo eloy venham pera vilar de que se façam huus boons com diligencia e o asento seia pera conselho de mestres segundo melhor parecer e se poder fazer⁷⁷”

Ainda em 1490, retomam-se obras na zona do dormitório, tendo sido mandado “que se façam os leitos no dormjtorio e seiam çarrados ou como se melhor poderem fazer etc⁷⁸”. Mas este ano abre, também, intervenções na zona da cerca do convento. Sabemos que “mandarom em o capitulo que se faça a pare<de> des o ribeiro ate a porta da casa e da porta da casa derredor do pomar ate o pinheiro etc⁷⁹”. Estas obras terão demorado algum tempo já que, em simultâneo, o convento ia levando a cabo outras que seriam mais importantes. Por isso, em 1496 se ordena “que se faça todo ho que se mandou no capitulo pasado e mais se acabe a tapagem de pedra o longo do camjnho atee hos pinheiros e quanto se bem puder fazer⁸⁰” e, em 1497, como que em grito de desespero, “mandaram que por deus se tenha diligência em se acabar o çerco como vay⁸¹”.

1490 foi, ainda, o ano em que Vilar recebeu um novo sino de maiores dimensões, por troca feita com Manhente. Assim, os cónegos reunidos em capítulo “mandarom que o

⁷⁵ Em entrelinha.

⁷⁶ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 65.

⁷⁷ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 65.

⁷⁸ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 42v.

⁷⁹ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 42v.

⁸⁰ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 86v.

⁸¹ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 92v.

sino de vilar pequeno vaa pera manhente e o de manhente venha pera vilar e esto non se faça senon com conselho do prelado”⁸².

Porque o conjunto das obras que estavam a ser levadas a cabo deveria ser grande demais para a capacidade económica do mosteiro, decide o capítulo de 1491

“que por a obra que se faz poder vjir algum boo termo lhe enujem o majs breue que se possa x [mil] reais as casas de sam joham e de santo eloy .s. iijj [mil] de sam joham e vj [mil] de santo eloy e asy por louuor de deus e homrra de sua madre dem qualquer boo aujamento ajuda e consolaçam aos que na dita cassa esteuerem por que o bem começado vaa auante.”⁸³

O capítulo volta a dar instruções sobre o dormitório em 1492, desta vez mandando “que se faça no dormitorio fora contra o pomar hu espulgatorio.”⁸⁴

Um ano mais tarde, “mandaram que a chymjnee da cozynha e a casa do forno sse correguam e façam em ho mjlhor modo e maneyra que sse fazer poder e ajnda com conselho de oficiaees sse neçessarjo for”⁸⁵, obra que não deveria estar terminada em 1494. Neste ano, o capítulo instruiu os padres de Vilar no sentido de que “cumpram o

⁸² A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 43.

⁸³ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 52. Este apoio entre as diversas casas da ordem era constante, quer fosse ele realizado em dinheiro proveniente da própria arca, em bens ou através da cedência das rendas de igrejas. Veja-se, a título de exemplo a instrução dada ao mosteiro de Vilar de Frades no capítulo de 1498: “jtem por boa comunjeçam e por suprir a proueza de rreciam e se fazer hij dormjtorio ordenamos que ouuese polla igreja de goyos este anno que veem xx[mil] reais que soya d auer sancta maria da consolaçam do porto” (A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 97v). De facto, já no cabido de 1495 havia sido dada instrução para que Vilar cedesse, “por caridade e boo aujamento e soportamento”, a Santa Maria da Consolação, no Porto, 20.000 reais das rendas de Santa Maria de Góios, assim como “todo o pam e foros que a casa de uillar tem no bispado do porto com seus encarreguos” (conf. A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 80.)

⁸⁴ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 58.

⁸⁵ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 65-65v.

que foy mandado no capitulo preterito” mas, também, “que se enmadeire ho alpendre dante a porta da adega no modo mais conueniente”.⁸⁶

Em 1495 são dadas instruções para que “se correguam as freestas do refeityro pera mais vista” e que “as mesas se alargem pera onde ora esta a despenssynha”. Ordenam ainda os padres capitulares que no “alpendre da lenha da cozjnha” se faça uma casa “pera recolhimento das joyas e alfayas do rrefeitorio”. Mas também a sacristia sofre remodelações, pois os padres continuam dizendo que “se façam huus almarios na sancristia daquella parte onde esta o altar com seus caxões”.⁸⁷

À enfermaria, faz referência o capítulo de 1497, pedindo, de forma quase misteriosa, para “acheguar as acheguas pera enfermerja com suas aderenças”⁸⁸. Tratava-se de dar seguimento às instruções do ano anterior, no qual se mandava “que se ponha em ordem a enfermarja com as necesarjas etc.”⁸⁹ Estas operações não seriam, contudo, duradoiras e, talvez porque fosse necessária uma acção mais profunda, decide o capítulo, em 1499,

“pera se fazer dormjtooreo onde agora he enfermaria, e a enfermaria no cabo, onde agora he adega e isto na altura em que agora he o dormjtorio nouo e de baixo seia celleiro e adega todo largo e solepne se ajuncte pedra e madeira e se abram os alicheços sem mudar o que esta fecto e pera esto he boom trazer da pedra canto de manhente do corporal e outra mujta sobeja que hi esta com licença do proujsor do arcebispo”⁹⁰

As obras no coro são retomadas em 1499, quando as provisões capitulares dizem:

“jtem mandarom que no coro se façam almarios pera goardar os livros com seus repartimentos

⁸⁶ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 73.

⁸⁷ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 80.

⁸⁸ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 92v.

⁸⁹ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 86v.

⁹⁰ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 102v.

Casa de Deus e de Homens

e mais que se faça repartimento antre o coro e os orgãos que chegue atee o tecto da igreja por goardar do frio e do vento e jntoar mjllhor o coro e mais que façam estantes ante as cadeiras mais altas e mais streitas e os entrados largos que caibam dois a par”⁹¹

Ainda neste ano, uma outra obra é realizada, mas na zona da cerca, tendo sido ordenado pelo capítulo “que o çarramento da vinha vaa po diante em altura de braça e mea”.⁹²

As obras, como já referimos, nem sempre corriam tão depressa e as admoestações a que se prosseguisse com o trabalho realizado acontecem, ainda, em 1498⁹³, e em 1500, o último ano de que a nossa fonte trata, “que se faça ho que foy mandado nos capitulos pasados acerca das obras ho que se puder fazer.”⁹⁴

Tabela 2 - Cronologia das obras realizadas em S. Salvador de Vilar de Frades⁹⁵

DATA	OBRA REALIZADA
566 (?)	Fundação do convento por S. Martinho de Dume (?)
antes de 1059	Reconstrução por D. Godinho Viegas
Séc. XII/XIII	Reforma(?) do templo românico, nomeadamente a construção de um novo pórtico
antes de 1471	Construção de igreja gótica por João Vaz, durante o reitorado do Pe. João da Nazaré
1468 – 1483	Edificação da torre Sul
1483	Colocação do relógio na torre sul

⁹¹ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 102v.

⁹² A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 102v.

⁹³ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 97v.

⁹⁴ A.N.T.T., M.L., Mic. 7588, fl. 107.

⁹⁵ Nesta tabela coligimos, além das informações por nós recolhidas, aquelas que foram já publicadas por Rui Maurício (2000) mas, sobretudo, as sistematizadas por Joaquim Alves Vinhas (1998).

Francisco G. C. Líbano Monteiro Faure

DATA	OBRA REALIZADA
1484 – 1488	Construção de novo dormitório e varanda; transferência da livraria e cabido para o dormitório velho; construção do auditório à saída do coro
1488	Obras de correcção à nave da igreja
1488 – 1489	Arranjo do retábulo do altar-mor
1490	Prolongamento do coro “1 braça”; leitos do dormitório; início da obra da parede da cerca; colocação de sino
1492	“Expurgatório” para a zona do pomar, junto ao dormitório
1493 – 1494	Prolongamento do coro “4 cadeiras”; colocação do órgão; arranjo da chaminé da cozinha e da casa do forno
1494	Enmadeiramento do alpendre frente à porta da adega
1495	Correcção das janelas do refeitório; alargamento das mesas do refeitório para a zona da “despensinha”; construção da arrecadação das jóias e alfaias do refeitório; colocação de armários na sacristia
1496 – 1497	Obras da enfermaria e “necessárias”
1499	Novo dormitório, onde estava a enfermaria, sob o qual ficariam a adega e celeiro; nova enfermaria, onde estava a adega; reformulação do coro, com colocação de armários, divisórias e estantes; edificação da cerca na zona da vinha
Antes de 1513	Capela-Mor
Antes de 1520	Forro e armários da sacristia, camas para a enfermaria
Antes de 1523	Corpo da Igreja, pórtico axial e nártex
1523	Início do dormitório do poente
1525	Adega
1540	Início da Torre Norte
1541	Forro, nichos e cadeiral do coro
1534	Dormitório do “val de cavalinhos”
1546	Sala do colégio, refeitório e dormitório grande
1548	Cozinha
1552	Casas entre o cunhal da capela-mor e a levada.
1555	Claustro e varandas
1560	Órgão do coro
1561	Biblioteca

Casa de Deus e de Homens

DATA	OBRA REALIZADA
?	Grades do cruzeiro da igreja
1566	Retábulo do altar-mor
1572	Dormitório da “varanda”
1581	Lavandaria
1583	Casas da procuração e do azeite
1585	Estofado, douramento e pintura do altar-mor
Antes de 1589	Estofado e entalhamento de dois altares colaterais
1589	Pintura dos altares mor e colaterais
1590 (?)	Altars de Stº. António e S. Sebastião nas capelas laterais
1593-1594	Reforma do cabido, enfermaria, escadarias, escadaria, portais, cozinha e latrinas
1595	Altar do Espírito Santo numa das capelas laterais e obras na Torre Norte
1597	Chafariz do Claustro
1598-1600	Lajeado do Claustro e conclusão da Torre Norte
1619 – 1620	Ala norte do terreiro dos Cabedais, muro fronteiro do terreiro da igreja e do convento, alicerces da ala sul do convento
1621	Reconstrução do corpo da igreja
1623	Lançamento da primeira pedra da abóbada na zona do coro
1624	Conclusão da abóbada na zona do coro
1625	Obras no corpo da igreja. Reforma da enfermaria e da hospedaria. Obras nas celas
1630	Demolição da antiga biblioteca
1632	Reforma das varandas do claustro com tijolo cozido
1637	Escada de cantaria do claustro
1641	Conclusão das obras de reconstrução do corpo da igreja
Antes de 1646	Casa dos padres visitantes
1646	Duas “alcobas” de pedraria
1658	Conclusão dos trabalhos nas capelas laterais, incluindo a colocação dos seus retábulos
1682	Assinatura do contrato para as obras de carpintaria do coro

Francisco G. C. Líbano Monteiro Faure

DATA	OBRA REALIZADA
1696	Assinatura do contrato para a obra do retábulo mor e tribuna
1698	Assinatura do contrato para os dois altares colaterais do cruzeiro e 22 painéis, com molduras de talha dourada para revestimento da capela-mor
1698	Assinatura do contrato para a obra do dormitório na ala sul do terreiro dos cabedais
1700	Obra de pedraria da emenda e do frontispício do convento
1705	Revestimento das paredes das celas e da escadaria e telhados do dormitório novo
1706	Uma partida de azulejo
1732	Chafariz do Claustro
1737	Abertura da porta travessa da igreja, dita das procissões
1752-1754	Abertura das janelas da igreja, construção do coro da capela-mor, outras obras de adorno da igreja e sacristia
1764	3 sinos
1777-1780	Capela nova, casa dos gerais e dormitório
1781-1783	Continuação da obra anterior e “Galaria”
1801-1803	Cozinha, oficinas e aposentos dos criados
1804-1805	Princípio das obras da frontaria da igreja
1807-1809	Quarto reitoral e obras do claustro

III - Intervenções Arqueológicas no Convento de S. Salvador de Vilar de Frades

Entre 1995 e o presente ano de 2012, o Convento de S. Salvador de Vilar de Frades tem sido alvo de intervenções arqueológicas mais ou menos duradouras e, quase sempre, enquadradas em contexto de obras de revalorização do monumento levadas a cabo pela Direcção Regional de Cultura do Norte. O maior programa de trabalhos desenvolveu-se, sem dúvida, nos finais da década de 90 do Séc. XX e até 2004. A estratégia de abordagem prendeu-se, muitas vezes, com as necessidades das obras que decorriam pelo que, nem sempre, as sondagens realizadas correspondiam, obrigatoriamente, aos locais considerados pelos investigadores, mais pertinentes, para um melhor conhecimento do sítio. Acrescem, a estas intervenções, os acompanhamentos de obras nos quais, não obstante os registos de campo realizados, a informação acaba por ser, tantas vezes, de tal forma fragmentária que não permite uma leitura de conjunto correcta.

A primeira grande intervenção decorreu em 1998, sob a direcção de Teresa Laço e Rita Bernardo (1999). Além de diversos acompanhamentos de obra e de sondagens pontuais no interior da igreja, destacam-se, desta intervenção, as sondagens 10, 10A, 10B e 10C, a Norte da Igreja, assim como as sondagens 12 e 12A, localizadas no adro, em frente à torre Sul.

No primeiro semestre de 1999, os trabalhos estiveram a cargo de Lídia Maria dos Santos Lopes (2000), a quem competiu a direcção, também, de acompanhamentos e sondagens, mormente no exterior Norte e Este da igreja e edifício conventual, no interior do templo, no adro e, ainda, uma pequena sondagem no claustro. Destas, destaque especial deverá ser dado às sondagens 21, 22 e 23. Numa segunda fase, de Julho a Dezembro de 1999, a direcção dos trabalhos competiu a Ricardo Erasun Cortés, tendo recebido a nossa colaboração directa (Erasun e Faure, 2000). Além dos

acompanhamentos realizados no interior da igreja, no claustro e adro, foram especialmente profícuas as sondagens 24, 25, 30 e 12A2⁹⁶.

A primeira abordagem levada a cabo de forma sistemática à área do claustro teve lugar entre 2000 e 2001, altura em que os trabalhos foram dirigidos por nós. As obras na Igreja encontravam-se já em fase bastante avançada e pretendia-se, então compreender melhor a zona claustral. A estratégia de actuação prendeu-se essencialmente com a abertura de sondagens nas alas Oeste e Sul do claustro. A esta campanha de 2000/01, seguiu-se uma outra entre 2002/2004, sob a coordenação de Luís de Oliveira Fontes e a direcção técnica de Alexandra Moreira e Anabela Duarte (Fontes, Moreira e Duarte, 2003 e 2007). Além da área do claustro, foi aberta uma sondagem na primeira capela lateral do lado do evangelho, logo a seguir ao braço do cruzeiro.

A partir daí, têm sido levadas a cabo intervenções pontuais, sempre enquadradas no programa de reabilitação e manutenção do mosteiro, dirigidas por Ricardo Erasun Cortés (Erasun, 2008).

III.1 - A problemática em torno do edifício medieval

Tivemos já a oportunidade de dizer que, além dos achados arqueológicos dispersos, nomeadamente aqueles inicialmente publicados por Mário Jorge Barroca (1990) e, mais recentemente, revistos por Luis Fontes e Belisa Pereira (Fontes e Pereira, 2009), os trabalhos arqueológicos levados a cabo em Vilar de Frades não permitiram, até ao momento, trazer grandes conclusões sobre a ocupação pré-românica do conjunto monástico. São três, as peças relativas a este período que hoje se encontram depositadas no Museu Pio XII. A primeira é um fragmento de cancela (MPXII.LIT. 597) possuindo um motivo cruciforme decorado com linhas paralelas nos seus quadrantes inferiores

⁹⁶ Por erro de registo, foi repetida na segunda campanha de 1999 a numeração da S. 12A, que havia sido já escavada por Laço & Bernardo (1998). Por esse motivo, manteremos neste trabalho como S. 12A a sondagem de 1998 e referir-mo-nos-emos sempre como S. 12A2 à sondagem de 1999.

(Barroca, 1990: 110; Fontes e Pereira, 2009, 1: 71). A segunda peça (MPXII.LIT. 597) é uma placa decorada com um motivo representando um animal inscrito numa circunferência toreada (Barroca, 1990: 110-111; Fontes e Pereira, 2009, 1: 72). O terceiro elemento é o fragmento de um ajimez (MPXII.LIT. 597), sem decoração, apresentando o arco do lado esquerdo ainda intacto e o arranque do arco do lado direito (Barroca, 1990: 110; Fontes e Pereira, 2009, 1: 73). Mário Barroca (1990: 128) aponta uma datação possível para estes elementos enquadrada entre meados do século X e meados do século XI, encontrando, ainda, paralelos na Galiza para o fragmento de ajimez (Barroca, 1990: 110). Luís Fontes e Belisa Pereira (2009: 71-73), por seu lado, indicam a possibilidade de estas peças se inscreverem num período cronológico mais lato, localizado entre os séculos IX e XI.

Uma tão pequena quantidade de elementos arquitectónicos pré-românicos e românicos contrasta, claramente, com a bastante mais profícua colecção proveniente do mosteiro da Várzea, vizinho de Vilar de Frades, e hoje depositada, igualmente, no Museu Pio XII. A este facto poderão não estar isentos de responsabilidades, por um lado, a extinção e abandono do mosteiro da Várzea e, por outro, as sucessivas obras que Vilar de Frades foi sofrendo ao longo dos tempos, mormente o intenso programa arquitectónico inicialmente patrocinado por D. Diogo de Sousa.

Da igreja e edifício conventual românicos restam, ainda hoje, na fachada principal do templo, um pórtico e uma “janela”, implantadas na chamada torre velha, isto é, no torreão inacabado do lado Sul. Trata-se, sobretudo o pórtico, de uma peça arquitectónica sobre a qual se debruçaram já diversos especialistas em história da arte. As abordagens têm evoluído desde a exemplaridade e singularidade da “arcatura historiada” até à sua quase abominação como representante de um pastiche oitocentista fruto, não das obras dos padres bentos mas, antes, da reforma levada a cabo pelos Lóios nos inícios do Séc. XIX (Rosas, 1995, II: 397-398; Almeida, 2001: 100 e 159). O tema é gerador de alguma polémica, pelo que devemos prestar-lhe, aqui, alguma atenção.

Enquadrado em silhares de revestimento da parede oitocentista, o pórtico é formado por três arquivoltas. A mais interior é decorada em ambas as faces com recurso a elementos

entrançados, apresentando, o vértice, um motivo boleado. Assenta sobre um capitel decorado e respectiva coluna. A segunda arquivolta tem representada uma série de animais alados, alguns bebendo de um cálice. Tal como a anterior, também esta assenta sobre capitéis decorados e colunas.

Nas palavras que Carlos Alberto Ferreira de Almeida lhe dedica em a “História da Arte em Portugal” (1986: 154), a terceira arquivolta é “a arquivolta românica portuguesa mais historiada e de maior interesse iconográfico”. Cada uma das suas 13 aduelas representa um motivo escultórico figurativo que, pelo seu interesse, descreveremos por ordem começando pelo lado esquerdo do observador. A primeira aduela representa dois personagens abraçados, para a qual diversas opiniões foram já expressas, desde a representação do encontro do filho pródigo com o pai (Barreiros, 1920: 9), até a um abraço de Jesus a S. João Evangelista (Almeida, 1986: 155), passando pela luta entre Jacob e o Anjo (Ramos, 1963: 306). Na segunda aduela, podemos ver um bispo, com báculo e mitra, impartindo uma bênção com a mão direita.

A terceira, quinta e décima aduelas apresentam guerreiros medievais. O primeiro está montado num cavalo, com espada de guardas rectas na mão direita e escudo normando na esquerda, a qual deverá estar, igualmente, a segurar as rédeas. Na cabeça, uma capelina. O segundo guerreiro, apeado, tem vestida uma sobrecota e a cabeça protegida, também, com uma capelina. Na mão direita segura uma espada de guardas rectas e pomo discóidal e em torno do pescoço aparece uma provável tira de couro que suporta o grande escudo amendoado. O cavaleiro representado na décima primeira aduela está, tal como o primeiro, montado a cavalo mas, neste caso, segurando uma lança. As protecções do corpo consistem em capelina e escudo normando, tal como nos demais casos.⁹⁷

⁹⁷ Como refere Luís de Oliveira Ramos, a desproporção entre o tamanho dos cavalos e o dos respectivos cavaleiros dever-se-á à exiguidade do espaço de representação (Ramos, 1963: 310). Desenvolvendo-se, a maioria das figuras do arco, num eixo vertical superior ao horizontal, compreende-se a razão de uma desproporção que, de alguma forma, é inversa, por exemplo, à da figura do túmulo de D. João Afonso de

Na quinta e décima terceira aduelas podemos ver duas figuras femininas, de vestido longo e mãos colocadas ao nível da anca, frente às quais pende uma *écharpe* que passa por trás da cintura. Uma outra figura feminina encontra-se na nona aduela, na qual uma mulher segura uma criança de tenra idade ao colo.

Duas figuras mitológicas, dois quadrúpedes cuspidos fogo, de longas caudas sobre o dorso, figuram na sexta e oitava aduelas. Não se trata, como já havia notado Luís de Oliveira Ramos (1963: 309), de elefantes (Barreiros, 1920: 10), mas sim de uma espécie de dragões com garras compridas. Ambas as representações estão voltadas para a sétima aduela, a aduela chave, na qual se apresenta a figura central. Aqui aparecem “cinco misteriosos personagens”, nas palavras de Artur Nobre de Gusmão⁹⁸, de orelhas bem evidenciadas, segurando com uma das mãos duas serpentes que, enredadas uma na outra, se mordem. É, como diz Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986: 155), uma representação “enigmática” e para a qual têm sido dadas diversas explicações. Para Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1986: 155), simbolizaria as almas no inferno, guardadas pelos dois dragões, enquanto que para Aguiar Barreiros (1920: 10) se trataria de uma representação da “*mansão dos justos (...) ligados pelas raízes potentes da caridade*”⁹⁹.

Um menestrel tocando um cordofone foi esculpido na décima primeira aduela¹⁰⁰. Por último, uma outra figura mitológica, na décima terceira aduela. Trata-se de uma sereia, como o evidenciam os seios desnudados, que parece agarrar com as duas mãos um peixe, ainda que o motivo seja de leitura complexa.

Albuquerque, no Mosteiro de St.^a Maria de Pombeiro (Felgueiras). Neste último caso, talvez por falta de altura, o cavalo encontra-se mais proporcionado do que o cavaleiro, que parece um pouco atarracado (Sobre este túmulo, v. Barroca, 1987: 460 e 2000b: 89).

⁹⁸ Apud Ramos, 1963: 307.

⁹⁹ O sublinhado é do autor. Note-se, no que respeita a esta interpretação do Cónego Manuel de Aguiar Barreiros, que o autor terá confundido as serpentes com raízes.

¹⁰⁰ V., para este e outros exemplares, o estudo de Luis Correia de Sousa (2005).

O conjunto termina com uma moldura formada por aduelas decoradas com uma sequência de três fiadas de contas ou ovas e, por vezes, contas mais estreitas às quais se segue um motivo geométrico desenhando fitas entrelaçadas.

Analisadas no seu conjunto inicialmente por Aguiar Barreiros (1920) e Aarão de Lacerda (1942: 287-288), as representações do pórtico românico de Vilar de Frades foram vistas por Luís de Oliveira Ramos (1963: 309) como uma representação das três ordens sociais medievais: a nobreza, o clero e o povo, cada um deles identificado na figura dos cavaleiros, do bispo e do jogral e figuras femininas, respectivamente. Manuel Monteiro (1950), por seu lado, não teve dúvidas em considerar a arcatura de Vilar como uma representação do *Romance de Lancelot* tendo Narciso de Azevedo (1970) feito uma associação com a ode dedicada a Parsifal (Azevedo, 1970: 105).

Recentemente, todavia, seguindo a esteira de dúvidas já adiantada por Lúcia Rosas (1995, II: 397-398) e Carlos Alberto Ferreira de Almeida (2001: 100 e 159), a autenticidade do pórtico, nomeadamente da arcatura historiada, têm sido colocadas em causa.

Ainda que alguns dos elementos do conjunto desta porta possam ser recentes, nomeadamente os pilares em que assentam a arcada historiada e a moldura do conjunto, acreditamos ser possível dar uma cronologia românica a este pórtico. No que diz respeito às bailadeiras, recorde-se uma aduela semelhante proveniente de S. Martinho de Tibães, à qual já havia feito alusão Manuel Monteiro (1950: 91, nota 4) e, mais recentemente, publicada por Luís Fontes (2005: 121). Não havendo conhecimento de que Tibães tivesse um programa de edificação de um portal românico historiado em pleno século XVIII ou XIX, é fácil de aceitar a medievalidade das figuras femininas deste mosteiro beneditino e, conseqüentemente, do de Vilar de Frades. Também as representações de cavaleiros patentes no pórtico de Vilar nos reportam para um período que, *sensu lato*, poderia ir de meados do século XI a inícios do XIII. Assim acontece, por exemplo, com os escudos de tipo normando, amendoados, utilizados ainda ao tempo

do reinado de D. Sancho I (Barroca, 2003a: 133)¹⁰¹. O mesmo se passa com as espadas, sobretudo a que se encontra na quinta aduela, do cavaleiro apeado, de guardas rectas e pomo discóidal, e que facilmente se enquadrariam na mesma época. Dentro do equipamento militar, o elemento mais dissonante acabam por ser as protecções de cabeça, capelinas de forma quase cónica, mais parecidas com peças do século XI, representadas nas tapeçarias de Bayeux¹⁰², do que com as do XII/XIII.

No que diz respeito à janela, no piso superior da mesma torre, as suas aduelas exteriores estão decoradas com uma série de animais quadrúpedes (cães ?), na face externa e na face interna, por um motivo enxaquetado. O vértice das aduelas, por seu lado é boleado. As colunas que suportam este arco possuem capiteis insculturados. No do lado direito do observador, um indivíduo suporta a estrutura com os seus braços e, no do lado esquerdo repete-se o motivo alado. A arcatura interior é, claramente, fruto das obras de oitocentos. Esta peça não deveria ser, originalmente, uma janela, mas, provavelmente, uma porta lateral do templo românico.

O pórtico românico de Vilar de Frades, assim como a janela que se lhe sobrepõe, estão enquadrados na fachada que os Cónegos de S. João Evangelista reformularam a partir de 1805. Não se trata, portanto, e como mais adiante teremos oportunidade de referir, de estruturas em contexto original. Aliás, a porta, propriamente dita, resulta de uma intervenção realizada já no séc. XX pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, como bem o demonstram as fotografias mais antigas que retratam o monumento.

¹⁰¹ A utilização deste tipo de escudo, se não a um nível militar pelo menos a um nível iconográfico, deverá ter perdurado, até ao reinado de D. Afonso II já que ele ainda é representado em numismas deste monarca (Vaz e Salgado, 1987: 25-26). Para o reinado de D. Sancho I, são conhecidos morabitanos e mealhas com o mesmo tipo de escudo (Vaz e Salgado, 1987: 21-22) tendo Mário Jorge Barroca (2003a: 133) feito menção à sua utilização nos elementos distintivos do reinado do “povoador”.

¹⁰² A analogia entre os guerreiros de Vilar de Frades e as figurações militares da célebre tapeçaria de Bayeux foram já apresentadas por Pedro Vitorino (1940).

III.2 - Casa de Deus – intervenções na área da igreja

III.2.i - Intervenções arqueológicas

III.1.ii.a – Trabalhos arqueológicos na periferia da igreja e adro

As intervenções levadas a cabo na periferia da igreja¹⁰³ e no adro tiveram lugar, sobretudo, entre 1998 e 1999, sendo dirigidas por Teresa Laço e Rita Bernardo, Lúcia Lopes e Ricardo Erasun. Mais recentemente, em 2012, foi aberta uma sondagem arqueológica na zona do adro, da responsabilidade de Ricardo Erasun, tendo esta campanha incidido, ainda, sobre a zona a oriente do edifício conventual¹⁰⁴.

Uma parte destes trabalhos tiveram como fim o acompanhamento de valas abertas por operários de construção civil, com ou sem recurso a equipamento pesado de remoção de terras, nomeadamente máquinas retro-escavadoras. Mas foram simultaneamente realizadas diversas sondagens, nas quais aqui nos deteremos de forma mais cuidada, dado que é nas intervenções com este tipo de metodologia que se pode obter uma melhor compreensão do monumento.

Sondagens 10, 10A, 10B e 10C

A S. 10 (Laço e Bernardo, 1999: 10-25) foi aberta, inicialmente, junto ao quarto contraforte do corpo da igreja, isto é, correspondendo à zona entre a capela da Sagrada Família e a capela baptisterial. Devido aos achados que aqui foram tendo lugar, esta

¹⁰³ Por periferia da igreja referimo-nos mais concretamente à área a Poente e a Norte. Porque a igreja confina, a Sul, com o claustro, os trabalhos aqui realizados serão analisados na secção seguinte, onde se tratará desta área em concreto.

¹⁰⁴ Informação pessoal do Sr. Dr. Ricardo Erasun, a quem agradecemos.

sondagem foi sendo prolongada. As primeiras camadas de terra aqui depositadas correspondiam, em geral, a uma potente camada de entulho resultante das diversas obras que foram sendo levadas a cabo no monumento. Destaque-se, por outro lado, o aparecimento de alguns buracos de poste atribuídos à colocação de andaimes para a execução de obras.

Permitiu, esta sondagem, verificar que o alicerce da igreja foi feito com recurso a pedras irregulares, algumas delas avulsas, aparecendo, por vezes, entre estas, alguns elementos arquitectónicos anteriores reutilizados. O contraforte era, no que à sua base diz respeito, apenas adossado à parede do templo, facto que confirma a sua edificação posterior à dos alicerces exteriores das capelas laterais, tal como o atesta a documentação coeva (Vinhas, 1998: 149-150). Trata-se, na verdade, de obra de inícios do século XVII, correspondendo ao período em que foi abobadada toda a igreja. No entanto, se o contraforte é posterior à parede da igreja, esta não deixa de ser, por seu turno, posterior a um piso que, previamente, aqui existia. Este, uma camada argilosa regular (UE [38]) que pôde ser cronologicamente datada do século XV devido ao aparecimento de diversas espécies numárias, mormente dois ceitis e um ½ real preto de D. Duarte (Laço e Bernardo, 1999: 15), foi rasgado para a implantação do alicerce da igreja quinhentista.

Ainda nesta sondagem foram identificadas oito sepulturas, seis das quais se encontravam implantadas perpendicularmente à parede da igreja (sepulturas 1, 2, 3, 4, 6 e 7). Estas últimas eram fossas de inumação abertas no substrato geológico e encontravam-se directamente associadas ao piso de circulação. As sepulturas 1, 2, 3 e 4 possuíam tampas monolíticas tendo, duas delas, alguns motivos singelos gravados¹⁰⁵.

A sepultura 5 é, talvez, a mais complexa deste conjunto. Encontrava-se orientada no sentido E – W e as pernas do indivíduo elevadas face ao corpo. É claramente posterior às sepulturas 1 e 2, pois as pernas estão sobre a cabeceira desta última estrutura e terá sido para depositar este indivíduo que foi mexida a tampa correspondente à sepultura 1.

¹⁰⁵ Destas tampas daremos notícia mais adiante (Cap. IV).

Para um enterramento aparentemente tão descuidado como o da sepultura 5, não deixa de ser contrastante o facto de a ele estar associado um dos poucos elementos de espólio não devocional ou tipicamente funerário identificado em Vilar de Frades. Trata-se de um punhal com cabo em osso, colocado sobre o corpo do defunto, do lado esquerdo do peito. Associado a ele encontrava-se, ainda, uma moeda, provavelmente um meio-tornês de D. Fernando.

Tabela 3 – Cista da S. 10A/B

	Sepultura 8 UE [99]
Orientação	81°
Comprimento	-
Largura Máxima	-
Largura Mínima	0.24m
Altura	0.24m
Nº de Lajes de Cobertura	[2]
Nº de Lajes de Cabeceira	-
Nº de Lajes de Fundo	-
Nº de Lajes Direita	[2]
Nº de Lajes Esquerda	[3]
Notas	Buraco para ossário na sua zona central.

Finalmente, a cista polilítica, destruída para implantação das sepulturas 4 e 5, orientada W-E. Na zona correspondente ao seu terço inferior possuía, ainda, duas pedras servindo de tampa. De destacar que os elementos líticos que formavam os lados da sepultura se encontravam assentes directamente no substrato rochoso e eram toscamente afeiçoados,

recaindo o trabalho da pedra principalmente sobre o seu lado interior. No fundo, na zona correspondente ao seu terço inferior, encontrava-se um buraco alongado.

Sondagens 20, 6/Obra e 10 Prolongamento Este

A Este da S. 10 – 10 C, foram abertas em 1999, sob a direcção de Lídia Lopes (2000: 33-35; 36; 75-84), um conjunto de outras sondagens, delimitadas também elas pela parede Norte da igreja. Procurava-se, com estas sondagens, averiguar a qualidade dos solos, já que ali viria a ser implantada uma potente estrutura de betão destinada à contenção de águas subterrâneas e, ainda, aferir a continuidade dos enterramentos identificados na S. 10-10C.

A S. 10 Prolongamento Este e a S. 6/obra foram abertas com recurso a equipamento mecânico, pelo que a informação daí resultante é muito fragmentária. Acrescente-se, além disso, que em 1995 havia sido já aberta, aqui, uma outra sondagem. O único elemento com particular relevo acabou por ser a identificação de uma estrutura pétreia que corresponderia a uma cista polilítica, orientada no sentido Oeste – Este.

No que diz respeito à S. 20, é conclusão de Lídia Lopes (2000: 84) que “todos os níveis identificados são posteriores à construção do alicerce da parede lateral norte da igreja e do contraforte, sendo portanto, posteriores ao século XVII”. Este é um dado interessante e que contrasta, claramente com a escavação das sondagens 10, 10A, 10B e 10C, nas quais se podiam encontrar níveis anteriores e posteriores à construção da igreja.

Sondagens 12, 12A, 12A2 e 12B

Foram, estas, as primeiras grandes sondagens abertas na zona do adro. As sondagens 12 e 12A, abertas pela equipa de Teresa Laço e Rita Bernardo (1999: 25-32) foram implantadas em frente à ombreira esquerda da porta da torre Sul, aquela onde se localiza o arco românico. Inicialmente com 2 por 2 m, veio a ser prolongada para W de forma a atingir uma área máxima de 6 m².

Tabela 4 - Cista da S. 12, 12A e 12A2

	S. 12 e S. 12A	S. 12A2 e S. 12B			
	UE [19]	UE [10]	UE [19]	UE [20]	UE [34]
Orientação	107°	86°	-	81°	89°
Comprimento	-	-	-	1,85	-
Largura Máxima	-	-	-	0,50	-
Largura Mínima	-	[0,33]	-	-	-
Altura	-	-	-	0,36m	-
Nº de Lajes de Cobertura	[1]	[2]	-	-	[3]
Nº de Lajes de Cabeceira	-	-	1	1	-
Nº de Lajes de Fundo	-	1	-	-	1
Nº de Lajes Direita	-	2	[1]	2	[3]
Nº de Lajes Esquerda	[3]	2	-	2	[4]
Notas					

A fase mais antiga de ocupação (Fase 1) aqui identificada corresponde à implantação de uma cista polilítica, orientada no sentido W – E, formada por pedras graníticas de forma tendencialmente rectangular, aparelhadas, e coberta com lajes graníticas. Não foi escavada na sua totalidade, já que ultrapassava os limites da sondagem. Mais recentes, são um conjunto de 7 enterramentos em fases distintas. A primeira, mais antiga, correspondendo aos indivíduos 6 e 7, a segunda, intermédia, aos indivíduos 1, 2, 3 e 5 e, finalmente, a mais recente, formada pela inumação do indivíduo 4, a qual destruiu, parcialmente, o indivíduo 1.

No que diz respeito às sondagens 12A2 e 12B, escavada durante a segunda campanha de 1999 (Erasun e Faure, 2000: 5-13), estendia-se ao longo de uma vala com cerca de 10,5m², unindo a torre Sul com o muro que delimita a zona fronteira à igreja.

Foram exumados um total de 21 indivíduos (dois deles na S. 12B), se bem que alguns destes, por se encontrarem sob os perfis, não foram estudados completamente. Seguindo todos o mesmo tipo de comportamento, encontravam-se orientados no sentido W-E. A consecutiva ocupação deste espaço como zona de cemitério, tal como já se havia confirmado nas sondagens 12 e 12A, bem como, mais recentemente, em 2012, na S. 60, fez com que não se identificasse uma estratigrafia clara e que os indivíduos inumados fossem, umas vezes, sobrepostos ou, noutros casos, as novas inumações destruíssem as anteriores.

Nesta fase mais recente de ocupação cemiterial, destaca-se a reutilização, ainda que involuntária, de duas cistas polilíticas. No primeiro caso (UE [20]), como fruto do enterramento de dois indivíduos (UE [23] e [27]), deve ter resultado a remoção das tampas da sepultura. Já no segundo caso, a UE [10], ainda que apresentasse algumas das lajes de cobertura, a inumação de um indivíduo (UE [18]) levou não só à destruição de uma parte significativa da sua cobertura como, também, da própria cabeceira da estrutura.

A fase mais antiga de ocupação desta sondagem corresponde ao período de utilização das cistas como forma de enterramento. Neste caso, podemos dividir as quatro cistas por dois períodos claramente distintos. O primeiro período, mais recente, corresponde às duas cistas já aludidas (U.E.'s [10] e [20]), às quais podemos associar uma outra, a UE[19], que não foi escavada por se encontrar no perfil Norte da sondagem mas que apresentava, ainda, a sua cobertura, aparentemente, intacta. As pedras que formavam estas cistas aparentavam ter sido alvo de trabalho de afeiçoamento, com as faces superior e interna trabalhadas e, nalguns casos, seriam mesmo elementos construtivos reaproveitados. Uma quarta cista, a UE [34], estava a uma cota inferior às demais, chegando mesmo a sobrepor-se-lhe, parcialmente, a UE [19]. Ao contrário das outras estruturas, os elementos pétreos que formam esta cista são irregulares, sem trabalho

cuidado, mais pequenos e, por isso mesmo, aparentando algum descuido construtivo. Finalmente, quer na UE [20] quer na UE [34], apareceram buracos alongados, na zona correspondente ao terço inferior da cista, destinados a ossário.

Teresa Laço e Rita Bernardo (1999: 29) colocaram a hipótese de os enterramentos das sondagens 12 e 12A corresponderem a um enterramento colectivo. Teremos oportunidade, mais adiante (v. Cap. IV), de verificar que tal suspeita carece de justificação. Estes enterramentos, tais como os da S. 12A2, 12B e S. 60, são, na sua generalidade, individuais e espaçados no tempo.

III.1.ii.b – Trabalhos arqueológicos no interior da Igreja

Sondagem 11

Escavada por Teresa Laço e Rita Bernardo (1999: 33-37), a sondagem 11 localizava-se no eixo da igreja, próximo da porta e em frente da capela da família Vilas Boas. Trata-se de uma pequena sondagem, inicialmente com 2,0 X 1,0 m de área, os quais foram, posteriormente, reduzidos a 1,0 X 1,0 m.

Um potente nível de aterro, associado ao nivelamento do piso da igreja, correspondia às primeiras camadas de terra, nas quais se encontrava sepultado um indivíduo orientado no sentido W – E, a Sul da sondagem, e parcialmente dentro do perfil. Cerca de 1,60 m abaixo do lajeado da igreja, identificou-se um piso de areias finas misturadas com argila. Na camada de terra imediatamente abaixo do piso, foram identificadas duas moedas, uma das quais um ceutil. Como adiante veremos, este piso com numismas semelhantes será uma constante em toda esta zona da igreja.

Por baixo do piso foi identificado um segundo enterramento, desta feita em caixão, e com orientação Norte – Sul. A sepultura havia sido escavada na rocha-base e cortava uma outra, orientada no sentido Este – Oeste. Devemos aqui destacar não só o facto de

se encontrar uma sepultura com caixão datável do Séc. XV ou anterior, mas também o facto de esta se encontrar orientada no sentido Norte – Sul. Como veremos, a generalidade dos enterramentos no interior da igreja, estão orientados no sentido Oeste – Este.

Sondagem 21, 23 e 30

A análise conjunta destas três sondagens prende-se com o facto de, não obstante não se encontrarem todas unidas (pois só a S. 21 e a S. 30 são contíguas) e não terem sido abertas na mesma campanha, elas permitirem ajudar a interpretar o alicerce da arcada das capelas laterais do lado Sul.

As sondagens 21 e 23 foram abertas durante a campanha de Lídia Lopes (2000: 62-66 e 70-74) e procuravam analisar as duas bases de colunas que haviam sido identificadas durante os trabalhos de remoção de terras pelos trabalhadores da obra. A escavação da S. 30, por seu turno, foi dirigida por Ricardo Erasun e procurava avaliar a forma como se articulava a parede onde se encontrava o pórtico manuelino com o alicerce das capelas laterais.

Na S. 21, com uma área de 2,0 X 1,5m, foi possível constatar-se a existência de um potente nível de aterro, o qual era posterior ao piso que aparecia nesta zona da igreja e que poderá ser datado do Séc. XV. Neste nível de aterro, foram identificados vestígios do enterramento de três indivíduos, ainda que a exiguidade do espaço não permitisse chegar a grandes conclusões sobre os mesmos, a não ser no que diz respeito à sua orientação, que era W – E. Quanto à base de coluna que havia dado origem à abertura de sondagem, veio a constatar-se que assentava sobre um grande embasamento paralelepípedo, formado por três blocos graníticos, bem aparelhados, com o bordo superior boleado e as juntas rejuntadas com argamassa de cal. O piso encontrava-se em perfeita concordância de ocupação com este embasamento, pelo que poderemos datá-lo, também, do Séc. XV. No entanto, devemos dizer que o facto de entre as pedras do alicerce das capelas laterais se encontrar uma outra pedra com vértice boleado, mas a

cota distinta, nos obriga a ter precaução em asseverar que este embasamento se encontrava *in situ*.

A Oeste desta sondagem, e coincidindo com os seus limites, foi aberta a S. 30, com 2,0 X 2,0 m de área. Aqui, a equipa de Ricardo Erasun (Erasun e Faure, 2000: 47-52) identificou um quadro semelhante ao anteriormente descrito. Os três enterramentos, agora perfeitamente identificados, eram em fossa simples, sem vestígios de presença de caixão ou quaisquer outros materiais associados, com excepção de um alfinete junto do indivíduo 1 (UE [5]). O piso anteriormente identificado aparece, igualmente, nesta sondagem e directamente associado ao alicerce das capelas laterais. Este prolongava-se além dos limites do corpo da igreja, em direcção a Oeste. A fachada manuelina, por seu turno, adossava a este alicerce e cortava o nível de circulação quatrocentista.

Por baixo deste piso encontrava-se uma camada de destruição e nivelamento, pouco profunda com cerca de 0,30 m, com ossos e outros materiais revolidos associados, entre os quais apareceram 4 esporas em ferro (Erasun e Faure, 2009). Na rocha-base, argilosa, vieram a identificar-se os vestígios do assentamento de duas cistas polilíticas. De uma delas, a que se encontrava a Sul (UE [31]), havia sobrevivido, ainda, a zona dos pés, a qual terá sido aproveitada como alicerce do embasamento de coluna identificado na S. 21.

A Sondagem 23, localizada mais a Este, e com uma área de 2,0 X 3,0 m, foi aberta, tal como a S. 21, com o fim de tentar analisar melhor um embasamento de coluna encontrado durante as remoções de terras levadas a cabo pela obra. Nesta sondagem, continua a aparecer o piso quatrocentista, tendo aparecido, pouco acima dele, um total de 25 moedas, especialmente ceitis de D. Afonso V e D. Manuel I. O embasamento de coluna estava, tal como no caso da S. 21, em perfeita articulação com o piso. Note-se que, ao contrário do que acontecia na S. 21, temos, aqui, quase perfeita segurança de que este embasamento se encontrava *in situ*, já que, no alicerce das capelas laterais e à mesma cota, aparecia uma pedra semelhante.

Tal como veremos ao falar da S. 22, o alicerce do arco da capela lateral, parece terminar nos limites desta sondagem, aparecendo-nos um último grande silhar associado a uma potente estrutura de cimentação de pedras avulsas ligadas com argamassa.

Estas sondagens acompanham, como vimos, o alicerce dos arcos das capelas laterais. Trata-se de uma estrutura completamente distinta daquela que aparecerá noutras zonas da igreja e formada por silhares graníticos de grande porte, bem trabalhados, ainda que com pico grosso. Destaca-se o facto de estes silhares se encontrarem rejuntados com argamassa de cal, à semelhança do que acontecia com os embasamentos de coluna. As colunas não estariam, contudo, directamente adossadas à parede, já que, tal como se pode constatar na S. 21, um silhar se encontrava entre a base de coluna e o alicerce, facto que parece acontecer, também, na S. 23. É de notar, ainda, que o topo da última fiada de pedras deste alicerce coincide com o arranque do piso da nave central, o que nos aponta para um reaproveitamento desta estrutura aquando da obra levada a cabo, no século XVI.

Sondagem 24

Implantada na nave da igreja, na área Sudeste, esta sondagem encostava ao muro onde assentavam os arcos da segunda capela do lado da epístola, isto é, a Capela das Almas do Purgatório (Erasun e Faure, 2000: 14-20). O objectivo de abertura da Sondagem 24 prendia-se com o estudo das sepulturas colocadas à vista durante os trabalhos levados a cabo pela obra (Erasun, 2000, p. 14). A sua área de implantação era de 13.3 m², tendo de comprimento máximo 3.8 m e de largura máxima 3.5 m. Contudo, uma área de cerca de 1,0 m², localizada na sua esquina Nordeste, não chegou a sofrer intervenção, pelo que o total de área útil escavada foi, apenas, de 12,34 m².

Os primeiros níveis de terra escavados, correspondentes às unidades estratigráficas [0] e [1], eram depósitos resultantes dos trabalhos e revolvimentos entretanto já levados a cabo pela obra, não obstante a cota a que se encontravam ser já relativamente baixa, isto é, cerca de 1,0 m abaixo do degrau de acesso à capela. Nesse sentido, foi-lhes atribuída uma cronologia de contexto contemporâneo.

A Sondagem 24 permitiu, ainda, colocar à vista o alicerce Sul da nave, formado por pedras não aparelhadas e ligadas com argamassa, ao qual foi atribuído a UE [27]. Contemporâneo da edificação desta estrutura, são as unidades estratigráficas [5], [5A], [6] e [11], as quais faziam parte do enchimento da vala aberta para a implantação do alicerce, proporcionando a sua melhor cimentação e compactação. Tendo em conta a data da construção da igreja, estes estratos enquadrar-se-ão na primeira metade do século XVI.

Os níveis de ocupação mais antigos evidenciados nesta sondagem correspondem a quatro sepulturas, em forma de cista polilítica. A primeira destas sepulturas, UE [2], apresentava ainda, na zona da cabeceira, duas lajes irregulares e levemente aplanadas que faziam parte da sua cobertura e que, originalmente, deveria ser formada por mais dois elementos semelhantes. A cabeceira era formada por um grande bloco granítico que deverá ter sido trabalhado no seu lado Este de forma a apresentar uma face plana e vertical. O grande tamanho deste bloco leva-nos a pensar que já se encontraria *in situ* aquando da edificação da cista, à semelhança de um outro imediatamente a Oeste, e que teria sido reaproveitado funcionalmente com este fim. A cista propriamente dita tinha a planta de forma praticamente rectangular mas formando um leve arco para sul. O seu lado direito era formado por quatro lajes graníticas de dimensão variável, aplanadas no interior e topo e levemente inclinadas para o interior da estrutura. Do lado esquerdo, outras quatro lajes, igualmente trabalhadas no seu lado interno e no topo, de tamanho mais uniforme do que as do lado direito, encontravam-se dispostas verticalmente. Finalmente, uma laje na zona dos pés, semelhante às anteriores, fechava a estrutura. Nota-se, nesta estrutura, uma clara preocupação em utilizar pedras bem trabalhadas nas duas faces mais nobres, a interior e a superior. Dois destes elementos, a terceira pedra do lado esquerdo e a segunda do lado direito, apresentavam uma cruz grega, provável marca de canteiro, no primeiro caso gravada sobre a face superior da pedra e, no segundo, na sua face interna.

Dentro desta sepultura encontravam-se vestígios da inumação de um indivíduo adulto, de sexo indeterminado. A cabeça assentava numa cabeceira formada por três elementos, duas pedras irregulares junto à zona temporal do crânio e um fragmento de telha

disposto verticalmente na zona do occipital. No terço superior da sepultura e junto à cabeceira, encontrava-se um buraco directamente escavado na substrato argiloso, e que serviu como ossário. Um outro ossário de planta oval, desta feita no terço inferior da sepultura, foi aberto igualmente na rocha. Devido às fracas condições de preservação dos vestígios osteológicos aparecidos, não foi possível proceder à sua identificação correcta.

Uma segunda sepultura em forma de cista, estratigraficamente designada como UE [3], encontrava-se a Norte da anterior. As quatro lajes que constituíam a sua cobertura, de forma tendencialmente rectangular, ainda que toscas e não evidenciando grande preocupação de aparelho, encontravam-se *in situ*. A estrutura tumular era de planta trapezoidal, formada por três lajes do lado direito e uma para o pé. A esquina Nordeste desta sepultura, isto é, a zona correspondente ao fim do seu lado esquerdo, encontrava-se adossada à Sepultura 3.

A sepultura 3, UE [4], possuía tampa formada por pedras toscamente trabalhadas, irregulares, mas alongadas, que assentavam directamente sobre as paredes da cista. A caixa pétreia era formada por apenas uma pedra à cabeceira e aos pés e por três a cada um dos lados. Estas, eram trabalhadas apenas nos seus lados superior e interior, aparentando o lado exterior, pelo menos no que é visível, uma total despreocupação. Na zona correspondente ao terço inferior, foi documentado um buraco alongado destinado ao depósito de restos ósseos de inumações anteriores.

A última destas sepulturas (ainda que se encontrasse a uma cota ligeiramente superior às outras 3), identificada estratigraficamente como UE [8], era orientada no sentido Oeste – Este e encontrava-se bastante destruída. De tamanho pequeno e formada com pedras graníticas de trabalho irregular, apresentava ainda uma das pedras que lhe servira de tampa, a pedra de cabeceira, duas pedras a limitar por Norte e três a limitar por sul. Nas terras respeitantes ao seu enchimento, não apareceram vestígios osteológicos. Tratar-se-ia, contudo, de uma sepultura destinada a uma criança, dado o seu tamanho reduzido.

Tabela 5 - Cistas da Sondagem 24

	Sepultura 1 UE [2]	Sepultura 2 UE [3]	Sepultura 3 UE [4]	Sepultura 4 UE [8]
Orientação	101°	84°	29°	92°
Comprimento	1.92m	1.50m	1.96m	0.74m
Largura Máxima	0.40m	-	0.46m	0.26m
Largura Mínima	0.33m	0.30m	0.32m	0.14m
Altura	0.38m	0.36m	0.36m	0.22m
Nº de Lajes de Cobertura	2	4	5	1
Nº de Lajes de Cabeceira	1	-	1	1
Nº de Lajes de Fundo	1	1	1	-
Nº de Lajes Direita	4	3	3	3
Nº de Lajes Esquerda	4	1	3	2
Notas				

Sondagem 25

Aberta ao centro da Igreja, em frente à capela da Sagrada Família, a sondagem possuía 3,5 X 2,5 m, numa área total de 8,75 m² (Erasun e Faure, 1999: 21-25). Pretendia-se, com esta intervenção, averiguar a forma como se desenvolvia este espaço, sobretudo tendo em conta o muro que havia aparecido próximo, em acompanhamento, e que deu origem à abertura das sondagens 22 e 26A a 26D.

Os estratos arqueológicos aqui identificados correspondiam a um potente nível de aterro levado a cabo a partir do Séc. XV. Na verdade, também nesta área aparecia o piso argiloso quatrocentista, que temos vindo a acompanhar, pelo que podemos datar, sem grandes dúvidas, todo o aterro levado a cabo na zona oriental do templo. De época

Casa de Deus e de Homens

posterior ao Séc. XV, não sendo contudo possível atribuir-lhe uma datação concreta, é o indivíduo aqui sepultado (UE [11]), para o qual foi aberta uma sepultura regular, não apresentando vestígios de caixão. Encontrava-se orientado no sentido W-E.

Abaixo do piso apenas foi escavada uma pequena área de cerca de 1,0 X 1,0 m, na esquina Nordeste da sondagem. Na sequência desta pequena sondagem, veio a aparecer uma cista polilítica formada por pedras de trabalho bastante regular nos seus limites superior e interior, mas bastante irregular nos lados que não se encontravam visíveis. Possuía uma pedra na zona dos pés e os lados eram formados, na zona visível, por duas pedras sendo, a mais afastada dos pés, no lado esquerdo, de grandes dimensões e bastante irregular no seu lado exterior.

Tabela 6 - Cista da Sondagem 25

	Sepultura 1 UE [27]
Orientação	94°
Comprimento	-
Largura Máxima	-
Largura Mínima	0.28m
Altura	0.24m
Nº de Lajes de Cobertura	-
Nº de Lajes de Cabeceira	-
Nº de Lajes de Fundo	1
Nº de Lajes Direita	[2]
Nº de Lajes Esquerda	[2]
Notas	Só foi escavada a zona inferior da Sepultura.

Sondagens 22, 26, 26A, 26B, 26C e 26D

Estas sondagens foram abertas em momentos diferentes, ainda que as reúnamos aqui por enquadrarem todas uma mesma estrutura: um muro que apareceu no interior da igreja durante os trabalhos levados a cabo pela obra, atravessando a nave central no sentido Sul – Norte.

Com o fim de conhecer melhor esta estrutura, foi inicialmente aberta, durante a campanha dirigida por Lídia Lopes (2000: 66-70), uma sondagem de 2,55 por 2,0 m, junto à parede da terceira capela do lado da epístola. Mais tarde, ainda em 1999, a equipa de Ricardo Erasun escavou um conjunto de quatro sondagens, numeradas como 26 a 26D (Erasun e Faure, 2000: 26-38). As sondagens 26 a 26C desenvolviam-se de Sul para Norte e atingiram um comprimento de cerca de 3,90m por 1,0m. No caso da S. 26D, localizava-se a Sul das sondagens 26 e 26A e media cerca de 2,0m por 1,75m.

Tal como temos vindo a observar nas sondagens realizadas nesta zona da igreja, detectou-se na S. 22 uma forte camada de aterro, especialmente a Oeste do muro, a qual se sobrepunha ao piso datado do século XV. Junto à esquina do muro com o alicerce da capela lateral, apareceram um conjunto de numismas, em estrato de terras muito arenoso e com calhaus graníticos, associados ainda a quatro cascas de ovo, provavelmente de galinha, bastante bem conservadas. As moedas que aqui apareceram coincidiam, na sua datação, com as demais, se bem que no caso presente tenham aparecido, além de espécies contemporâneas de D. Afonso V, algumas correspondentes ao reinado de D. Manuel I.

Importa, aqui, sobretudo dizer que o muro que se desenvolvia no sentido Sul - Norte apresentava, no seu alçado Este, ainda uma fiada de silhares bem trabalhados na face externa, de formato rectangular, dispostos sob o seu lado mais comprido. O alçado Oeste correspondia ao alicerce e era formado por pedras graníticas por vezes pouco trabalhadas e de grandes dimensões. A articulação deste muro com o alicerce das capelas laterais, nomeadamente no que à zona sudoeste da sondagem diz respeito, era difícil de interpretar, não parecendo conjugar-se as pedras de uma e outra estrutura e

parecendo, no seu encontro, faltar alguns elementos pétreos. Este facto poderá estar relacionado com a vala que se desenvolvia na diagonal, no sentido Sudeste – Noroeste, aberta no substrato geológico, mas para a qual não foi possível obter uma interpretação clara.

Com as sondagens 26 a 26D tentou-se compreender a forma como este muro se desenvolvia para Norte, já que a meio da igreja ele se encontrava destruído. Chegou-se à conclusão de que esta estrutura havia sido totalmente desmontada, sendo ainda visível o desnível marcado entre as zonas oriental e ocidental. No caso da S. 26B, era possível ver no seu perfil Este uma estrutura que, pensamos, corresponderia a uma cista polilítica. Não é possível ter a certeza da relação que esta cista teria com o muro, entretanto destruído. Pela sua localização e pela largura que esta sepultura tinha, acreditamos que ela aproveitasse o muro como cabeceira e que, nesse sentido, haveria alguma relação directa entre as duas estruturas. No limite Norte da S. 26C, era visível o alicerce da arcada das capelas laterais, executado com pedras bastante irregulares e sem preocupação de talhe. Este alicerce cortava a vala de implantação do muro, pelo que lhe seria, claramente, posterior.

A S. 26D foi aberta a Oeste das sondagens 26 e 26A. O propósito de abertura daquela sondagem prendia-se com o facto de, nestas, ter aparecido uma pedra que se assemelhava a um degrau que dava passagem da zona oriental, mais alta, para a ocidental, com cota inferior. Terminou por se constatar a existência de um conjunto de três degraus formando uma passagem incipiente e irregular, de um para o outro lado. Estes degraus seriam posteriores à destruição do muro, já que não se encontraram vestígios da estrutura na S. 26A. Nesta sondagem podia ver-se um pequeno patamar entre o segundo e o primeiro degraus. Destaque-se, ainda, o facto de um dos degraus, o segundo ser um elemento arquitectónico reaproveitado, eventualmente parte da ombreira de uma janela ou porta, com chamfro. Finalmente, o degrau mais baixo encontrava-se em perfeita articulação com o piso quatrocentista que, com frequência, aparecia na zona oriental do templo.

Sondagem 27

A S. 27 foi implantada dentro da terceira capela lateral do lado Sul, e possuía uma área de 2,5 X 1,5 m. Foi escavada durante a segunda campanha de 1999, sob a direcção de Ricardo Erasun (Erasun e Faure, 2000: 39-41).

Os estratos de terra escavados nesta sondagem eram, na sua maioria, modernos, tendo-lhes sido atribuída uma cronologia entre os séculos XVI e XVII, dado que alguns destes níveis estavam associados à construção e cimentação dos alicerces das paredes laterais da capela. No entanto, quer no perfil Norte quer no Sul, uma secção central era claramente mais antiga. No caso do perfil Sul, correspondia a estratos de depósito de terras, também elas com materiais modernos associados. Já no perfil Norte, por outro lado, o elemento mais antigo correspondia ao “topo” do muro que havia sido estudado nas sondagens 22 e 26 a 26D.

Na base da sondagem era visível uma forte cimentação levada a cabo com pedras de grande porte, cimentação essa que correspondia directamente à UE [22], o muro que atravessava transversalmente a nave da igreja, mas que aparentava inflectir para Oeste, conjugando-se, assim, com a parede que servia de alicerce aos arcos das capelas (v., acima, as Sondagens 21 a 30). Se, de facto, esta inflecção se comprova, esta sondagem é o único local onde se pode ver uma articulação entre as duas estruturas.

Sondagens 43 e 43A

Sondagens abertas em 2002 pela equipa coordenada por Luís Fontes (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 23-28 e 2007: 3.3), ocuparam toda a área da segunda capela lateral do lado Sul, a seguir ao transepto.

Trata-se de uma sondagem com extraordinário interesse já que, aqui, foram identificados elementos arquitectónicos que corresponderiam “à abside lateral Norte da cabeceira da igreja medieval” (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 23). Este alicerce, aberto no substrato rochoso, era feito com recurso a blocos graníticos de grande porte, não afeiçoados mas

tendencialmente rectangulares. Segundo os mesmos autores, a vala aberta na rocha base “desenha uma forma poligonal, que parece configurar a forma de uma abside facetada, de que se conhecem paralelos em algumas igrejas monásticas” (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 24).

Destaque-se, ainda, o facto de nesta sondagem ter sido feito o levantamento de paramentos desta capela, ficando registadas, desta forma, as portas que permitiam a comunicação entre as capelas laterais em zona mais próxima do altar, posteriormente entaipadas e passando a ser usadas as portas mais próximas da nave. Esta situação era já conhecida, ainda que dela não houvesse registo.

III.2.ii - Interpretação

A principal problemática que se levanta quando se aborda o mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades prende-se com a localização do templo românico e a sua articulação com as estruturas actuais e mesmo com as que foram aparecendo ao longo das diversas campanhas de escavação arqueológica. Na verdade, pouco se continua a saber sobre este templo ainda que algumas hipóteses tenham vindo a ser levantadas ao longo dos últimos anos e, sobretudo, aquelas que a campanha de trabalhos arqueológicos levada a cabo sob a coordenação de Luís Fontes, em 2002, permitiu. Aqui, na S. 43, apareceram vestígios de um absidiolo que, segundo aquele autor e a sua equipa, corresponderia à igreja medieval de Vilar de Frades (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 23).

A igreja medieval localizar-se-ia, então, a Sul do templo actual, fazendo Luís Fontes e colegas, uma proposta de implantação de um edifício com três naves, correspondendo à nave central, como seria natural, uma abside de maiores dimensões (v. Anexo VII.III.viii). Antes, conjuntamente com Ricardo Erasun (Erasun e Faure, 2000: 52), propusemos a hipótese de uma cronologia românica para o muro que aparecia nas sondagens 21, 22 e 30. Não podendo descartar totalmente esta hipótese, dado que pouco mais conhecemos para além destas estruturas, estamos, contudo, convencidos de que elas farão parte da igreja quatrocentista construída por João Vaz a mando do reitor João de Nazaré e, portanto, anterior a 1471. Apontam-nos, para isto, duas ordens de razão.

Em primeiro lugar, o muro que atravessava transversalmente a nave da igreja, detectado durante a escavação das sondagens 22 e 26A a D, deveria ser contemporâneo da ocupação desta zona como uma área especialmente votada ao culto dos mortos, na qual a tipologia de sepulturas mais comum era, sem dúvida, a das cistas polilíticas. O muro dividia claramente dois espaços, um a Este, mais próximo do transepto, e outro a Ocidente. Aquela primeira zona encontra-se a uma cota mais elevada que a segunda cerca de 0,60 m. A cabeceira das cistas localizadas na zona oriental está a uma cota que varia, sensivelmente, entre os 22,45 e os 22,65m, e as suas coberturas a cotas que rondavam os 22,70m. Já na zona poente, ainda que não tenhamos dados sobre as tampas das cistas, as cotas das pedras que formavam os seus limites laterais, pelo menos no que à Sondagem 25 diz respeito, encontravam-se a cerca de 22,05m. É possível que a cista identificada no perfil Este da S. 26B encostasse ao muro e não tivesse sido destruída por ele, razão que, mais uma vez, aponta não só para a contemporaneidade destas estruturas mas, também, como uma relação directa entre elas. A passagem de uma para a outra área far-se-ia com recurso aos três degraus identificados nas sondagens 26A e D, mas cremos que estes degraus não serão contemporâneos da estrutura original, dado que a sua concepção é demasiado tosca quando comparada com o muro e, por outro lado, um dos degraus era feito com recurso a um elemento arquitectónico reaproveitado e com chamfro. Há que ter em conta, ainda, que os degraus deveriam ser contemporâneos do piso quatrocentista ao passo que o muro deveria ser mais antigo, dado que ele parecia dividir dois espaços à época da utilização das cistas.

Este muro prolonga-se para Sul, na S. 27 e aí terminava ou terá sido destruído. Ora, constatou-se durante a escavação desta sondagem que este muro a UE [22] correspondia à fase mais antiga de ocupação. Na S. 22, por seu lado, a parede “românica” não se conjuga perfeitamente com a outra estrutura, mas, ainda assim, esta parecia ser mais antiga do que aquela.

A parede, por seu turno, era visível sobretudo nas sondagens 21, 23 e 30. As bases para assentamento de colunas que se lhe encontravam adossadas não são um excelente indicador cronológico, já que nos podem aparecer quer em contextos românicos quer em estruturas góticas. Mas era evidente, após a escavação da S. 30, que o embasamento

do colunelo que havia aparecido na S. 21 estava assente sobre uma cista (facto que não era visível durante a escavação desta sondagem). Assim, se este embasamento se encontra *in situ*, ele tem que ser obrigatoriamente posterior, pelo menos, à ocupação desta estrutura, facto que nos obriga a adiantar a cronologia do dito embasamento.

Por estas razões, somos tentados a dar a esta parede uma cronologia da segunda metade do Séc. XV e colocamos algumas reticências à hipótese de ela corresponder ao templo românico. Há que ter em conta que, mesmo que a igreja construída sob o ímpeto de João de Nazaré, construção essa que estaria terminada por volta de 1471, coincidissem parcialmente com a implantação do templo românico, a sua correspondência em planta não seria total. O testamento de Álvaro Pires diz que era seu desejo ser “lançado em huum mymento allj acerqua domde soya d’estar a porta da Jgreja homde Joham vaaz faz ho seu moymento”¹⁰⁶. A utilização do pretérito – “soya” – comprova que a igreja gótica tinha a sua porta em local distinto daquele onde havia sido implantado o pórtico quatrocentista.

Toda a zona a oriente deste muro deverá ter-se mantido sem grandes alterações até ao séc. XVI, pois as cistas da S. 24 permaneciam intactas e com a sua cobertura *in situ*. Já no que à zona ocidental diz respeito, houve uma forte intervenção que tem vindo a ser datada na segunda metade do século XV devido ao frequente aparecimento de ceitis associados ao piso. A cota deste piso argiloso correspondia, sensivelmente, aos 22,05m tendo-se, para ser mantido o seu nível, por um lado, retirado as tampas da cista da S. 25 e, por outro, destruído as cistas da S. 30 (Erasun e Faure, 2000: 25 e 52). No entanto, o aspecto particularmente mais interessante que se relaciona com o piso quatrocentista é o facto de ele ultrapassar os limites da igreja actual e de se prolongar para Norte, onde apareceu, de igual forma, nas sondagens 10 a 10B. Se, de facto, todo este piso era um só e se, para a implantação da igreja seiscentista, ele é destruído, dado que as sepulturas das sondagens 10, 10A, 10B e 10C se encontravam orientadas no sentido Norte – Sul, a causa desta orientação não poderia, nunca, encontrar-se nas paredes da igreja actual,

¹⁰⁶ Maurício, 2000, v. II: 230.

como afirmam Teresa Laço e Rita Bernardo (1999: 22). Na verdade, ainda que não tenhamos provas, cremos que esta orientação, contrária à da sepultura mais antiga (a cista presente na S. 10A-B) deveria respeitar, antes, a orientação dada por um muro que lhe estivesse ainda mais a Norte.

O piso quatrocentista enquadrar-se-ia, então, numa vasta área de planta sensivelmente rectangular, para a qual não possuímos os seus limites Norte e Oeste. Se temos argumentos para acreditar que o limite Norte existia, também parece ser verdade que deveria existir um limite Oeste, pois só assim se compreende um outro escalonamento que se detecta nas cotas das cistas existentes no interior da igreja e no adro. Aqui, as cistas encontram-se a cerca de 21,29m de altitude e, portanto, cerca de 0,80m mais baixas do que as cotas do piso.

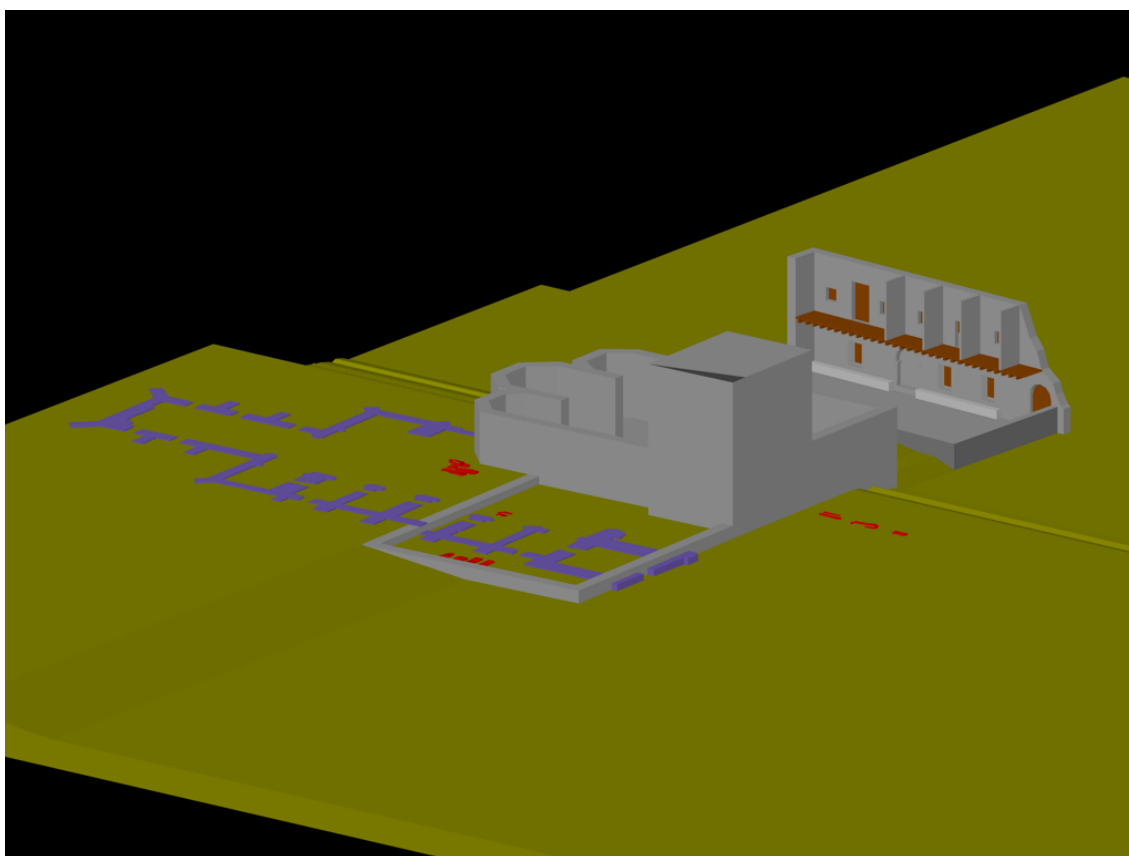


Fig. 4 - Proposta de reconstituição da igreja quatrocentista de Vilar de Frades. A planta da igreja corresponde à proposta de Fontes *et al.* (2003, fig. 15) .

Não temos dados que nos permitam dar uma funcionalidade a este espaço, mas não há dúvidas de que, em determinado momento, ele condiciona a orientação das sepulturas mais tardias, como sejam as sepulturas 1, 2, 3, 4, 6 e 7 das sondagens 10 a 10C e, por outro lado, a sepultura 2 (UE [13]) da S. 11, no interior da igreja. Recordamos que todas estas sepulturas se encontram orientadas no sentido Norte – Sul, respeitando um alinhamento distinto daquele que foi imprimido às cistas, tendencialmente orientadas Oeste – Este¹⁰⁷. O paralelismo deste quadro com os enterramentos de época moderna no claustro, como mais adiante veremos, mas também a vala aberta no afloramento xistoso que se colocou em evidência nas sondagens 22 e 23, podem, contudo, indiciar a possibilidade de estarmos, aqui, perante uma estrutura claustral medieval que se desenvolvia a norte da igreja.

Fosse parte de um edifício, fosse parte de um espaço exterior desenvolvido em socalcos, como, com Ricardo Erasun, defendemos anteriormente, é certo que a sua função durante o séc. XV sofre uma profunda alteração que está, sem dúvida, relacionada com as primeiras obras levadas a cabo pelos *Bons Homens de Vilar de Frades*.

Quando, por volta de 1513, D. Diogo de Sousa promove a reformulação da igreja de S. Salvador de Vilar de Frades, a opção construtiva deverá ter recaído por fazer uma obra *ex novo*, não obstante o aproveitamento de algumas estruturas preexistentes e, mais certamente, de alguma matéria prima. Tratar-se-ia, no entanto, de uma estrutura significativamente maior do que a anterior.

A igreja manuelina começou a ser feita pela capela-mor e as vicissitudes que atravessou o processo, com a perda, primeiro, do patrocínio de D. Diogo de Sousa e, depois, as dificuldades dos Lóios em conseguir que D^a. Teresa de Mendonça e D^a. Leonor Lemos mantivessem o mecenato das duas capelas laterais do transepto, levaram a que a obra se

¹⁰⁷ O caso da sepultura 5 da S. 10A e B é, para todos os efeitos, problemático, já que o indivíduo se encontra sepultado de forma aparentemente “descuidada”, orientado de Este para Oeste, tendo a sua inumação interferido nas sepulturas 1 e 2.

atrasasse mais do que inicialmente previsto. Estamos convencidos de que este primeiro momento construtivo só foi levado até ao transepto no que ao lado da epístola diz respeito, tendo, no lado do evangelho, sendo construída a primeira capela lateral. De facto, as características do arco que liga esta capela (dedicada actualmente a Nossa Senhora do Rosário) à nave são muito semelhantes às suas congéneres do transepto. Por outro lado, a presença, nos capitéis deste arco, de figurações eróticas¹⁰⁸, dos contorcionistas e do macaco, apontam mais para os inícios do século XVI do que para o século XVII, altura em que, após a famosa tormenta de S. Sebastião, que terá causado graves danos à estrutura da igreja, esta recebeu o seu aspecto final.

Com esforço, os Cónegos Seculares de S. João Evangelista foram levando a sua obra a termo, ficando o coro terminado antes de 1532. Em 1540 dá-se início à torre Norte, a qual foi construída com pedra vinda do mosteiro de Manhente. A torre Sul ou pequena, por seu lado, encontrava-se já construída desde o século anterior.

As quatro primeiras capelas laterais na zona da nave da igreja, encontravam-se unidas, então, por duas portas de cada lado, e não por apenas uma, como actualmente se pode ver. Não sabemos ao certo quando foram entaipadas as portas que se encontravam junto à parede exterior, mas é possível que tal tivesse acontecido já no século XVIII, quando foram azulejadas. Na terceira capela do lado Sul encontrava-se, como mais adiante veremos, a “porta das procissões”, pela qual se deveria ter acesso quer à sacristia quer ao claustro. A porta na última capela lateral Sul foi aberta apenas em 1737 e, cremos, terá sido o afastamento da sacristia que terá originado a abertura da porta na capela de D^a. Teresa de Mendonça.

Finalmente, referência à actual fachada da igreja, um elemento oitocentista e de feição revivalista neogótica, que terminou por criar um impacto bastante negativo no pórtico

¹⁰⁸ Sebastião Matos (2001: 122) e Joaquim Alves Vinhas (1998: 153) chamam a estas figuras, simplesmente de “meninos”. Apesar do seu aspecto pueril, é evidente a carga erótica de pelo menos duas destas figuras. Joaquim Alves Vinhas (1998: 153) parecer ter, já, algumas dúvidas neste campo, chegando a afirmar: “O arco é clássico, mas a iconografia lembra os finais da Idade Média!”

manuelino. Quando se olha para esta fachada, ela não se encontra alinhada com o pórtico, ficando o eixo do arco de entrada deslocado em cerca de 0,40 m face ao eixo do pórtico axial da igreja. Esta situação resulta, antes de mais, da preocupação que o responsável pela obra teve pela manutenção da simetria interna, fazendo com que as janelas do coro alto e a rosácea ficassem perfeitamente enquadradas quando vistas do interior. Na verdade, o próprio pórtico manuelino não está alinhado com o eixo longitudinal da igreja, distanciando sensivelmente, as suas ombreiras, 2,71 m da esquina com a capela onde se encontra a pia baptismal e 3,45 m da esquina com a última capela do lado Sul.

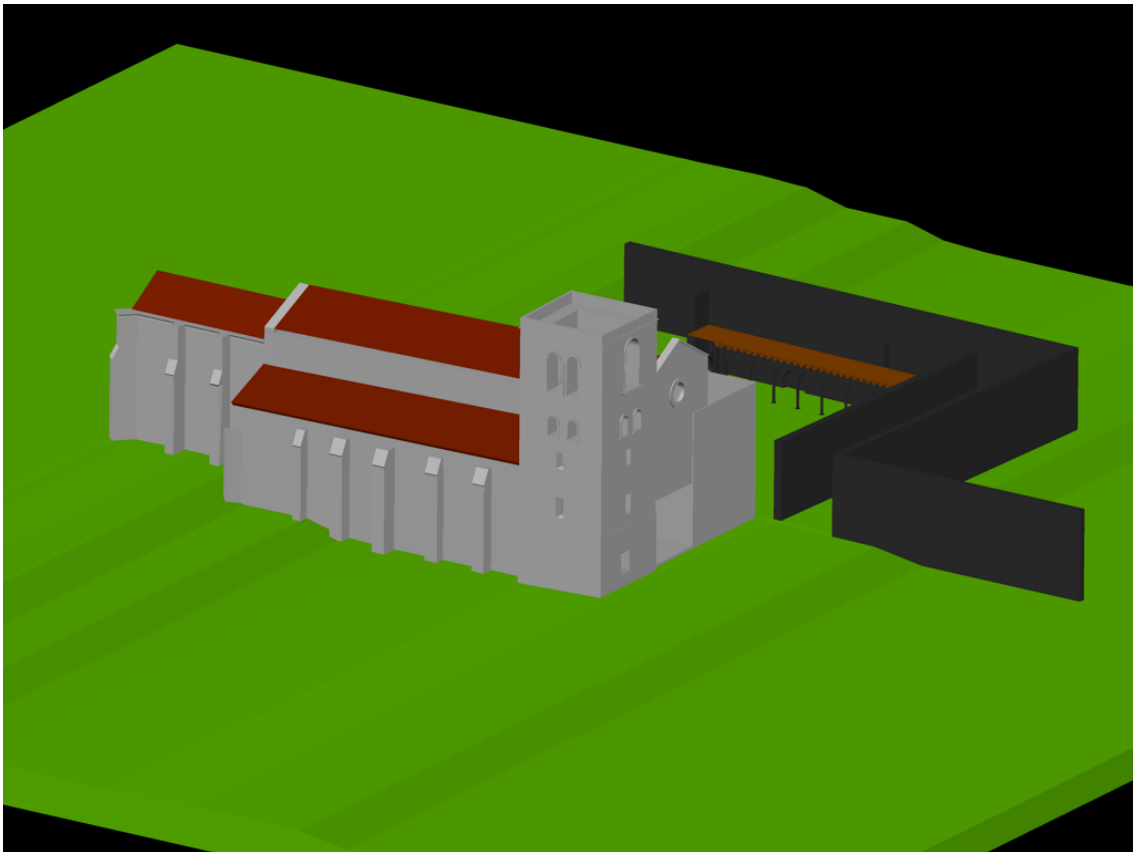


Fig. 5 - Proposta de reconstituição da igreja quinhentista de Vilar de Frades.

Quando se iniciou a edificação do pórtico manuelino, as duas torres já teriam sido iniciadas, sendo a torre pequena, do lado Sul, uma reminiscência da igreja quatrocentista e a torre Norte uma construção, também ela, manuelina. Para que o coro coincidissem com o eixo longitudinal da igreja, foi utilizada parte da parede setentrional

da torre Sul pois, a tal, devido à sua espessura, as condições permitiam. Contudo, ao contrário da obra do século XIX, o autor da porta quinhentista esteve mais preocupado com a simetria externa do que com a interna e, desta forma, pelo lado de fora, a porta encontrava-se perfeitamente enquadrada entre as duas torres, não obstante o seu desvio interior, eventualmente disfarçado pelo guarda-vento. A solução oitocentista, por seu lado, respeitando a simetria interna, fez com que fosse necessário levantar a pseudo-coluna de “suporte” da varanda no lado Norte por fora da torre, facto que veio gerar, por um lado, uma diminuição da visibilidade do pórtico manuelino e, por outro lado, aumentar a noção de assimetria e distorção de todo o conjunto.

Quanto ao pórtico românico, trata-se de um claro acrescento no conjunto da fachada oitocentista, não sendo claro que aqui houvesse uma porta antes dos inícios do século XIX. As fotografias antigas do mosteiro mostram que este pórtico se encontrava, então, entaipado. Na documentação coeva, não há referências à sua existência e ele poderia fazer parte do programa arquitectónico proposto pelo reitor Manuel de São Tiago e Silva entre 1796 e 1797. Não deveria haver, portanto, serventia para o rés-do-chão desta torre pelo exterior, fazendo-se a mesma pelo claustro, tal como nos é dito nos registos de óbitos por diversas vezes, quando se faz referência a alguns indivíduos sepultados no claustro¹⁰⁹. O seu enquadramento na obra revivalista iniciada nos alvares do século XIX, poderia ter como intensão realçar a antiguidade do imóvel. No entanto, para além de se encontrar a uma cota demasiado elevada em relação às estruturas suas contemporâneas, nomeadamente as cistas, sabemos que esta torre só aqui foi contruída por volta de 1468-83 pelo que é, claramente, um elemento alógeno.

¹⁰⁹ Por exemplo, em 5 de Setembro de 1757, Diogo Antunes é sepultado no claustro “para a parte da Igreja junto a porta da capella chamada de Farelães” (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 58). V., também, A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fls 35v e 71. Há, todavia, uma outra referência mais estranha, a do assento de óbito de João Correia, falecido em 3 de Janeiro de 1741 e sepultado no adro “de frente da grade da Capela de Farelains” (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 26v).

III.3 - Casa de Homens – intervenções na área conventual

III.3.i - Apresentação dos dados

Sondagem 5/obra, S. 28 e V.C.1

O conjunto de intervenções analisadas agora foram realizadas, todas, na ala Norte do claustro. A S. 5/obra, com 1,5 X 2,0 m, foi aberta durante a primeira campanha de escavações de 1999, sob a direcção de Lídia Lopes (2000: 39-43). A sondagem encostava à parede da igreja e estava localizada próximo da porta que lhe dava acesso. A S. 28, foi aberta junto ao segundo pilar Oeste da mesma ala do claustro, tendo uma área de 1,0 X 2,0m. A V.C. 1 consistiu numa grande vala aberta pelos trabalhadores da obra, com o fim de implantar um tubo de PVC e construir caixas de saneamento e escoamento de águas pluviais. Quer a S. 28 quer a V.C. 1 foram abertas durante a segunda campanha de 1999, dirigida por Ricardo Erasun Cortés (Erasun e Faure, 2000: 42-44 e 53-55).

Na S. 5/obra, foram identificados, inicialmente, níveis de revolvimento relacionados com um conjunto de obras levadas a cabo recentemente e que se prenderam com a cerzitagem da parede exterior da igreja e do edifício conventual. Destaque, ainda, para dois enterramentos. O primeiro, efectuado em caixão, com decoração exterior e forro interior em tecido, e uma pega em ferro. O esqueleto, em relativo mau estado de conservação, encontrava-se orientado no sentido Oeste – Este e apresentava, ao lado da tibia, vestígios de um cordão, pertencente, talvez, a um hábito religioso. Num nível inferior, e assente sobre o substrato rochoso, encontrava-se uma cista formada por “cinco pedras graníticas de tamanho médio e grande dispostas numa única fiada e em fileiras paralelas entre si” (Lopes, 2000: 42). A cista, à qual Lídia Lopes (2000: 43) atribui uma cronologia anterior à da igreja, estava parcialmente destruída nas zonas correspondentes à cabeceira e pés. Possuía, ainda, vestígios ténues, mas claros, do indivíduo aí inumado

No que diz respeito à S. 28, apareceram duas urnas de madeira bastante destruídas e apresentando ossos sem conexão anatómica. Foi proposto na altura (Erasun e Faure, 2000: 42) que estas urnas se destinassem, apenas, a servir de ossário. Tal situação não deixa de ser estranha mas corresponde à realidade exumada. Um outro indivíduo, inumado em sudário, encontrava-se orientado no sentido Oeste – Este, na zona oriental da sondagem. O seu estado de conservação era, contudo, extremamente mau. A uma cota inferior, assente no leito rochoso, identificaram-se os vestígios de uma cista, orientada Oeste – Este e formada por duas grandes pedras, de forma alongada, mas não trabalhadas. Finalmente, ainda nesta sondagem, um pilar assente sobre uma pequena laje granítica, localizado no perfil Norte da sondagem e sensivelmente a meio. Este pilar destinava-se a suportar as guias de tampas de sepultura que, à semelhança do que acontece na esquina nordeste do claustro, permitiam uma mais correcta ocupação deste espaço.

A ocorrência destes pilares é, aliás, o único elemento de destaque da V.C. 1, vala com cerca de 16,0 m de comprimento ao longo desta ala do claustro. Aqui apareceram quatro pilares também assentes sobre lajes graníticas niveladas. Entre os primeiros dois pilares havia uma distância de 2,0 m, entre o segundo pilar e o terceiro, uma distância de 5,0 m e entre o terceiro e o quarto de novo uma distância de 2,0 m. Não ficou claro se a ausência de um pilar entre o segundo e o terceiro terá sido fruto de intervenções anteriores levadas a cabo no claustro ou se ela era intencional.

Sondagens 31 e 39

Aberta durante a campanha de 2000/01, por nós dirigida, estas sondagens fizeram parte da primeira grande abordagem à zona do claustro. A Oeste da S. 31 foi aberta uma outra, a S. 32, mas dela não daremos aqui notícia. A S. 39 é um prolongamento para Este da S: 31, tal como o foi a S. 40, sem que os resultados desta fossem, no entanto, conclusivos.

A primeira grande estrutura a aparecer aqui correspondia ao muro de alicerce das arcadas do claustro quinhentista. Tratava-se de um muro feito com recurso a pedras

avulsas, algumas delas claramente reaproveitadas de estruturas anteriores. Tal como se verá nas S. 35B a F, as primeiras camadas de terra encostavam a este muro, pelo que se podia ver uma forte acção de aterro em toda a área.

Na S. 31 vieram a aparecer, dois alicerces paralelos entre si. Tratava-se de estruturas que, pelo menos no que diz respeito ao muro maior (que se prolonga para Este), temos a certeza terem sido destruídos aquando da implantação do alicerce das arcadas do claustro. O muro localizado mais a Norte é interrompido por um conjunto de estruturas localizadas nesta sondagem mas que não conseguimos avaliar correctamente. Note-se que estas sondagens não tiveram continuidade após a campanha de 2001 tendo os responsáveis pelas campanhas seguintes optado por outras estratégias de abordagem.

É fundamental notar aqui que estas duas estruturas eram paralelas ao muro que delimita o claustro a Sul, pelo que, se eles não fazem parte de um mesmo momento construtivo, ainda que disso estejamos convictos, uns e outro terão respondido, sem aqui conseguirmos identificar antecedentes ou consequentes, a um mesmo alinhamento de edificado. Denota-se, então, um claro desvio ao alinhamento da igreja o que, não sendo de todo um caso incomum, não deixa de levantar alguma estranheza.

O muro maior desta sondagem, como dissemos, prolongava-se para Este e, foi no sentido de melhor tentar caracterizá-lo que foi aberta a S. 39. No entanto, a estrutura encontrava-se destruída e terminava num depósito de terras muito arenosas, semelhantes a sedimentos causados por escorrências de água, para as quais não conseguimos atribuir uma justificação.

Sondagem 34

Ainda que tivessem sido iniciadas as limpezas desta área em 2000/2001, esta sondagem só foi escavada em 2002, sob a direcção de Luís Fontes (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 7-18; Fontes, Moreira e Duarte, 2007: 3.1). Trata-se de uma grande área de escavação localizada na esquina Sudeste do claustro, debaixo das suas arcadas.

A estrutura com mais impacto exumada nesta área corresponde a uma nitreira que, segundo a equipa responsável pela sua escavação, datará da primeira metade do Séc. XVII. Orientada no sentido Norte – Sul, é delimitada a Este pela parede do edifício conventual e a Oeste por um muro. Quer o muro, quer a parede do edifício nesta fase seiscentista, apresentam “técnica construtiva «em alambor»” (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 8-9). A nitreira, tem o seu fundo pavimentado com lajes de grandes dimensões, e possui forte pendente para Sul, sendo a cota inferior de 20,00 m e a superior de 21,13 m. O topo do muro que a delimita a Oeste encontra-se à cota de cerca de 21, 85m.

Ainda nesta sondagem, mas desta feita mais a Norte, encontrava-se um muro com orientação Sul – Norte, prosseguindo no alinhamento do muro Oeste da nitreira. Com base no espólio exumado e na relação estratigráfica, foi esta estrutura considerada a mais antiga aqui identificada, tendo-lhe sido atribuída uma cronologia dos finais da Idade Média (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 9). Entre este muro e o muro da nitreira, encontrava-se uma conduta de águas orientada no sentido Este – Oeste, a qual será, já, do séc. XIX. Terminando esta sondagem, encontra-se no seu limite Norte um alinhamento ou lajeado de blocos graníticos de grande porte, os quais destruíram o muro tardomedieval.

Sondagens 35A e 36

As sondagens 35A e 36 estavam localizadas na esquina Sudoeste do claustro e foram escavadas durante a campanha de 2000/01, sob a nossa direcção. A escavação teve início pela S. 35A, junto ao muro meridional do claustro, tendo-se aberto, posteriormente, a S. 36, de forma a averiguar a continuidade das estruturas identificadas.

Nelas foram colocados à vista um sistema de caleiras destinadas a escoamento de águas. No caso das sondagens 35A e 36, tratava-se de uma estrutura profunda que partia da esquina Sudoeste do paraíso do claustro, do lado Sul, em direcção ao exterior, passando por baixo da porta mais ocidental que se distinguia no muro Sul, desenvolvendo-se, portanto, no sentido Nordeste - Sudoeste. Era construída com pedras de tamanho

irregular, unidas com argamassa de cal e barro. Na base podiam identificar-se pequenas lajes graníticas, não aparelhadas mas dispostas com a sua face plana para cima, de forma a permitir uma melhor passagem das águas.

Na esquina Sudeste da sondagem 35A, uma outra caleira, desta vez mais pequena e com pendente muito mais acentuada, permitia o escoamento das águas da zona próxima da soleira, indo desaguar na conduta de maiores dimensões. Neste caso, tratava-se já de uma estrutura que tinha o seu início numa caixa construída com tijolo e argamassa, sendo o escoamento feito por caleiras graníticas.

No limite Norte da S. 36 apareceu a esquina Sudoeste dos alicerces da estrutura claustral do século XVI, na continuidade do que havia acontecido, já, na S. 35B. Com pedras graníticas não aparelhadas e dispostas em seco, na esquina podiam ver-se blocos de grandes dimensões, uma solução destinada a permitir melhores condições de estabilidade.

Destaque-se, finalmente, ainda no conjunto das sondagens 35A e 36, o facto de nos seus limites aparecerem lajes graníticas aparentemente *in situ*. Encontravam-se praticamente à superfície, ainda que enterradas, assentavam parcialmente no topo da conduta de maiores dimensões e aparentavam ter uma planta tendencialmente quadrangular. Pelo facto de estarem maioritariamente fora das nossas sondagens, terminámos por não proceder à sua escavação.

Sondagens 35B a 35F

Estas cinco sondagens foram abertas durante a campanha de 2000/2001, sob a nossa direcção e com elas procurava-se compreender de forma mais correcta o muro Sul do claustro. Esta estrutura imponente apresentava vestígios de diversas fases construtivas, pelo que se pretendia analisá-lo de forma mais sistemática. Havia, por outro lado, a intenção de tomar consciência da sua estabilidade. A S. 35A tinha um comprimento de 7,0 m, variando a sua largura entre os cerca de 1,8 e os 2,3 m. Devido aos alargamentos posteriores, esta sondagem acabou por abranger uma área de cerca de 20,0 m². A S.

35C, a Este da anterior tinha inicialmente um comprimento de 4,0 m e larguras variando entre os 1,5 m e os 1,8 m. As sondagens 35D, E e F, que rapidamente se uniram, possuíam um comprimento de 4,0 m por larguras na ordem dos 2,4 m e 2,6 m. No seu total, dado que se eliminou a banquetta entre a S. 35C e as sondagens 35D a F, estas sondagens tiveram uma área final de cerca de 18,0 m².

No seu conjunto, estas sondagens tiveram um comportamento bastante semelhante. A sua potência estratigráfica, de cerca de 1,80 m, era toda constituída por níveis de aterro datáveis da Idade Moderna. Aqui se encontravam inumados um total de 14 indivíduos, estando 4 na S. 35B, 6 na S. 35C, 3, na S. 35 D e 1 na S. 35F. Todos os indivíduos se encontravam orientados no sentido Sul – Norte, na sua maioria inumados em mortalha, exceptuando os indivíduos 1, 3 e 4 da S. 35C, que terão sido enterrados em urna de madeira. Estas encontravam-se, no entanto, bastante derioradas.

A escavação da sondagem terminou a uma cota de cerca de 20,75m, à qual apareceu, na S. 35B, um nível de assentamento de tijoleira, formado por uma argamassa de cal, apresentando, além de alguns tijolos *in situ*, os negativos do formato do próprio piso. Nas sondagens 35C a F, o nível de argamassa estava bastante destruído, apresentando-se como uma camada uniforme mas revolvida. Este piso, pelo menos no que à S. 35B diz respeito, desenvolvia-se para Norte, onde tinha sido destruído para a implantação de um poderoso alicerce. A leitura da estratigrafia permitiu confirmar que o alicerce era posterior ao piso e que, por outro lado, toda a camada de aterro evidenciada nestas sondagens tinha sido depositada após a construção do alicerce. O alicerce corresponderia ao assentamento das arcadas do claustro de meados de quinhentos.

Do lado Sul, o piso encostava à parede do claustro. Ao longo da parede podia ver-se uma estrutura em pedras informes revestida a argamassa de cal. Encontrava-se intacta, apenas, na S. 35D a F, onde se podia ver um intervalo, provavelmente destinado ao encaixe de uma estrutura em madeira. Quanto à parede, propriamente dita, o arco que já se vislumbrava inicialmente acabou por se revelar um arcossólio, já que não possuía vestígios de ser uma porta, contrariamente ao que inicialmente se supunha. As ombreiras e o próprio arco eram chanfrados e entre aquelas e os arranques deste,

possuía um elemento decorativo saliente. A Oeste desta estrutura, praticamente no limite da S. 35B, podia ver-se o arranque de uma provável porta, também ela com a ombreira em chamfro. Pouco mais sabemos sobre esta passagem, já que ela foi destruída em momento posterior e, por outro lado, não se prolongou a S. 35B para Ocidente. De notar, contudo, que esta parede se encontrava rebocada, com argamassa de coloração branca, não estando, aquando da época em que serviu, com as pedras à mostra. Antes do reboco colocado, as juntas haviam sido tomadas com argamassa semelhante.

Quatro janelas podiam ser vistas na parede, sendo que uma delas, a que se encontra no arcossólio, é um claro acrescento posterior, encontrando-se mesmo fora do eixo desta estrutura. No muro são identificáveis, pelo menos, dois momentos construtivos. O primeiro, anterior a 1555, data do início da edificação do claustro, foi aquele que descrevemos. Deste período fazem, ainda, parte uma porta e cinco janelas, uma delas em sacada, já que do outro lado apenas conseguimos ver os limites de uma janela, localizadas no primeiro andar deste conjunto. Uma segunda fase construtiva datará da segunda metade do século XVI e corresponde à reutilização deste espaço após o depósito de terras efectuado aquando da construção do claustro quinhentista. Aqui podemos encontrar duas portas, na zona ocidental do muro e, na zona superior, apenas um grande arco. Datará deste segundo período o entaipamento das janelas do espaço que, anteriormente, se desenvolvia ao nível do rés-do-chão.

Sondagem 41

A S. 41 foi aberta, inicialmente, durante a campanha de 2000/01, sob a nossa direcção, tendo posteriormente sido intervencionada, também, nas campanhas de 2002 e 2003, pela equipa de Luís Fontes. No caso da campanha por nós dirigida, a sondagem tinha umas dimensões de 6,9 X 2,0 m, tendo sido parcialmente prolongada em cerca de 0,25m na sua zona Norte, de forma a permitir escavar na totalidade os restos de um indivíduo ali presente. No caso da intervenção levada a cabo por Luís Fontes e equipa, esta cingiu-se à zona oriental da sondagem, isto é, entre o muro que atravessava a sondagem de Sul para Norte e o alicerce das arcadas do claustro.

Tal como nas sondagens 35A e 36, também aqui apareceram vestígios dos alicerces do claustro quinhentista, facto que nos permitiu inferir as suas dimensões, sobretudo no que ao seu lado Sul diz respeito. Igualmente à semelhança daquelas outras duas sondagens, apareceu uma conduta de água, desta vez mais degradada e, ao invés da outra, partindo do lado oriental do alicerce, junto à sua esquina Sudeste. Neste caso, a conduta encontrava-se, portanto, orientada no sentido Noroeste - Sudeste. Devido à localização de uma instalação sanitária precária na esquina do muro Sul, não era possível averiguar a continuidade da conduta, pelo que ficámos por uma escavação parcial.

Sensivelmente a uma distância de 2,0 m da arcada do claustro oitocentista, foi indentificado um muro que atravessava esta sondagem no sentido Norte – Sul. Esta estrutura, executada com bom aparelho, de silhares ligados com argila, e apresentando, no seu alçado Poente, paramento pseudo-isódomo, deveria enquadrar-se numa cronologia tardo-medieval e, eventualmente, relacionar-se com a parede Sul do claustro. A impossibilidade de prolongar a sondagem para Sul devido às instalações sanitárias já aludidas, impediram de confirmar esta relação. Entre esta parede e o alicerce do claustro quinhentista, foram identificados um total de 5 indivíduos orientados no sentido Este – Oeste. Não apresentavam vestígios de urnas, devendo ter sido enterrados, portanto, envoltos em mortalha. Devemos notar, contudo, que ainda que acreditemos que estes enterramentos tenham ocorrido antes do Séc. XIX, pois a partir de 1805, se não um pouco antes, as arcadas do claustro já estariam construídas, a conduta deverá ter sido inutilizada antes desta data, já que ela foi destruída aquando da abertura de algumas destas sepulturas.

Os objectivos da escavação da S. 41 prendiam-se, contudo, inicialmente, com a pedra que se vislumbrava junto à actual arcada do claustro, isto é, no extremo Este da sondagem e não no seu limite ocidental, onde se identificaram a conduta e o alicerce destruído. Aquela pedra de escoamento, de planta quadrangular com um círculo inscrito contendo 9 orifícios, estava assente sobre um aglomerado de pedras muito irregulares cuja escavação não foi possível terminar, durante a campanha de 2000/01 devido à exiguidade do espaço. Já em 2002, Luís Fontes e a sua equipa prolongaram esta

sondagem para Este, até às arcadas do claustro. Além das estruturas relacionadas com a drenagem de águas, foi identificado um muro, provavelmente de cronologia tardo-medieval, perpendicular ao alicerce dos arcos do claustro (Fontes, Moreira e Duarte, 2003: 20).

III.3.ii - Interpretação

O elemento arquitectónico mais significativo do claustro e aquele que apresenta, ainda hoje, marcas de profundas alterações construtivas que nos permitem compreender melhor a evolução deste espaço é, sem dúvida, o seu muro Sul. Corresponde, pensamos, a uma das intervenções dos Lóios levadas a cabo ainda no Séc. XV ou já na primeira metade do XVI, altura em que aqui terá funcionado, no rés-do-chão, um compartimento espaçoso, no qual se encontrava um arcosólio e um murete alto adossado à parede. O piso era em tijoleira, disposta ora em espinha ora em fiadas intercaladas. Uma porta, a sul, daria acesso a um outro espaço, o qual não podemos identificar mas que poderia ser um espaço exterior. No andar superior, o piso era em madeira. Podem ver-se, ainda, uma porta e cinco janelas pequenas. Uma das janelas aparenta, quando vista do alçado Norte, ser em sacada. Se a nossa reconstituição é correcta (v. Fig. 3), as janelas deste segundo piso deveriam corresponder às janelas de pelo menos três celas do dormitório que dava para a horta.

A este corpo do edifício deveria corresponder o muro mais a Sul da S. 31 e, ainda que disso não tenhamos prova factual, poderia fechar na zona onde, mais tarde, se veio a implantar o alicerce poente da arcada do claustro quinhentista.

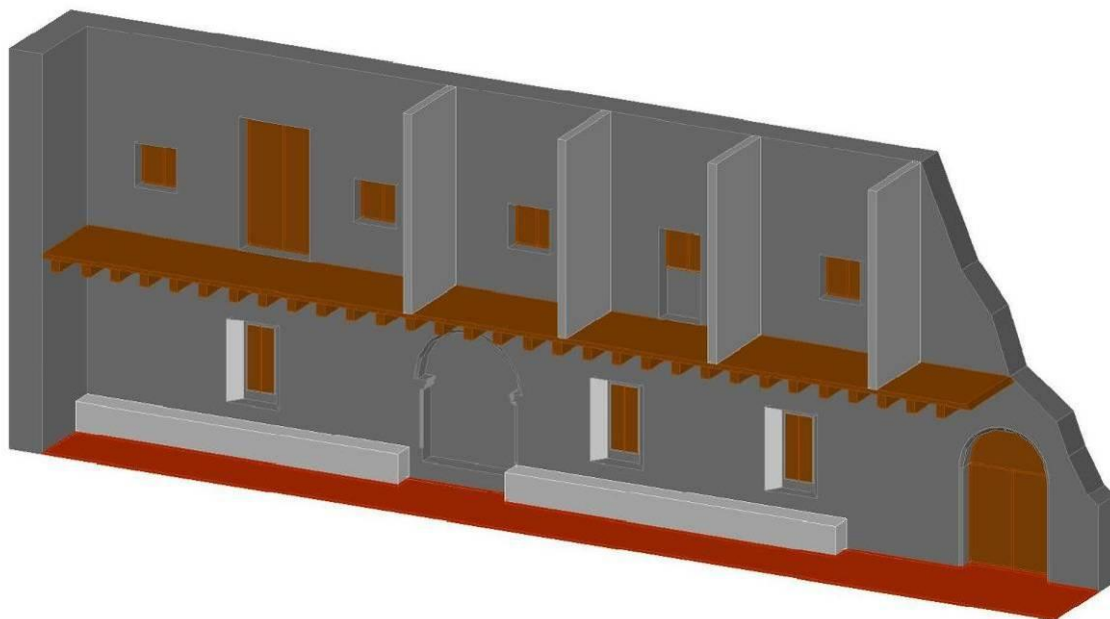


Fig. 6 - Reconstituição da parede Sul do Claustro durante os séculos XV/XVI

A construção da igreja manuelina terá dado origem a uma profunda desarticulação entre os diversos espaços do convento quatrocentista já que esta ficaria a uma cota bastante superior à daquele edifício que, pelo facto de ter janelas no piso inferior, estaria obrigatoriamente ao nível do rés-do-chão. Assim, quando nos reitorados dos Padres António do Espírito Santo e Vicente da Conceição, entre 1555 e 1559, é construído o claustro, começou-se pela implantação dos alicerces e, posteriormente, procedeu-se à colocação de um potente nível de aterro nesta zona mais a Sul e Poente. O claustro foi dotado de um sistema de escoamento de águas a Sudeste e Sudoeste, tal como se constatou na escavação das sondagens 35A, 36 e 41. Não conhecemos a forma das suas colunas, mas o Pe. Francisco de Santa Maria, na sequência, muito provavelmente, de Jorge de S. Paulo, diz que eram “de mármore lustroso, e tão polido, que parecem alabastros” (Santa Maria, 1697: 384)¹¹⁰. Por comparação estilística com outros claustros

¹¹⁰ A referência ao mármore deverá dizer respeito ao tipo de trabalho de pedra que aqui foi praticado, eventualmente mais cuidado no pico utilizado e, por isso, apresentando-se as superfícies bastante lisas. Não nos parece que numa região como o Minho, onde esta matéria-prima não existe, as arcadas do claustro fossem construídas com recurso a mármore. Durante as escavações, não apareceram vestígios de

maneiristas, podemos chegar a uma formulação que não deveria andar longe da proposta que apresentamos na Figura 4. Ao centro havia inicialmente “huma fermoza palmeira arvore ordinaria em todas as claustros da Congregação”¹¹¹, segundo Jorge de S. Paulo, e toda a restante área deveria ser ajardinada. É só em finais do Séc. XVI, mais concretamente em 1597, que é colocado um chafariz no claustro, peça arquitectónica realizada em Lisboa e inaugurada na manhã do dia de Domingo de Ramos daquele ano, sendo, Baltazar de Cristo Sodré, o reitor responsável por toda esta obra¹¹². Entre 1598 e 1600, Francisco da Madre de Deus ordena o lajeamento do claustro, do qual se mantiveram vestígios nos pefis da S. 36. O edifício antigo, que perdia a sua função, passa a desenvolver-se a Sul desta grande parede. Porque a sua fachada Norte dá, agora, para um espaço exterior, ainda que reservado como era o claustro, todas as aberturas anteriores são entaipadas e passam a haver, apenas, duas portas no piso inferior e um grande portal em arco abatido no piso superior. Somos obrigados a fazer notar, aqui, uma incongruência entre a informação documental de que dispomos e os resultados dos trabalhos arqueológicos. O Pe. Jorge de S. Paulo (A.D.B., Ms. 924: fl. 360v) diz-nos, acerca desta obra, o seguinte:

“O refeitório he caza antiga e se devia obrar quando o padre reitor Gabriel da Conceição fes o dormitório grande no anno de 1546, e assi pertencem as parede do refeitório ao dormitório”

Esta informação contraria a anteriormente dada de que o claustro foi edificado em 1555. Terão os alicerces do claustro começado, também, a ser implantados cerca de 1546?

colunas em mármore e, por outro lado, devemos ter em conta que a capacidade económica da congregação não deveria ser, à época, tão forte que lhes permitisse trazer este tipo de material para Vilar, pois os Lóios não chegaram a conseguir terminar as obras da igreja com a qualidade inicialmente desejada.

¹¹¹ A.D.B., Ms. 924, fl. 361.

¹¹² Este chafariz havia sido encomendado em Lisboa, tendo a sua colocação no centro do claustro ficado a cargo de Gonçalo Lopes (Vinhas, 1998: 106).

Uma das portas do piso inferior, a mais imponente, dava acesso ao refeitório. No lintel podia ler-se a seguinte inscrição:

HI(esus) L(audatus) SIT PAX FRATRES ET S(an)CTA SILENTIA SEMPER

Uma leitura possível para esta inscrição seria: Irmãos, Jesus seja louvado. A paz e o silêncio sejam guardados sempre. Tratava-se de um apelo ao recolhimento durante as horas das refeições.

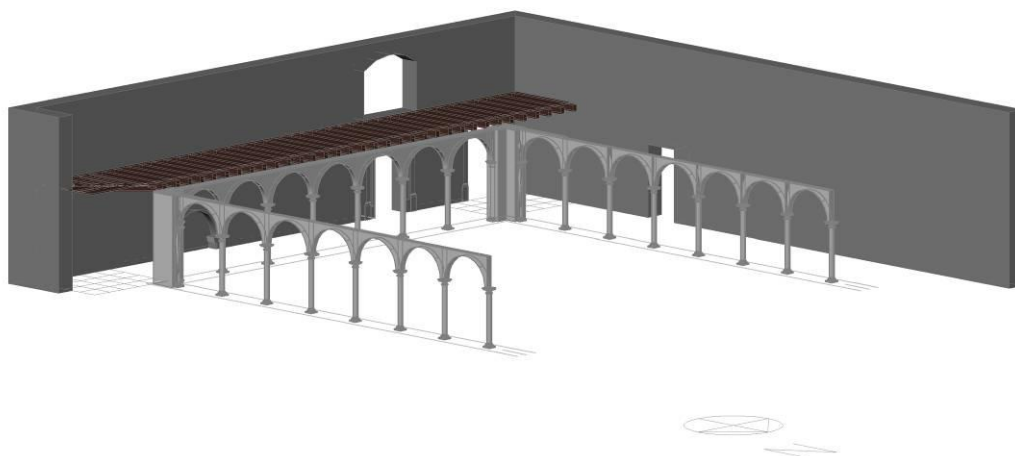


Fig. 7 - Reconstituição do claustro quinhentista de Vilar de Frades

Uma segunda porta, na esquina Sudoeste do claustro, deveria servir para dar serventia às escadas de acesso ao primeiro andar. Aqui localizar-se-ia um dos dormitórios da casa, aquele que, segundo Francisco de Santa Maria, “fica para o meyo dia, e cahe sobre a horta, e cerca” (Santa Maria, 1697: 383). Finalmente, ainda no claustro, mas na parede

Oeste, uma terceira porta dava acesso à ala poente. Seria esta a porta a que se referem os livros de assentos de óbitos como “porta dos cabedais”.

Não temos referências no registo arqueológico sob a forma que tiveram as obras levadas a cabo, ainda durante o Séc. XVI, na ala Este do edifício conventual. Estes trabalhos, que estiveram a cargo de João Coelho Lopes, tiveram início entre 1593 e 1594, durante o reitorado de António do Espírito Santo Cines. Sabemos que a reforma desta ala foi intensa, tendo-se construído novo cabido, enfermaria, cozinha e latrinas (as “secretas”)¹¹³.

A partir de 1619, o reitor António da Ascensão deu início às obras do edifício conventual poente, isto é, o edifício dito “do terreiro dos cabedais”. Estas obras, que procuravam dar melhores condições de vida aos membros da congregação, foram mais lentas do que se pretendia, já que os seus sucessores optaram pela reedificação da igreja. Data ainda desta época o muro que dá entrada para o adro, em cuja portada se pode ver uma imagem de S. Lourenço Justiniano. A ala sul do terreiro dos cabedais é, contudo, mais tardia, tendo sido levada a cabo, somente nos inícios do século XVIII. Deverá datar deste período a porta que permitia a ligação entre este novo dormitório e o antigo “dormitório da horta”, hoje uma porta falsa, dando para um pequeno jardim. Nela se pode ler, no lintel, a seguinte inscrição:

LAVAMINI : MUNDI ESTOTE . ISAI . I .

Trata-se de uma passagem extraída do Livro do Profeta Isaías (1, 16) e que diz: “lavai-vos, purificai-vos (...)”.

¹¹³ Sobre estas obras, conf. Vinhas (1998: 118-127 e os documentos anexos I e II). Joaquim Alves Vinhas (1998: 120) indica a hipótese de a porta central da actual ala Este do claustro corresponder a estas obras. Tal não deverá ser, contudo, verdade, já que o claustro e o edifício quinhentista deveriam, então, ser perpendiculares à parede Sul do claustro e não ao eixo da igreja.

Até 1737, o acesso da igreja para o claustro e sacristia far-se-ia através da porta localizada na terceira capela lateral da nave da igreja, como já referimos. Em Agosto desse ano, tal como comprova uma certidão exarada pelo Pe. Tomás de Santa Maria, escrivão da comunidade¹¹⁴, foi rasgada a parede da capela localizada imediatamente à direita quando se entra na igreja de forma a fazer-se, aí, nova passagem para o claustro. Esta certidão tem interesse não só por nos adiantar a data em que a porta foi aberta, mas também, porque a razão pela qual foi escrito o documento se prende com o aparecimento de uma epígrafe, fielmente copiada pelo seu autor. As capacidades de leitura de Tomás de Santa Maria não deveriam ser as melhores, pois, ainda que este nos diga que o “letreiro foi tirado fielmente em papel com o mesmo feitio e forma de letras, que estava asinado na dita pedra”, dificilmente, hoje, o conseguiríamos reconstituir.

Deverá ter sido também por esta altura que se abriu a passagem da capela do braço direito do transepto para a sacristia. Até ao séc. XVIII, o trânsito das procissões litúrgicas far-se-ia pela mesma porta que dava acesso ao claustro. Como bem anota Sebastião Matos (2001: 115-116), a existência de dois altares na capela de D^a Teresa de Mendonça, um ao canto e outro na parede de fundo da capela, impediam a existência desta passagem, pelo que ela se fazia pela porta das procissões descrita por Francisco de Santa Maria (1697: 376), e que se localizava na terceira capela lateral do lado Sul. O afastamento entre a nova porta das procissões e a sacristia terá levado à necessidade de aproximar a passagem da sacristia para o templo.

Esta nova porta possuía um degrau na zona da ante-sacristia, que ficava cerca de 0,20m mais baixa do que a cota do transepto. O piso, tal como se pode constatar pela sondagem realizada por Ricardo Erasun, era de lajes graníticas quadrangulares dispostas na diagonal.

¹¹⁴ A.D.B., F.M.C., L-24, fls. 122-122v. V., igualmente, a transcrição deste documento em Vinhas, 1998: 370.

É em 1796/97 que, sob as ordens do Pe. Reitor Manuel de São Tiago Silva se dá início aos trabalhos de construção do novo claustro e da obra do edifício Este. O novo edifício conventual possuía uma maior sumptuosidade, não obstante alguma frieza estilística característica da época. A nova sacristia, com a anulação do degrau que dava passagem para o interior da igreja, e a sala do capítulo, localizar-se-iam no piso inferior. No último piso, deveria encontrar-se uma zona destinada aos noviços. Esta ala estaria já terminada em 1805, pois alguns daqueles que aqui fizeram o noviciado deixaram as suas marcas nas portadas das janelas. São inscrições, na maior parte dos casos, simples, que hoje não deixariam de ser consideradas como possíveis actos de vandalismo, mas que demonstram a importância que, para aqueles jovens, tinha o noviciado. Deixar uma marca nas portadas das janelas ou nas paredes, constituía-se como um verdadeiro ritual de passagem para aqueles que “ganhavam o pardo”, associado a outro, já mencionado por Joaquim Alves Vinhas, e que se prendia com a forma como os Cónegos Azuis decidiam aqueles que se encontravam para aceder ao noviciado: a eleição através de feijões brancos e negros levada a cabo pelos Cónegos do convento (Vinhas, 1998: 61-63).

Ganhar o pardo significava, segundo Francisco de Santa Maria (1697: 385), entrar para o noviciado, após um período probatório. O noviciado duraria dois anos, após os quais os jovens, então com cerca de 20 anos, passariam a um período de quatro anos em clausura de forma a poder aceder ao sacerdócio.

Assim, no primeiro quarto do lado Norte do piso superior, na portada do lado direito, lado de fora, pode ler-se (Estampa XVII.1):

JOAQUIM TOME DE / SOUZA TOMOU / O PARDO A 7 DE MA / RÇO

No quarto seguinte, também na portada da direita no lado exterior, lê-se:

ANTONIO (...) / (...) / O PARDO / 20 DE MAIO / 1828 / (...)

Na sala que se lhe segue, na portada do lado direito, pelo interior, pode ler-se (Estampa XVII.2):

PARDO / A 2 DO JULHO / Meireles¹¹⁵

Ainda na mesma portada mas do lado de fora encontra-se (Estampa XVIII.1):

ManuEL MartInZ / PARDO / A 18 DE ABRIL

Na sala que se lhe segue na primeira janela, na portada do lado esquerdo, no exterior sobre a almofada vê-se:

ANTON / RIBEIRO PARDO / A 3(?) DE MAIO DE (...)

No interior da mesma portada pode ver-se mais um assento:

IOZE IOAQUIM / DE SOUZA / Comiço¹¹⁶ / (...) / 1815

Nesta janela, mas na portada do lado direito, no exterior, lê-se:

CARLOS IOZE MOREIRA TO / MOU O PARDO A 25(?) DE MAIO DE 1823

Também na portada do lado direito, mas pelo interior, pode ver-se:

João Ribeiro Guimi (?) / Entrou no Noviciado aos 25 / De Abril de 1816 / 1816¹¹⁷

¹¹⁵ “Meireles aparece em cursivo, ao contrário dos restantes caracteres que são escritos em maiúsculas.

¹¹⁶ Em cursivo.

A portada do lado esquerdo, no interior, da janela da sala seguinte, devido à humidade, apenas permite a leitura de uma data:

(...) / 2 de / Out.bro

Segue-se um terceiro quarto. Aqui, na única janela, na portada do lado esquerdo e pelo lado exterior, encontra-se apenas um nome próprio:

IOAO

Na mesma portada, mas desta feita no interior, encontramos alguém que não teve problemas em fazer-se identificar pela “alcunha” (Estampa XIX.1):

MA / RREC / A / 1805

Ainda que sendo quase denegridor do próprio indivíduo, é esta inscrição que nos permite saber que, neste ano de 1805, já as obras nesta ala se encontravam concluídas.

Na mesma janela, mas na portada do lado direito, na sua face externa, lê-se:

EANES

Próximo, ainda que não seja clara a conexão entre as duas palavras, pode ver-se a seguinte alusão, eventualmente, à localidade de proveniência de um dos noviços:

CAVEZ

Na mesma portada, mas do lado interior, lê-se (Estampa XIX.1):

¹¹⁷ Inscrição em cursivo. O ano é repetido em caracteres de tamanho maior.

PRATA / EM / 1816

No sétimo aposento, talvez também um quarto, na portada do lado direito na sua face externa vê-se (Estampa XX.1):

BENTO IOZE PER.A DE / MACEDO 12 (...) 1825 / IMMOSCB

Abaixo desta inscrição, uma outra (Estampa XX:2):

ANTONIO PEREIRA / G<U>EDES¹¹⁸ TOMOU

Na janela ao cimo das escadas que dão acesso da varanda do claustro ao último piso, encontra-se, na face externa da portada do lado esquerdo, mais uma eventual alusão ao local de proveniência de um dos noviços:

CHAVES

Aqui e ali, em todas estas portadas, vão aparecendo nomes dispersos ou palavras que não foram terminadas ou para as quais não nos foi possível identificar o significado. Mas nenhuma destas inscrições chega a atingir o pormenor daquela que se encontra na ombreira da janela do lado esquerdo, no topo da grande sala que se encontra no último piso. Gravada na pedra e emoldurada encontra-se a última inscrição (Estampa XX.1):

IOZE IOA- / QVIM FERREI- / RA D'EÇA E LEI- / VA . AQVI NO /
VICIOU NO / ANNO DE / 1817

¹¹⁸ O “U” encontra-se acima da linha.

IV - Estratégias de Enterramento

Ao longo deste trabalho temos vindo a fazer referência aos diversos enterramentos que foram identificados durante as várias campanhas de escavações arqueológicas levadas a cabo em Vilar de Frades. Não estranha esta situação dado que, desde muito cedo, o hábito de sepultar os mortos junto dos locais sagrados do Cristianismo foi uma prática corrente, mesmo quando estes espaços sagrados se encontravam dentro das áreas urbanas, contradizendo a prática clássica “pagã” (Castellanos, 2000, Ariés, s.d.; Barroca, 1987: 7). Num mundo cristão em estruturação, em que as relíquias dos mártires se constituíam tantas vezes como elementos aglutinadores das comunidades e, no qual, as paróquias, já tivemos oportunidade de referir, se encontravam em formação, a necessidade de sepultar os defuntos num espaço sacralizado pela presença dessas mesmas relíquias, hábito que deverá ter tido a sua génese no Norte de África (Ariès, s.d.: 46; 1989: 26), começa a tornar-se num costume generalizado.

Se, é certo, nem sempre os autores cristãos estavam de acordo com estes enterramentos vulgarmente denominados *ad sanctos*, isto é, junto dos santos, ou mesmo com a presença dos cemitérios dentro dos espaços urbanos, como foi o caso de S. João Crisóstomo (Ariés, 1989: 26 e Ariés, s.d.: 42), o assunto deve ter sido frequentemente alvo de discussão, levantando dúvidas entre os mais reconhecidos membros da Igreja. Recorde-se, a este título, a obra de S.to Agostinho *De Cura pro Mortuis Gerenda* (O cuidado devido aos mortos), uma epístola através da qual responde às dúvidas que lhe eram levantadas por S. Paulino de Nola, sobre se “*si es provechoso a un difunto sepultar su cuerpo junto a la memoria de algún santo*” (*De Cura*, I, 1). Nesta missiva, que datará por volta de 421 ou 422, o Bispo de Hipona não toma uma posição de “repulsa” como a de S. João Crisóstomo¹¹⁹, antes investivando:

¹¹⁹ A este respeito, Philippe Ariès (s.d.: 42) cita a seguinte passagem de uma homilia de S. João Crisóstomo: “Zela para que nenhum sepulcro seja edificado dentro da cidade. Se se colocasse um cadáver onde dormes e comes, o que não farias? E todavia colocas os mortos não onde dormes e comes mas sobre

*“En cuanto a la sepultura junto a las «Memorias» de los Mártires, me parece que solamente le aprovecha al difunto para que, al encomendarlo a la protección de los mártires, se aumente también el fervor de la oración en favor suyo.”*¹²⁰

Para S.to Agostinho, se o local de sepultura ou mesmo a existência de uma sepultura é, pelo menos numa perspectiva teórica, totalmente indiferente para a salvação do defunto, importa sobretudo o acto de recordar o ente querido que morre, através da edificação de uma sepultura (*memoria* ou *monumentum*), e rezar por ele e “*por todos los difuntos en asamblea cristiana y católica*”, uma das tarefas a que a Igreja se encontra obrigada (*De Cura*, IV, 6). O enterramento *ad sanctos* tem, portanto, como vantagem, não a protecção do defunto mas, antes, o facto de todos aqueles que ali se dirijam para venerar o santo mártir serem, de igual maneira, convidados a orar por aqueles que ali se encontram sepultados.

Esta perspectiva de que “*al recordar dónde han sepultado a los cuerpos de sus seres queridos, los encomiendan con oraciones a los mismos santos, para que los ayuden como intercesores ante el Señor*” (*De Cura*, IV, 6), deverá ter sido o argumento que valeu superiormente para autorizar as sepulturas *ad sanctos*, tal como recorda Philippe Ariès (s.d.: 64-65). Ao mencionar a resposta dada pelo Papa Nicolau II a um pedido de esclarecimento, por parte do clero Búlgaro, sobre a permissão de enterrar os mortos no interior das igrejas, Ariès nota o facto de o pontífice seguir a opinião de S. Gregório Magno, contrária às disposições conciliares, de que “se podiam aí enterrar aqueles que não tinham cometido pecados mortais” (Ariès, s.d.: 64-65).

O enterramento *ad sanctos* levou, no entanto, a abusos e, muito rapidamente, os enterramentos dentro das próprias igrejas passam a ser um hábito generalizado. Para isto terá contribuído o facto de estarmos num período de formação e estruturação das

os membros de Cristo... Como se podem frequentar as igrejas de Deus, os santos templos, quando aí reina um odor horrível?”. V. também, Ariès (1989: 26).

¹²⁰ *De Cura*, XVIII, 22.

paróquias, as quais, tal como as próprias sedes diocesanas, possuíam as suas próprias igrejas cemiteriais ou assumiam, elas mesmas, essa função (tal como já referimos no Cap. II)¹²¹. Seja porque a discussão se manteve sempre acesa, não permitindo uma rápida clarificação doutrinal, seja porque a ortodoxia não foi capaz de se sobrepor à praxis, as igrejas passam a ser verdadeiros cemitérios onde são sepultados não só o clero e os seus fundadores e patronos, mas também, outros fiéis. Passa-se, então, para um novo paradigma de enterramento: *apud ecclesia* (Barroca, 1987: 12).

As tentativas de disciplinar o povo de Deus, a fim de que os mortos deixem de ser sepultados no interior dos templos, fazem-se sentir muito cedo. Assim aconteceu, por exemplo, no concílio de Voison, em 442 (Curran, 1908), onde é declarada a proibição de enterrar os defuntos dentro dos templos. O desrespeito por estas determinações foi uma constante, tendo outros diversos concílios decretado no mesmo sentido, ainda que, nalguns casos, talvez por se assumir a impotência de mudar o uso, se fossem aceitando excepções. Assim sucede em Meaux (663), Mayence (813), Tribur (895) e Nantes (900), ainda antes do ano 1000, tal como em Reims (1117), Rouen (1581) e, de novo, em Reims (1683) e em Trento (1545-63)¹²².

Pela sua importância no quadro geográfico em que nos encontramos, não podemos deixar de mencionar com particular atenção o caso do I Concílio de Braga onde, tal como em Voison, é declarada a proibição de enterrar os defuntos dentro das basílicas, permitindo, contudo, que sejam sepultados nos seus adros:

¹²¹ Cláudio Torres e Santiago Macías (1996: 29) informam que: “O Concílio IX de Toledo (656) assinala ainda o caso de bispos que construíam igrejas para dedicá-las expressamente para sua sepultura. Quando não as construíam, os bispos faziam-se enterrar em basílicas dedicadas a mártires”.

¹²² Veja-se, a este respeito, entre outros: Ariés (s.d.: 60-66), Torres (s.d.: 402), Barroca (1987: 16-18), Araújo (1997: 362), assim como as disposições sinodais peninsulares apresentadas por Maria do Rosário Bastos (1996).

"XVIII. De corporibus defunctorum. [De corporibus hominum intra basilicas sanctorum nullatenus sepelliendis.]

Item placuit, ut corpora defunctorum nullo modo intra basilicam sanctorum speliantur, / sed si necesse est de foris circa murum basilicae usque adeo non abhorret. Nam si firmissimum hoc brebilegium usque nunc retinent civitates, ut nullo modo intra ambitus murorum cuiuslibet defuncti corpus humetur, quanto magis hoc venerabilium martyrum debet reverentia obtinere."¹²³

Porque especialmente sagrado, por ser esse o lugar onde se repetia o sacrifício supremo, no altar, o interior da igreja exigia dignidade e, nesse sentido, só os mais dignos deveriam aí receber, pelo menos teoricamente, sepultura. Por mais dignos, entendiam os padres conciliares, por um lado os membros do clero e, por outro, os fiéis leigos que tinham a devida autorização do ordinário (Ariés, s.d.: 62). A esta dignidade poderia chegar-se, entre outras formas, pelo patrocínio à construção dos templos, razão pela qual os patronos aí possuíam, via de regra, direito à sepultura.

Dignidade pode ser, contudo, facilmente confundível com riqueza e poder, quer ele fosse temporal ou espiritual. Não obstante, em plena Idade Média, a distinção social não deveria ser considerada como um dado adquirido para obter direitos à sepultura no interior de um templo. A este respeito, recorde-se, na Canção de Rolando, a batalha que vitima o sobrinho de Carlos Magno e seus companheiros, em Roncesvales. Na estrofe 132, já referida por Philippe Ariès (1989: 27 e s.d.: 68), diz Turpin, o Arcebispo de Reims:

¹²³ Conf. Vives, 1963: 75: A tradução do texto para castelhanho apresentada por Vives é a seguinte:

"XVIII. De los cuerpos de los difuntos. Que en modo alguno se dé sepultura a los cadáveres en el interior de las basílicas de los santos.

También se tuvo por bien que no se dé sepultura dentro de las basílicas de los santos a los cuerpos de los difuntos, sino que si es preciso, fuera, alrededor de los muros de la iglesia, hasta el presente no está prohibido, pues si hasta ahora algunas ciudades conservan firmemente este privilegio que en modo alguno se entierre el cadáver de ningún difunto dentro del recinto de sus muros, cuanto más debe exigir esto mismo la reverencia de los venerables mártires?"

Casa de Deus e de Homens

“Li arcevesques les ot contrarier.
Le cheval brochet des esperuns d’or mer,
Vint tresqu’a els, sis prist a castier :
« Sire Rollant, e vos, sire Oliver,
Pur Deu vos pri, ne vous contraliez !
Ja li corners ne nos avreit mester,
Mais nepurquant si est il asez melz :
Vengent li reis, si nus purrat venger;
Ja cil d’Espagne ne s’en deivent turner liez.
Nostre Franceis i descenderunt a pied,
Truverunt nos e morz e detrenchez,
Leverunt nos en bieres sur sumers,
Si nus plurrunt de doel et de pitet;
Enfuerunt nos en aïtres de musters ;
N’en mangerunt ne lu ne porc ne chen. »
Respunt Rollant: « Sire, mult dites bien. »¹²⁴

¹²⁴ Jonin (s.d.: 180). Não é por vã demonstracão de erudição que aqui apresentamos o texto original, tendo escolhido esta versão que, salvo alguns pequenos pormenores, mormente de pontuação, é concordante com o texto publicado por Brault (1984: 108). Contudo, nem todas as traduções são precisas no que diz respeito ao antepenúltimo verso, fazendo o próprio Philippe Ariès interpretações distintas em *O Homem perante a Morte* (Ariès, s.d.: 68) ou em *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média* (Ariès, 1989: 27). A tradução para português (Jonin, s.d.: 72-73), efectuada por Emílio Campos Lima, é a seguinte:

“O arcebispo ouve a discussão que se trava entre eles. Esporeia o cavalo com as suas esporas de ouro puro, aproxima-se deles e repreende-os: «Senhor Rolando, e vós, senhor Olivier, peço-vos em nome de Deus que não disputeis! Tocar as trombetas, agora não serviria para nada. E, no entanto, é melhor fazê-lo: se o rei vier, poderá vingar-nos. Não se pode permitir que os de Espanha se vão embora todos contentes. Os nossos companheiros de França, quando descerem dos cavalos, encontrar-nos-ão mortos e feitos em postas. Porão os nossos corpos em caixões e levá-los-ão em

Turpin era um alto membro do clero e Rolando e Olivier dois membros da alta nobreza carolíngia e, apesar disso, o autor da canção refere como lugar de sepultura o átrio de um mosteiro. A dignidade não era, portanto, factor tão imediatamente determinante para o enterramento no interior do templo que o autor da Canção de Rolando, nos finais do séc. XI, fosse levado a “sepultar” os heróis de Roncesvales dentro da igreja. Em boa verdade, e como se pode constatar por diversos exemplos de estudo de testamentos em Portugal durante a Idade Média (Vilar, 1995 e 1996; Pina, 1996) se há uma preferência das classes sociais mais abastadas pela escolha de um local de sepultura dentro das igrejas (quer elas sejam paroquiais quer sejam conventuais), também há um elevado grau de indefinição do sítio concreto, bem como aqueles que pedem para ser sepultados no adro, nos claustros ou mesmo os que deixam o local de sepultura a cargo dos testamenteiros ou mesmo à vontade de Deus¹²⁵ (conf. para este último caso, o exemplo apresentado por Isabel Castro Pina (1996: 158)

O relacionamento com o fenómeno da morte é, mesmo no seio da cristandade, extremamente diversificado. Esta diversidade pode dar-se aos mais diversos níveis. Ela existe, como já referiu José Mattoso, dentro das próprias ordens religiosas como Cister e Cluny, as quais tinham, cada uma, os seus costumes específicos (Mattoso, 1996c). Diversidade, ainda, cronológica (aquela a que estão os arqueólogos, tantas vezes, mais apegados), com opções tão distintas como os tipos de estruturas tumulares ou costumes como o de sepultar os mortos com víveres ainda durante toda a alta Idade Média ou somente com alguns artefactos religiosos de devoção particular, mais tardiamente. É de crer, além do mais, que a religiosidade popular influenciasse, em muito, hábitos regionais e locais, quer eles tivessem uma origem na tradição pagã sobrevivente, o que de facto acontece sem que haja, evidentemente, uma ruptura imediata (Barroca, 1987: 7-

cima de animais de carga. Verterão sobre nós lágrimas de dor e piedade. Seremos enterrados em terra abençoada, junto das igrejas. Assim, não seremos devorados pelos lobos, nem pelos porcos, ou pelos cães.» Rolando responde-lhe: «Senhor, aí está uma coisa bem observada.»”

¹²⁵ Conf. para este último caso, o exemplo apresentado por Isabel Castro Pina (1996: 158). Mais adiante, teremos oportunidade de abordar este tema com algum pormenor.

20; Mattoso, 1996b): os primeiros cristãos, tal como o próprio Jesus Cristo, eram judeus, gregos, romanos, etc., pelo que a adoção da nova religião, ainda que levasse à alteração de referências mentais e morais, não implicava, automaticamente, uma total mudança de hábitos.

À Igreja compete, então, através dos mecanismos próprios, re-interpretar a realidade à luz da verdade revelada e, nesse sentido, tentar disciplinar os hábitos que poderiam, de alguma forma, corromper essa mesma revelação. Como dizia José Mattoso (1996b: 58) acerca das lamentações, “como em tantos outros rituais e costumes pagãos, mantêm-se os gestos, mas atribui-se-lhes um sentido compatível com a doutrina cristã.” Não se trata, contudo, de uma mera adaptação ou de uma simples transição. Mais do que isso, há uma re-interpretação ontológica, a qual apresenta enormes dificuldades aos Padres da Igreja quer ao nível da interpretação quer ao da sua transmissão. Porque os exemplos são tantos, olhemos apenas para um já por nós apresentado. No caso mencionado do *De Cura Pro Mortuis Gerenda*, ele tem origem na resposta a uma dúvida que S. Paulino de Nola apresenta a Sto. Agostinho. O bispo de Hipona, por seu lado, dá a sua opinião sem que, sobre determinados assuntos, não deixe de acrescentar com uma quase desconcertante simplicidade: “Não sei” (De Cura, V e XI). As dúvidas do autor da carta e as dúvidas do seu remetente são exemplo claro dessa dificuldade de interpretação de realidades complexas à luz de uma fé nova relativamente jovem.

O segundo problema que se levanta é, por outro lado, o da transmissão da interpretação. Os hábitos arraigados nas comunidades, capazes de permitir simbioses tão pouco consequentes com a doutrina, como colocar géneros alimentares na sepultura, são difíceis de mudar. Mesmo quando a doutrina parece filosófica e teologicamente consistente, nem sempre é fácil de a fazer assimilar por todos. Daí que, como vimos, as disposições conciliares e sinodais sobre os enterramentos sejam constantes e, por vezes, repetitivas. A oposição às lamentações excessivas que os Padres da Igreja tantas vezes preconizaram, compreende-se no sentido em que a ideia pagã que estava na sua origem era “um grito desesperado para reter o defunto no mundo dos vivos, ou uma explosão de sentimentos feridos pela impossibilidade de o fazer regressar à vida” (Mattoso, 1996b: 58), algo que, claramente, contradizia a crença cristã da esperança na salvação. Mas

estes hábitos ficaram de tal forma arraigados nas populações que, conforme demonstra Maria do Rosário Bastos (1996: 111-112), em pelo menos sete sínodos diocesanos hispânicos, entre 1377 e 1553, “eram expressamente proibidas manifestações de dor e pesar algo exacerbadas, como fossem os golpes desferidos violentamente no peito, o arranhar da cara ou o desgrenhar do cabelo”.

Não obstante as oposições da autoridade eclesiástica, a prática dos enterramentos no interior e no entorno das igrejas, quer das paroquiais quer das erigidas por iniciativa diversa, como as das ordens monásticas, das ordens terceiras, das misericórdias, etc., foi norma, em Portugal, até à entrada das posturas e legislação higienistas do séc. XIX. Já em 1805 e 1806, os Alvarás régios de 27 de Março e de 18 de Outubro, respectivamente, obrigavam a que fossem criados os cemitérios públicos mas a materialização real desta intenção só se deu após o liberalismo, nomeadamente com o Decreto de Magalhães da Fonseca, de 21 de Setembro de 1835, ao qual se seguiu o Decreto de 18 de Setembro de 1844, da autoria de Costa Cabral.

Como é sabido, a legislação liberal tardou em ser aplicada tendo, no Minho e mais particularmente no distrito de Braga, sido alvo de forte resistência popular e eclesiástica (Pina Cabral e Feijó, 1985; Catroga, 1991). No caso de Areias de Vilar, os enterramentos na área do convento foram uma constante até Março de 1886, altura em que os defuntos começam a ser sepultados no “cemiterio publico”¹²⁶.

Há, todavia, um factor, que por aparentemente mais comezinho pode ser menosprezado, que deverá ter tido uma enorme influência na definição dos locais de sepultura. Trata-se da área útil para a realização dos enterramentos, quer no que diz respeito à área dos templos e em seu redor, quer no que concerne à profundidade que os solos permitem. Como bem demonstra Elisa da Costa Carvalho (2002: 20), no estudo dos enterramentos

¹²⁶ A.D.B., RPB, A.V., nº 854, fl. 114. Para uma resenha dos acontecimentos que levaram à edificação do cemitério público de Areias de Vilar, confira-se Sebastião Matos (2001: 280-394).

na Sé de Braga durante a Idade Média, há uma preocupação por parte dos membros do cabido com a gestão do espaço físico, e não só do espaço simbólico, de enterramento. Acompanhamos, portanto, Elisa Carvalho (2002: 20) e consideramos que,

“embora a questão económica também possa ser colocada, não a consideramos de primeira importância, pois certamente a fortuna de alguns permitiria comprar um moimento que ostentasse os seus símbolos.”

Tal situação é, além do mais, consonante com aquilo que acontece em Lisboa, caso estudado por Ana Cristina Araújo. Aqui, e em particular na igreja e casa professa de S. Roque, constata-se “a existência de uma gestão efectiva e rigorosa dos locais de inumação” (Araújo, 1997: 365).

Porque a arqueologia nos confronta directamente com este problema do espaço, e Vilar de Frades, como veremos ao longo do presente capítulo, é um mosteiro que levanta a este nível diversas questões, parece-nos importante distinguir o que consideramos por espaço físico e por espaço simbólico. O *espaço físico* é toda a área passível de receber uma intervenção física, no caso presente, a edificação, ou tão só a abertura, de sepulturas. É um espaço com limitações aos mais diversos níveis e que, como já dissemos, tem que ser compreendido na sua máxima área útil. O edificado e a sua orientação, a profundidade dos solos e a existência, ou não, de construções anteriores no subsolo, criam entraves ao enterramento. Mas também são criados entraves pelos enterramentos preexistentes ou pela necessidade de circulação dentro das diversas áreas, quer para a realização das práticas de culto, como as procissões, quer para as tarefas mais prosaicas levadas a cabo no claustro, por exemplo.

Já o *espaço simbólico*, por seu turno, é aquele ao qual os historiadores mais atenção têm dado. Aqui incluímos tudo o que ultrapassa a materialidade, desde a dignidade hierárquica do indivíduo, obtida por mérito ou por hereditariedade, à sua capacidade económica para adquirir lugares de privilégio. Espaço simbólico porque, além do mais, a devoção individual pode ser determinante na escolha do local, como seja a proximidade de um altar ou a capela que se mandou edificar. Espaço simbólico, ainda,

porque, não obstante o que é ditado pelos cânones, há, tantas vezes, na forma de viver a religião, uma enorme carga de superstição e tradição popular.

Ao olhar para um imóvel como Vilar de Frades, cuja área útil de enterramentos é enorme tendo em conta a população que servia, procuraremos compreender como é feita a gestão destes dois espaços e quais as estratégias, aos mais diversos níveis, utilizadas nos enterramentos. Na primeira parte deste capítulo, olharemos para as materialidades, para a forma como as pessoas eram sepultadas, para as práticas. Aqui, utilizaremos como base de estudo os dados da arqueologia e da antropologia. Na segunda parte, tentaremos olhar para as imaterialidades, para as opções que estão por detrás da escolha do local de sepultura. Neste caso, servir-nos-emos de alguns dos livros de registo de óbitos da paróquia de Areias de Vilar. Num e noutro caso, procuraremos ver como se relacionam os espaços físico e simbólico.

IV.1 - Sepulturas e indivíduos

As formas de enterramento dos defuntos praticadas em Vilar de Frades podem dividir-se em 4 grandes grupos. Em primeiro lugar, as cistas polilíticas medievais presentes praticamente por toda a área do monumento, quer se tratem de cistas feitas com recurso a pedras irregulares ou aquelas formadas já por silhares reaproveitados. Em seguida, as sepulturas abertas na terra mas possuindo uma tampa em granito, tal como as que apareceram nas sondagens 10, 10A e 10B (Laço e Bernardo, 1999), às quais podemos associar, igualmente, as sepulturas existentes no interior da igreja, de período moderno, como a do Bispo D. Francisco de Sta. Maria e a da família Vilas Boas, entre outras. Em terceiro lugar, as sepulturas ordenadas em torno do claustro, durante a idade moderna e contemporânea. Finalmente, os sepultamentos, aparentemente desorganizados, identificados maioritariamente na zona do adro.

IV.1.i - Cistas polilíticas

O tipo de sepultura estruturada mais antiga que foi possível constatar em Vilar de Frades é formado pelas cistas de caixa pétra, polilíticas, com cobertura de lajes múltiplas¹²⁷. “Monumentos modestos”, no dizer de Mário Jorge Barroca, deverão ter sido o tipo de sepultura mais comum, em conjunto com as sepulturas em fossa abertas directamente no solo, entre os séculos XII e XIII, podendo a sua cronologia perdurar, pelo menos no Entre-Douro-e-Minho, entre os séculos X ou XI e o século XIV ou XV (Barroca, 1987: 299-300) chegando mesmo, em casos como o da Sé do Porto, até ao século XVI (Dordio, 2005: 29). Na verdade, trata-se de um modelo que poderá ter uma filiação mais antiga, oriunda do período visigótico, mas para a qual não foi possível, até ao presente, identificar uma continuidade (Barroca, 1987: 289-300).

A pouca profundidade que estas sepulturas costumam atingir, sensivelmente entre os 30 e 40 cm, e a irregularidade das suas lajes de cobertura sugerem que elas deveriam estar cobertas de terra. Não se sabe, neste como noutros casos, como se faria a sua identificação, não tendo, normalmente, quaisquer caracteres distintivos ou possuindo, por vezes, siglas, como acontece na Sé do Porto (Barroca, 1987: 313-316; Dordio, 2005: 29), gravadas numa ou noutra laje. No entanto, se estas estruturas estavam tapadas, deveria haver, quase obrigatoriamente, um elemento que as identificasse à superfície. De facto, pelo menos no caso de Vilar de Frades, as cistas não apresentam uma disposição regular que permitisse, quando tapadas, indicar ao coveiro a sua localização. Como se vê pela disposição das cistas da S. 24, há algumas que se encontram mais afastadas do que as outras ou que se localizam mais a oriente ou ocidente. No caso de ser necessário sepulturar um indivíduo numa dessas cistas, caso não houvesse qualquer elemento que identificasse, pelo menos, a sua localização exacta, o “coveiro” teria alguma dificuldade em encontrá-la. Por outro lado, se for certa a utilização destas

¹²⁷ Mário Jorge Barroca (1987: 299-306 e 323-335) cataloga este tipo de estruturas como “sepulturas de pedras avulsas”.

estruturas como local de enterramento familiar, mais natural seria a sua individualização com algum elemento que a associasse àquela família.

Tabela 7 - Análise geral das cistas

	Orientação	Comprimento	Largura Máxima	Largura Mínima	Altura	Nº de Lajes de Cobertura	Nº de Lajes de Cabeceira	Nº de Lajes de Fundo	Nº de Lajes Direita	Nº de Lajes Esquerda	Notas
S. 10 [99]	81°	-	-	0,24m	0,24m	[2]	-	-	[2]	[3]	
S. 12A [19]	107°	-	-	-	-	[1]	-	-	-	[3]	
S. 12 A2 UE[10]	86°	[1,90m]	-	[0,33m]		[2]	-	-	2	2	
S. 12 A2 [19]											
S. 12 A2 UE[20]	81°	1,90m	0,50m	-	0,36m	-	1	1	2	[2]	
S. 12 A2 UE[34]	89°	[1.13m]	-	0,25m		[3]	-	1	[3]	[4]	
S. 24 UE[2]	101°	1,92m	0,40m	0,33m	0,38m	2	-	1	4	4	
S. 24 UE[3]	84°	1,50m	-	0,30m	0,36m	4	-	1	3	1	
S. 24 UE[4]	89°	1,96m	0,46m	0,32m	0,36m	5	1	1	3	3	
S. 24 UE[8]	92°	0,74m	0,26m	0,14m	0,22m	1	1	-	3	2	
S. 25 UE[27]	94°	-	-	0,24m	0,24m	-	-	1	[2]	[2]	
S. 26C UE[26]	-	-	[0,40m]	-	-	-	-	-	[1]	[1]	
S. 28 [15]	92°	-	-	[0,35m]		-	-	-	[2]	-	

No caso de Vilar de Frades, este tipo de estruturas obedece quase sempre a um mesmo modelo, de planta sub-trapezoidal, possuindo uma maior largura ao nível da cabeceira do que ao dos pés. Com excepção da UE[8] da S. 24, que corresponde ao enterramento de um menor, as suas dimensões (v. Tabela 5) variam mais no que diz respeito ao comprimento do que à largura ou profundidade. Assim, se entre as UE[3] e UE[4] da S.

24 existe uma variação de 0,46m no comprimento, já as restantes se encontram com valores iguais ou superiores a 1,90m. A largura máxima, ao nível da cabeceira, tem uma média de 0,45m ao passo que a média da largura mínima, aos pés, é de cerca de 0,30m.

À cabeceira e aos pés, as sepulturas possuem, via de regra, apenas uma pedra. Nalguns casos, como o da UE [2] da S. 24, a cabeceira encostava a um grande bloco granítico informe que ali deveria estar antes da implantação da cista. Por outro lado, se a sepultura identificada no perfil Este da S. 26C (UE [26]) se encontrava completa e não truncada pelo muro que dividia o corpo da igreja sensivelmente a meio, como nos parece, ela aproveitaria este muro como cabeceira. Note-se que, neste caso, a distância interior entre as pedras que faziam parte dos lados da cista era de 0,40m e, nesse sentido, muito próxima das medidas das cabeceiras das demais. As paredes laterais deste tipo de sepulturas, por seu turno, variam entre as 2 e as 4 pedras sendo que aquele menor valor corresponde às sepulturas mais recentes da S. 12A2 (U.E.'s [10] e [20]). O número de pedras que davam forma à sepultura deveria ser, no entanto, variável e não respeitar uma regra específica chegando, tal como acontece na S. 24, a adossar-se umas sepulturas às outras.

No que concerne à orientação das sepulturas polilíticas (v. Gráfico 1), todos os casos estudados apresentam uma orientação Oeste-Este que ronda, em média, os 90,58°. Os valores mais afastados da média encontram-se nos 81°, verificados nas UE[99] da S. 10 e UE[20] da S. 12A2, assim como, já num limite superior, nos 107° da UE[19] da S. 12A. A orientação da igreja actual, que em grande medida deverá corresponder, pelo menos, à orientação da igreja gótica, é de 88°. Estas medições deverão ser lidas, no entanto, com alguma precaução, visto que, estando algumas das sepulturas adossadas a outras, como é o caso das UE [3] e [4] da S. 24, este fenómeno acaba por se constituir, automaticamente, como gerador de desvios. Por outro lado, há que ter em atenção que, como afirma Mário Jorge Barroca acerca das necrópoles escavadas na rocha, “as sepulturas que se abrem nas imediações de templos religiosos encontram-se, normalmente, alinhadas pelos muros deste” (Barroca, 1987: 134). Apesar disso, deverá destacar-se a grande uniformidade de orientação que a necrópole medieval mantém, face a soluções mais tardias.

Em Vilar de Frades verifica-se a utilização de duas técnicas distintas de construção de cistas. Por um lado, temos as cistas formadas com pedras avulsas, não trabalhadas e irregulares. As UE[34] da S.12A2 e [8] da S. 24 são, para este caso, os melhores exemplos. Por outro lado, temos as estruturas construídas com material pétreo trabalhado em pelo menos duas das faces, a superior e a lateral interior, eventualmente reaproveitados de construções exteriores e apresentando, pelo menos num caso, siglas de canteiro, como acontece na UE[2] da S.24. É de crer, como já foi anteriormente constatado (Erasun e Faure, 2000: 88) que este segundo tipo de cistas, mais cuidado, corresponde a enterramentos mais tardios. Para isso indicia de imediato o facto de a UE [19] da S. 12A2 se sobrepôr à UE [34].

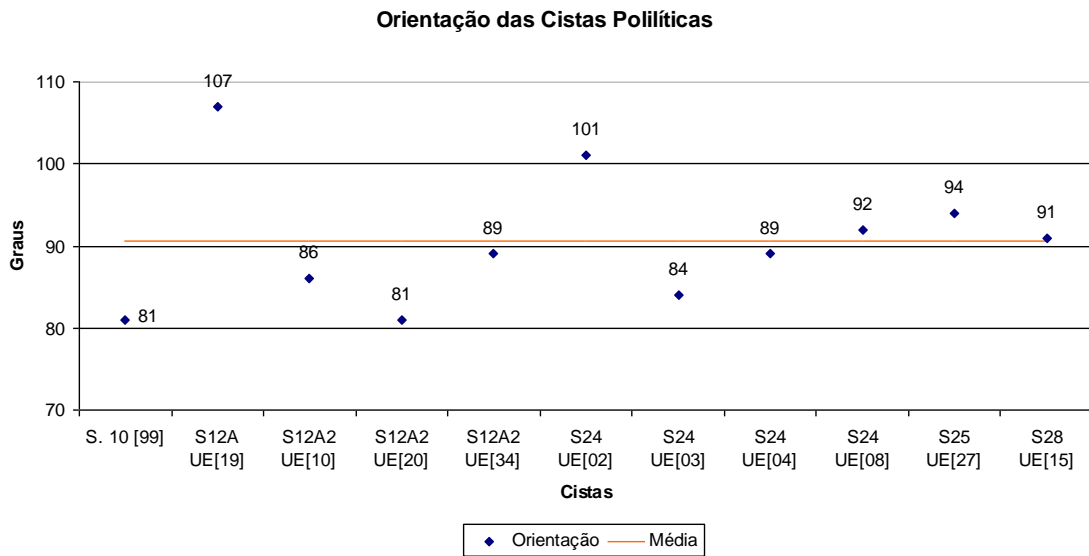


Gráfico 1 – Comparação da orientação das cistas polilíticas em Vilar de Frades

Ao contrário do que sucede em sepulturas mais tardias (Barroca, 1987: 303; Dordio, 2005: 28-29), não nos aparecem em Vilar de Frades cistas com cabeceira mais evoluída, nomeadamente as formadas por uma pedra trabalhada de maneira a dar o contorno da cabeça do defunto e, portanto, evidenciando algum antropomorfismo. Na UE [2] da S. 24, contudo, foram colocadas duas pequenas pedras irregulares a cada lado da cabeça do defunto e um fragmento de telha na sua zona superior criando, desta forma, uma espécie de caixa enformando a zona onde se localizava a cabeça.

Um último aspecto importante no que diz respeito às cistas polilíticas prende-se com o facto de possuírem, sensivelmente na zona correspondente ao seu terço inferior, pequenos buracos de forma tendencialmente rectangular mas estrangulando em direcção à base, abertos no solo base. Por vezes, estes buracos continham vestígios de ossos longos, facto que aponta para a sua utilização como ossários. É possível que a presença deste tipo de ossários, assim como depósitos simples de crânios ou ossos longos (Barroca, 1987: 302-303), indique algum grau de familiaridade entre aqueles que ocuparam estas sepulturas, podendo falar-se, então, de monumentos destinados a constituir-se como panteão familiar (Erasun e Faure, 2000: 88).

IV.1.ii - Sepulturas com tampa monolítica

A utilização de tampas monolíticas como cobertura de sepulturas deverá ter as suas origens no séc. XII e correspondendo, provavelmente, a sepulturas de membros dos “estratos intermédios da sociedade medieval” (Barroca, 1987: 310). Em sentido lato, a perduração do hábito de colocação de tampas monolíticas chega até aos nossos dias e, por isso, são elementos susceptíveis de grande mutabilidade e adaptação a novos gostos. Eram, além disso, elementos que ficavam colocados à flôr do solo. Como bem afirma Mário Barroca (1987: 310), “não se talhavam pedras desse tamanho para, de seguida, as encobrir com terra”.

Porque ficavam visíveis, cedo começou a prática de fazer gravações nestas tampas, identificando, de alguma forma, aqueles que ali tinham a última morada, aspecto que “mantinha indelével a lembrança do defunto, mesmo depois do seu desaparecimento de entre os vivos” (Vilar, 1995: 106).

As primeiras sepulturas com tampa formada por uma só laje granítica, com ou sem qualquer tipo de inscrição, aparecem-nos, em Vilar de Frades, a partir do século XV. Como já tivemos oportunidade de mencionar, são datáveis deste período as sepulturas identificadas nas sondagens 10, 10A e 10B.

Ao contrário das cistas polilíticas, cujas paredes eram perfeitamente estruturadas, quer as pedras que as formavam fossem mais ou menos trabalhadas, este segundo tipo é aberto na terra e possui, nalguns casos, apenas uma preparação lateral de pequenas pedras que permitem suportar a tampa. Estas paredes, ainda que incipientes, eram obrigatórias, já que as terras de enchimento de sepultura, devido à decomposição dos corpos e, quando é o caso, dos caixões, têm tendência a abater. Desta forma, a criação de uma pequena parede servia como suporte lateral das tampas, inibindo a necessidade de colocar, com alguma regularidade, terra sobre as sepulturas, de forma a que o piso mantivesse alguma regularidade.

As tampas de sepultura presentes no grupo de sondagens com a numeração 10 (v. Fig. 5 e estampas XXII.1 e XXIII.2) são, até certo ponto, rudimentares. A sua forma, por norma tendencialmente rectangular, sendo apenas uma trapezoidal, não apresentava o cuidado que se pode encontrar em elementos posteriores. A primeira e segunda tampas não possuíam, além disso, qualquer elemento decorativo ou inscrição. No caso da primeira, UE [48] (Fig. 5.A), as suas dimensões eram de cerca de 1.87m por 0.60m e a segunda, UE [49] (Fig. 5.B), mais pequena, tinha um comprimento de cerca de 1.60m por 0.65m.

A tampa da sepultura 3, UE [50] (Fig. 5.C), tinha de dimensões cerca de 1.70m por 0.87m. Possuía uma moldura gravada, a toda a volta, formada por uma simples linha com cerca de 0.2cm de espessura a uma distância de cerca de 4cm do bordo da peça. Finalmente, a quarta tampa, correspondente à sepultura 4, UE [52] (Fig. 5.D), de forma trapezoidal, tinha o comprimento de cerca de 1.80m, como largura máxima, à cabeceira, 0,72m e como largura mínima, aos pés, cerca de 0,35m. Sensivelmente nos dois terços superiores da tampa, encontrava-se gravada uma larga cruz, delineada por linhas paralelas incisadas e cruzadas, com cerca de 0,2cm de espessura, e distando entre si cerca de 5cm. A secção vertical da cruz, disposta no eixo longitudinal da tampa, tinha um comprimento de cerca de 1.10m e a secção horizontal, perpendicular, um total de cerca de 0,67m. As linhas partiam directamente do bordo da peça e terminavam sem que se unissem.

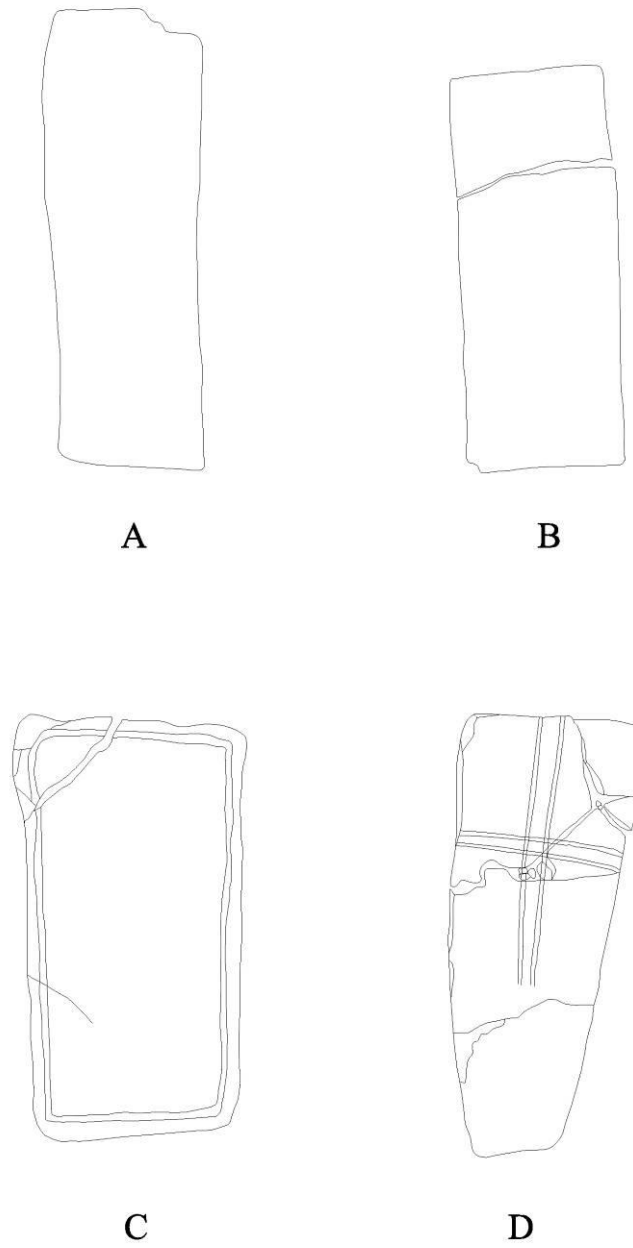


Fig. 8 - Tampas de Sepultura das sondagens 10, 10A, 10B e 10C. Adaptado de Laço e Bernardo (1999: 45)

É com o século XVI que nos começam a surgir um outro tipo de tampas de sepulturas, que se podem encontrar dentro do templo. Ao contrário das anteriores, possuem todas elas epígrafes indicando aqueles a quem se destinavam. Podemos, também aqui, distinguir dois tipos distintos: as tampas simples com epígrafe podendo ter, ou não, moldura formada por linha simples e as tampas epigrafadas com moldura rebaixada. Veremos, individualmente, cada uma delas.

No transepto, tal como já foi frequentemente referido por diversos autores, encontra-se a sepultura de D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez (Fig. 6.A e Estampa XXII.2). Trata-se de uma tampa de sepultura simples, de grandes dimensões, com cerca de 2,0m por 1,02m. Actualmente encontra-se parcialmente tapada pelo estrado de madeira onde se instalou o altar-mor. Por essa razão, dado que só possui 0,95m de campo visível na zona inferior e sendo legíveis, apenas, as duas últimas regras, correspondentes ao mês e ano, a sua leitura não seria possível sem nos socorrermos de outros autores. Seria, portanto, a seguinte:

“AQUI IAS O CORPO DO BISPO D. Francisco, Frade nosso FALECEU EM BRAGA AOS 6” / DE 7BRO DE / 1596¹²⁸

D. Francisco de Santa Maria, membro da congregação de S. João Evangelista, era natural de Vila do Conde, sendo filho de Álvaro Fernandes, escudeiro da casa de Bragança e de D.^a Inês de Seixas. Segundo o Pe. Francisco de Santa Maria¹²⁹, entrou em Vilar de Frades no dia em que se deveriam celebrar os seus esponsórios, tendo tido posteriormente um papel de relevo na congregação, nomeadamente na organização das

¹²⁸ Cf. Santa Maria (1697: 1005), Fonseca (1987, II: 34), Vinhas (1998: 109) e Matos (2001: 119). O nome do bispo de Fez deveria estar já apagado quando Teotónio da Fonseca fez a leitura da inscrição e, por isso, coloca uma série de reticências entre “Bispo” e “Faleceu”. Joaquim Alves Vinhas e Sebastião Matos, por seu turno colocaram entre parêntesis, no mesmo lugar, o nome “Francisco de Santa Maria”. O cronista dos Lóios seu homónimo, por seu turno, transcreve o epitáfio colocando a expressão “D. Francisco, Frade nosso”, a qual adoptámos aqui.

¹²⁹ Conf., Santa Maria, 1697: 1002-1005.

Constituições que, por sua ordem, foram impressas. Em 1583 foi sagrado Bispo por D. João Afonso de Menezes, tendo-lhe sido atribuída a sede de Fez, passando a viver, desde então, em Braga. Ao contrário dos demais membros da congregação, talvez por ser egresso, é um dos dois casos de Lóios que nos aparecem mencionados nos assentos de óbito de Areias de Vilar, o qual reza assim:

“Aos seis dias do mes de septembro primejra sexta feira delle se falleceo na Cidade de Braga o m.to R.do e Virtuoso Dom Fr.co de Sancta M^a Bispo de fes, onde o forão buscar os padres e enterrarão no Cruseiro desta Ig^a morreo com todos os sacram.tos e tam sanctam.te como sempre viveo.”¹³⁰

Uma segunda sepultura, a de Amaro Pimenta, já do Séc. XVII, localiza-se na nave da igreja, imediatamente abaixo do degrau que delimita este espaço e o transepto, do lado do evangelho (Fig. 6.B e Estampas XXIV.1 e XXV.1). A tampa, rectangular, possui umas dimensões de 1.78m por 0.70m. O campo da inscrição, sensivelmente quadrangular, possui umas dimensões de cerca de 0.58 x 0.58m. A sua leitura é a seguinte:

SepulturA DE AMARO PI / MENTA SUA MOlher / ERDEIROS / 1639

A inscrição sepulcral de Amaro Pimenta levanta algumas questões interessantes. Em primeiro lugar, possuímos, entre as gentes relacionadas com Vilar de Frades, referências a dois indivíduos chamados Amaro Pimenta, respectivamente pai e filho. Amaro Pimenta, o pai, teria sido o segundo marido de Maria Gaio de Sá¹³¹, de cuja relação houve Amaro Pimenta da Silva e Maria Pimenta Gaio. Os assentos de óbito de Areias de Vilar registam apenas a morte de um Amaro Pimenta, “o velho”, que terá ocorrido a

¹³⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 1v.

¹³¹ Adoptamos a disposição dos apelidos desta forma, ao contrário de Felgueiras Gayo (N.F.P., V, [440], §1N9), já que assim aparece no assento do primeiro matrimónio desta senhora (conf. A.D.B. R.P.B., A.V., nº 114, fl. 10[69]).

7 de Julho de 1648¹³², pessoa certamente abastada pois o seu nome aparece ligado ao óbito de dois escravos¹³³. Cremos que este seria o segundo marido de Maria Gaio de Sá e aquele a quem se refere o nome na sepultura. De facto, Maria Gaio de Sá havia casado em primeiras núpcias com Jácome Carneiro, a 9 de Novembro de 1616¹³⁴, tendo este seu marido falecido cerca de ano e meio depois, em 6 de Abril de 1618¹³⁵. Só depois desta data teria Maria Gaio de Sá casado com Amaro Pimenta, facto que dificilmente se conjugaria com o cognome de “o velho” no óbito de 1648, caso correspondesse ao filho do casal. O aspecto mais curioso desta inscrição encontra-se, todavia, no facto de ela conter a data de 1639, sendo, portanto, nove anos anterior à data de falecimento do seu proprietário. Não conseguimos identificar a morte de nenhum parente de Amaro Pimenta por volta de 1639 mas, em 18 de Novembro de 1638, isto é, no final do ano anterior, faleceu a sua escrava Cristina Maria¹³⁶.

Uma leitura clássica destes factos apontará sempre para a possibilidade de Amaro Pimenta ter mandado reservar local de sepultura e lavrar a respectiva tampa com alguma antecedência, eventualmente durante um período de doença dele ou de um seu familiar. Mais audaciosa, porém, ainda que não totalmente inverosímil, poderia ser a hipótese de Amaro Pimenta ter mandado sepultar a sua escrava em local que já havia reservado anteriormente para a família, dentro da igreja, e mandado lavrar, posteriormente, a tampa de sepultura. Tal facto, aparentemente contraditório com o conceito de poder de um senhor sobre um escravo, poderá não o ser tanto, quando olhados os documentos. É conhecido que as Constituições Sinodais da Arquidiocese de Braga de 1697 obrigavam que:

¹³² A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 41. V. mais adiante a transcrição do assento no Cap. IV.2.

¹³³ V., mais adiante, Cap. IV.2., no qual daremos nota dos respectivos assentos.

¹³⁴ A.D.B. R.P.B., A.V., nº 114, fl. 10[69].

¹³⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 19v.

¹³⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 33.

“os varoens menores de quatorze anos, & as femeas menores de doze seião livres, ou escravos, que não podem conforme a Direito eleger sepultura, serão enterrados onde seus pays, senhores, ou tutores ordenarem. E havendo costume em qualquer Igreja deste Arcebispado, que os menores, & os escravos se enterrem nas Igrejas Parochiaes, sem os pays & senhores poderem escolher sepultura, no dito caso esse se guarde, como ordenão os sagrados Canones.”¹³⁷

Norberta Amorim (1982: 25), diz-nos que, no caso de Guimarães (ainda que não indicando exemplos), “os criados e, principalmente, os escravos eram em regra sepultados pelos seus senhores, sendo raras as sepulturas de escravos no Claustro da Colegiada”. Ora, o Claustro da Colegiada era, como a própria Professora Norberta Amorim informa, o local de sepultura dos pobres (Amorim, 1982: 23). Onde estariam, então, sepultados? Alguns de certeza, nos jazigos dos seus senhores. Um desses exemplos sucedeu na Misericórdia de Guimarães e, pelo interesse, transcrevemos aqui o assento:

"Aos honze dias do mez de Agosto do anno de mil sete centos trinta e seis faleceu com todos os Sacramentos Manoel Mulato escravo de Dona Josepha de Mello viuva moradora no Terreiro das Freiras desta freguezia foi sepultado na Igreja da Misericordia desta villa ano jasigo da casa da dita Dona Josepha e por verdade fiz este assento era ut supra."¹³⁸

João de Pina Cabral, num estudo sobejamente conhecido, “A família burguesa do Porto: a gestão das sepulturas” (Pina Cabral, 1991: 161-182), menciona uma situação que, salvaguardando as devidas diferenças, não só cronológicas como, também, de *dependência*, tem algumas parecências com o caso de Guimarães. Trata-se do relato de uma família que faz enterrar a *governanta* no jazigo da casa (Pina Cabral, 1991: 169).

Se as diferenças, em especial aquelas que se prendem com a *liberdade do sujeito* nos podem afastar deste último exemplo há, no entanto, uma nota que deve ser feita. Alguns escravos terão ganho, por parte dos seus senhores, um elevado grau de familiaridade.

¹³⁷ Constituições Synodales do Arcebispado de Braga, Tit. 20, Const. IV. V. Anexo Documental VIII.I.ii.

¹³⁸ A.M.A.P., P-395, fl. 192v.

Num exemplo mais próximo a Vilar de Frades, mas que não será caso único, conhecemos a forma como D.^a Teresa de Lemos agraciou em testamento, com alguma generosidade, quer os escravos adultos quer as menores¹³⁹.

Não podemos, contudo, afirmar uma relação imediata entre a morte de Cristina e o acto de gravação da tampa de sepultura de Amaro Pimenta, a não ser como mera hipótese. Não há qualquer dado, e tal é um facto indiscutível, que para isso nos reporte na documentação por nós consultada.

Durante a primeira campanha arqueológica de 1999, esta sepultura foi escavada pela equipa dirigida por Lídia Lopes, tendo-lhe sido atribuída a numeração de S.3/Obra (Lopes, 2000: 47-48). O enterramento em deposição primária correspondia a um indivíduo do sexo masculino com idade entre os 50 e os 60 anos (Tavares, 2001: 23 – Tabela 2). É impossível garantir que tal esqueleto corresponda ao de Amaro Pimenta, já que esta deposição terá levado à desagregação de enterramentos anteriores, os quais podiam ser constatados pela presença de vestígios ósseos indeterminados ou avulsos nas terras que enchiam a sepultura. É de assinalar, contudo, que este sujeito foi enterrado em caixão, o qual “seria exteriormente forrado a tecido e adornado com tachas de cobre” (Lopes, 2000: 48).

¹³⁹ Conf. Maurício, 2000, II, Doc. 40: 255-275.

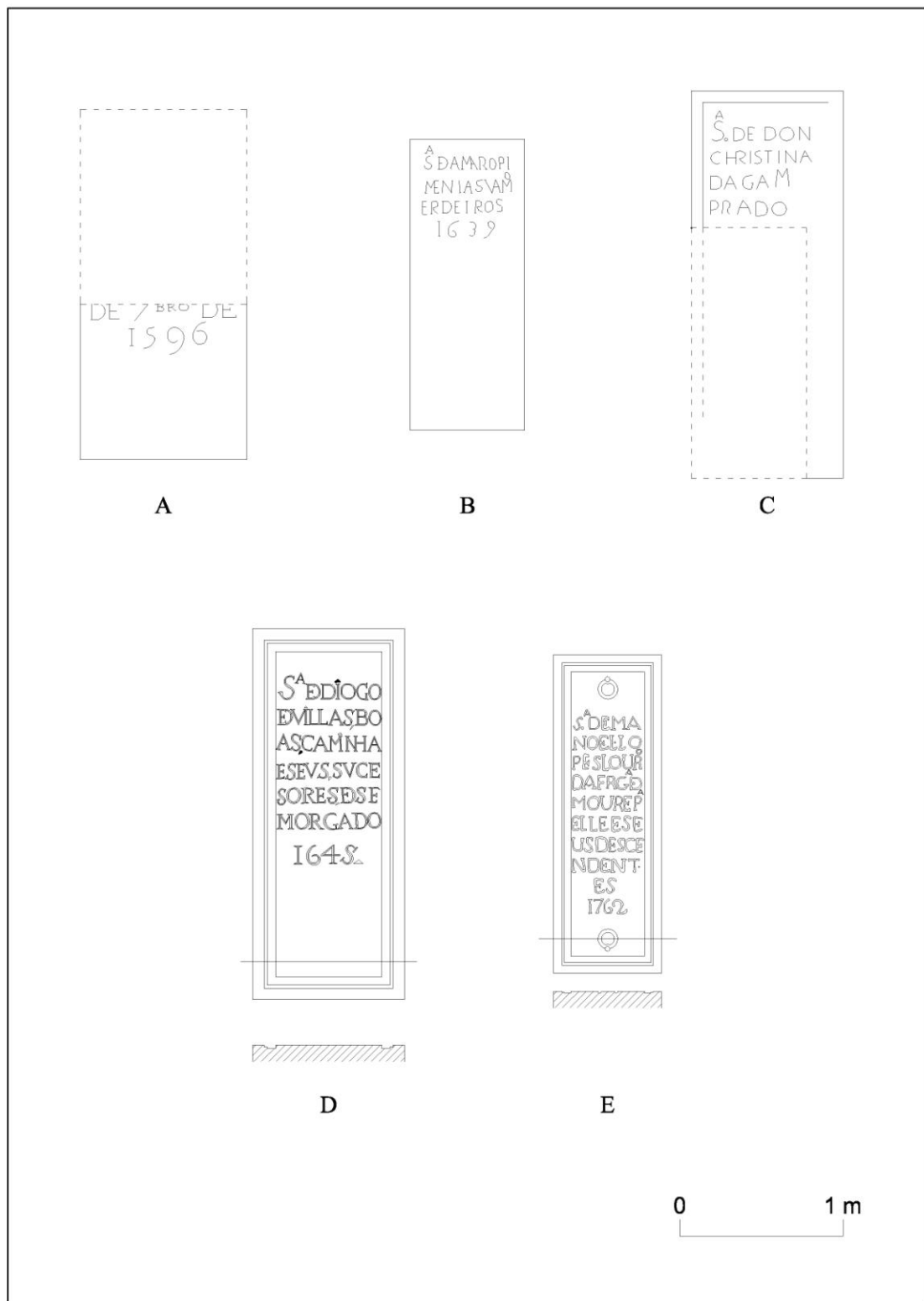


Fig. 9 - Tampas de sepultura no interior da igreja

A terceira tampa epigrafada é a de D. Cristina da Gama Prado (Fig. 6.C e Estampa XXV.2). Localiza-se na capela do lado direito do transepto (lado da epístola) e a inscrição encontra-se parcialmente desgastada. Com cerca de 2.37m de comprimento por 0.93m de largura, possuiria, originalmente, uma linha incisa formando uma moldura a toda a volta, a qual se distanciava cerca de 0,7cm do limite da pedra. O campo epigrafado, tal como hoje é possível ler, possui uma área de cerca de 0.69m por 1.27m, devendo, contudo, ser um pouco mais comprido, já que lhe faltam algumas letras. A leitura possível, reconstituída com o apoio das transcrições feitas anteriormente por Joaquim Alves Vinhas (1998: 109) e Teotónio da Fonseca (1987, II: 34), é a seguinte:

Sepultura. DE DONA / CHRISTINA / DA GAMA / PRADO [MU] / LHER
[QUE FOI] / DE [BELCHI] / OR [RISCA] / DO DE [RO...]

D. Cristina da Gama Prado, falecida a 30 de Abril de 1667¹⁴⁰ era, tal como o epitáfio diz, casada com Belchior Arriscado de Lacerda, fundador do morgadio do Barrio, em Roriz, no ano de 1634 (Fonseca, 1987, I: 353). Não podemos deixar de apresentar aqui a nossa estranheza pelo facto de encontramos a sepultura de D. Cristina de Prado em plena capela fundada, inicialmente, por D. Teresa de Sousa. Não conhecemos qualquer relação de parentesco de D. Cristina da Gama Prado com a sobrinha de D. Diogo de Sousa pelo que, a sua presença nesta capela, poderá estar relacionada com um desinteresse que os seus herdeiros terão passado a demonstrar por Vilar de Frades.

À esquerda e direita desta tampa de sepultura encontram-se, respectivamente uma e duas outras lajes não epigrafadas. Pela sua disposição, acreditamos que também se possa tratar de tampas de sepultura.

A capela da família Vilas Boas foi fundada em 1529 por D. Isabel Anes Pizarro de Baltazar de Vilas Boas, filha de João Gonçalves e de Inês Pires, tendo sido casada com

¹⁴⁰ A.D.B., R.P.B., S.M.R., n° 648, fl. 117.

Gonçalo Dias¹⁴¹. Inicialmente debaixo da invocação de Santo Amador, a capela terá passado a ter como padroeira a Virgem Maria, se não antes, já em finais do século XVI. De facto, o assento de óbito de Diogo de Vilas Boas, falecido em 28 de Novembro de 1596, diz que este foi sepultado “na Capella de Nossa Senhora da parte da Claustra”¹⁴². É quase 100 anos posterior a informação de que a invocação tinha como título Nossa Senhora da Anunciação (Santa Maria, 1697: 376).¹⁴³

A tampa de sepultura que aqui se encontra (Fig. 6.D e Estampa XXVI), possui 2.27m de comprimento por 0.93m de largura e a moldura, a cerca de 7cm do limite da pedra, apresenta dois degraus com rebaixamento de 1cm. O campo da epígrafe tem de comprimento 1.10m. A sua leitura é a seguinte:

SepulturA DE DIOGO / DE VILLAS, BO / AS, CAMINHA / E SEVS, SUCE /
SORES, DESTE / MORGADO / 1645.

Diogo de Vilas Boas e Caminha, casado com Ana de Carvalho Sampaio Coelho, foi o quarto sucessor nesta capela e morgadio da casa de Airó. Tendo exercido funções de almoxarife do Duque de Bragança e de vereador da Câmara de Barcelos (Trigueiros, Freitas e Lacerda, 1998: 412), tinha passado já por Fareja (à data localizada no termo de Guimarães), onde nasceu o seu filho e sucessor dos direitos instituídos por D. Isabel Anes de Vilas Boas, António de Villas-Boas e Sampaio (Caldas, 1986: 166). Diogo de Vilas Boas e Caminha faleceu em 1670, isto é, 25 anos mais tarde do que a data inscrita na tampa de sepultura. Conhecemos o seu assento de óbito, registado nos livros da paróquia de Santa Maria Maior de Barcelos (Trigueiros, Freitas e Lacerda, 1998: 412), que diz:

¹⁴¹ A este propósito, consultar o traslado das cláusulas testamentárias de Isabel Anes de Vilas Boas, datado 22 de Dezembro de 1529. A.D.B., F.M.C., L. 14, fl. 51-53, documento publicado por Rui Maurício sob o n.º 38 (2000, II: 247-250).

¹⁴² A.D.B., R.P.B., A.V., n.º 114, fl. 2.

¹⁴³ Sobre esta capela e a sua heráldica veja-se, ainda, Artur Vaz Osório da Nóbrega (1977).

“Aos dias do mes de Outubro de seiscentos e settenta annos faleceo da vida presente Diogo de V.as Boas Caminha estava em huma sua quinta de Ayro, mas hera aqui freigues. Dizem que fes testam.to em que deixou se lhe fizessem pella alma tres officios geraes e des mil reis para missas está sepultado no Mostrº de Vilar de frades e por verdade me assino”¹⁴⁴

Finalmente, a sepultura de Manuel Lopes Loureiro, localizada na nave da igreja, frente à quarta capela, então dedicada às Onze Mil Virgens e hoje à Sagrada Família, imediatamente anexa à da pia baptismal (Fig. 6.E e Estampa XXVII.1). Possui uma moldura semelhante à de Diogo Vilas Boas e Caminha. As dimensões das lajes são, não obstante, mais pequenas, com um comprimento total de 1.95m por uma largura de 0.66m. Nos topos da peça foram rebaixadas as zonas onde assentavam as argolas de ferro que permitiam a remoção da tampa. O campo epigráfico tem umas dimensões de cerca de 1.02m por 0.42m. A sua leitura é a seguinte:

Sepultura. DE MA / NOEL . LO / PES LOUReirO / DA FReGuesia DE /
MOURE ParA / DELLE E SE / US DESCE / NDENT. / ES / 1762

Durante a primeira campanha de 1999, também esta sepultura foi escavada – S. 4/Obra. No entanto, ao contrário do que havia sucedido na S. 3/Obra, o facto de a escavação ter sido levada apenas até ao nível necessário para a execução dos trabalhos de contrução civil não permitiu exumar nenhum esqueleto (Lopes, 2000: 49-50). Tal situação não estranha, por outro lado, quando confrontados os dados da arqueologia com os da documentação. Manoel Lopes Loureiro, senhor da Casa de Agrodel, localizada na freguesia de Santa Maria de Moure (Fonseca, 1987, II: 275), terá demonstrado a intenção, por volta de 1762, de fazer-se sepultar, com os seus herdeiros, em Vilar de Frades. Contudo, tal nunca se veio a verificar. O seu nome não consta dos assentos de óbitos de Areias de Vilar e sabemos, pelos livros da paróquia de Moure, que, tendo falecido a 2 de Outubro de 1780, foi sepultado na igreja da sua freguesia no dia 4 do mesmo mês e ano¹⁴⁵. Antes da morte de Manuel Lopes Loureiro encontrámos registo do

¹⁴⁴ A.D.B., R.P.B., S.M.M.B., nº 190, fl. 60. O assento não anota o dia de falecimento.

¹⁴⁵ A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl. 181.

falecimento, em tenra idade, de três dos seus filhos: Manuel José, a 3 de Agosto de 1762, Domingas, a 12 de Fevereiro de 1765 e Teresa, a 19 de Janeiro de 1773¹⁴⁶.

Não podemos deixar de nos deter na questão da disparidade de datas a que temos aludido. Nos três casos, Amaro Pimenta, Diogo de Vilas Boas Caminha e Manuel Lopes Loureiro, o ano inscrito na sepultura é anterior em 8, 25 e 18 anos, respectivamente, ao do ano de falecimento. Somos obrigados a pensar que esta data corresponde à da colocação da tampa e, eventualmente, nos casos de Amaro Pimenta e Manuel Lopes Loureiro, à data de aquisição de direitos de sepultura naquele espaço. Neste sentido, ela corresponde a uma decisão ou intenção de sepultamento. No caso de Diogo de Vilas Boas e Caminha, por seu lado, a colocação da tampa de sepultura deverá corresponder a uma afirmação pessoal, passando a figurar ali o seu nome e o da sua descendência. Na verdade, não sabemos que tipo de pedra demarcaria o local de enterramento da família Vilas Boas mas é de crer que, fosse ou não epigrafada, ela deveria existir. É, além do mais, sintomático o facto de nestes três casos, e ao contrário do epitáfio de D. Francisco de Santa Maria, a inscrição começar por “Sepultura de” e não por “Aqui jaz”. De facto, à data de colocação da tampa ainda não jazia ali aquela pessoa, pelo que se justificaria, mesmo desde um ponto de vista semântico, dar início à inscrição com a indicação do proprietário da sepultura do que com uma “antecipação” da sua morte. Situação semelhante às que temos vindo a analisar é observável, também, na tampa de sepultura de D. Cristina da Gama Prado, ainda que aqui, por não ter sido preservada qualquer data, não nos seja possível constatar a existência, ou não, de qualquer discrepância.

A aquisição dos direitos de sepultura ficava, desta forma, eternizada. Ela passava a servir como forma de afirmação, perante a comunidade, da posse daquele espaço concreto, mas também como forma de salvaguarda desse mesmo espaço, inibindo a possibilidade de que outros, não autorizados, aí viessem a ser sepultados. No caso de

¹⁴⁶ V., respectivamente, os assentos em A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl's. 166v, 169v-170 e 175v. Quanto à mulher de Manuel Lopes Loureiro, Maria Pereira, faleceu em 6 de Maio de 1795 e foi enterrada, tal como a restante família por nós conhecida, na igreja de Santa Maria de Moure (A.D.B., R.P.B., S.M.M., nº 527, fl. 192).

Manuel Lopes Loureiro, é possível supôr que tenha sido a morte do seu filho Manuel o catalizador da decisão de colocação da tampa inscrita, se não mesmo da aquisição da sepultura. Como dissemos, ainda que sem certezas, também é possível imaginar que, tendo Amaro Pimenta intenção de vir a ser sepultado dentro da igreja, tenha decidido dar sepultura à sua escrava Cristina em local onde, posteriormente, ele e a sua família viriam a ser sepultados facto que, mesmo abstraindo-nos de motivos sentimentalistas, era vantajoso desde um ponto de vista económico pois a ele competia arcar com as custas do funeral dos seus dependentes. Por outro lado, poderíamos dizer que esta situação aponta, também, para o facto de a decisão de aquisição de sepultura ser premeditada, o que claramente contrasta com a realização dos testamentos, quase sempre feitos em momentos nos quais se antevia a aproximação da hora da morte.

Uma hipótese final poderá prender-se com a *independência* de cada um destes indivíduos face ao poder paternal e a constituição de uma nova família chefiada por, no nosso caso, Amaro Pimenta, Diogo de Vilas Boas e Caminha (neste caso, eventualmente, a sucessão nos direitos da *capela*) e Manuel Lopes Loureiro. A edificação de um jazigo de família passaria, assim, a ser, como já dissemos, uma forma de afirmação pessoal perante a comunidade.

IV.1.iii - Sepulturas no claustro

A reforma levada a cabo na área do claustro oriental durante o século XVI terá dado igualmente forma à organização do respectivo espaço sepulcral. Conforme tivemos oportunidade de referir, o claustro seiscentista teria um piso construído com recurso a pequenas lajes eventualmente quadrangulares. Tendo em conta os dados das escavações realizadas nas alas meridional e poente, nada aponta para a existência de sepulturas com estruturas formais. Tal como acontecia no interior da igreja, as tampas das sepulturas deveriam assentar directamente sobre a terra, não se sabendo se eram, ou não, polilíticas.

É durante a reforma dos séculos XVIII/XIX que se nota a existência de uma maior preocupação com a organização das estruturas sepulcrais. À superfície, são ainda

visíveis seis sepulturas na esquina Nordeste do claustro, junto aos degraus que dão acesso à sacristia e àqueles que servem o primeiro andar e coro alto (Estampa XXVIII.1). Estas sepulturas, com cerca de 2.0m por 0.69m, são delimitadas por guias de pedra com rebordo onde assentam as três lajes que formam as tampas. As guias, por seu lado, assentavam nos pilares que foram identificados durante o acompanhamento de obra de 1999.

Esta solução, ainda que aparentemente menor, foi, no entanto, fundamental para resolver directamente dois problemas. Em primeiro lugar, permitia uma melhor regularização dos pisos já que, não assentando as lajes directamente na terra mas nas guias e pilares que as sustentavam, o aluimento dos solos gerado pela decomposição dos corpos e apodrecimento dos caixões não se repercutia directamente nas tampas das sepulturas. Em segundo lugar, criou-se uma divisão ordenada e mais correcta do espaço cemiterial, facto que não pode ser considerado despiciendo dado que ele permitia uma mais racional gestão dos enterramentos.

A modulação “ideal”, que nos permitem os dados obtidos pelas escavações arqueológicas, leva a crer que a estrutura claustral do séc. XVI permitia a existência de 96 sepulturas: 27 nas alas Oeste e Este e 21 nas alas Norte¹⁴⁷ e Sul. Este número não deveria, contudo, ser tão grande, já que nas zonas escavadas por Luís Fontes (pelo menos até onde sabemos), não apareceram enterramentos contemporâneos e na S. 35B as sepulturas tinham um largo espaço entre si. O claustro contemporâneo, por seu turno, levou a uma melhoria no aproveitamento do espaço sepulcral. A ala Norte foi preparada para receber um total de 45 sepulturas com orientação Oeste – Este, dispostas em 3 fiadas de 15 sepulturas cada, e a ala Este permitiu criar cerca de 36 sepulturas, orientadas, no sentido Sul – Norte, dispostas em 3 fiadas de 12 sepulturas cada. Idealmente, se este claustro mantivesse a modulação pretendida e as sepulturas das alas

¹⁴⁷ Não sabemos, contudo, como se processavam os enterramentos na ala Norte do claustro, já que as obras posteriores destruíram os vestígios desta estrutura. O nosso cálculo baseia-se numa disposição das sepulturas semelhante nas alas Norte e Sul, tal como acontece nas alas Este e Oeste.

oriental e setentrional correspondessem ao número daquelas de Norte e Este, estaríamos perante um total de 162 sepulturas. Note-se, no entanto, que ao não terem sido terminadas as obras, o máximo de sepulturas no claustro durante o século XIX não deveria ultrapassar as 129.

Não obstante terem sido colocadas as bases de assentamento das guias de sepultura, pelo menos na ala Norte do claustro, estas estruturas acabaram por nunca ser terminadas. Ainda assim, durante a segunda metade do século XIX as seis sepulturas de pedra do claustro adquiriram estatuto de local de enterramento privilegiado dentro da área do claustro. De facto, como informa Sebastião Matos (2001: 381), a Junta de Paróquia de Vilar, com o fim de angariar fundos para a construção do cemitério, determina, em 1869, que o enterramento numa destas seis sepulturas deveria custar 500 reis. Novas disposições, passado pouco mais de um ano (em 27 de Março de 1870), vêm determinar que a campa do meio, junto às escadas que dão acesso à sacristia, se destinasse exclusivamente ao enterramento de clérigos (Matos, 2001: 381).

IV.1.iv - Sepulturas em campa térrea sem elementos distintivos

É no adro da igreja que podemos encontrar um último tipo de enterramentos, que designamos como campas térreas. Cremos que este tipo de enterramento terá sido um dos mais comuns desde a Idade Média, principalmente para os grupos mais desfavorecidos, coexistindo, tal como já referiu Mário Jorge Barroca (1987: 299) com as demais formas¹⁴⁸. De facto, qualquer outro tipo de sepultura estruturada individual deveria representar um encargo económico mais ou menos elevado, o qual não estaria acessível a todos. Trata-se de sepulturas abertas na terra e que não possuem qualquer elemento que as identifique. A inexistência, hoje, de caracteres distintivos não obsta, contudo, à sua existência no passado. Tal facto pode prender-se mais com as alterações ao espaço levadas a cabo durante todo o século XIX, nomeadamente após a construção dos cemitérios, do que com outras opções. Estas sepulturas poderiam estar identificadas

¹⁴⁸ Fazemos notar que em Vilar de Frades não possuímos arcos tumulares ou sarcófagos.

com elementos percíveis, como crucifixos em madeira, ou simplesmente por uma elevação feita com terra, demarcando-as, tal como ainda hoje acontece em alguns cemitérios. A muitos dos enterramentos, assim como às sepulturas polilíticas, poderiam estar associados elementos de identificação, como as estelas discoides (Barroca, 1987: 306).

Acreditamos que deverá ter havido, se não em todos, pelo menos nalguns casos, uma preocupação com a individualização da sepultura, a qual, do ponto de vista estritamente arqueológico, não é identificável. A preocupação com a identificação dos locais de sepultura patente, por vezes, nos assentos de óbito autoriza-nos a pensar que elas não estavam votadas ao esquecimento. No entanto, é visível, no adro, alguma desorganização na ocupação cemiterial, situação que levou a que, com alguma relativa proximidade cronológica, muitas sepulturas se abrissem de tal forma junto umas das outras que não é possível identificar hoje, nos solos, uma estratigrafia fiável. Assim acontecia, por exemplo, na zona superior do adro, imediatamente anexa à fachada da igreja, razão pela qual Laço e Bernardo (1999: 29) propuseram a existência, aí, de um enterramento colectivo¹⁴⁹.

Na grande maioria dos casos, estes enterramentos eram realizados sem caixão, sendo o corpo depositado directamente na terra, envolto apenas num lençol ou, mais raramente, em hábito religioso. Durante os trabalhos arqueológicos apareceram, com alguma frequência, vestígios de pregos que não estarão, pelo menos na maioria dos casos, associados a urnas em madeira. Por um lado, os registos paroquiais referem muito poucas vezes a existência de caixões e é o facto de referirem esta prática que nos leva a pensar que tal menção corresponderá mais a uma afirmação da raridade do que a um preciosismo ocasional do autor do assento. Por outro lado, estes pregos são, por vezes, de tamanho grande, facto que não parece ser conciliável com uma estrutura feita em madeira relativamente pouco espessa, como são, normalmente, os caixões. Os pregos

¹⁴⁹ Situação à qual aludiremos mais tarde e que, como veremos, não se confirma.

poderiam encontrar-se na terra como resultado de desperdícios de obras levadas a cabo no edifício e, por isso, a sua presença é alheia às práticas funerárias.

IV.1.v - Características Genéricas da População Exumada

Apresentamos, de seguida, a Tabela 8 onde se resumem as características, sempre que possível, da população exumada durante os trabalhos arqueológicos levados a cabo em Vilar de Frades. Trata-se de uma compilação de dados resultantes, simultaneamente, dos trabalhos arqueológicos e das análises de antropologia física.

Os estudos laboratoriais foram realizados por Bruno Tavares (2001) e por Carla Silva (2003a e b) e permitem, desde logo, fazer uma primeira análise da população, ainda que os nossos dados não estejam completos. Segundo Bruno Tavares (2001: 23-24), a população enterrada em Vilar era constituída, maioritariamente, por homens (32%) sendo os indivíduos do sexo feminino somente 18%. Note-se, contudo, que este valor ficará muito aquém de permitir conclusões, dado que 50% dos indivíduos estudados não permitiam uma identificação do género. Já no segundo caso, possuímos mais uma vez uma maioria de indivíduos do sexo masculino (58%). Do sexo feminino eram 19% dos indivíduos e cerca de 23% da amostra não permitia uma correcta determinação do género (Silva, 2003b: 15).

Ainda que os dados sejam muito fragmentários, não deixa de ser interessante o facto de, quer num quer no outro grupo de análise, haver uma predominância de indivíduos do sexo masculino. Como veremos mais adiante, sabemos que há um número maior de mulheres a receber sepultura em Vilar de Frades do que de homens.

Não possuímos uma informação total dos elementos que possam dizer respeito à idade. Apenas possuímos os dados apresentados por Carla Silva (2003b). Assim, ainda que havendo 12 indivíduos para os quais não foi possível determinar a idade, sabemos que outros 11 tinham mais de 50 anos e 3 indivíduos tinham entre 20 e 29 anos.

Casa de Deus e de Homens

Tabela 8 - Análise geral de indivíduos sepultados

Sondagem	UE	Orientação	Sexo ¹⁵⁰	Idade ¹⁵¹	Altura	Outros
10 A/B/C	60	N→S	M	A	1,65m ¹⁵²	Laje de Cobertura
10 A/B/C	68	E→W	I	12-15	-	Punhal e Moeda (1/2 tornês de D. Fernando
10 A/B/C	76	N→S	F	A	-	Laje de Cobertura
10 A/B/C	94	N→S	I	I	-	Laje de Cobertura
10 A/B/C	102	N→S	I	I	-	Laje de Cobertura
10 A/B/C	106	N→S	I	A	-	2 Moedas (ceitis)
10 A/B/C	107	N→S	I	I	-	

¹⁵⁰ M = Masculino; F = Feminino; I = Indeterminado

¹⁵¹ NA = Não Adulto; A = Adulto; AJ = Adulto Jovem, I = Indeterminado.

¹⁵² Laço e Bernardo (1999), p. 17.

Sondagem	UE	Orientação	Sexo ¹⁵⁰	Idade ¹⁵¹	Altura	Outros
11	6	W→E	M	I	1,80m	
12 A	8	W→E	I	A	-	
12 A	9	W→E	M	A	-	
12 A	10	W→E	M	A	1,65m ¹⁵³	45 contas de rosário
12 A	12	W→E	I	A	-	Medalha e 1 conta de colar (?)
12 A	13	W→E	I	NA	-	
12 A	14	W→E	I	A	-	84 contas de rosário
12 A	16	W→E	I	A	-	
12 A	18	W→E(?)	I	I	-	
12 A2	2	W→E	M	I	1,60m	Contas de Rosário

¹⁵³ Laço e Bernardo (1999), p. 28.

Casa de Deus e de Homens

Sondagem	UE	Orientação	Sexo ¹⁵⁰	Idade ¹⁵¹	Altura	Outros
12 A2	3	W→E	I	I	1,61m	Medalha e contas de rosário
12 A2	4	W→E	I	I	-	Contas de rosário
12 A2	5	W→E	I	I	-	Fivela e Alfinete
12 A2	6	W→E	M	I	-	
12 A2	7	W→E	I	I	-	
12 A2	8	W→E	I	I	-	163 contas de rosário
12 A2	11	W→E	F	I	-	
12 A2	12	W→E	M	I	-	53 contas de rosário
12 A2	13	W→E	F	I	-	100 contas de rosário
12 A2	14	W→E	I	I	-	
12 A2	15	W→E	I	I	-	
12 A2	16	W→E	I	I	-	

Sondagem	UE	Orientação	Sexo¹⁵⁰	Idade¹⁵¹	Altura	Outros
12 A2	17	W→E	I	I	-	
12 A2	23	W→E	F	I	-	
12 A2	27	W→E	F	I	-	
19 e 2/obra	7	?	I	I	-	
32	14	W→E	I	NA	-	
32	15	W→E	I	A	-	
32	26	W→E	I	A	-	Caixão
32	27	W→E	F	A	-	
32	28	W→E	I	A	-	
32	29	W→E	M	A	-	
32	30	W→E	I	A	-	
32	32	W→E	M	A	-	
32	34	W→E	F	A	-	
35B	21	S→N	I	A	-	Medalha
35B	29	S→N	I	53 ±14,76	-	

Casa de Deus e de Homens

Sondagem	UE	Orientação	Sexo ¹⁵⁰	Idade ¹⁵¹	Altura	Outros
35B	31	S→N	M	56 ±15,5	-	
35B	42	S→N	M	A	-	
35C	14	S→N	M	54 ±14,76	1,63m	
35C	16	S→N	M	59 ±14,76	1,60m	
35C	17	S→N	M	<40	1,50m	
35C	18	S→N	F	56 ±14,76	1,63m	
35C	19	S→N	M	56 ±14,76	1,63m	
35C	32	S→N	I	A	-	
35D	17	S→N	M	± 21	1,73m	
35D	18	S→N	I	54 ±14,76	1,74m	
35D	23	S→N	I	A	1,72m	
35F	11	S→N	M	25-29	1,66m	
38	4	S→N	M	59 ±14,76	1,63m	Caixão
41	8	E→W	F	19-24	1,57m	
41	8	E→W	M	53 ±14,76	1,69m	

Sondagem	UE	Orientação	Sexo ¹⁵⁰	Idade ¹⁵¹	Altura	Outros
41	12	E→W	M	58 ±14,76	1,61m ¹⁵⁴	
41	14	E→W	M	A	-	
41	19	E→W	M	59 ±14,76	1,64m ¹⁵⁵	
21	8	W→E	I	I	-	
21	12	W→E	I	I	-	
21	16	W→E	I	I	-	
23	5	W→E	I	I	-	
3/obra	2	W→E	M	I	-	Caixão e contas de rosário
5/obra	11	W→E	I	I	1,60m ¹⁵⁶	Caixão, contas de rosário e cordão

¹⁵⁴ Segundo Silva (2003a). Na ficha de campo elaborada por Célia Lopes é indicado comprimento do esqueleto de 157mm (Silva, 2003b).

¹⁵⁵ Comprimento máximo do esqueleto obtido em campo por Célia Lopes (V. a Ficha de Campo correspondente em Silva, 2003b).

¹⁵⁶ Lopes, 2000, p. 41.

Sondagem	UE	Orientação	Sexo ¹⁵⁰	Idade ¹⁵¹	Altura	Outros
V. 2 P.N.	6	W→E	I	I	1,70m ¹⁵⁷	
V. 2 P.N.	18	W→E	I	I	-	Medalha

IV.1.vi - Espólio votivo

Ainda dentro do campo das materialidades, mas fazendo a ponte para a vivência espiritual daqueles que se encontravam enterrados em S. Salvador de Vilar de Frades, encontra-se o espólio funerário que acompanhava os defuntos à sepultura. Daremos aqui, pelo seu especial interesse, conta de algum do espólio com cariz devocional associado aos defuntos ou às sepulturas. Não nos prenderemos, portanto, com algum outro espólio, também ele importante, sem dúvida, como os alfinetes utilizados para prender as mortalhas ou os colchetes, provavelmente relacionados com os hábitos de ordens religiosas nos quais alguns defuntos eram sepultados.

Não se trata de um conjunto grande, mas no qual se incluem as contas de rosário e as medalhas. No que diz respeito às contas de rosário, elas são na sua grande maioria feitas em osso e perfuradas de forma a ser possível passar o cordão que as unia.

Os rosários, utilizados para apoio numa oração tão tradicional do Cristianismo desde tempos medievais e veiculada, sobretudo, pela ordem de S. Domingos, são peças já pouco comuns na actualidade, tendo sido substituídos por aquelas peças a que, vulgarmente em Portugal, denominamos de terços. Na verdade, o “terço” só possui, tal como o seu nome indica, uma terça parte das contas de um rosário. Este, contém as

¹⁵⁷ Lopes, 2000, p. 32.

contas que permitem seguir a oração completa e, por isso, 15 conjuntos de 10 contas para as Avé-Marias de cada *mistério*, separados, entre si, por uma conta correspondendo ao Pai-Nosso e, em simultâneo, ao Glória ao Pai. Além destas, 5 contas fazem parte do rosário um pequeno conjunto formado por um Pai-Nosso, três Avé-Marias e um Glória ao Pai¹⁵⁸.

Porque nem todos os rosários se encontram completos, fazemos aqui a ressalva de que alguns deles poderão, eventualmente, corresponder às chamadas “coroas franciscanas”. Esta ressalva prende-se, mais do que nada, com o facto de, muito frequentemente, haver uma relação directa entre o ideal franciscano e os enterramentos, relação essa que se nota sobretudo na prática comum de fazer sepultar os defuntos em hábito da ordem de S. Francisco. Ora, a coroa franciscana é, tal como o rosário, um instrumento dedicado a dar apoio a uma oração mariana, semelhante ao rosário tradicional, mas que diverge no tamanho. A coroa franciscana possui sete *mistérios* e não quinze, como o rosário, ou cinco, como o terço. Assim, se um rosário tem um total de 169 contas e um terço 59, já numa coroa franciscana se contabilizam 82 contas.

Possuímos, ainda, um conjunto de seis medalhas, não tendo sido encontrados paralelos para uma delas, a qual não permite uma leitura correcta. As restantes cinco apresentam, todavia, motivos muito semelhantes. No anverso, têm gravada uma representação da devoção à Sagrada Eucaristia, feita com recurso a uma custódia com resplendor ou a um cálice com a hóstia suspensa sobre ele e, no reverso, a figura da Imaculada Conceição, com coroa de estrelas e resplendor. Não se trata de peças exclusivas de contextos funerários, pois elas podem aparecer noutras circunstâncias, como aconteceu em Guimarães, junto das terras que atulharam uma viela durante o século XIX (Fernandes e Faure, 2009: 196), nem tão pouco de peças singulares, pois a expansão deste tipo de medalhas deve ter sido grande, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, chegando a aparecer em contextos africanos como a igreja de Ngombo Mbata, no

¹⁵⁸ As tradições na forma de rezar o rosário ou apenas o seu terço têm algumas variantes. Ainda assim, o instrumento parece manter uniformidade.

Congo Belga (Tourneur, 1940: 24-25). Um conjunto significativo destas verónicas proveniente de Sta. Clara-a-Velha (Coimbra), com motivos e invocações diversas, foi estudado por Teresa Mourão (2007),

Estas medalhas possuem uma história interessante, traçada por Susanne Stratton (1988). A sua origem encontra-se envolvida nas estratégias levadas a cabo por Filipe II (de Portugal) junto do papado no sentido de conseguir uma declaração dogmática da Imaculada Conceição de Maria. O rei não conseguiu os seus intentos, sobretudo devido às resistências de Paulo V e Clemente VIII em dar um passo que ia muito além do preconizado pelo Concílio de Trento e pelo facto de a Conceição Imaculada de Maria não ser, então, concensual entre os católicos¹⁵⁹. O certo é que, por influência sobretudo franciscana, vieram a ser cunhadas, em Roma, uma série de medalhas que procuravam divulgar o culto à Imaculada Conceição, forçando, de alguma forma, através da divulgação do culto particular, a sua generalização. Diz-nos Suzanne Stratton (1988, Cap. III):

“En octubre de 1619, las monedas ya circulaban por Roma y también se enviaron a España. Por un lado se inscribió un cáliz con la hostia encima con las palabras «Alabado sea el Smo. Sacramento»; sobre el reverso, una imagen de la Inmaculada Concepción con la inscripción «Concebida sin pecado original».”

É este, sem dúvida, o tipo de medalhas que possuímos e é, também, com base nesta descrição que optámos pela definição do anverso e reverso da medalha. Mas há dúvidas que se levantam sobre estas medalhas. Seguindo, ainda, Suzanne Stratton (1988, Cap.

¹⁵⁹ Na verdade, o Concílio de Trento havia já declarado a isenção de Maria face ao pecado actual, isto é, o realizado por acção individual, mas não tinha chegado a declarar a sua concepção isenta de pecado original, definição dogmática que data, somente, de 1854, e apresentada por Pio IX na Constituição Apostólica *Ineffabilis Deus*. A tradição de celebrar a concepção de Maria (9 meses antes da festa da sua Natividade) era, no entanto, antiga, e, por vezes, diferente daquela que a ortodoxia preconizava e veio a instituir como dogma. Recorde-se, por exemplo, a concepção de Maria sem que para isso tivesse havido intervenção directa de seu pai, em paralelismo com a concepção de Jesus, no evangelho apócrifo denominado Pseudo-Mateus (Conf. Alonso, 1989)

III), para não se ver obrigado a, implicitamente, declarar a doutrina da Imaculada Conceição, Clemente VIII mandou recolher todas as medalhas cunhadas. Não sabemos quando voltaram a entrar em circulação, mas, se não foi antes, pelo menos deverão ter reentrado em circulação a partir de Dezembro de 1664, altura em que o papa Alexandre VII autoriza, após insistência de Filipe IV, a celebração da festa da Imaculada Conceição em Espanha (Stratton, 1988, Cap. IV).

A proveniência italiana ou, pelo menos, a filiação nas espécies italianas, é evidente nos casos por nós analisados. A inscrição no anverso encontra-se em italiano, tal como já havia notado, para a peça por ele estudada, Victor Tourneur (1940: 24-25), ao passo que, no reverso, a inscrição é latina. Um dos nossos exemplares possui, além do mais, a indicação do local de origem: Roma.

Victor Tourneur atribui a presença da medalha em Ngongo Mbata à evangelização levada a cabo pelos missionários capuchinhos italianos, sob a égide do rei de Portugal (Tourneur, 1949: 25-26). Ora, este facto parece estar em consonância com o facto de as medalhas terem sido, pelo menos inicialmente, ao que sabemos, cunhadas sob influência de franciscanos. Assim, é possível que a sua presença em contextos funerários esteja, de alguma forma, associada à protecção das indulgências que se obtinham através da utilização, em caso de morte, de elementos diversos associados à Ordem dos Frades Menores. Mais ainda, uma das medalhas apareceu junto aos coxais do indivíduo respectivo, razão pela qual cremos que poderia estar associada ao rosário, por exemplo, e não pendurada ao pescoço do defunto. Não temos, todavia, provas materiais que corroborem esta afirmação, constituindo-se, tão só, como uma hipótese.

Medalha 1:

N.º de Inventário	VF98/S12A/[12]/107
Tipo e Função	Medalha votiva
Dimensões	Comp.: 2 cm Larg.: 1,7 cm Comp. máx.: 2,7 cm
Matéria-prima:	Bronze (?)
Morfologia	Plana e de formato octogonal, com ligeiro escalonamento na zona onde se encontra soldada a argola. Esta é, também, aplanada, encontrando-se o seu plano disposto perpendicularmente ao da medalha. Decoração em baixo-relevo.
Decoração Anverso:	Ostensório ou costódia sobre núvens. A base é aplanada partindo dela um pé decorado. No cimo, ao centro e entre decoração vegetalista, aparece hóstia circular com a inscrição IHS encimada por crucifixo. De toda a zona superior emanam raios. Legenda: S . L . IL SS . SAC . Leitura: Sia Laudato il Santissimo Sacramento (Louvado seja o Santíssimo Sacramento)
Decoração Verso:	Imagem da Imaculada Conceição com as mãos colocadas em modo de oração sobre o lado esquerdo (da imagem), com vestido e manto, sobre lua apontando para a base e envolta em nuvens. Coroa de estrelas, sendo visíveis apenas 4 e parte de uma quinta devido à oxidação. Da imagem partem raios luminosos. Legenda: B . VIR . SINE . P . ORIG . CON. Leitura: Beata Virgine Sine Peccata Originale Conceptit (Bem-aventurada Virgem Concebida sem Pecado Original).
Obs:	Apareceu junto ao esqueleto nº 4 (UE [12]).



Medalha 2:

N.º de Inventário	VF99/V.2 PN/[17]/8
Tipo e Função	Medalha votiva
Dimensões	Comp.: 2,9 cm Larg.: 2,5 cm Comp. máx.: 3,8 cm
Matéria-prima:	Bronze
Morfologia	Plana e de formato octogonal, com ligeiro escalonamento na zona onde se encontra soldada a argola. Esta é, também, aplanada, encontrando-se o seu plano disposto perpendicularmente ao da medalha. Decoração em baixo-relevo.
Decoração Anverso:	Ostensório de base plana simulando perspectiva, elevado por dois anjos, um a cada lado. No cimo, ao centro e entre decoração vegetalista, aparece hóstia circular com a inscrição IHS encimada por crucifixo. De toda a zona superior originam-se raios de luz. Legenda: SIA . L . IL . . SS . SACR . Leitura: Sia Laudato il Santissimo Sacramento (Louvado seja o Santíssimo Sacramento)
Decoração Verso:	Imagem da Imaculada Conceição com as mãos colocadas em modo de oração sobre o lado esquerdo (da imagem), com vestido e manto, sobre lua apontando para a base e coroa de estrelas, sendo visíveis 5 e parte de mais duas. Da imagem emanam raios luminosos. Legenda: B . VIRGO . SINE . PECC . ORIG . CONC. Leitura: Beata Virgo Sine Peccata Originale Conceptit (Bem-aventurada Virgem Concebida sem Pecado Original).
Obs:	Sobre o esqueleto (UE [18]), na zona da bacia.



Medalha 3:

N.º de Inventário	VF00/S.35B/[20]/10
Tipo e Função	Medalha votiva
Dimensões	Comp.: 3,9 cm Larg.: 2,5 cm Comp. máx.: 3,6 cm
Matéria-prima	Bronze
Morfologia	Plana e de formato octogonal, com ligeiro escalonamento na zona onde se encontra soldada a argola. Esta é, também, aplanada, encontrando-se o seu plano disposto perpendicularmente ao da medalha. Decoração em baixo-relevo.
Decoração Anverso:	Ostensório de base plana simulando perspectiva sustentado por dois anjos colocados um a cada lado e envoltos em núvens. No cimo, ao centro e entre decoração vegetalista, aparece hóstia circular com a inscrição IHS encimada por crucifixo. De toda a zona superior emanam raios. Legenda: SIA . L . IL . . SS . SACR . Leitura: Sia Laudato il Santissimo Sacramento (Louvado seja o Santíssimo Sacramento)
Decoração Verso:	Imagem da Imaculada Conceição, com as mãos colocadas em modo de oração sobre o lado esquerdo (da imagem), com vestido e manto. Apenas são visíveis parcialmente duas estrelas da corôa, no lado direito do observador. Da imagem partem raios luminosos. Legenda: B . VIRGO . SINE . PEC . ORIG . CONC . Leitura: Beata Virgo Sine Peccata Originale Conceptit (Bem-aventurada Virgem Concebida sem Pecado Original).
Obs:	Encontrada por baixo da UE[21]. Fracturada no lado direito.



Medalha 4:

N.º de Inventário	VF99/S.12A2/[3]/1
Tipo e Função	Medalha votiva
Dimensões	Comp.: 3,0 cm Larg.: 2,5 cm Comp. máx.: 3,9 cm
Matéria-prima	Bronze e banho de Ouro.
Morfologia	Plana e de formato oval, com ligeiro escalonamento na zona onde se encontra soldada a argola. Esta é, também, aplanada, encontrando-se o seu plano disposto perpendicularmente ao da medalha. Decoração em baixo-relevo.
Decoração Anverso:	Cálice de base plana e pé decorado com a zona do copo simulando perspectiva. Sobre este, paira hóstia da qual emanam raios de luz. Na base do cálice encontra-se um anjo de cada lado, ajoelhado e de mãos postas em posição de oração, com vestido longo e asas. Legenda: . LA . SI . IL . . SS . SACR . Leitura: Sia Laudato il Santissimo Sacramento (Louvado seja o Santíssimo Sacramento)
Decoração Verso:	Imagem da Imaculada Conceição, com as mãos colocadas em modo de oração sobre o lado direito (da imagem), com vestido e manto. A imagem está assente sobre lua apontando para cima e possui coroa de 7 estrelas. Da figura partem raios luminosos e toda a gravação se encontra emoldurada por cordão.
Obs:	Vestígios de tecido na base da imagem, no anverso.



Medalha 5:

N.º de Inventário	VF98/S.12A/[2]/64
Tipo e Função	Medalha votiva
Dimensões	Comp.: 2,4 cm Larg.: 1,8 cm Comp. máx.: 3,1 cm
Matéria-prima	Bronze.
Morfologia	Plana e de formato oval, com ligeiro escalonamento na zona onde se encontra soldada a argola. Esta é, também, aplanada, encontrando-se o seu plano disposto perpendicularmente ao da medalha. Decoração em baixo-relevo.
Decoração Anverso:	Ostensório assente sobre linha de terra, com pé bastante decorado e estilizado, com lúnula mostrando hóstia, da qual emanam raios de luz. De um e outro lado do ostensório um anjo de perfil, ajoelhado e de mãos postas em posição de oração, com vestido longo, asas e coroado com auréola. Legenda: L . S . IL . SS SACRA . Leitura: Sia Laudato il Santissimo Sacramento (Louvado seja o Santíssimo Sacramento) Sob a linha de terra vê-se, ainda, a seguinte inscrição: ROMAE
Decoração Verso:	Imagem da Imaculada Conceição, com as mãos colocadas em modo de oração sobre a frente, com vestido e manto caindo sobre os ombros. A imagem está assente sobre lua apontando para cima e possui, sobre a cabeça, auréola e coroa de 7 estrelas. Da figura partem raios luminosos e uma moldura delimita lateralmente o conjunto.

Obs:



Medalha 6:

N.º de Inventário	VF00/S.32/[19]/20
Tipo e Função	Medalha votiva
Dimensões	Comp.: 2,3 cm Larg.: 1,9 cm
Matéria-prima	Bronze.
Morfologia	Plana e de formato oval. Decoração em alto-relevo.
Decoração Anverso:	Figura de Bispo a abençoar.
Decoração Verso:	Ilegível.
Obs:	



Casa de Deus e de Homens

Crucifixo 1:

N.º de Inventário	VF00/S.35C/[12]/62
Tipo e Função	Crucifixo
Dimensões	Comp.: 2,7 cm Comp. máx.: 3,4 cm Larg. máx. nos braços: 2,0 cm
Matéria-prima	Bronze.
Morfologia	Plana, com argola também aplanada, encontrando-se o seu plano disposto perpendicularmente ao do crucifixo. Decoração em baixo-relevo.
Decoração Anverso:	Imagem de Jesus Cristo crucificado, com as pernas ligeiramente flectidas para o lado direito do observador. Sob os pés, caveira com ossos longos cruzados na diagonal.
Decoração Verso:	Imagem da Imaculada Conceição com as mãos em posição de oração sobre o peito. Sob os pés, lua apontando para cima e sobre a cabeça corôa de 7 estrelas. A perna direita da imagem encontra-se ligeiramente flectida. Legenda: V. I. / (...) C R Z Leitura:
Obs:	Vestígios de tecido na parte superior do crucifixo, no anverso.



Crucifixo 2:

N.º de Inventário	VF99/V.C.1-V.C.1A
Tipo e Função	Crucifixo
Dimensões	Comp.: 5,5 cm Larg. máx. nos braços: 3,5 cm
Matéria-prima	Bronze.
Morfologia	-
Decoração Anverso:	Legenda: INRI Leitura: Iesus Nazareus Rex Iudaeorum (Jesus nazareno, rei dos judeus)
Decoração Verso:	Legenda: SOUVENIR DE MISSION Leitura: Souvenir de Mission (Recordação de Missão)
Obs.:	Não nos foi possível fazer uma revisão desta peça. Conf. Erasun e Faure (2000: 54).

Anel:

N.º de Inventário	VF98/S.12A/[2]/59
Tipo e Função	Anel
Dimensões	Diâmetro do aro: 2,0 cm Diâmetro da área gravada: 1,2 cm
Matéria-prima	Bronze.
Morfologia	Anel plano, circular, com aro levemente ovalado pelo exterior. No arranque do aro notam-se 4 ressaltos.
Decoração:	Cercadura rebaixada em torno do anel. Inscrição iconográfica apresentando a sigla "I H S", com cruz arrancando da haste do "H". Leitura: Iesus Hominum Salvator Tradução: Jesus Salvador dos Homens.
Obs:	



IV.2 - Pessoas e locais

Os dados da arqueologia e da antropologia física, se bem que nos permitam retirar algumas conclusões acerca de cada um dos indivíduos exumados, terminam, na grande maioria dos casos, por ser mudos no que concerne aos caracteres que determinaram a escolha do local de enterramento desse mesmo indivíduo. De facto, este tema desperta com frequência um conjunto de questões para as quais nem sempre se nos afigura uma resposta simples, aparecendo de imediato alguns caracteres diferenciadores aprioristicamente determinantes, entre os quais o género ou o nível social do indivíduo ganham especial relevo, como a solução aparentemente mais evidente. O cerne do problema coloca-se, antes de mais, no desconhecimento das estratégias de ocupação do espaço “cemiterial”, considerado, aqui, como todo o espaço passível de receber defuntos. É nesse sentido que, socorrendo-nos das fontes documentais (os Registos de Óbito de Areias de Vilar), procuraremos analisar as questões que levaram à opção por enterrar um determinado defunto num espaço particular, procurando tentar averiguar qual a importância do género, do nível de vida (no caso dos adultos) e da legitimidade (no caso dos menores) para a escolha desse mesmo local.

Em “O Homem Perante a Morte”, Philippe Ariés ensaia um estudo de caso que denomina “Quem na igreja? Quem no cemitério? Um exemplo de Toulouse” (Ariés, s.d.: 104-115). Mais recentemente, em Portugal, têm vindo à luz diversos trabalhos que procuram, com maior ou menor detalhe, aprofundar este tema. Chamamos aqui à atenção para, entre tantos outros estudos, mas que por mais votados à demografia não se prendem tanto com o nosso objecto, os trabalhos Norberta Amorim (1982), que trata a cidade de Guimarães e as suas paróquias limítrofes, de Hermínia Vasconcelos Vilar (1995), sobre testamentos medievais da Estremadura portuguesa, os da autoria de Ana Cristina Araújo (1997), sobre a cidade de Lisboa, de Carmen Morais Sarmiento (1987), que trabalhou Santa Marinha da Costa (Guimarães), Margarida Durães (2000), no que diz respeito à zona de Braga ou os de Inês Martins de Faria (2008), sobre Curvos, concelho de Esposende, mas também, num caso que nos é geograficamente mais próximo, Santo André de Barcelinhos, em Barcelos (Faria, 1998).

Vejam os alguns exemplos. No caso da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, por exemplo, a igreja dividia-se, durante a Idade Moderna, em quatro zonas distintas: a capela-mor, lugar privilegiado de sepultura dos Piores; a nave correspondente ao altar do Santíssimo Sacramento, onde eram sepultados os cônegos da colegiada; as capelas, local de enterro dos respectivos donos, quer eles fossem leigos ou irmandades e, finalmente, toda a demais área da igreja, espaço de enterramento comum. Quanto ao claustro, além dos fundadores e herdeiros de algumas capelas particulares e dos membros de irmandades (recorde-se que aqui teve início a Misericórdia), era o local de sepultura dos pobres (Amorim, 1982: 23). Próximo, em Santa Marinha da Costa, talvez o caso mais parecido ao nosso, mas, infelizmente, com pouca informação documental, só é possível saber que, entre 1709 e 1737, 42 indivíduos foram enterrados no convento (eventualmente a igreja e o claustro no seu conjunto) e 53 fora, isto é, no adro (Sarmiento, 1987: 199, Tabela X).

Ainda em Época Moderna, mas em Lisboa, é constatado por Ana Cristina Araújo (1997: 367-371) que a grande maioria dos testadores, embora indicando a igreja ou convento onde pretendem ser sepultados, não define o local de sepultura e que, por isso mesmo, o seu último repouso seria a “vala comum no cemitério”. Uma grande percentagem daqueles que destinam previamente a sua sepultura procura, por outro lado, os jazigos, capelas, covais ou carneiros da sua irmandade. São pouco mais de 10% aqueles que desejam ser sepultados em local determinado no interior do templo, em capela própria ou junto de familiares (Araújo, 1997: 370, Gráfico XXII).

Dos testamentos medievais da Estremadura estudados por Hermínia Vasconcelos Vilar (1995: 102-103, e Gráficos 15 e 16) também se podem tirar alguns dados sobre o destino que se procurava para os corpos. Ainda que (tal como aliás se constata no caso de Lisboa, anteriormente referido) cerca de metade dos testadores apenas indiquem a igreja ou convento onde pretendem ser sepultados, mais de 22% dos que procuram sepultura junto duma igreja definem como local o adro (12,4%) ou o cemitério (10,2%) e dentro daqueles que optam por um convento, 4,3% instituem o adro e 8,7% o cemitério. No claustro, quer de igreja quer de convento, apenas há indicação dada por

cerca de 10% dos testadores, decidindo-se os restantes por capelas particulares ou junto de altares de santos.

Casos que nos são mais próximos, quer geograficamente quer por se tratar de paróquias rurais, são os estudados por Margarida Durães (2000). Aqui, as escolhas de sepultura por vários testadores do concelho de Braga recaem, em 87% dos casos, dentro da igreja paroquial. Fora, no adro, em 1466 casos estudados, apenas 38 pedem para aí ser sepultados (Durães, 2000: 313-318 e Quadro 4).

Os exemplos tratados por estes investigadores não são, no entanto, segundo cremos, totalmente comparáveis ao nosso devido às inúmeras e óbvias diferenças, mas que se resumem em duas principais ordens de razão: as que se prendem com as características inerentes ao monumento que estudamos e à região onde se encontra, por um lado, e as que se prendem com os objectos e metodologias de estudo, por outro.

No primeiro caso, destacaremos, tão só, quatro. Em primeiro lugar, Vilar de Frades é uma paróquia rural (mais correcto seria, é certo, dizer que são três paróquias) onde, por isso mesmo, as diferenças sociais são mais diluídas. Será esta uma justificação para termos um tão elevado número de pessoas no grupo de nível de vida médio e tão pequeno nos outros grupos. Por outro lado, possuímos apenas um edifício onde se procede aos enterramentos, sendo muito residual o número daqueles que recebem sepultura nas outras duas igrejas locais (S. João e Santa Maria Madalena). Em terceiro lugar, e aliado aos dois aspectos anteriores, encontramos aqui três espaços (quatro, se contarmos com a capela de Farelães) utilizados como espaços de enterramento. Finalmente, Vilar de Frades é simultâneamente igreja paroquial e instituição conventual, situação distinta das zonas urbanas onde, por norma, as instituições monásticas não têm funções paroquiais, ainda que não deixem de albergar sepulturas.

Quanto à segunda ordem de razões, há duas principais diferenças. A primeira encontra-se no facto de dois dos trabalhos referidos, aos quais poderíamos juntar um outro, de Isabel Castro Pina (1996), tratarem fundamentalmente a Idade Média, período que nós não estudámos. Em segundo lugar, alguns daqueles trabalhos têm como base os

testamentos ou conciliam os testamentos com os registos paroquiais, o que se no primeiro caso acaba por dar uma perspectiva diferente da nossa, já no segundo permite uma abordagem mais completa de análise. De facto, o nosso estudo não recai sobre fontes que explicitam directamente a “vontade” do defunto, como os testamentos, mas antes sobre fontes que apresentam, com a fiabilidade possível, a decisão final sobre a sepultura, a qual, cremos, parte de uma concertação de factores: a vontade expressa pelo defunto, quer ela tenha sido escrita ou verbal; a opção da família, herdeiros ou pessoas a cargo de quem ficou o funeral e, finalmente, as instruções superiores do responsável eclesiástico, o pároco ou, no nosso caso, muitas vezes o sacristão do convento que, estamos em crer, era um cargo levado por um clérigo¹⁶⁰.

Consideramos, portanto, que não obstante ser necessário olhar para um quadro de conjunto, será sempre necessário alguma cautela quando se fazem generalizações (Pina Cabral, 1985: 66; O’Neil, 1991: 194-197)¹⁶¹. Vilar de Frades é, voltamos a referi-lo, um caso que poderia ser comparável, por exemplo, com o Mosteiro de Tibães, mas não directamente com a paróquia de Santa Maria de Martim.

Para o caso presente, utilizaremos como fonte primária os livros de óbitos da paróquia de Areias de Vilar depositados actualmente no Arquivo Distrital de Braga. O primeiro livro, um livro misto, possui datas de assentos de óbitos que se encerram entre 24 de Agosto de 1594 e 5 de Julho de 1660¹⁶². O segundo livro, apenas de assento de óbitos, abarca o período entre 19 de Novembro de 1725 e 7 de Outubro de 1811¹⁶³. Um terceiro

¹⁶⁰ A este respeito, diz Inês Martins Faria: “cremos que, entre os familiares sobreviventes e o pároco, que devia ter a relação das campas e dos enterros nelas, se chegaria a um acordo [sobre o local de sepultura]” (Faria, 2008: 239).

¹⁶¹ Atente-se, neste caso, à nota pessoal dada por João de Pina Cabral ao afirmar alguma cautela na generalização às suas próprias conclusões (Cabral, 1985: 66 e nota 2).

¹⁶² A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114.

¹⁶³ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122.

livro, também ele misto, regista os óbitos entre 11 de Novembro de 1811 e 28 de Maio de 1836¹⁶⁴. Finalmente, um quarto livro, que tal como o segundo se destinava apenas ao assento de óbitos, percorre o período entre 24 de Maio de 1836 e 26 de Dezembro de 1889¹⁶⁵.

No total, estes livros abrangem um período cronológico que vai desde os finais do séc. XVI a finais do séc. XIX (1594-1889). Contudo, porque o que nos ocupa, aqui, é procurar compreender as estratégias de enterramento, analisaremos mais pormenorizadamente os três primeiros livros já que, após 21 de Maio de 1835, data de falecimento de Bernardo Ribeiro¹⁶⁶, não temos registo de enterramentos noutra local que não no claustro. Não obstante, e porque o terceiro livro de óbitos tem, após esse registo, apenas mais nove, incluiremos esses dados também no nosso estudo encerrando-nos, assim, entre as datas extremas dos três primeiros livros. A nossa amostragem, de 1696 indivíduos, corresponde a apenas 178 anos já que para o período entre 1660 e 1725 não possuímos dados. No primeiro livro (1594-1660), raras vezes são feitas referências aos locais de enterramento ao passo que, nos restantes dois, quase sempre é identificada a zona, com maior ou menor pormenor, onde os defuntos foram sepultados.

Os 1696 indivíduos que estudámos não correspondem ao total de assentos que constam dos três livros pois não incluimos, aqui, aqueles que não estão sepultados em Vilar de Frades. São, todavia, raras as referências a pessoas que não encontraram sepultura na zona do convento, sendo que, nestes casos, uns foram enterrados fora da área de jurisdição paroquial de Vilar de Frades, tendo outros, muito poucos, recebido sepultura em S. João de Areias ou em Santa Maria Madalena. Para o primeiro caso, demos o

¹⁶⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 116.

¹⁶⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 854.

¹⁶⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 116, fl. 200.

exemplo de João Martins¹⁶⁷, o qual “estava separado de sua m.^{er} a m.^{tos} anos por Ordem de Braga”, e que, tendo morrido no Hospital de Barcelos, “lá foi enterrado”. Já no segundo caso, encontram-se o Pe. Manuel José de Faria¹⁶⁸, “assistente no lugar da Aldeia freg.^a de S.^{ta} Maria Magdalena” e que foi enterrado nesta capela por sua vontade, assim como o menor de quatro anos António, falecido a 29 de Maio de 1780, e que foi enterrado no “Adro de S. João de Areas”¹⁶⁹.

Há, além destes, os casos dos “desaparecidos” a quem a família decide fazer a encomenda da alma, como o de João Gonçalves. Pela curiosidade da referência histórica às invasões francesas e pela nota aos “bens de alma” em voga, transcrevemos, aqui, o seu assento:

“João Gonçalves Cazado com Anna Maria do Lugar da Estrada freg.^a de S.ta Maria Magdalena anexa a esta Collegiada de Villar de Frades tendo faltado nesta terra des *que* ou ante de que os Francezes entracem em o Porto, e não se savendo noticias delle sua m.^{er} Anna Maria lhe mandou fazer os bens dalma do Costume /*que* he hym [sic] Officio de Sinco Padres, e Missa Cantada, / aos Vinte e sette de Abril de mil oito Centos, e dezoito, e p.^a Constar fis este Termo dia mes, e anno ut supra.”¹⁷⁰

Nos casos estudados, por seu lado, há também situações em que não conseguimos saber se o defunto está enterrado, ou não, em Vilar. É o que acontece, por exemplo, com Maria Josefa¹⁷¹ que, tendo falecido em 15 de Setembro de 1819, no hospital de Barcelos

¹⁶⁷ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 116, fl. 178v.

¹⁶⁸ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 116, fl. 169v.

¹⁶⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 93v.

¹⁷⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 116, fl. 172v. Sublinhado no original.

¹⁷¹ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 116, fl. 176.

(tal como João Martins, acima referido), aí poderá ter sido enterrada pois, ao contrário dos demais defuntos de datas próximas, o assento não refere o local de sepultura. Um outro exemplo é o de Domingos da Costa¹⁷², falecido em Murça a 26 de Junho de 1617, “de hum desastre de hua pedra em que ele andava trabalhando com outros pedreiros”. Não é provável que a sua mulher, Margarida Ferreira, não obstante ter apresentado o testamento do marido e lhe ter mandado rezar um ofício de 3 lições cantado, tenha mandado vir o corpo do cônjuge de Murça para Vilar, sobretudo tendo em conta o facto de “ser muito pobre e não lhe ficar nada de seu marido”. Ainda em situação semelhante se encontra Domingos Fernandes¹⁷³, natural da freguesia da Madalena, “pobre miserável” que, tendo morrido afogado no rio Cávado, veio a aparecer, já depois do assento feito, “entre Fão e Esposende”. Alguém, supomos que um familiar, acabou por lhe pagar “hum cruzado de missas” mas, tal como no caso anterior, não há evidências de que tenham mandado vir o corpo do litoral até Vilar.

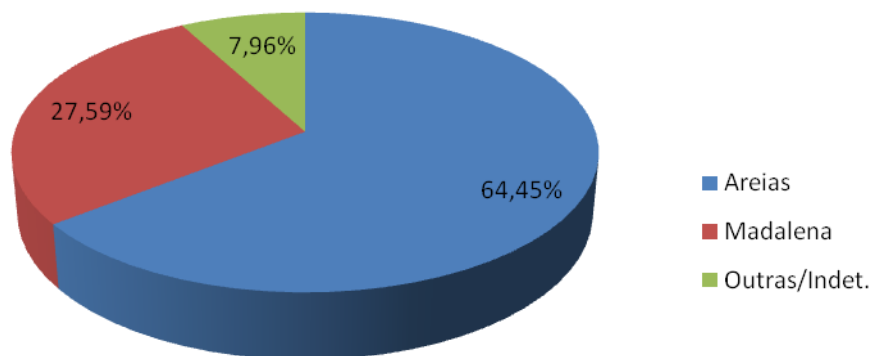


Gráfico 2 - Distribuição dos defuntos por freguesia de origem.

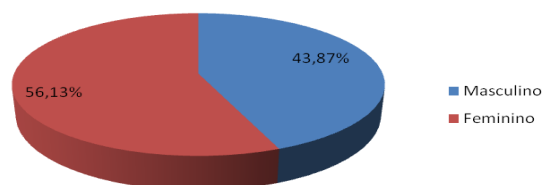
¹⁷² A.D.B., R.P.B., A.V., n° 114, fl. 18v.

¹⁷³ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 114, fl. 36.

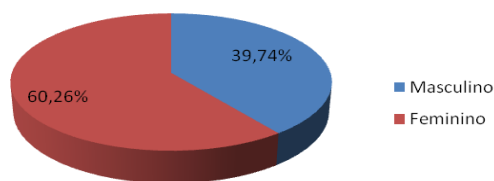
Em síntese, do total de 1696 indivíduos estudados, possuímos registo de zona de enterro dentro da igreja, claustro ou adro de 1257, isto é, 74,11% do total. Trata-se, portanto, de uma amostragem significativa e que, como já referimos, corresponde, *lato sensu* aos anos entre 1725 e 1836. Na verdade, o primeiro livro apenas nos dá a referência ao local de sepultura de 37 pessoas.

Na sua grande maioria, os defuntos que encontraram a sua última morada em Vilar de Frades são originários das duas paróquias anexas ao convento que, geograficamente, lhe estão mais próximas: S. João de Areias, 1093 indivíduos, e Santa Maria Madalena, 468. De fora ou de paróquia não identificada, são 135 indivíduos. S. João de Areias possuía, portanto, uma população substancialmente maior do que Santa Maria Madalena, constituindo mais de 64% da amostragem (Gráfico 2).

A. Total de defuntos



B. Adultos



C. Menores

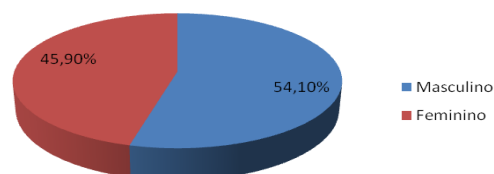


Gráfico 3 – Distribuição dos defuntos de Areias de Vilar por género

No que diz respeito ao género dos indivíduos, 951 eram do sexo feminino e 745 do sexo masculino. Contudo, o comportamento de género é diferente entre adultos e menores. Se, naquele caso, a população feminina é superior à masculina (60,18% do género

feminino e 39,82% do masculino), já no caso dos menores, correspondente a 28,7% da nossa amostragem, os indivíduos do sexo masculino estão representados em número ligeiramente maior do que os do sexo feminino (54,1% e 45,9%, respectivamente).

Uma das análises que se reveste de maior complexidade prende-se com a avaliação de um índice de nível de vida. No presente estudo, e porque não são poucos os casos em que a fonte omite qualquer informação que diga respeito directo ao nível de vida – demos por exemplo o facto de raramente indicar as profissões dos defuntos – considerámos a existência de três grupos genéricos: alto, médio e baixo. Esta identificação obriga a estabelecer alguns critérios, pois os dados podem ser contraditórios ou mesmo levar-nos a cair em generalismos. Poderíamos, por exemplo, ser levados a pensar que um membro do clero teria, apenas por força do seu estado, um nível de vida médio ou alto. Não obstante, à margem do assento de óbito do Pe. Manuel Correia¹⁷⁴, falecido a 1 de Setembro de 1730, foi colocada a nota “Pobríssimo”. Ora, este tipo de anotação, à margem ou em corpo de texto, indicando a condição de pobreza do defunto, associado a uma outra, também ela frequente, indicando o facto de não ter feito “testamento por não ter de quê”, como acontece, apenas por exemplo, com Gaspar Gonçalves¹⁷⁵, falecido a 13 de Maio de 1597, parecem ser os principais indicadores de um nível de vida baixo.

Neste grupo de nível de vida baixo incluímos, ainda, as duas únicas referências a escravos presentes nos livros. Trata-se de dois indivíduos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, ambos propriedade de Amaro Pimenta. Porque a situação não é a mais comum, transcrevemos aqui os seus assentos:

¹⁷⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 21v.

¹⁷⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 114, fl. 2.

“6^a fr.^a 14 de abril de 634 Enterrei eu o p.^e. Ant.^o da purificação a Ant.^o escravo de Amaro Pimenta e por verdade fis este em 26 do dito mes e anno”¹⁷⁶

“Em 18 de novembro do anno de 638 eu o p.^e G.^{ar} dos Reis de Braga sachristão deste conuento de Villar de frades enterrei a Christina escrava de Amaro pimenta a qual morreu *com* todos os sacramentos.”¹⁷⁷

Se a determinação de um índice de nível de vida baixo pode ser, em si mesma, evidente, já a definição dos limites que separam os índices de vida médio e alto se torna mais complexa. Pegando no exemplo de Amaro Pimenta, acima referido, sabemos que faleceu cerca de 10 anos depois de Cristina, sua escrava, mas se o facto de ter possuído dois escravos e de estar sepultado no interior da igreja nos leva a crer que pertenceria a um grupo de nível de vida elevado (e aí o incluímos), já o laconismo do seu assento de óbito em nada aponta, por si só, para qualquer distinção social:

“A sete de Julho de 648 Annos morreo Amaro pimenta o velho com todos os sacram.^{tos} deu sua offerta aCustumada”¹⁷⁸

Há, além disso, as situações em que a forma como os defuntos são denominados os distinguem e outros que, parecendo não receber as mesmas distinções, demonstram ter melhor condição de vida (ainda que seja, eventualmente, só económica). Por exemplo, a 5 de Fevereiro de 1814 faleceu D. Ana de Magalhães, mulher de Joaquim Dias Bravo. Diz o respectivo assento:

“D. Anna de Mag.^{es}, M^{er} de Joaq.^m Dias Bravo de Almd^a do Lugar da Quintam Frg.^a de S. João de Areas, faleção da vida prezente tendo recebido todos os Sacram.tos em o dia sinco de Fbr.^o, e no dia sette do dito mes de Fbr.^o do Anno de mil oitocentos e quatorze foi condozida a esta

¹⁷⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 114, fl. 28.

¹⁷⁷ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 114, fl. 30.

¹⁷⁸ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 114, fl. 41.

Collegiada, acompanhada por doze Clerigos. Cantousse-lhe hum officio Solemne, a q. assistio toda a Comunidade, e Cantoulhe a Misa o Rdo. C. Viçe Reitor, foi enterrada nos Claustros desta Collegiada, fes Testamento q. vai Lançado no Livro competente foi envolta em Habito de Sta. Theresa com Tunica de S. Fran.co, e p^a constar fiz este termo Erta ut Supra”.¹⁷⁹

O assento seguinte, de Antónia Pereira, solteira, reza da seguinte forma:

“Antonia Pr.^a Solteira do Lugar de Quintella, Frg.^a de S. João de Areas anexa a esta Collegiada de Villar, falleceu da vida presente, de q. a m.^{ta} idade foi cauza, tendo recebido todos os Sacramentos, em o dia doze de Fbr.^o de mil oitocentos, e quatorze, e no dia quatorze do mesmo mes e anno foi condozida a esta Collegiada a Companhia por sinquenta e dois Clerigos, Cantousse-lhe hum officio Solemne, e Cantou-lhe a Missa o R.do C. Viçe R.or foi Sepultada nos Claustros desta Collegiada em volta em Habito de Sta. Theresa, teve assistencia de toda a comunidade, e para constar fis este termo era ut supra”.¹⁸⁰

A denominação da primeira defunta com o prefixo “Dona”, associado ao conjunto dos ofícios, missa, acompanhantes e a ter sido enterrada com um hábito de Sta. Teresa e uma túnica de S. Francisco parece, desde logo, apontar para o facto de estarmos perante alguém de um nível social elevado. Ora, o assento que se lhe segue omite o prefixo, denominando a defunta somente como Antónia Pereira, solteira. Mas se D. Ana de Magalhães foi acompanhada de 12 clérigos, já Antónia Pereira, “que a muita idade” levou do mundo dos vivos, foi acompanhada à sepultura por 52 clérigos. É certo que optámos por colocar as duas senhoras num grupo de nível de vida elevado mas não temos dúvidas em fazer aqui notar que, se Antónia Pereira conseguiu ter umas exéquias mais faustosas, D. Ana de Magalhães manteve o estatuto no próprio assento de óbito.

De forma a conseguir estabelecer um critério coerente de distinção entre o nível de vida médio e alto seguimos três opções: o tipo de ofícios, sensivelmente até à 2^a metade do século XVIII; o número de sacerdotes a acompanhar o funeral, após 1790, e, finalmente,

¹⁷⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 116, fl.s 162-162v.

¹⁸⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 116, fl.s 162v.

factores que, pelo cruzamento de informações possível, claramente indiciavam nível de vida. Veremos, individualmente, cada um deles.

Entre 1594 e 1660, as datas extremas do primeiro livro de óbitos, são-nos dadas algumas referências importantes, ainda que dispersas, sobre os usos e costumes aplicados nas cerimónias fúnebres. O segundo registo daquele livro é o do óbito de Madalena Fernandes¹⁸¹, casada com Heitor Gonçalves, procurador de fora do convento de Vilar de Frades. Como sufrágio, foram-lhe rezados um ofício de nove lições e dez missas que se repetiram ao mês. Acrescente-se ainda que, no seu testamento, D. Branca de Paz¹⁸² pede para ser sepultada junto do seu marido ou, em caso de impossibilidade, junto da sua sogra, Madalena Fernandes, que estava enterrada na mesma igreja. Não temos dúvidas em afirmar que Madalena Fernandes pertenceria ao grupo de nível de vida alto e que, nesse sentido, um ofício de nove lições seria aquele que mais se aplicaria à sua condição. E, de facto, tiveram igualmente um ofício de nove lições os seus familiares directos por nós identificados: o marido, Heitor Gonçalves¹⁸³, falecido em 6/12/1602, o filho, Gaspar Pereira¹⁸⁴, em 29/4/1603 e a nora, Branca de Paz¹⁸⁵, em Outubro de 1603.

O preço do ofício de nove lições cantado era de 1000 reis. O ofício de 3 lições cantado, o costume da freguesia, por seu lado, custava apenas 400 reis. O valor das missas rezadas, isto é, não cantadas, era de 40 reis cada uma. Ao pedir os costumes para o dia, mês e ano, a família do defunto ficaria obrigada a pagar, no espaço de cerca de um mês após a sua morte, um total de 800 reis, caso apenas cumprisse com o costume, ou de 2000 reis, no caso de solicitar o ofício de 9 lições. A capacidade para dispor destes 2000

¹⁸¹ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 1.

¹⁸² A.D.B., F.M.C., L-14, fl. 214.

¹⁸³ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 4v.

¹⁸⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 5v.

¹⁸⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 6.

reis num tão curto espaço de tempo não deveria estar ao alcance de todos e, por isso, acreditamos poder considerar o ofício de 9 lições como critério de diferenciação.

A partir de 1790 deixa de ser habitual a referência ao tipo de ofícios, que não terão mudado, passando a ser indicado o número dos sacerdotes que acompanham o corpo à igreja, assistem aos ofícios ou que acompanham o corpo à sepultura. Esta opção prender-se-á sobretudo, imaginamos, com a necessidade de uma melhor gestão da distribuição do dinheiro devido a cada clérigo mas não temos dúvida que, exactamente porque se constitui como um encargo económico para a família do defunto (quer este seja arcado por vontade própria, quer tenha sido previamente destinado em sede de testamento), se constitui como factor de diferenciação social. Representa, igualmente, uma alteração à forma como são encarados os ofícios de defuntos, passando, de alguma maneira, a prevalecer o ritual sobre o rito. Não temos, ao contrário do que acontece para o século XVII e a primeira metade do XVIII, indicação sobre o custo dos acompanhamentos. Sabemos, entre outros, pelo assento de João Gonçalves¹⁸⁶ que já acima transcrevemos, que os “bens de alma” costumados eram um ofício de 5 padres e missa cantada. No entanto, fruto da devoção pessoal, há diversos defuntos que recebem acompanhamentos e ofícios com mais sacerdotes do que aqueles tipificados nos costumes, aparecendo 20 casos de ofícios de 10 padres. Pela sua relativa frequência face aos casos em que os ofícios são concelebrados por mais do que 10 sacerdotes, acreditamos que este seria um limite aceitável para o número de acompanhantes de um defunto de nível de vida médio com maior disponibilidade económica e, por isso, considerámos como enquadrando-se num nível de vida alto todos aqueles que tiveram um ofício de mais do que 10 clérigos.

Considerados estes dois critérios, foram, em terceiro lugar, analisadas as excepções, que não sendo muitas, são importantes para uma melhor caracterização destes grupos. Temos, por exemplo, casos em que os defuntos tiveram ofícios com acompanhamento de toda a comunidade de Vilar de Frades, mas que estão longe de poder ser

¹⁸⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 116, fl. 172v.

considerados como membros de um grupo de nível de vida alto, como sejam Joaquim Teixeira, pedreiro, Domingos Loureiro, assistente no convento e João José Lopes, pintor, à margem de cujos assentos se encontra a indicação “Pobre”¹⁸⁷. Por outro lado, há alguns casos de pessoas com menor número de sacerdotes a officiar o funeral mas que inserimos no grupo de nível de vida alto, como o de Antónia de Vilas Boas, falecida a 11 de Outubro de 1806 e que teve um ofício de 10 padres, mas cujo marido, Brás da Silva, que havia morrido em 8 de Janeiro de 1794, teve acompanhamento de 42 padres. Temos, ainda, o caso de Isabel Fernandes, falecida 31 de Maio de 1606, a quem o marido deveria, nas palavras de António de S. Francisco, fazer mais do que o ofício de três lições com vinte missas rezadas “visto como sam pessoas *que* tem poder *para* iso e riquos”¹⁸⁸.

Inserimos igualmente, no grupo de nível de vida alto, todos aqueles que foram enterrados na igreja, um total de 13 indivíduos, entre os quais apenas se contabiliza uma criança. Neste caso, o de Isabel, filha de Pedro e Justa Gonçalves, falecida a 15 de Agosto de 1596, o assento diz “enterrouse nesta Igr^a”¹⁸⁹. De facto, e com excepção de dois casos, o de Branca de Azevedo e o de Benta Barbosa¹⁹⁰, todos os indivíduos para os quais temos registo nos assentos paroquiais de Areias de Vilar que estão sepultados dentro da igreja pertencem a um grupo de nível elevado estando relacionados, fundamentalmente, com duas famílias: Vilas Boas, por um lado, e Fernandes, Gaio e Sá, por outro.

Além daqueles que, claramente, conseguimos enquadrar num nível de vida baixo e os que associamos a um nível de vida alto, há um conjunto de pessoas, a sua grande

¹⁸⁷ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 116, fl. 163v; A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 99v e A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 125v, respectivamente.

¹⁸⁸ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 114, fl. 7v.

¹⁸⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 114, fl. 1v.

¹⁹⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 114, fl. 7 e fl.s 33-33v, respectivamente.

maioria, para as quais não podemos ir muito além da inclusão num grande grupo, os de nível de vida médio. Como a nossa fonte nem sempre é suficientemente descritiva para poder caracterizar melhor os defuntos teremos que englobar, aqui, cerca de 75% da nossa amostragem de adultos (Gráfico 6).

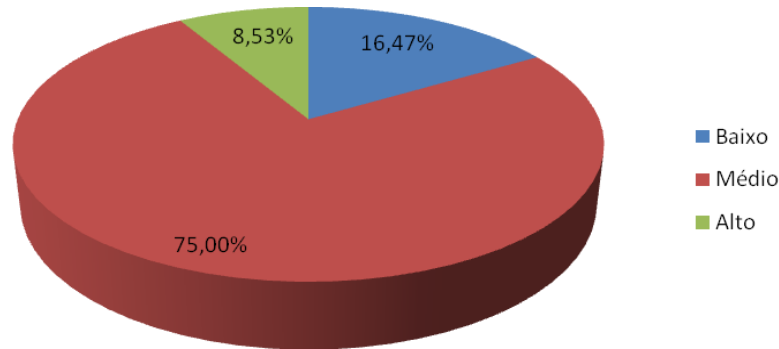


Gráfico 4 - Distribuição dos adultos por nível de vida.

A análise do nível de vida é possível realizar, dentro das limitações que já apresentámos, para os adultos. No caso dos menores, tal análise é praticamente inviável, já que para os mesmos raramente há dados que indiquem o seu grau de riqueza. Note-se que, como tantas vezes é anotado à margem, as sepulturas de menores são gratuitas e, como tal, estando nós a trabalhar apenas o livro de óbitos e sem fazer genealogias, não seria possível chegar a conclusões concretas sobre o grau de riqueza da família a que correspondia cada menor. Tendo como base este aspecto, procurámos fazer recair a nossa análise num outro tipo de categorias, aquelas que quase sempre são indicadas como carácter diferenciador, isto é, o grau de legitimidade do menor.

Assim, dividimos os menores em quatro categorias. Na primeira, incluímos os filhos legítimos, a grande maioria. Na segunda categoria, os expostos, que começam a surgir a partir da segunda metade do século XVIII. Uma terceira compreende os filhos de

relações irregulares, quer sejam os naturais, quer os filhos de pais incógnitos. Optámos por unir estes dois grupos já que apenas temos dois registos do segundo caso ao passo que temos 41 filhos naturais. Há, além destas categorias, um conjunto de 34 indivíduos que vêm descritos pela sua filiação mas que, pelo facto de terem ofícios e sacramentos, de ser dada a indicação de ausência de testamento ou, no caso dos indivíduos de sexo feminino, ser dito que se trata de uma “filha família”, já deveriam ter ultrapassado, pelo menos a sua maioria, a idade de 7 ou 12 anos à data da sua morte. Chamámo-lhes, portanto, jovens.

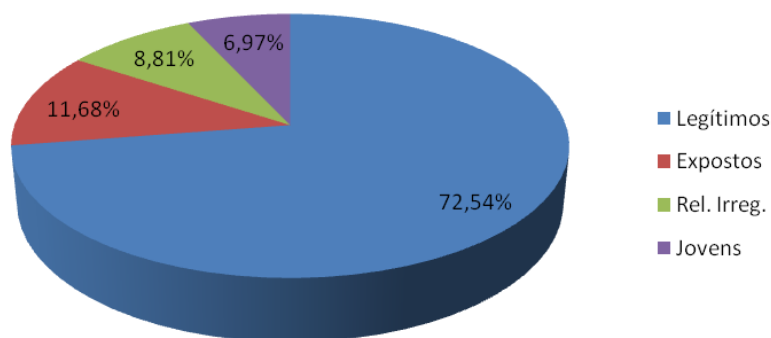


Gráfico 5 - Distribuição dos menores por categorias

Analisada, ainda que de forma breve, a comunidade que vivia em torno de Vilar de Frades, compete-nos, agora, olhar para os locais onde as pessoas eram enterradas. Os dados de trabalho encontram-se descritos na tabela 7, na qual se faz, simultaneamente, um resumo de toda a informação tratada.

Tabela 9 - Síntese da informação dos registos de óbitos de Areias de Vilar¹⁹¹

	Adultos					Menores						Total
	Nível de Vida			Sub-total	Total Adultos	Legitimidade e Outros				Sub-total	Total Menores	
	Baixo	Médio	Alto			Legítimos	Expos-tos	Sit. Irreg.	Jo-vens			
Adro	28/53	67/144	0/1	95/198	293	74/53	28/18	10/9	1/2	113/82	195	488
Claustro	35/40	161/218	33/31	229/289	518	87/94	7/4	14/10	13/9	121/117	238	756
Igreja	0/0	0/0	8/4	8/4	12	0/1	0/0	0/0	0/0	0/1	1	13
Sub-Total	63/93	228/362	41/36	332/491	823	161/148	35/22	24/19	14/11	234/200	434	1257
Sem Inf. de Sepultura	11/32	126/190	11/15	148/237	406	25/20	0/0	0/0	5/4	30/24	54	460
Total	74/125	354/550	52/51	480/728	1208	186/168	35/22	24/19	19/15	264/224	488	1696

Antes de mais, constata-se que a zona preferencialmente utilizada para enterramento dos defuntos era o claustro, com 756 registos. Seguem-se-lhe o adro, com 488 ocorrências e a Igreja, com apenas 13 (v. Gráf. 6).

¹⁹¹ Quando os valores apresentados se encontram separados por barra (*n/n*), o primeiro corresponde aos indivíduos do sexo masculino e o segundo aos do sexo feminino.

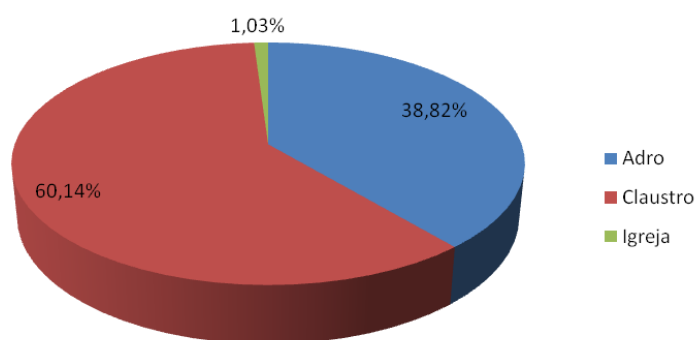


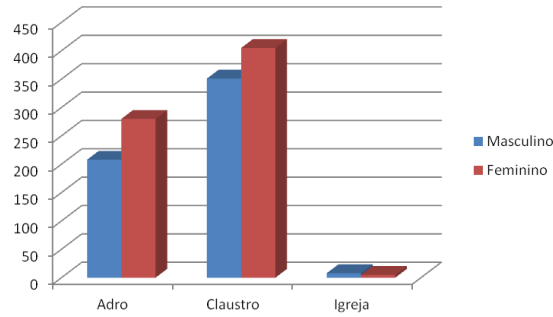
Gráfico 6 - Distribuição do total dos enterramentos por zonas.

Quando vistos globalmente, os dados levam a crer que o género não parece ser determinante para a escolha do local de sepultura. As percentagens de enterramentos, divididas por género no adro, no claustro e no interior da igreja são muito semelhantes (Gráfico 7.A a C). Não obstante haver uma ligeira tendência estatística para um maior número de mulheres sepultadas no adro do que no claustro, em termos reais, tal como se pode ver no Gráfico 7.B, o número de mulheres sepultadas em cada um destes espaços é superior ao dos homens. No caso dos menores (Gráfico 7.B), nota-se, além do maior número de menores do sexo masculino, que estes predominam claramente sobre os do sexo feminino no adro, descendo a diferença para valores quase aproximados na zona do claustro.

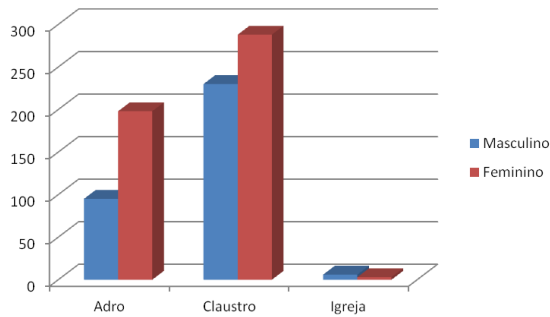
No caso particular dos adultos, aqueles para quem é mais fácil identificar o nível de vida, parece que este factor terá, de facto, alguma relevância na decisão sobre o local de sepultura, sobretudo aqueles que englobámos no nível de vida médio. Estes são maioritariamente enterrados no claustro, ao passo que os que têm um nível de vida baixo se repartem muito uniformemente entre o claustro e o adro, não obstante os enterramentos no adro terem um valor ligeiramente mais elevado. No que diz respeito aos indivíduos de nível alto, estes parecem ser predominantemente enterrados também no claustro. (Gráfico 8).

Casa de Deus e de Homens

A. Total de defuntos



B. Adultos



C. Menores

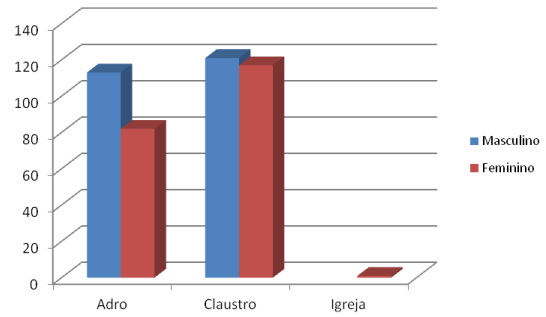


Gráfico 7 - Comparação da distribuição de defuntos por zona de sepultura atendendo ao género

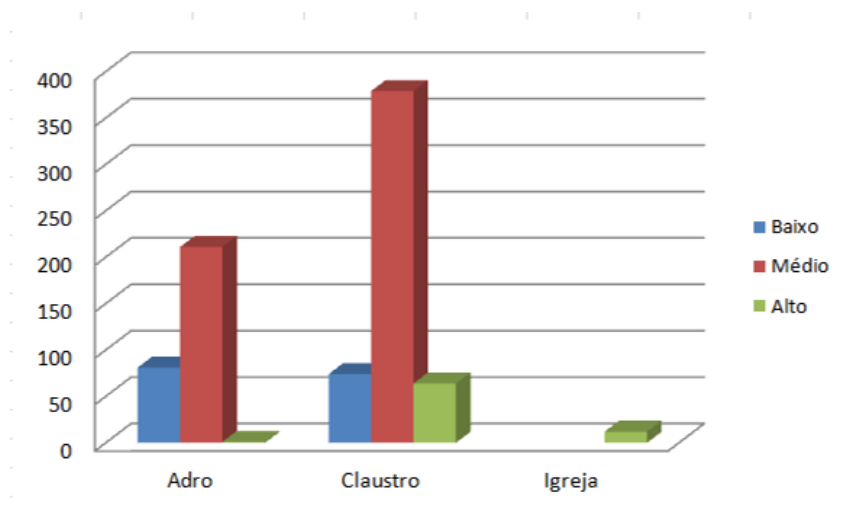


Gráfico 8 - Distribuição dos adultos por zona, atendendo ao nível de vida.

Olhamos, finalmente, para os menores. Também aqui, com excepção dos expostos, a tendência maior é a de efectuar o enterramento no claustro (Gráfico 9), independentemente de se tratar de filho legítimo, natural ou de pais incógnitos. No que diz respeito aos expostos, contudo, eles são predominantemente sepultados no adro sendo que, no caso dos indivíduos para os quais temos um registo mais pormenorizado, nos seja dito que são sepultados “junto aos degraus da igreja”, isto é, tal como no caso dos outros menores, na zona dos “anjinhos”.

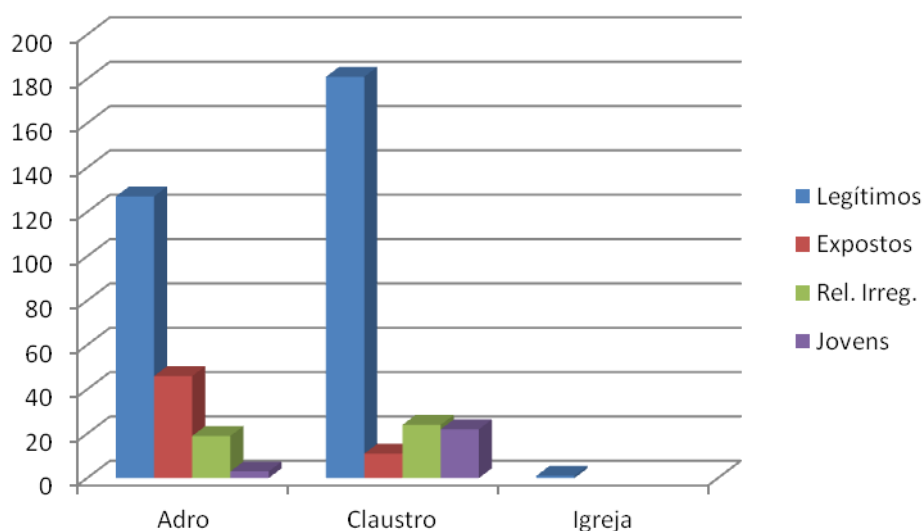


Gráfico 9 - Distribuição de menores por zona, atendendo à sua categoria.

Quando analisados os locais de enterramento ao longo dos anos (v. Gráfico 10) transparece de imediato uma diferença nas tendências. Se nos abstrairmos dos primeiros anos, para os quais a falta de informação sobre as zonas de enterramento é evidente, vemos que a área central do gráfico mostra uma maior predominância dos enterramentos no adro, ao passo que os últimos anos evidenciam uma preferência pelas sepulturas localizadas no claustro. Importa, então, tentar compreender a génese de tal mudança de atitude.

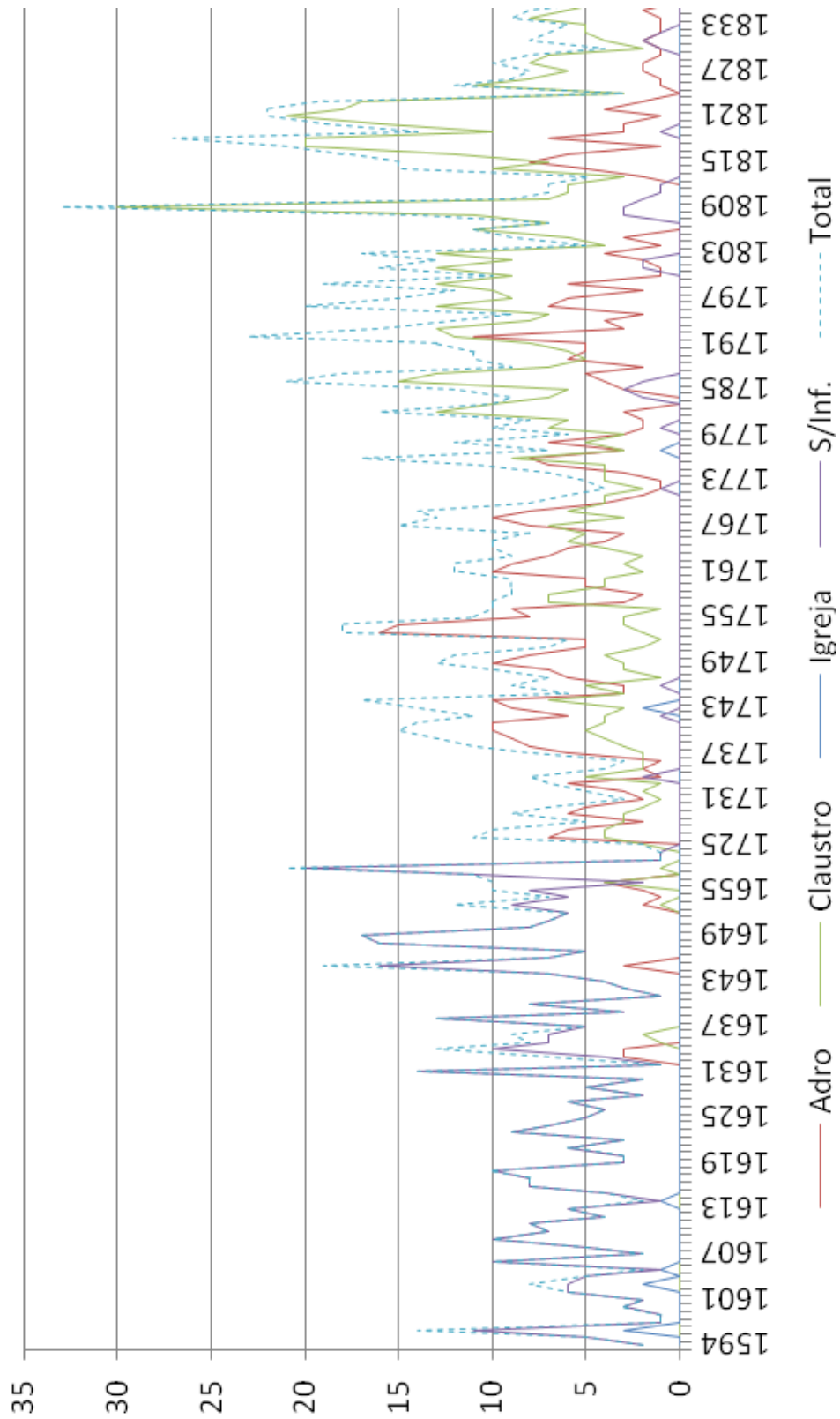


Gráfico 10 - Distribuição dos locais de sepultura ao longo dos anos.

A primeira notícia de enterramento no adro aparece em 5 de Setembro de 1633, data de falecimento de Ana Francisca, natural da Madalena¹⁹². No caso dos enterramentos no claustro, a primeira referência data cerca de dois anos mais tarde, de 25 de Novembro de 1635, altura do falecimento de Pedro de Areias, também ele natural da Madalena¹⁹³. Até 1725, as curvas correspondentes ao sepultamento no claustro e no adro comportam-se de forma muito semelhante, o que se pode compreender como um reflexo da ausência de informação. Recorde-se que, tal como já mencionámos, não possuímos dados entre 1660 e 1725. É exactamente em 1725 que a curva correspondente aos defuntos sepultados no adro se começa a destacar. A tendência mantém-se até, sensivelmente, 1778, ano a partir do qual a curva correspondente aos enterramentos no adro começa a baixar, chegando a atingir, em 1783 e 1784, o valor 0. A curva de enterramentos no claustro, por seu lado, manifesta um comportamento inverso. Entre 1725 e 1779 tem uma evolução discreta, quase sempre abaixo da linha de enterramentos no adro, passando a predominar sobre esta a partir de 1780, salvo raras excepções pontuais.

No sentido de averiguar os factores que contribuem para esta mudança de atitude, analisámos de forma independente os dois períodos, utilizando como ano de charneira 1779. Tal escolha recaiu sobretudo no facto de, nesse ano, se ter registado um número de sepultamentos igual quer no adro quer no claustro, concretamente 3 em cada uma das áreas. Poderíamos, igualmente, ter optado por 1777, ano com um comportamento semelhante (ainda que se registre um sepultamento na igreja), mas, como o número de ocorrências no adro ainda é superior às do claustro em 1778, optámos por aquele outro ano. Assim, a nossa amostragem, correspondente a um total de 1696 indivíduos, fica dividida em dois grupos: o grupo 1, com 971 indivíduos, para os quais conhecemos o local de sepultura de 559, entre 1594 e 1779; o grupo 2, com 725 indivíduos, entre 1780 e 1836, conhecendo nós o local de sepultura de 698. Os valores respeitantes a cada um destes grupos encontram-se expressos na Tabela 8.

¹⁹² A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 27v.

¹⁹³ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 30.

Casa de Deus e de Homens

Tabela 10 - Resumo da informação dos registos de óbitos dividido por períodos¹⁹⁴.

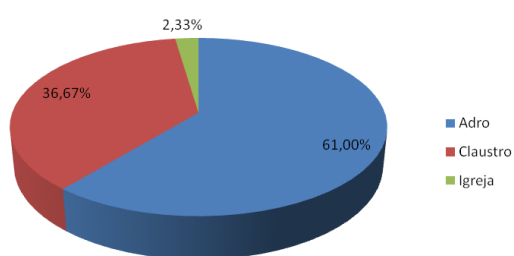
1594 - 1779						1780 - 1836							
A. Adultos													
	Baixo	Médio	Alto	Sub-Total	Total Grupo	Baixo	Médio	Alto	Sub-total	Total Gupo	Total		
Adro	15/33	60/128	0/1	75/162	237	13/20	7/16	0/0	20/36	56	293		
Claustro	8/8	65/100	4/2	77/110	187	27/32	96/118	29/29	152/179	331	518		
Igreja	0/0	0/0	8/4	8/4	12	0/0	0/0	0/0	0/0	0	12		
Sub-total	23/41	125/228	12/7	160/276	436	40/52	103/134	29/29	172/215	387	823		
Sem Informação	10/30	119/186	8/14	137/230	367	1/2	10/5	0/0	11/7	18	385		
B. Menores													
	Legítímo	Ex-posto	Irregular	Jovens	Sub-total	Total Grupo	Legítímo	Ex-posto	Irregular	Jovens	Sub-total	Total Grupo	Total
Adro	51/35	4/6	3/3	0/2	58/46	104	23/18	24/12	7/6	1/0	55/36	91	195
Claustro	7/7	0/0	0/0	3/1	10/8	18	80/87	7/4	14/10	10/8	111/109	220	238

¹⁹⁴ Quando os valores apresentados se encontram separados por barra (n/n), o primeiro corresponde aos indivíduos do sexo masculino e o segundo aos do sexo feminino.

Igreja	0/1	0/0	0/0	0/0	0/1	1	0/0	0/0	0/0	0/0	0/0	0	1
Sub-total	58/43	4/6	3/3	3/3	68/55	123	103/105	31/16	21/16	11/8	166/145	311	434
Sem Informação	18/18	0/0	0/0	5/4	23/22	54	7/2	0/0	0/0	0/0	7/2	9	63

Evidencia-se, de imediato, a diferença de comportamento face ao local de sepultura preferencial, nos dois períodos. Conforme se pode constatar pelo Gráfico 11.A e B, no primeiro grupo os enterramentos no adro correspondem a 61,0% do total (341 indivíduos), tendência que se inverte no segundo grupo, passando o claustro a albergar quase 80% dos enterramentos (551 defuntos). Note-se, além disso, a ausência de registo de enterramentos no interior da igreja no segundo grupo de análise. Na verdade, o último assento de óbito que informa sobre um enterramento na igreja corresponde ao de Diogo Barbosa, falecido em 28 de Fevereiro de 1777.

A. 1594 – 1779



B. 1780 - 1836

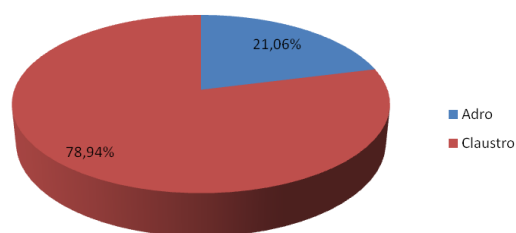


Gráfico 11 - Comparação da distribuição de enterramentos. A. Entre 1594 e 1779. B. Entre 1780 e 1836.

Algo que, de igual forma, divide os dois grupos, embora de forma muito leve, é o facto de a distribuição dos géneros sofrer uma pequena alteração. No conjunto dos registos para os quais conhecemos o local de sepultura, nota-se uma diminuição na diferença

entre o número de indivíduos do género masculino e feminino, diferença essa que é provocada, sobretudo, por uma maior uniformidade entre o número de adultos homens e mulheres. Assim, se entre 1594 e 1779 se constata uma diferença de quase 26,6% entre homens e mulheres adultos (36,7% e 63,3% respectivamente), já a partir de 1780 os adultos femininos representam somente 55,3% subindo os masculinos para 44,7%, reduzindo-se a diferença para pouco mais 10%. No que diz respeito aos menores, as diferenças de género mantêm-se nos dois períodos: os do sexo masculino representam, entre 1594 e 1779, 55,28% e, entre 1780 e 1836, 53,38% ao passo que os do sexo feminino apresentam valores de 44,72% e 46,62% para os períodos respectivos.¹⁹⁵

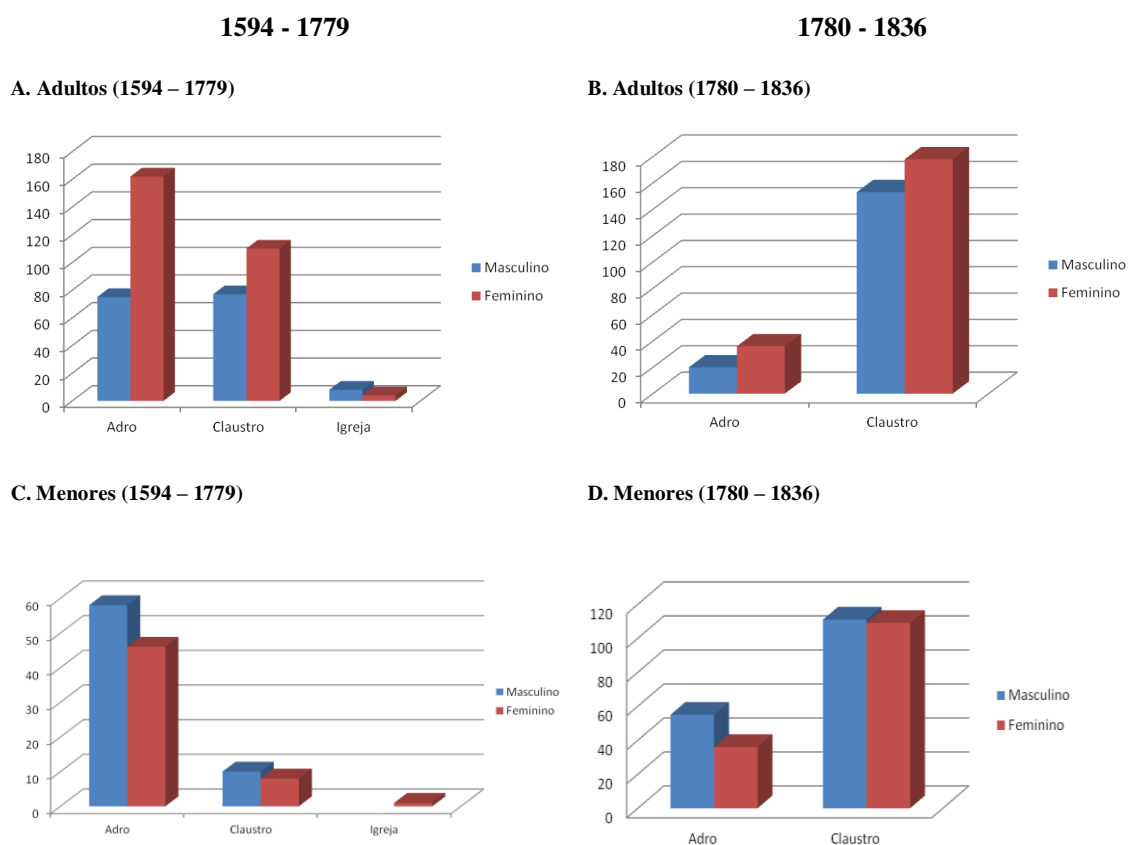


Gráfico 12 - Comparação dos locais de enterramento por género

¹⁹⁵ Quer no caso dos adultos quer no dos menores, a diferença percentual é semelhante quando analisados todos os indivíduos independentemente de conhecermos, ou não, o seu local de sepultura.

As diferenças de comportamento nos enterramentos quanto ao género são claramente evidentes nos Gráficos 12.A a 12.D. Começando pelos adultos, é mais uma vez evidente a predominância de enterremantos no claustro durante o segundo período, mas, ainda entre 1780 e 1836, pode constatar-se que a proporção de enterramentos de homens e mulheres adultos no adro e no claustro é bastante semelhante (Gráfico 12.B). Na verdade, apenas 11,56% dos homens e 16,82% das mulheres foram enterradas no adro, contra os mais de 80% que, em ambos os casos, se encontram sepultados no claustro. No período anterior (Gráfico 12.A), por seu lado, a situação é totalmente distinta, já que os homens se repartem quase equitativamente pelo adro e pelo claustro (46,88% e 48,13%, respectivamente), ao passo que no adro se encontra um maior número de mulheres do que no claustro (58,7% e 39,86% num e noutro lugar, respectivamente).

Quanto aos menores, a situação é distinta. Nos primeiros anos (Gráfico 12.C) os menores são predominantemente enterrados no adro, independentemente do género e, ainda que em termos absolutos o número de indivíduos do sexo masculino no adro seja superior ao de mulheres, a relação percentual entre os indivíduos de cada um dos géneros em cada uma das zonas é bastante semelhante. Assim, em ambos casos, cerca de 15% dos indivíduos encontram a sua última morada no claustro ao passo que mais de 80% foram enterrados no adro. No segundo grupo de análise, por seu turno, além de se notar a tendência para os enterramentos no claustro, com valores absolutos bastante aproximados em ambos os géneros, denota-se ainda uma maioria de indivíduos do sexo masculino face aos do sexo feminino no adro. De facto, mais de 33% dos menores masculinos foram enterrados no adro ao passo que os do sexo feminino no mesmo local são menos de 25%.

Vejamos, agora, a diferença de comportamentos quanto ao nível de riqueza e ao grau de legitimidade, apresentados comparativamente no Gráfico 13.A a D. Havíamos visto antes (Gráfico 8), uma tendência maior para os sepultamentos dos adultos com nível de vida médio no claustro em detrimento do adro, distribuindo-se os indivíduos de nível de vida baixo de forma quase equiparada entre o adro e o claustro. Quando analisadas as tendências nos dois períodos, a situação muda de figura. Assim, no primeiro período (Gráfico 13.A) a predominância de enterros no adro constata-se quer para indivíduos de

Casa de Deus e de Homens

nível de vida médio, quer para os de nível de vida baixo. De facto, mais de 75% dos indivíduos de nível baixo e 53,26% dos de nível de vida médio encontraram sepultura no adro. Trata-se, portanto, da maioria em ambos os casos, ainda que os indivíduos de nível de vida médio se repartam mais equitativamente entre os dois espaços. No segundo período, a situação inverte-se passando a estar sepultados no claustro mais de 64% dos indivíduos de nível de vida baixo e, no caso dos de nível de vida médio, mais de 90%.

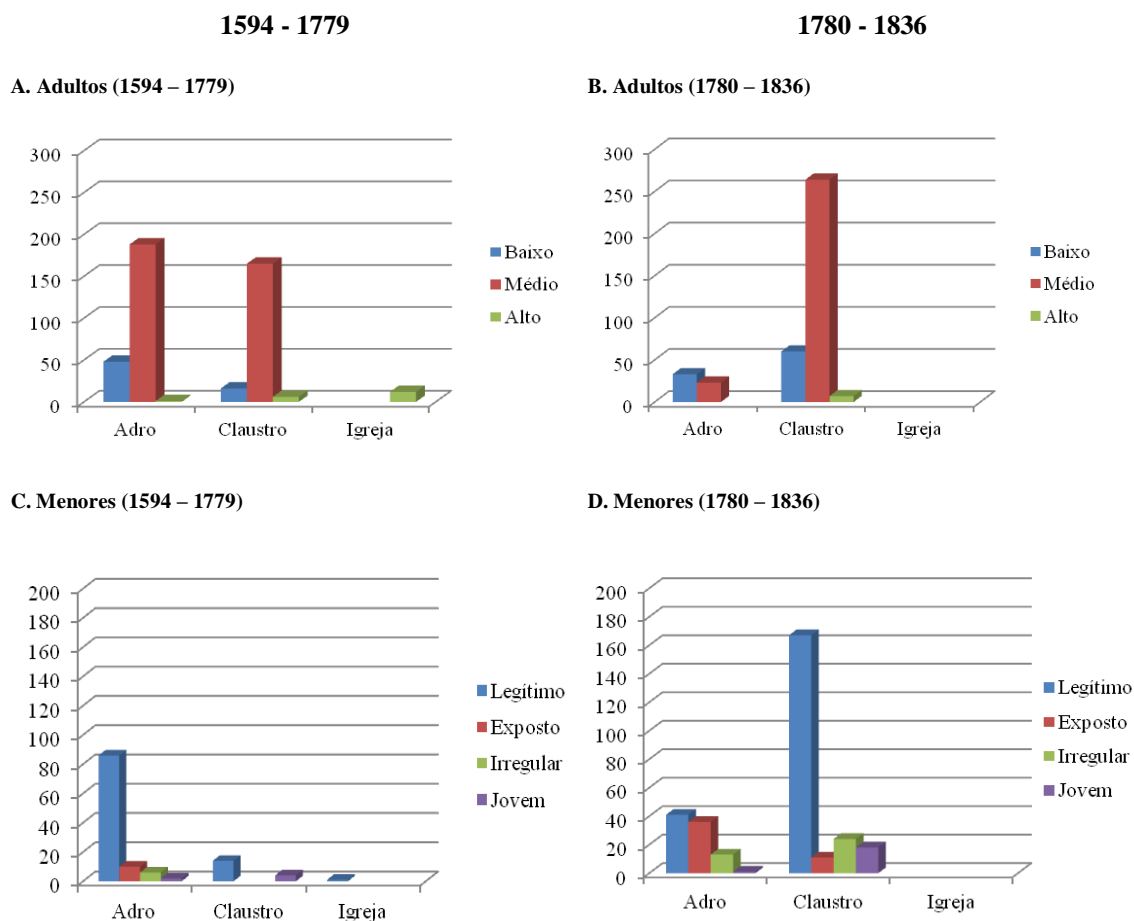


Gráfico 13 - Distribuição de defuntos por categorias

Os menores apresentam comportamento semelhante com exceção de um caso concreto: o dos expostos. No primeiro período (Gráfico 13.C), há claramente uma predominância dos menores no adro – mais de 85% contra 13,9% no claustro. Os restantes indivíduos estão muito pouco representados, pelo que, apenas se pode ver diferença entre aqueles que consideramos no grupo de jovens, com 4 indivíduos sepultados no claustro e 2 no adro. No segundo período (Gráfico 13.D) inverte-se a situação dos menores legítimos. Agora, encontram a sua última morada no claustro mais de 80% destes indivíduos. Entre os filhos gerados em situação irregular e entre os jovens a maioria é sepultada no claustro, sendo que, naquele primeiro caso, 35% receberam sepultura no adro. Situação distinta passa-se, contudo, com os expostos. Neste caso, mais de 76% continua a ser sepultado no adro, contrariando a tendência que se verifica em todas os demais casos.

Tendo em conta os dados apresentados, parece-nos que se podem identificar, desde logo, dois factores determinantes para a diferença de comportamentos nos dois períodos, sendo, um deles, simbólico e, o outro, prático. O factor simbólico diz respeito aos enterramentos de menores no adro. Sabemos que eles tinham lugar de sepultura própria, junto aos degraus da porta da igreja. Isso mesmo nos é dito de Francisco, natural de S. João de Areias, falecido a 24 de Setembro de 1761, e “enterrado no Adro desta Igreja da parte da Epistola junto aos degraus da Igreja, donde se enterrão os Anginhos”¹⁹⁶. No caso do maior número de mulheres sepultadas no adro entre 1594 e 1779, este factor não se pode prender nem com questões relacionadas com o género nem com o seu nível de vida. Na verdade, sendo tão significativo o número de mulheres com nível de vida médio no claustro, não se pode pensar que, para as restantes, pelo menos até onde os nossos dados permitem ver, houvesse algum factor discriminatório. Não conhecemos, além do mais, nenhuma disposição eclesiástica que possa levar a uma tão rápida mudança. Cremos, por isso, que o factor que altera os hábitos de enterramento de maneira tão brusca se prende com uma melhoria do espaço funerário no claustro.

¹⁹⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 63.

De facto, é no reitorado de Domingos de São José Machado, que decorre entre 1777 e 1780, que se iniciam as reformas da ala oriental do claustro. Este Padre Reitor manda fazer a capela nova, a casa dos gerais e o dormitório, obra retomada por José de São Bernardo entre 1781 e 1783, o qual fez a galeria. Se a nossa análise é correcta, pois a única capela de que temos conhecimento localizava-se por cima da sacristia, esta obra poderá ter levado a uma alteração do claustro e a um significativo aumento de espaço sepulcral. Não terá sido, no entanto, uma obra duradoura, já que o claustro é totalmente reformulado a partir de 1797/1798.

Em 11 registos situados entre Maio de 1806 e Janeiro de 1812, é feita referência ao facto de alguns indivíduos terem sido enterrados no claustro devido a um “empedimento” do adro. Destes, 2 correspondem a indivíduos de nível baixo, 6 a indivíduos de nível médio e 3 a menores.¹⁹⁷ Esta informação é, para nós, de grande importância a dois níveis. Em primeiro lugar, porque nos diz claramente que estes indivíduos, nomeadamente os de nível médio, deveriam, em condições normais, ser sepultados no adro e não no claustro. Por outro lado, neste período de 6 anos não foram sepultados defuntos no adro, não obstante terem falecido 78 indivíduos. Mais ainda, 1809 foi o ano com maior mortalidade, tendo falecido um total de 32 pessoas (das quais, para duas delas, não temos registo do local de sepultura). Ora, sabemos que durante este período estariam a decorrer as obras de alteração da fachada, que tiveram lugar entre 1804 e 1806, razão pela qual o adro se deverá ter transformado num grande estaleiro que suportaria, de igual forma, parte das obras que se estavam a realizar, também, no edifício conventual. O impedimento dever-se-ia, portanto, às obras e poderia revestir-se quer de um carácter material, por não haver condições físicas para realizar os

¹⁹⁷ Maio de 1806, pobre (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 139); Maio de 1806, menor (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 139); Julho de 1806, (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 139); Agosto de 1806 (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 139v); Agosto de 1806 (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 139v); Setembro de 1806 (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 140); Janeiro de 1807 (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 140-140v); Janeiro de 1807, pobre (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 140v); Setembro de 1807, menor (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 140v); Dezembro de 1808, menor (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 143); Janeiro de 1812 (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 116, fl. 160).

enterramentos, quer de carácter espiritual, pelo facto de a ocupação deste espaço com materiais destinados às obras, oficinas e pessoal não permitir a dignidade necessária a um espaço sacralizado.

O espaço físico, material, estava limitado na sua utilização e, portanto, todos aqueles que a ele estavam destinados acabaram por ser sepultados no espaço físico disponível, isto é, o claustro. Por seu lado, o claustro acaba por receber todos, sem distinção. Será talvez por essa razão, de forma a compensar a sobrecarga de enterramentos no claustro durante este período, que em 1815 e 1818 volta a haver sepultamentos significativos no adro, chegando mesmo a ultrapassar o número de enterramentos no claustro, naquele primeiro ano.

É, além do mais, interessante olhar para o ano de 1809. Corresponde à presença das tropas napoleónicas em Vilar de Frades. Sabemos que esteve estacionada, no convento, uma companhia de soldados a mando do Marechal Soult, “sendo de notar que não tirarão nada e nunca deixou de aver Coro”, conforme nos informa a documentação produzida pelos Lóios¹⁹⁸. Neste ano, houve um aumento significativo de mortes, mais concretamente, 33 indivíduos, dos quais 30 foram enterrados no claustro. Talvez as tropas francesas estivessem estacionadas no adro, razão pela qual um tão grande número de indivíduos acaba por receber sepultura naquele outro lugar. O elevado número de defuntos deverá prender-se, sem sombra de dúvida, com a escassez de alimentos provocada pela presença do contingente militar francês.

IV.2.i - Lugares simbólicos

Entre os anos de 1737 e 1781, os responsáveis pelos assentos de óbito tentaram ser mais precisos na identificação do local onde os defuntos eram sepultados. Tal não devia ser

¹⁹⁸ A.D.B., F.M.C., MS. 924, fl. 787.

tarefa fácil, pois o adro é extenso e o claustro não devia ter sepulturas numeradas. A identificação dos locais foi, então, feita através de pontos de referência.

No que diz respeito ao Adro, ficamos a saber que ele estava dividido em duas grandes áreas. No lado Norte, na zona que dava para a cerca, eram sepultados os paroquianos de Areias. Assim aconteceu com Custódia da Silva, falecida a 9 de Março de 1767, e “sepultada no Adro deste Conv^o de Villar da parte do Evangelho por ser da freguezia de S. João de Areas”¹⁹⁹ mas também com Páscoa Coelha, que tendo morrido a 11 de Outubro de 1743, “foi sepultada no Adro, da parte de Areas iunto ao caminho e pouco distante da porta da Igreja”²⁰⁰. Perpétua de Oliveira, falecida em 2 de Março de 1764, foi enterrada “no lanço que pertense a freguezia de Areas honde era natural e moradora”²⁰¹.

Os fregueses de S.ta Maria Madalena, por seu lado, eram sepultados no lado Sul, junto ao edifício conventual mais recente. Assim o dizem os assentos de Domingas Luis, falecida com “sinais de predestinada” a 4 de Outubro de 1744 e que “foi embrulhada em hum lençol com palmito na mão e foi sepultada no Adro da parte da Magdalena pouco asima da ianela do celeiro”²⁰², tal como o de Gracia Pereira, natural desta freguesia, que tendo morrido a 11 de Dezembro de 1761, foi “sepultada no Adro desta freguezia na parte que lhe pertence”²⁰³.

¹⁹⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 122, fl. 73v.

²⁰⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 122, fl. 33v.

²⁰¹ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 122, fl. 69.

²⁰² A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 122, fl. 37.

²⁰³ A.D.B., R.P.B., A.V., n^o 122, fl. 64v.

Também os menores de mais tenra idade, vulgarmente denominados como “anjinhos”, tinham o seu lugar de sepultura própria, como já referimos, em frente da porta da igreja. Tomás, “menino de poucos meses” que se encontrava “a tomar o leite” na freguesia de Encourados mas cujos pais eram naturais de S. João de Areias, “foi sepultado iunto as escadas da porta da Igreja lugar da sepultura dos meninos”²⁰⁴.

Há casos em que o responsável pelo assento ensaia novas formas para precisar melhor o local de enterramento. Assim o fez Alexandre do Espírito Santo, Sacristão-mor de Vilar, no assento de João Rodrigues, indicando que este “foi sepultado no Adro da Igreja defronte da torre dos sinos, afastado della tres varas de medir”²⁰⁵. Debalde seria hoje possível tentar identificar esta sepultura. Mas não é este o único caso. O mesmo Alexandre do Espírito Santo diz que António, de quatro anos de idade, está enterrado “no Adro a Cabo do primeiro degrau da Igreja bem no meio”²⁰⁶ e, também, que Francisca “foi sepultada no Adro abaixo da portaria e a direita da terceira porta do dormitorio”²⁰⁷. Não obstante estes momentos de exactidão, o mesmo Sacristão-mor chega a ser desconcertante ao informar que Mariana Francisca, falecida a 17 de Outubro de 1741, “foi sepultada no Adro bem no meyo dele”²⁰⁸.

A fonte existente no adro também se tornou uma referência. Transcrevemos na sua totalidade o assento que se segue, não só pelo facto de ele mencionar a mesma fonte como, também, ser um dos poucos casos em que, no adro, é feita nota directa ao sepultamento de familiares em zonas próximas.

²⁰⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 36v.

²⁰⁵ Assento com data de óbito de 26 de Julho de 1741. A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 27v.

²⁰⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 28v.

²⁰⁷ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 28-28v.

²⁰⁸ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 29.

“Em quatro de Novembro e em sete do mesmo mes deste ano de mil sette centos trinta e oito falecerão da vida prezente Agueda solteira, e sua Irmaã Joanna solteira filhas de Maria Domingues veuba do lugar de Caslopo desta freguezia de Sam João de Areas com todos os sacramentos. não fizerão testamento nem tinhão de que forão sepultadas huma abaixo da outra no Adro desta Igreja do Salvador de Villar de Frades abaixo da fonte a face do caminho *que* vem para a Igreja. Sua May he obrigada aos bens da Alma e por verdade fiz este asento era mes e anno ut supra”²⁰⁹.

Mas esta situação não deveria ser comum. Em 13 de Abril de 1739 faleceu Ana Lopes, casada com António Ferreira, moradores no lugar do Loureiro, em S. João de Areias e três dias depois, a 16, faleceu o marido²¹⁰. Não foram sepultados juntos, já que ela foi enterrada junto à torre grande e ele “no meijo do Adro (...) asima pouco da fonte”.

Outro caso em que há proximidade entre as sepulturas de familiares, mas, aqui, já no claustro, é o da família de Manuel Gomes, do lugar de Quintela, Areias²¹¹. A mulher deste Manuel Gomes, Maria da Rocha, faleceu a 2 de Janeiro de 1780, tendo sido sepultada no claustro “junto a porta das procissois”. Uma sua filha, solteira, de seu nome, também, Maria da Rocha, estava grávida de um menino. O difícil parto ocorreu a 11 de Janeiro do dito ano, tendo a criança sido baptizada no ventre materno por uma irmã da mãe, que lhe lançou água nos pés, a única parte do corpo visível, acabando por nascer morta. Garantiram, “o Sirurgiã, parteira e mais pessoas”, ao vigário Urbano de S. Carlos Lima, ser “certo *que* a dita criança vivia *quand*º se lhe lançou agoa” e, assim, o menino acabou por ser sepultado no adro de S. João de Areias. A mãe da criança, Maria, não recuperou e faleceu a 26 de Janeiro de 1780, com sinais de predestinada, tendo sido sepultada próximo de sua própria mãe, “junto a porta das procissois *par*ª a *parte* do poente”.

²⁰⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 21.

²¹⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 22v. Os dois assentos são consecutivos.

²¹¹ Os três assentos encontram-se individual e consecutivamente em A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 92v.

Há alguns aspectos interessantes nesta trágica história. Mãe e filha foram sepultadas próximo uma da outra, ainda que, neste caso, e ao contrário das irmãs Águeda e Joana, não haja referência directa a este facto. A criança, por seu turno, não foi enterrada junto da avó, tendo sido levada à sepultura, não no convento, mas sim na pequena capela de S. João de Areias, facto que, como já tivemos oportunidade de referir, não era frequente. Mas também é interessante o facto de a jovem mãe solteira ter sido sepultada no claustro, não obstante a irregularidade da sua situação.

No claustro encontramos, tal como no adro, uma distinção simbólica: há zonas destinadas aos leigos - ou “seculares”, como vulgarmente são descritos - e zonas destinadas aos membros da congregação. É, aliás, aqui, o único sítio onde encontramos referência ao falecimento de familiares do convento e uma única referência a um comiço. Só tardiamente, em Maio de 1841²¹², e portanto fora dos livros que analisámos com maior cuidado, encontramos referência a um egresso da congregação. Tratava-se do P.e Francisco Joaquim Barbosa, natural de S.ta Eulália de Barrosas e que, após a extinção da ordem, ficara a viver em Areias, acabando por ser sepultado no claustro.

As zonas destinadas aos leigos deveriam estar localizadas nas alas Norte e Oeste do claustro. O assento de óbito de Manuel, um jovem que servia no Convento e que, a 21 de Maio de 1764, sofreu um acidente “ficando debaixo de hum carro, que lhe cobrou o pescosso”, refere que “foy sepultado no Claustro (...) da parte da Igreja, donde se costumão sepultar os seculares”²¹³, ou seja, na ala Norte. Expressões semelhantes a “o lanço onde se costumam sepultar os seculares” são frequentes e, muitas vezes, por não haver mais referências, podemos ser tentados a pensar que se trata sempre desta ala Norte. Por exemplo, a 1 de Junho de 1757 faleceu João Cardoso, “homem pobre, e miseravel” que se havia recolhido servindo o convento, tendo sido enterrado “no lanço

²¹² A.D.B., R.P.B., A.V., n° 854, fl. 15v-16.

²¹³ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 69.

do Claustro donde se sepultão alguns freguezes e os creados da Caza”²¹⁴. Mas também na ala Oeste se encontram leigos. A primeira referência explícita ao enterramento de uma mulher nesta zona data de 1738, altura em que faleceu Ana Correia, tendo sido “sepultada iunto a passagem da porta que chamam dos Cabedais”²¹⁵. Já em 25 de Abril de 1739, é dito que Tomé Ferreira, moleiro, foi enterrado “no lanço sobre a Adega”²¹⁶, isto é, na ala Oeste. Não é, esta, contudo, a primeira referência ao lanço da adega, que data de 1653 mas que, por se tratar de um “irmão”, não incluímos, para já, junto dos demais leigos, dando notícia dela mais adiante. Estas duas alas serviriam, portanto, os criados do convento e os demais leigos.

Diversos são os pontos de referência para tentar identificar qual o local de sepultura dos defuntos. Temos, em primeiro lugar, a zona próxima à sacristia, para a qual possuímos pelo menos 14 referências. Aqui, “iunto a escada da Sancristia”, foi enterrada, por exemplo, Maria, solteira, falecida a 15 de Agosto de 1739²¹⁷. A porta da Capela de Farelães serviu de referência directa em 8 assentos. É o que acontece com Helena Francisca, falecida em 17 de Dezembro de 1658 e enterrada “no Claustro asima da porta de farellais”²¹⁸. Ainda nesta ala, temos as referências à porta que dava acesso à igreja, como se verifica no caso de Maria, uma menor de 4 anos²¹⁹, que, diz o assento, foi enterrada “iunto da porta traussa da Igreja”. São, pelo menos, 11 as referências a esta porta.

²¹⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 57v.

²¹⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 20v.

²¹⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 22v.

²¹⁷ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 23v.

²¹⁸ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 53v.

²¹⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 20.

A zona mais mencionada é a que ficava junto à porta das procissões, com pelo menos 28 referências directas. Fazemos notar, contudo, que esta “porta das procissões” pode dizer respeito a duas portas distintas. Num caso, o de Pascoal de Faria, falecido a 22 de Dezembro de 1744, é indicado que “foi sepultado no claustro ao sahir da porta das prociçois *que say* da Igreja p^a o Claustro”²²⁰. Noutro, em 18 de Janeiro do mesmo ano, faleceu José Lopes, o qual foi enterrado “no Claustro iunto a porta do Adro das prociçois”²²¹. Com o mesmo nome, portanto, deverão ter sido referidas duas portas: a que, saindo da igreja, dava acesso ao claustro e aquela que ligava o adro com o claustro e que, ainda hoje, tem a mesma função, servindo de porta de entrada àqueles que visitam o mosteiro.

Para a ala Oeste, possuímos as referências à porta dos Cabedais, que é utilizada directamente em pelo menos 7 ocorrências. Demos, a título de exemplo, apenas o caso de Maria Lopes, falecida a 24 de Julho de 1751 e sepultada “junto a porta dos Cabedais”²²². O refeitório, na ala Sul, foi usado, também, como referência por diversas vezes. É o caso do assento de Maria Lopes, falecida a 6 de Janeiro de 1741, que nos informa de que a sua sepultura era “perto da porta do Refeitório”²²³.

Apenas num caso encontramos informação sobre a zona onde eram enterrados os membros da congregação. Tendo falecido, a 15 de Outubro de 1775, foi sepultado “no Claustro aonde se enterrão os Nossos Irmaos”, o P.e António Barbosa²²⁴. Não se tratava, contudo, de um membro da congregação mas, provavelmente, de um sacerdote jesuíta que, devido à supressão da ordem, aqui se terá recolhido, pois o assento diz “*que*

²²⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 37v.

²²¹ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 34v.

²²² A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 48v.

²²³ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 26v.

²²⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., n° 122, fl. 85v.

foj P.^o da Companhia”. Esta zona seria mais reservada e estaria, acreditamos, situada na ala Este do claustro. Recorde-se que, aí, os indivíduos identificados na S. 41, se encontravam orientados no sentido Este – Oeste, ainda que a amostragem seja demasiado reduzida para tirar grandes conclusões e de subsistirem dúvidas sobre a possibilidade de um destes esqueletos pertencer a um indivíduo do sexo feminino.

O termo “irmãos” podia ser aplicado, no entanto, a outras pessoas, que não só aqueles que viviam no convento, facto que pode contrariar a nossa hipótese anterior. Em 16 de Setembro de 1653, data de morte de Domingos Gonçalves, viúvo, “irmão” da congregação, tendo falecido com mostras de grande cristão, foi sepultado “no Claustro da parte da Adega”²²⁵. Trata-se da ala Poente do claustro que, como vimos, não é, de todo, exclusiva. Para aqueles que são designados como familiares do convento, ou mesmo para Francisco Pereira²²⁶, o único caso de *comiço* de que temos notícia, ainda que saibamos que foram sepultados no claustro, não possuímos referências que possam dar maior precisão à localização das respectivas sepulturas.

Falta a igreja. Ao todo, contabilizámos 13 enterramentos no seu interior. Foram eles: Isabel, filha de Pedro e Justa Gonçalves, falecida a 15 de Agosto de 1596²²⁷; D. Francisco de Santa Maria, Bispo de Fez e membro da congregação, a 6 de Setembro do mesmo ano, sepultado no cruzeiro²²⁸; Diogo de Vilas Boas, em 28 de Novembro de 1596, “na Capella de Nossa S.ra da parte da Claustro”²²⁹; D. Branca de Paz, no primeiro

²²⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., n.º 114, fl. 45.

²²⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., n.º 116, fl. 168.

²²⁷ A.D.B., R.P.B., A.V., n.º 114, fl. 1v. Já tivemos oportunidade de referir que este é o único caso de um menor para o qual temos registo de sepultura dentro da igreja.

²²⁸ A.D.B., R.P.B., A.V., n.º 114, fl. 1v.

²²⁹ A.D.B., R.P.B., A.V., n.º 114, fl. 2.

domingo de Outubro de 1603²³⁰ e seu irmão Francisco de Paz, a 8 de Abril de 1614, que foi “enterrado na igreja com sua Irmã Branca de Paz junto a pia da agoa Benta”²³¹; D. Branca de Azevedo, a 29 de Setembro de 1605, que “tem sua sepultura hu (?) pé do altar do presepio ao corno da Epistola direito ao confisionario duas fiadas de pedra”²³²; Benta Barbosa, falecida a 24 de Setembro de 1743, que “foi sepultada iunto a pia da agoa benta perto da pia bautismal”²³³; Diogo de Vilas Boas Sampaio, falecido em 20 de Novembro de 1743 e enterrado na capela da família²³⁴ e, por fim, Diogo Barbosa, casado com Ana Maria de Vilas Boas, tendo sido enterrado a 1 de Março de 1777 “defronte da Capella da Snr^a do Rozario”²³⁵. A estes nomes, acrescentaremos outros. Gaspar Pereira, natural de Sta. Maria Madalena e falecido em 29 de Abril de 1603²³⁶. O seu assento de óbito não faz referência ao local de sepultura mas acreditamos tratar-se, como refere Jorge de S. Paulo²³⁷, do marido de D. Branca de Paz, também ele sepultado na igreja. Aqui está, também, Amaro Pimenta, ao qual já nos referimos. Finalmente, Heitor Gonçalves, falecido a 6 de Dezembro de 1602 e sua esposa, Madalena Fernandes, em 5 de Dezembro de 1594. Ainda que os registos de óbito o não refiram, tratam-se dos sogros de D. Branca de Paz, ao testamento de quem já aludimos. Madalena Fernandes estava, segundo esse testamento, sepultada na igreja e é de crer,

²³⁰ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 6. O assento não indica o lugar da sepultura mas, como se verá pelo assento de seu irmão, sabemos que também está enterrada no interior da igreja.

²³¹ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 16v. Felgueiras Gaio diz-nos, contudo, que o seu corpo foi mais tarde trasladado para a Capela da Madre de Deus, na Póvoa de Varzim, da qual possuiria o vínculo (N.F.P., V, [440], §1 N8).

²³² A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 7.

²³³ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 33.

²³⁴ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 34.

²³⁵ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 88.

²³⁶ A.D.B., R.P.B., A.V., nº 114, fl. 5v.

²³⁷ Conf. Vinhas, 1998: 111.

apesar de não termos prova, que o seu marido, “procurador de fora” do mosteiro, também aí estivesse.

Os enterramentos na área da igreja não podem resumir-se àqueles que constam dos livros aqui estudados. Outros foram aqueles que escolheram, porque de facto o termo escolha é, neste caso, o mais apropriado, ser sepultados no interior do templo. O Pe. Jorge de S. Paulo²³⁸ informa que aqui se encontravam, também: D. Isabel Anes Pizarro de Baltazar de Vilas Boas, fundadora da capela que esta família aqui possuía; D. Teresa de Mendonça e seus descendentes, sobrinha de D. Diogo de Sousa, na capela colateral que ela própria patrocinara, do lado do evangelho; D. Leonor de Lemos, edificadora da capela lateral do lado da epístola, e seu marido D. Nuno Fernão Pereira Torres de Angeja; o marido de D. Branca de Azevedo, D. Diogo Lopes²³⁹, comendador de S. Romão e, por fim, D. Ângela de Sá, provavelmente a mulher de Francisco de Paz Gaio.

Além destes, encontramos outras referências em Jorge de S. Paulo mas que são anteriores ao edifício quinhentista. Dom Godinho Viegas e D. Maria Soares, que, ironicamente, tendo sido abandonada pelo marido em vida aqui teria ficado para sempre a ele unida no local de sepultura; D. Pero Salvadores e D. Sancha Martins; o místico abade do passarinho; um pobre fidalgo catalão, de nome Joanne, sepultado junto ao cruzeiro; D. Pero Bravo, de Braga; D. Nuno Aranha e sua mulher, D. Brites de Melo, ele alcaide-mor de Pombal, sobrinho de D. Diogo de Sousa e falecido em 1498, e, finalmente, as muitas “outras pessoas illustres das gerações antigas dos Maias, Braguaes”.

O caso dos enterramentos na igreja é, em si mesmo, extremamente interessante. Com excepção de poucos casos, o da menor Isabel, o de D. Branca de Azevedo, ao qual podemos associar o seu marido Diogo Lopes de Angeja, o de D. Cristina da Gama

²³⁸ Conf. Vinhas, 1998: 110.

²³⁹ Neste caso, ainda que tenhamos o registo de óbito de D. Branca de Azevedo, não conseguimos encontrar o do seu marido.

Prado e o de Manuel Lopes Loureiro (que como vimos não se encontra sepultado em Vilar de Frades), os restantes defuntos dividem-se por três famílias: em primeiro lugar os Sousa, em segundo os Vilas Boas e, em terceiro, os membros de três famílias que se radicam em Vila do Conde e Santa Maria Madalena de Vilar, e que fomentam uma forte relação entre si, baseada em acordos matrimoniais – os Fernandes, Gaios e Sá.

O caso dos Vilas Boas, (v. Anexo VII.III.xiii), é sabido que encontravam, aqui, o seu panteão desde a primeira metade do século XVI. Pelas fontes, é-nos dito que estarão aqui sepultados D. Isabel Anes de Vilas Boas, a fundadora da capela, Diogo de Vilas Boas, sobrinho neto desta senhora e Diogo de Vilas Boas Sampaio, trineto do anterior. Apesar de não termos conseguido entroncar na árvore genealógica, encontramos ainda dois nomes de defuntos que poderão estar sepultados na igreja por uma relação directa com a casa da Torre de Airó. São eles, Diogo Barbosa, casado com Ana Maria de Vilas Boas, e Benta Barbosa, natural de Airó, casada com António Lopes, de S. João de Areias. O assento de óbito desta senhora diz que tem um irmão chamado Manuel de Vilas Boas, mas os pais destes eram Domingos Tomé e Ângela Barbosa, do lugar da Gândara, em Airó, pessoas que não conseguimos enquadrar nos Vilas Boas²⁴⁰. Os apelidos Barbosa, em ambos os casos, e o facto de nos dois casos os seus nomes aparecerem sempre associados ao de Vilas Boas, leva-nos, portanto, a acreditar que são aparentados com os donos da capela.

O segundo caso é, porventura, mais interessante (Anexo VII.III.xiv). Trata-se de um conjunto de famílias, todas elas aparentadas entre si numa intrincada teia de matrimónios. São, sobretudo, gentes de Vila do Conde, de onde tem origem D.

²⁴⁰ Conhecemos os registos de nascimento (A.D.B., R.P.B., S.J.A., nº 36, fl. 18) e de casamento (A.D.B., R.P.B., S.J.A., nº 37, fl.s 96v-97) de Benta Barbosa, pelos quais obtivemos os nomes de seus pais. Não obstante tendermos a acreditar que estas pessoas se encontram, de alguma forma, ligadas à família Vilas Boas, é também nossa convicção de que por meados do séc. XVIII terão aparecido uns outros Vilas Boas, eventualmente aparentados com estes mas talvez distantes da linhagem principal. Feliciano de Vilas Boas, por exemplo, falecido a 25 de Maio de 1753 e natural de Madalena, não teve bens de alma por ser pobre (A.D.B., R.P.B., A.V., nº 122, fl. 51).

Francisco de Santa Maria, bispo de Fez. Um tio deste Lóio (Miguel Fernandes) havia sido já procurador desta casa, sem que, contudo, tivesse deixado boa memória (conf. Santa Maria, 1967). Uma irmã do bispo de Fez, Madalena Fernandes, casa com Heitor Gonçalves, também ele procurador de Vilar de Frades. Pelo casamento de um filho deste casal, chega a ligação aos Gaio. Aqui, temos que deixar uma nota. Pelas nossas fontes, sabemos que Francisco de Paz era irmão de D. Branca de Paz, casada com Gaspar Pereira. Supomos, então, que a relação proposta por Felgueiras Gaio - o matrimónio de Gaspar Pereira com uma filha de Manuel Luis de Sá e Branca de Paz Gaio - estará errada. Branca de Paz Gaio, como aliás é adiantado no Nobiliário das Famílias de Portugal, terá casado duas vezes, a primeira com Manuel Luís de Sá e, a segunda, com Gaspar Pereira. Aqui nos aparece, também, o nosso Amaro Pimenta, já frequentemente falado no presente estudo. Como tivemos oportunidade de dizer, a tampa de sepultura na igreja corresponderá ao segundo marido de Maria Gaio de Sá.

Perante estes dados, somos obrigados a reconhecer a existência de uma forte restrição aos enterramentos no interior da igreja, por parte dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, ao contrário das paróquias rurais e urbanas da área onde Vilar de Frades se encontra²⁴¹. Mais ainda, esta restrição é tão grande que acaba por se tornar quase endogâmica.

IV.3 - Algumas conclusões sobre as práticas funerárias

Percorremos as fontes, quer as documentais quer as arqueológicas, que nos permitem abrir novas perspectivas sobre a forma como se geriam os enterramentos em Vilar de Frades, nomeadamente durante o séc. XVIII e XIX. Pensamos convir tecer, agora, algumas breves conclusões.

²⁴¹ Ver, a este respeito, o exemplo de Barcelinhos (Faria, 1998)

Em primeiro lugar, no que diz respeito à ocupação do espaço, este é feito por homens e mulheres de forma indiscriminada, não havendo, além do mais, grande distinção no que diz respeito ao nível de vida dos defuntos. No concernente às exéquias dos mais pobres, verificamos que os Lóios supriram, muitas vezes, as dificuldades económicas, fazendo-as de forma gratuita, sempre com autorização do Padre Reitor.

Em segundo lugar, há uma vontade crescente de enterrar na zona do claustro, vontade essa que, a partir dos finais do século XVIII se torna realidade. Conforme propomos, esta opção dependeu mais do espaço do que de quaisquer outros caracteres. Ele era, inicialmente, demasiado pequeno para albergar tanta gente. Por outro lado, há em Vilar de Frades muito poucos indivíduos sepultados no interior da igreja. Este facto distingue esta paróquia de tantas outras, nas quais o enterramento na igreja é, sempre, tão frequente. Não podemos encontrar uma justificação imediata para esta situação, ainda que algumas hipóteses se coloquem. Em primeiro lugar, os Lóios poderiam pretender reservar a igreja para os membros da congregação. No entanto, não é possível, pelo menos para já, averiguar este facto, já que não temos registo de óbitos dos lóios e, por outro lado, sabemos que uma das alas do claustro lhes estava destinada²⁴². Acresce, a isto, o facto de não terem sido realizadas escavações arqueológicas na área do transepto e da capela-mor, pelo que não sabemos se aí terão sido sepultados, pelo menos, os irmãos ordenados. Estas eram, como se sabe, as áreas tradicionalmente reservadas aos eclesiásticos, conforme se pode constatar pelas disposições sinodais de Braga²⁴³. Em segundo lugar, os direitos de sepultura dentro da igreja poderiam ser demasiado caros para a generalidade da população, pelo que, automaticamente, a sua utilização como espaço sepulcral estava limitada a gente mais abastada. A imposição de um preço, não obstante fosse frequentemente proibida pela autoridade eclesiástica, servia, também,

²⁴² Possuímos um livro onde se encontra registado o inventário dos bens levado a cabo após a morte de cada um dos Cónegos de Vilar de Frades (A.D.B., F.M.C., L. 27). Neste livro, onde nem sempre é indicado o ano de morte, encontram-se registados 77 irmãos num período que se prolonga de 1733 até ao reitorado do Pe. José de São Bernardo de Brito, isto é, 1781-1783.

²⁴³ Recordamos, como já atrás dissemos, que na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, também esta zona estava reservada, mas neste caso apenas para os priores (Amorim, 1982: 23).

como forma de gerir os espaços de enterramento, como bem demonstra Ana Cristina Araújo (1997: 363) para o caso de Lisboa. Não conhecemos, todavia, o custo dos direitos de sepultura em Vilar de Frades.

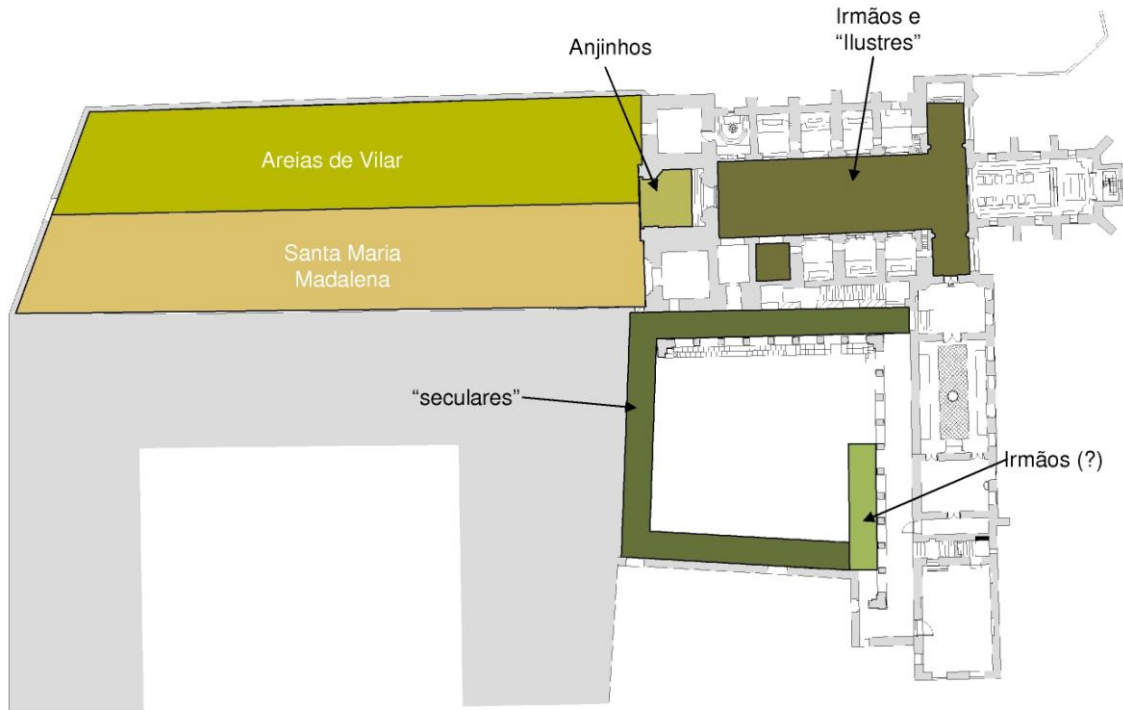


Fig. 10 - Repartição do espaço cemiterial de Vilar de Frades.

O fenómeno de limitação de enterramentos no interior da igreja, seja por que causa fosse, levou, no entanto, a que os espaços de sepultura se comportassem de forma distinta ao comum. Se, em situações normais, dentro de outros casos estudados, parece ser a igreja o principal local de escolha de sepultura, servindo o adro como complemento, em Vilar, o claustro tem, neste âmbito, o papel simbólico da igreja, mantendo-se o adro como área complementar. Situação de excepção, é a dos menores, para os quais, pelo menos até finais do século XVIII, estava destinada a zona do adro em frente à porta da igreja.

A compartimentação de todas as zonas cemiteriais é, por outro lado, evidente. Não há, em Vilar de Frades, anarquismo sepulcral. O adro tem zonas distintas para as gentes de

S. João de Areias e de Santa Maria Madalena. Tem, ainda, uma zona específica para os menores. No claustro, há zonas reservadas para os irmãos e zonas para os leigos e criados da casa. A zona próxima do refeitório, a ala Sul do Claustro, terá sido aquela que recebeu menos enterramentos, talvez por se encontrar, exactamente, junto ao refeitório.

Daremos, de seguida, conta de alguns pormenores, os quais, se bem que não nos tenhamos prendido demasiado com eles, se revestem de algum interesse para compreender esta comunidade.

Entre as devoções que se constatarem pelo hábito com que alguns defuntos desejam ser sepultados, a mais representada é o hábito de S. Francisco, que aparece 204 vezes sendo que, destes, 156 indivíduos são do sexo masculino. Levaram hábito de Sta. Teresa, 94 defuntas e 16 conjugaram este hábito com um outro - o de S. Francisco. De 71 defuntos é-nos dito, somente, que vão com hábito. Com hábito de Nossa Senhora da Conceição, foram enterradas 46 mulheres. Apenas 31 homens escolheram o hábito Lóio, sendo que, em 2 casos é referido o facto de ser hábito de leigo, num outro, hábito de comiço e em 3, hábito azul. Há um defunto que é enterrado com hábito Lóio e túnica de S. Francisco. Entre os menores, 3 meninas, uma delas exposta, foram enterradas com o seu “vestidinho de chita”. Há, ainda, menores que são embrulhados numa toalha (8) ou num pano branco (11).

De 266 indivíduos, é-nos dito que foram enterrados, apenas, com lençol. De alguns, sabemos que o lençol era de linho e, no caso de 3 senhoras, iam embrulhadas num lençol com uma palma na mão. Em caixão, foram enterrados apenas 19 indivíduos. Num destes casos, tudo, nomeadamente o caixão e o ofício de 11 padres, foi dado por esmola do reitor. A tão pouco frequente menção a caixões, leva-nos a considerar que eles não eram, de facto, muito utilizados. Por isso, deverá ser necessária alguma precaução, como atrás referimos, quando se associam os pregos encontrados nas escavações à sua pertença a urnas de madeira.

Até onde é possível saber, são, normalmente, respeitadas as 24 horas completas até que o defunto possa ser sepultado. Mas há casos, poucos, em que isso não acontece, havendo o cuidado de dizer que o corpo já não podia esperar e sendo sepultados, por vezes, ao fim da tarde – às 18 ou 19h00. Aparecem-nos, além disso, alguns casos de pessoas enterradas de noite, ainda que as constituições sinodais o proibam expressamente. Estes enterros nocturnos são feitos no adro e no claustro, indistintamente.

V - Conclusão

Percorremos, ao longo deste trabalho, algumas das etapas da vida de S. Salvador de Vilar de Frades, um mosteiro que nos apresenta, ainda, mais questões do que respostas. Não é possível, num trabalho académico como aquele que apresentamos, tão limitado no espaço e tempo disponíveis para o realizar, aprofundar todas as problemáticas que nos foram levantadas. Assim, procurámos analisar, sobretudo, quatro temas: as origens do mosteiro, os processos de obras que foram levados a cabo no período inicial de ocupação pelos Lóios, a evolução arquitectónica de alguns espaços do convento e, finalmente, as estratégias de enterramento ali praticadas, mormente na Idade Moderna.

As lacunas documentais continuarão a ser, à falta de vestígios arqueológicos, o principal entrave ao estudo das origens de Vilar de Frades. Diz-nos o Pe. Baltasar de Cristo Sodré que, tendo-se molhado alguns papéis antigos do cartório de Vilar, o seu responsável decidiu secá-los e, em consequência, acender uma fogueira. O fogo terminou por consumir uma parte significativa da documentação que, hoje, nos poderia ajudar a compreender melhor, pelo menos, a ocupação beneditina deste cenóbio. Foi-nos permitido, no entanto, apresentar uma carta de couto de Vilar de Frades. Não podemos garantir a veracidade deste documento pois o arqueólogo não está munido de todas as ferramentas metodológicas que permitam uma correcta análise crítica, quer heurística quer hermenêutica, deste tipo de fontes. Apresentamo-la, contudo, com a esperança de que os especialistas a vejam, a estudem e, se possível, nos ajudem a compreendê-la melhor.

A entrada dos *Bons Homens de Vilar de Frades* no convento, a partir de 1425, deu origem a um conjunto de obras que perduraram, como frisámos, até ao século XIX. Não significa, isto, que processos construtivos anteriores não tenham ocorrido com tanta frequência, mas são muito escassos os dados que possuímos, por enquanto, para os analisar com total segurança. Apresentando uma fonte tão importante como as actas dos capítulos de finais da Idade Média, procurámos demonstrar a profunda acção transformadora levada a cabo pelos Lóios não só no intuito de dignificar a casa de Deus, mas também de dar melhores condições à casa dos homens. Estas obras podem ter,

nalguns casos, reflexos no registo arqueológico, mas é necessário um estudo mais atento dos dados provenientes de todas as escavações realizadas para se poder fazer uma melhor caracterização do sítio.

O mosteiro pré-românico, românico e quatrocentista seria um conjunto significativamente mais pequeno do que aquele que hoje é possível ver. Deveria ter um pátio, ou mesmo um claustro, a Norte do templo, facto que é, talvez, mais comum em mosteiros cistercienses do que beneditinos, mas que não seria inédito. De facto, incomum seria, também, uma abside poligonal mas, como foi constatado pelas escavações dirigidas por Luís Fontes, ela estava presente em Vilar de Frades. Cremos, no entanto, que esta abside facetada, tão típica do gótico (Almeida e Barroca, 2001: 25), corresponderá à igreja quatrocentista e não à primitiva igreja românica. É, posteriormente, a reforma encetada sob o patrocínio de D. Diogo de Sousa que vem dar a este cenóbio uma maior magnificência. A construção da nova igreja obriga a reformulações do terreno e ao aterro de zonas anteriormente ocupadas por outros espaços. A uniformização de cotas, procurada pela construção do claustro quinhentista, leva à reformulação da área conventual e, como tivemos oportunidade de ver no muro Sul do claustro oriental, a fazer transitar os espaços habitacionais de um para o outro lado desta parede.

As práticas relacionadas com os rituais de morte demonstram, mais do que outra coisa, um forte pragmatismo na solução de problemas que se levantam à comunidade, agora em sentido alargado, que vivia em torno do mosteiro. Entre os séculos XVI e XVIII, constituíram-se três espaços cemiteriais. A igreja, destinada a um grupo privilegiado que era, fundamentalmente, formado por três famílias. Não demos especial atenção à casa de Farelães, pois esta tinha o seu panteão na torre Sul, local onde nunca foram realizadas intervenções arqueológicas. O segundo espaço, o claustro, foi o local privilegiado de enterramentos. No entanto, o seu espaço útil de ocupação não era, até aos finais do século XVIII, suficiente para albergar todos os defuntos, pelo que o adro terminou por servir de compensação. Não obstante, ou talvez por não ser um simples espaço de depósito de menos protegidos, a opção por sepultar no adro gerou soluções de

diferenciação simbólica, como sejam a criação de uma área para os “meninos”, ou da sua divisão em áreas correspondentes a cada uma das freguesias de Areias de Vilar.

As opções de enterramento eram, portanto, tomadas tendo em conta um elevado grau de pragmatismo, ainda que, em todo o caso, se possam encontrar criações simbólicas. Na verdade, os Cónegos de S. João Evangelista mostravam, nas fontes que estudámos, uma maior preocupação com o facto de os defuntos terem, ou não, recebido os últimos sacramentos ou, no caso dos menores, o baptismo, do que com o local de sepultura dos defuntos.

VI - Fontes e Bibliografia

VI.1 - Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Braga

Fundo Monástico-conventual. L. 13.

Fundo Monástico-conventual. L. 24. Livro de Documentos Diversos; Certidões; Obrigações de Missas.

Fundo Monástico-conventual. L. 27. *Inventario Geral dos espolios dos Conegos que falecem neste Contº de Villar de Frades, feito no anno de 1733.*

Fundo Monástico-conventual. L. 28. *Livro de Inventario Geral das Offecinas, e Cellas deste Convento de Villar, mandº. Faser pelo R. Conego Francisco de S. Bernardo Sampayo, sendo R.tor no anno de 1758.*

Fundo Monástico-conventual. L. 75. *Livro dos Termos dos Noviços.*

Fundo Monástico-conventual. Ms. 924. Pe. Jorge de S. Paulo. *Epílogo e Compêndio da Origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nascimento, vida & morte dos seus tres fundadores.*

Registos Paroquiais de Barcelos, Areias de Vilar, nº 114.

Registos Paroquiais de Barcelos, Areias de Vilar, nº 116.

Registos Paroquiais de Barcelos, Areias de Vilar, nº 122.

Registos Paroquiais de Barcelos, Areias de Vilar, nº 854.

Registos Paroquiais de Barcelos, São Jorge de Airó, nº 36.

Registos Paroquiais de Barcelos, São Jorge de Airó, nº 37.

Registos Paroquiais de Barcelos, Santa Maria Maior de Barcelos, nº 190.

Registos Paroquiais de Barcelos, Santa Maria de Moure, nº 527.

Registos Paroquiais de Barcelos, São Miguel de Roriz, nº 648.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Índice Geographico das Cidades, Villas, e Parochias de Portugal. Vol. 41, Mc. 288.

Vilar de Frades, Convento de S. Salvador, Mç. 1 (1 – 50), Cx. 1.

Vilar de Frades, Convento de S. Salvador, Mç. 1 (31 – 51), Cx. 2.

Vilar de Frades, *Livro contendo lembrança das myssas a que era obrigado este mosteiro*. Microfilme 1447.

Vilar de Frades. Manuscritos da Livraria. Microfilme 7588.

SODRÉ, Baltazar de Cristo. *Memorial de Vilar de Frades*, Ms. IAN-TT, 23, B. 44. 25

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Fundo Paroquial. P. 395.

VI.2 - Fontes Publicadas

AGOSTINHO, Santo (s.d.). *De Cura pro Mortuis Gerenda (La piedad con los difuntos)*. Versión, introducción y notas de Teodoro C. Madrid. In *Obras completas de San Agustín*. Edición Bilingue promovida por la Fundación Agustiniana Española (F.A.E.). Vol. XL. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 415-475.

Constituições Synodaes do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639. Pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha. E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa, Arcebispo, & Senhor de Braga, Primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, & seu Sumulher da Cortina, &c. Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae. Edição Crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa, Tomo I a III. Braga, Assembleia Distrital de Braga, 1965, 1978 e 1990.

PORTALEGRE, Paulo de (2007). *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira crónica dos Lóios*. Edição crítica por Cristina Sobral e Apresentação de José Mattoso. Lisboa, Roma Editora.

Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Diplomata et Chartae. Olissipone, Typis Academicis, 1869.

Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Inquisitiones. Olissipone, Typis Academicis, 1869.

Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Nova Série, vol. 1, *Livros Velhos de Linhagens*. Ed. Crítica de Joseph Piel e José Mattoso. Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Portugaliae Monumenta Historica. A saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum. Nova Série, vol. II, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.* Ed. Crítica de José Mattoso. Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

SANTA MARIA, Frei Francisco de (1697). *O Céu Aberto na Terra. História das Sagradas Congregações dos Cónegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal.* Lisboa.

SÃO TOMÁS, Frei Leão de (1974). *Beneditina Lusitana.* Introdução e notas críticas de José Mattoso. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

VI.3 - Bibliografia

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; MILHAZES, Maria Cláudia e ANTUNES, João M. Viana (1991). *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos.* Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1978). *Arquitectura Românica Entre Douro e Minho.* Tese de Doutoramento, 2 vols., Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986). *História da Arte em Portugal.* Lisboa, Publicações Alfa.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001). *História da Arte em Portugal. O Românico.* Lisboa, Editorial Presença.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de e BARROCA, Mário Jorge (2002). *História da Arte em Portugal. Vol. 2, O Gótico.* Lisboa, Editorial Presença.

ALMEIDA, Fortunato de (1967). *História da Igreja em Portugal.* Portucalense Editora, S.A.R.L., Porto.

AMARAL, Luís Carlos (2007). *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (Século IX-1137)*. Dissertação de Doutoramento, Porto.

AMORIM, Norberta Bettencourt (1982). *Os Homens e a Morte na Freguesia da Oliveira em Guimarães através dos Registos de Óbitos (Séculos XVII e XVIII)*. Guimarães, ed. do autor.

ALONSO, Joaquín M. (1989). Concepción Inmaculada. In *Gran Enciclopèdia Rialp*, Tomo XV, pp. 80-84.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu d' (1989). Morte, memória e piedade barroca. *Revista de História das Ideias*, 11, pp. 129-173.

ARAÚJO, Ana Cristina (1997). *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Lisboa, Editorial Notícias.

ARIÈS, Philippe (s.d.). *O Homem perante a Morte*. 2 vols. Mem-Martins, Publicações Europa-América.

ARIÈS, Philippe (1989). *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Lisboa, Teorema.

AZEVEDO, Narciso de (1970). Uma Arquivolta românica na Igreja de S. Salvador de Vilar de Frades. *Bracara Augusta*, 24, pp. 89-105.

BARREIRA, João (s.d.). *A Arte Portuguesa. Arquitectura e escultura*. [s.l.], Edições Excelsior.

BARREIROS, P. Manuel de Aguiar (1919). *A Igreja de Vilar de Frades*. Porto, Marques Abreu.

BARREIROS, P. Manuel de Aguiar (1920). *A Portada de Vilar de Frades e o seu simbolismo*. Porto, Marques Abreu.

BARROCA, Mário Jorge (1987). *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

BARROCA, Mário Jorge (1990). Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho. 1. Ajimezes, Gelasias e Modilhões de Rolos. *In Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, [s.n.], pp. 101-145.

BARROCA, Mário Jorge (1993). Centros oleiros de Entre-Douro-e-Minho. *Arqueologia Medieval*. 2, p. 159-170.

BARROCA, Mário Jorge (2000a). Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs. *In Barroca, Mário Jorge; Monteiro, João Gouveia e Ferreira, Isabel Cristina (coord.). Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Catálogo da Exposição. Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 37-76.

BARROCA, Mário Jorge (2000b). Dossier iconográfico. *In Barroca, Mário Jorge; Monteiro, João Gouveia e Ferreira, Isabel Cristina (coord.). Pera Guerrejar. Armamento medieval no espaço português*. Catálogo da Exposição. Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 77-110.

BARROCA, Mário Jorge (2003a). Armamento Medieval. *In Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir.) Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 122-147.

BARROCA, Mário Jorge (2003b). O arco pré-românico do Mosteiro de Manhente (Barcelos). *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, vol. 2, pp. 665-686.

BASTOS, Maria do Rosário (1996). Prescrições sinodais sobre o culto dos mortos nos séculos XIII e XVI. In Mattoso, José (Dir.) *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda., pp. 109-124.

BRANCO, Maria João Violante (2005). *D. Sancho I. O filho do fundador*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

BRAULT, Gerard J. (1984). *La Chanson de Roland: Oxford text and English translation*. University Park, Pennsylvania State University.

CALDAS, António José Ferreira (1986). *Guimarães, Apontamentos para a sua história*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento.

CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa (2002). A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII a XV). *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 13-14 (2001-2002), pp. 15-40.

CASTELLANOS, Santiago (2000). Los lugares sagrados urbanos en las transformaciones del occidente tardoantiguo. *Iberia: Revista de la Antigüedad*, nº 3, pp. 129-150.

CATROGA, Fernando (1991). Revolução e secularização dos cemitérios em Portugal (Inumistas e Cremacionistas). In António Matias Coelho (coord.), *Atitudes Perante a Morte*. Coimbra, Livraria Minerva, pp. 95-173.

CHILDE, V. Gordon (s.d.). *Introdução à Arqueologia*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

COLLINGWOOD, R. G. (1994). *A Ideia de História*. 8ª Ed., Lisboa, Editorial Presença, Lda.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus (1959). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2 vol.s. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da (1990). S. Martinho de Dume ou Bracarense. In Serrão, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Vol. IV. Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 207-209.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da Costa (1997). *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*. 2ª ed. Refundida e ampliada. 2 vols. Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.

CURRAN, J. (1908). Cemetery. In *The Catholic Encyclopedia*. New York: Robert Appleton Company. Disponibilizado em linha em <http://www.newadvent.org/cathen/03504a.htm>, consultado em 4 de Março de 2012.

DAVID, Pierre (1947). *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIIe siècle*. Coimbra, s.n.

DIAS, Paula Barata (2000). O lugar da *Regual Monastica Communis* no Monaquismo Hispânico. *Humanitas*, LII, pp. 213-239.

DÍAZ MATÍNEZ, Pablo (1986). Comunidades monasticas y comunidades campesinas en la España visigoda. *Anteguedad y Cristianismo*, III, pp. 189-195.

DORDIO, Paulo (2005). Projecto de estudo histórico e arqueológico da Sé do Porto – o cemitério. *Património – Estudos*, 8, pp. 26-34.

DURÃES, Margarida (2000). “Porque a morte é certa e a hora incerta...”. Alguns aspectos dos preparativos da morte e da salvação eterna entre os camponeses bracarenses (Séc.s XVIII-XIX). *Sociedade e Cultura 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*. Vol. 13(2), 295-342.

ERASUN, Ricardo e FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro (2000). *Relatório de Escavações Arqueológicas. Convento de Vilar de Frades (Barcelos). 2ª Campanha de 1999*. Relatório de Trabalhos Arqueológicos apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

ERASUN, Ricardo e FAURE, Francisco G. C. L. M (2009). Um conjunto de esporas medievais provenientes do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades (Barcelos). *Portvgalia*, Nova Série, XXIX-XXX (2008-2009), pp. 179-192.

ERDMANN, Carl (1927). *Papsturkunden in Portugal*. Abhandlungen der Akademie der Wissenschaften in Göttingen, Berlin, 1927 (reprint, Vandenhoeck & Ruprecht in Göttingen, 1970).

FARIA, Inês Martins de (1998). *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*. Guimarães, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

FARIA, Inês Martins de (2008). *Perto do Fim. História e romance com base em testamentos (1720-1936)*. Curvos, Junta de Freguesia de Curvos.

FERNANDES, A. de Almeida (1968). *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Viana do Castelo, s.n..

FERNANDES, A. de Almeida (1972). A estirpe Vianense dos Velhos (origens e inícios). *Arquivo do Alto Minho*, 19(1), pp. 47-87.

FERNANDES, Isabel Maria e FAURE, Francisco G. C. Líbano Monteiro (2009) Catálogo de Peças. In Isabel Maria Fernandes e Manuel Martins (coord.) *A Casa dos Lobo Machado: de espaço privado a espaço de interesse público*. Guimarães, Associação Comercial e Industrial de Guimarães, pp. 164-199.

FERREIRA, J. Augusto (1931). *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga*. Braga, Edição da Mitra Bracarense.

FONSECA, Teotónio da (1987) *O Concelho de Barcelos Aquém e Além-Cávado*. Reprodução facsimilada da edição de 1948. 2 vols. Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos.

FONTES, Luís de Oliveira, MOREIRA, Ana Alexandra e DUARTE, Anabela Silva (2003). *Trabalhos Arqueológicos no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos). Campanha de Julho a Dezembro de 2002*. Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

FONTES, Luís de Oliveira, MOREIRA, Ana Alexandra e DUARTE, Anabela Silva (2007). *Trabalhos Arqueológicos no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos). Relatório Final*. Relatório de trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

FONTES, Luís (2005). *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitectura*. Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico.

FONTES, Luís, VILAR, Belisa, CARVALHO, Helena e RIBEIRO, Jorge (2009). *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Antigas (séculos I a.C. – VII d.C.)*. Vol. 1. Braga, Instituto de História e Arte Cristãs – Museu Pio XII.

FONTES, Luís e PEREIRA, Belisa (2009). *Colecção de Epigrafia e de Arquitectura Medievais (séculos IX – XIV)*. 2 vol.s. Braga, Instituto de História e Arte Cristãs – Museu Pio XII.

GARCÍA MORENO, Luis A. (2006). La Iglesia y el Cristianismo en la Galicia de época Sueva. *Antigüedad y Cristianismo*, XXIII, pp. 39-55.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras (1992). *Nobiliário de Famílias de Portugal*. 3ª Edição. Braga, Carvalhos de Basto.

GONÇALVES, Victor S. (1995). Limiar. In GUERRA, Amílcar, *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 9 – 10.

JONIN, Pierre (s.d.). *A Canção de Rolando*. Mem-Martins, Edições Europa-América.

JORGE, Ana Maria C. M. (2000). A vida monástica na Hispânia durante a Antiguidade Tardia. In Azevedo, Carlos Moreira (Dir.) *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1, Formação e limites da Cristandade. s.l., Círculo de Leitores, pp. 203-206.

LACERDA, Aarão de (1942). *História da Arte em Portugal*. Vol. I. Porto, Portucalense Editora.

LANCASTRE, Maria do Carmo Henriques de (1991). A Igreja do Convento de Vilar de Frades segundo as Memórias do Padre Jorge de São Paulo (1658). *Barcelos – Revista*, 2ª Série, Nº 2, pp. 169 – 204.

LAÇO, Teresa Isabel Sabino e BERNARDO, Rita de Palhares Falcão Martins (1999). *Convento de Vilar de Frades. Intervenção arqueológica. 1998. Relatório*. Relatório apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

LINAGE CONDE, Antonio (1967). En torno a la Regula Monachorum y sus relaciones con otras reglas monásticas. *Bracara Augusta*, XXI, 47-50 (59-62), pp. 123-163.

LINAGE CONDE, Antonio (1986). El monacato visigótico, hacia la benedictización. *Antigüedad y Cristianismo*, III, pp. 235-259.

LINAGE CONDE, Antonio (1990). El monacato en torno a Braga hasta la benedictización. In *Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, [s.n.], pp. 717-734.

LOPES, Lúcia Maria dos Santos (2000). *Convento de Vilar de Frades (Barcelos). Relatório. Intervenção Arqueológica 1999*. Relatório de Trabalhos arqueológicos apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico.

MAGANO, Fernando (1956). A respeito e em respeito da congregação de Vilar de Frades. *Studium Generale*, V. 30, pp. 5 – 50.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1990). “Pesos e Medidas”. In Joel Serrão, Dir., *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas.

MARQUES, Pe. José (1985). A extinção do Mosteiro de Manhente. *Barcellos-Revista*, 2(2), p. 5 - 23.

MARQUES, Pe. José (1988). *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*. [Lisboa], Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MARQUES, Pe. José (1990). O monacato bracarense em fase de mudança (séculos XI-XI). In *Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, [s.n.], pp. 319-333.

MARQUES, Pe. José (1991). Da situação religiosa de Portugal nos finais do século XV à missionação do Brasil. *Revista de História*, 11, pp. 45-63.

MARTINS, Rui Cunha (1990). O espaço paroquial da diocese de Braga na Alta Idade Média (Séculos VI-XI). Um estado da questão. In *Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, [s.n.], pp. 283-294.

MARTÍNEZ DÍEZ, G. (1990). Iglesias, monasterios y parroquias en la Iglesia Bracarense entes de 1089. In *Actas do Congresso Internacional comemorativo do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. 1, Braga, [s.n.], pp. 298-317.

MATOS, Sebastião (1985). Areias de Vilar. Das suas origens. *Barcelos Revista*, 2^a série, vol. 2, pp. 25 – 36.

MATOS, Sebastião (2001). *Areias de Vilar e o Seu Património*. Ed. do Autor, Areias de Vilar – Barcelos.

MATTOSO, Frei José de Santa Escolástica (1954a). O Românico Beneditino em Portugal. *Ora & Labora, Revista litúrgica beneditina*. Ano I, N^o 1, pp. 25 – 34.

MATTOSO, Frei José de Santa Escolástica (1954b). O Românico Beneditino em Portugal. *Ora & Labora, Revista litúrgica beneditina*. Ano I, N^o 2, pp. 78 – 89.

MATTOSO, Frei José de Santa Escolástica (1954c). O Românico Beneditino em Portugal. *Ora & Labora, Revista litúrgica beneditina*. Ano I, N^o 3, pp. 144 – 151.

MATTOSO, Frei José de Santa Escolástica (1954d). O Românico Beneditino em Portugal. *Ora & Labora, Revista litúrgica beneditina*. Ano I, N^o 4, pp. 203 – 213.

MATTOSO, Frei José de Santa Escolástica (1954e). O Românico Beneditino em Portugal. *Ora & Labora, Revista litúrgica beneditina*. Ano I, Nº 5, pp. 270 – 277.

MATTOSO, Frei José de Santa Escolástica (1954f). O Românico Beneditino em Portugal. *Ora & Labora, Revista litúrgica beneditina*. Ano I, Nº 6, pp. 315 – 320.

MATTOSO, José (1985). *Portugal Medieval. Novas interpretações*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

MATTOSO, José (1987). *A Nobreza Medieval Portuguesa*. 2ª Edição Revista. Lisboa, Editorial Estampa.

MATTOSO, José (1988). *Identificação de Um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Volume I – Oposição. 3ª Edição. Lisboa, Editorial Estampa.

MATTOSO, José (1996a). *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda.

MATTOSO, José (1996b). Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI). In Mattoso, José (Dir.) *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda., pp. 55-74.

MATTOSO, José (1996c). O culto dos mortos em Cister no tempo de S. Bernardo. In Mattoso, José (Dir.) *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda., pp. 87-107.

MATTOSO, José (1997). *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MATTOSO, José (2001). Paróquia. I. Até ao século XVIII. In Azevedo, Carlos Moreira de (Dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 3. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 372-376.

MATTOSO, José (2002). *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores.

MAURÍCIO, Rui (2000). *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505 – 1532). Urbanismo e Arquitectura*. Leiria, Magno Edições.

MERÊA, Paulo (1967). *História e Direito. Escritos dispersos*. Tomo I. Coimbra, Imprensa da Universidade.

MONTEIRO, Manuel (1950). La Chanson de Roland no Românico Português. *Bracara Augusta*, Vol. II, Nº2(15), pp. 89 – 93.

MOURÃO, Teresa (2007). As medalhas religiosas de Santa Clara-a-Velha. *Nvmmvs*, 2ª Série, XXVIII-XXX, 2005-2007, pp. 315-351.

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da (1977). *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga (Heráldica)*. Vol. VI – Concelhos de Barcelos (Além-Cávado) e Esposende. Braga, Junta Distrital de Braga.

O'NEIL, Brian Juan (1991). Morte social e linhas de família numa aldeia nortenha, 1970-1990. In António Matias Coelho (coord.), *Atitudes Perante a Morte*. Coimbra, Livraria Minerva, pp. 175-203.

ORLANDIS, José (1956). Los Monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media. *Anuario de Historia de Derecho Español*. 26, pp. 5-46.

ORLANDIS, José (1964). Las congregaciones monásticas e la tradición suevo-gótica. *Anuario de Estudios Medievales*. 1, pp. 95-119.

ORLANDIS, José (1982). *História de la Iglesia*. Vol. I, La Iglesia Antigua y Medieval. 4ª Ed., Madrid, Ediciones Palabra.

ORLANDIS, José (1987). Laicos y monasterios en la España Medieval. *Anuario de Estudios Medievales*, 17, pp. 95-104.

ORLANDIS, José (2000). La doble conversión religiosa de los pueblos germánicos (siglos IV al VIII). *Anuario de Historia de la Iglesia*, 9, pp. 69-84.

PINA, Isabel Castro (1996). Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV. In Mattoso, José (Dir.) *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda., pp. 125-164.

PINA, Isabel Castro (2007). Alterações na paisagem construída: os conventos dos Lóios no final do século XV. In Iria Gonçalves (coord.) *Actas das Terceiras Jornadas Paisagens Rurais e Urbanas – Fontes, metodologias, problemáticas*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, pp. 249-267.

PINA, Isabel Castro (2011). *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista*. Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PINA CABRAL, João (1985). Os cultos da morte no Noroeste de Portugal. In Rui G. Feijó, Hermínio Martins e João de Pina Cabral (org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, literárias e históricas*. Lisboa, Quercus, pp. 65-87.

PINA CABRAL, João de (1991). *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel.

PINA CABRAL, João de e FEIJÓ, Rui G. (1985). Um conflito de atitudes perante a morte: a questão dos cemitérios no Portugal Contemporâneo. In Rui G. Feijó, Hermínio Martins e João de Pina Cabral (org.), *A Morte no Portugal Contemporâneo. Aproximações sociológicas, literárias e históricas*. Lisboa, Querco, pp. 175-208.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (1997). *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 vols. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RAMOS, Luís A. de Oliveira (1965). Uma Arcatura Historiada de Vilar de Frades, *Lucerna*, vol. IV, pp. 298 – 311.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. (2006). A formação da Rede Paroquial no Portugal Medieval. In *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Vol. I. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 71-84.

RODRIGUES, Jorge (1995). A arquitectura românica. In Paulo Pereira, *História da Arte em Portugal*, Vol. 1, Da pré-história ao modo gótico. Lisboa, Temas e Debates.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso (1995). *Monumentos Pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. 2 vols. Tese de Doutoramento em História da Arte, Porto, Universidade do Porto.

SARMENTO, Carmen Gonçalves de Aguiar Morais (1987). Subsídios para o estudo demográfico da Freguesia de Santa Marinha da Costa no period de 1688-1757. *Boletim de Trabalhos Históricos*, XXXVIII, pp. 134-205.

SERRÃO, Joel (1990). *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas.

SOUSA, Luís Correia de (2005). Iconografia musical na escultura Românica em Portugal. *Medievalista on line*, Ano 1, nº 1. Consultada em linha em www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista em 6 de Janeiro de 2010.

SILVA, Carla Teresa da Costa e (2003A). Relatório do Estudo Paleodemográfico e Paleobiológico do Material Osteológico Recuperado no Convento de Vilar de Frades (Claustro). Relatório apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico. Coimbra, Bioanthropos, Estudos de Antropologia Biológica, Lda., Maio de 2003.

SILVA, Carla Teresa da Costa e (2003B). Relatório de Intervenção Antropológica do Material Osteológico Exumado no Convento de Vilar de Frades (Claustro). Relatório apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico. Coimbra, Bioanthropos, Estudos de Antropologia Biológica, Lda., Junho de 2003.

SILVA, Jorge Henrique Pais da e CALADO, Margarida (2005). *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa, Editorial Presença.

STRATTON, Suzanne (1988). La Inmaculada Concepción en el Arte Español. *Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española, Cuadernos de Arte e Iconografía*, I – 2. Tradução de José L. Checa Cremades. Disponibilizado em linha em <http://fuesp.com/revistas/pag/cai0201.html>, consultado em 30/08/2012

TAVARES, Bruno Miguel Perétuo (2001). *Igreja e Convento de Vilar de Frades: estudo antropológico dos restos humanos eximados em 1998 e 1999*. Relatório final de estágio em investigação em Antropologia Biológica sob orientação da Doutora Eugénia Cunha apresentado ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

TAVARES, Pedro Vilas Boas (2001a). Jorge de S. Paulo (C.S.J.E.) e o seu Epílogo e Compêndio de Memórias: traços de um padrão contra o esquecimento. *In* Carvalho, José Adriano de Freitas (dir.) *Quando os Frades Faziam História. De Marcos de Lisboa a Simão de Vasconcelos*. Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, pp. 123-141.

TAVARES, Pedro Vilas Boas (2001b). Legislação capitular da Congregação de S. João Evangelista (séculos XV-XVI). *In* Ramos, Luís A. de Oliveira e Polónia, Jorge Martins Ribeiro Amélia (coord.) *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, II. Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, pp. 455-472.

TAVARES, Pedro Vilas Boas (2001c). Lóios. *In* Azevedo, Carlos Moreira (Dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Vol. 3. Mem Martins, Círculo de Leitores, pp. 149.157,

TAVARES, Pedro Vilas Boas (2003). Em busca das virtudes primordiais do “estado apostólico”: os fundadores Lóios nas Memórias de Paulo de Portalegre (+1510). *Revista da Faculdade de Letras, “Línguas e Literaturas”*, XX, I, pp. 261-271.

TAVARES, Pedro Vilas Boas (2009). *Os Lóios em Terras de Santa Maria. Do Convento da Feira à realidade nacional da congregação*. Santa Maria da Feira, Município de Santa Maria da Feira.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago (1996). Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola. *In* Mattoso, José (Dir.) *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda., pp. 11-44.

TORRES, Ruy d’Abreu (1990). Enterramentos. *In*, Serrão, Joel (Dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 403-403.

TOURNEUR, Victor (1940). Médailles religieuses du XVIIIe. siècle trouvées au Congo. *Revue Belge de Numismatique et de Sigillographie*, 91(1939), pp. 21-26.

TRIGUEIROS, S. J., António Júlio Limpo; FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha e; LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de (1998). *Barcelos Histórico, Monumental e Artístico*. Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga.

TRINDADE, Maria José Lagos (1971). A propriedade das ordens militares nas Inquirições de 1220. *Do Tempo e da História*, vol. IV. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, pp. 125-138.

VAN ZELLER, Roland (1981). *A simbologia da Portada Românica de São Salvador de Vilar de Frades e a sua influência no Auto de Floripes*. Lisboa, [s. n.]. – Separata de *Belas Artes*.

VASCONCELLOS, Joaquim de (1992). *Arte Românica em Portugal*. 2ª ed. com Nota Introdutória de Artur Nobre de Gusmão. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

VAZ, A. Luís (1991). *Liturgia de Braga. Que é? Como nasceu e se formou?*. Braga, Presença e Diálogo.

VAZ, J. Ferraro e SALGADO, Javier (1987). *Livro das Moedas de Portugal*. Braga, s. n.

VELÁZQUEZ SORIANO, Isabel (2006). Reflexiones en torno a la formación de un *Corpus Regularum* de época visigoda. *Antigüedad y Cristianismo*, XXIII, pp. 531-567.

VILAR, Hermínia Vasconcelos (1995). *A Vivência da Morte no Portugal Medieval. A Extremadura Portuguesa (1300-1500)*. Redondo, Patrimonia.

VILAR, Hermínia Vasconcelos (2000). A procura da perfeição longe do mundo: da reforma beneditina à influência cluniacense. *In* Azevedo, Carlos Moreira (Dir.) *História*

Religiosa de Portugal. Vol. 1, Formação e limites da Cristandade. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, pp. 206-212.

Vilar de Frades. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 35. Lisboa e Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Lda., pp. 801-809.

VINHAS, Joaquim Alves (1998). *A Igreja e o Convento de Vilar de Frades. Das origens da congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento*. Barcelos, Junta de Freguesia de Areias de Vilar.

VITORINO, Pedro (1940). O Guerreiro Medieval do Século XII. *Revista de Guimarães*, Volume Especial Comemorativo dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, pp. 11 – 16.

VIVES, José (1963). *Concílios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Barcelona-Madrid, CSIC-Instituto Enrique Florez.

VII - Anexos

VII.1 - Documentos

VII.1.i - [1202] –D. Sancho I faz carta de couto de S. Salvador de Vilar de Frades a D. Pedro Salvadores e S. Sancha Martins.

A.D.B. – F.M.C., L-13, fl. 11-13v [B]; F.M.C., L-13, fl. 19-20 [C] e F.M.C., L-13, fl. 178-181v [D].

Quoniam consuetudine quae pro lege habetur et legis auctoritate didicimus quod acta Regum et Principum scripto commendari debent, ut commendata futurorum memoria non decidant, et omnibus preterita presentialiter consistant; iccirco nos Sancius Dei gratia Portugalensis Rex, una cum filio meo rege dono Alfonso et caeteris filijs et filiabus meis facio chartam firmissimi cauti in Monasterio de Villar vobis Dono Petro Salvatoris et uxori vestrae²⁴⁴ Dona Sancia Martini. Cautamus autem vobis hoc predictum monasterium de Villar cuius isti sunt termini: Per fluvium de Uzio ubi dividit cum Varzena et ascendit per vicum de Incoiratus per Vimaranes, et vadit ad gandaram planam et vadit ad doupradoiro²⁴⁵, et ferit super petram impressam et vadit ad Cadavum in Petra Grandi. Et descendit per Cadavum usque ad primum predictum cautum. Et fecimus ipsum concludi per terminos istos et per lapides illos. Quos de mandato nostro ibi erexerunt domnus Martinus Petri & Alfonsus Petri de Ayroo, et iudices de Pennafiel cum meo homine Suerio piriz. Et imponimus ibi tale cautum ut quicumque illud infregerit pectet nobis quingentos solidos, et Monasterio emendet ad plenum damnum quod intulerit. Et sciendum est quod hoc facimus pro bono servitio quod nobis et Patri nostro felicissimae [me]moriae²⁴⁶ fecistis et facitis et pro uestro bono Aztore alcaide, que nobis dedistis. Quicumque ergo²⁴⁷ hoc nostrum factum vobis integrum,

²⁴⁴ “nostrae” em B. Contudo, deverá ter havido confusão entre “n” e “u” por parte de quem transcreveu o documento original.

²⁴⁵ “ouvidouro” em C.

²⁴⁶ Papel rasgado no vinco, mas perfeitamente legível em C e D.

²⁴⁷ Supomos que “ergo”, porque assim aparece em C.

observaverit, sit benedictus a deo Amen. Facta fuit hoc carta apud Santarem mense Januario Era milesima ducentessima decima. Nos reges qui hanc chartam fieri precepimus, coram subscriptis eam roboravimus, et in ipsa haec signa fecimus. **IIIIII**. Qui affuerunt²⁴⁸

(Col. 1)

(Col. 2)

Gunsalvus menendi maiordomus curiae

Matinus Bracarensis Archiepiscopus conf.

Pelagius Moniz signifer regis confirmat

Martinus Portugalensis episcopus conf.

Johannes fernandi dapi[fe]r regis conf.

Petrus Lamecensis episcopus conf.

Comes fernandus confirmat

Nicolaus Visensis episcopus conf.

Martinus fernandi conf.

Petrus Colimbriensis episcopus conf.

Fernandes Fernandi conf.

P[e]lagius Elborensis episcopus conf.

Garcia Petri conf.

Suerius Ulixbonensis episcopus conf.

Reimundus Pelagii (?) conf.

Petrus Nunes testis

Pelagius Suarii confirm.

Fernandus Muniz testis

Rodericus Roderici confirmat

Petrus Gomez testis

²⁴⁸ “adfuerunt” em C.

Casa de Deus e de Homens

Poncius Alfonsi conf.

Martinus Petri testis

Petrus eriz testis

Petrus mendez testis

Randufus Pelaiz testis

Johannes Gunsalvi testis

Petrus de Sylvi testis

Gulsalvus Petri testis

Gunsalvus veegas testis

(Col. 3)

Julianus Notarius Curiae

(Sinal rodado:)

Rex domnus Sancius

Rex domnus Alfonsus

Rex domnus Petrus

Rex domnus Fernandus

Regina *Domna* Tarasia

Regina *Domna* Sancia

Regina *Domna* [Mafalda]²⁴⁹

Regina *Domna* Blanca

²⁴⁹ No documento este nome não é legível.

VII.1.ii - 1697 – Constituições Synodales do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639. Pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha.

[/ p. 292]

TITULO XX.

Das Sepulturas

CONSTITUIÇÃO I.

Como se dirão as Capellas, sepulturas perpetuas, & enterros na Capella Mòr.

(I) Porque nenhũa pessoa póde dar direito de sepultura, nem conceder Capella, nem lugar perpetuo na Igreja sem authoridade do Prelado: (I)²⁵⁰ mandamos aos Abbades, Reytos, & Vigarios de todas as Igrejas deste nosso Arcebispado, que sem nossa licença, ou de nosso Provisor em escrito, não dem sepultura perpetua, nem Capella, nem assinem lugar em que se faça, sob pena de dez cruzados para a Sè, & Meirinho, & de não valer, & ser nullo o que sem a tal licença se conceder, & fizer. E sob mesma pena lhes mandamos não deixem enterrar nas Capellas (2)²⁵¹ Móres defunto algum, salvo se for Padroeiro, (3)²⁵² ou Cômendador, ou tiver titulo, ou direito, em que não haja dúvida algũa. E tambem o Abbade, (4)²⁵³ Reytos, ou Vigario perpetuo se poderá enterrar na

²⁵⁰ À Margem: “1 Concil. Brac. action. 4. cap. 29. fol.96. & adducit. text. in cap. Filrus. de testam. Hosti. in cap. penult. ad fin. de sepult. Abb. ibidem n.1.& sequentib. // Navar. De sepult. lib. 3. tit. 28. consil. 1.n.1.”

²⁵¹ À margem: “2 Cap. Praecipindũ. §. Prohibendum. 13. quaest. 2.”

²⁵² À margem: “3 Argum. text. in cap. Filiis. 16.q.7. cap. Nobis. 25. ad fin. de jur. patronat.”

²⁵³ À margem: “4 Argum. text. in cap. 1.13. q. 1. & cap. ultim. de sepult. in 6. // Sylvest. verb. sepultur. q. 6. versic. Hoc tamen. // Molin. de Just. tom. 1. disp. 214. versic. Religiosi.”

Capella Mór, senão tiver Padroeiro, nem estiver obrigada a pessoa algũa particular, nem ouver outra razão que o prohiba.

[/ p. 293]

CONSTITUIÇÃO II.

Que nenhũa pessoa abra sepultura sem licença do Abbade, Reytor, ou Cura, nem enterre definto sem elle.

(I) Outrosim mandamos, que nenhũa pessoa abra, nem faça abrir sepultura em Igreja, Ermida, ou adro, sem licença do Abbade, (1)²⁵⁴ Reytor, ou Cura da tal Igreja: nem enterre, nem faça enterrar defunto, sem o seu Abbade, Reytor, ou Cura ir primeiro encomendar, & o acampanhar com sobrepeliz, & com a Cruz da sua Freguezia, posto que se não enterre nella: & fquem o contrario fizer, pagará por cada vez mil reis para a Sè,& Meirinho. E o Abbade, Reytor, ou Cura, que sendo chmado, não for encomendar, & acompanhar os seus defuntos, pagará mil reis applicados na mesma maneira: salvo estando impedido, que então poderá satisfazer por outrem.

CONSTITUIÇÃO III.

Que se não fação eças, nem tumulos altos nas exequias: & como se porão as campas nas Igrejas.

(I) Ordenamos, & mandamos, & estreitamente prohibimos, que nenhũa pessoa [/ p. 294] faça, nem mande fazer eças, nem tumulos (...) com degraos nas exequias de seus defuntos: nem haverá prègação, salvo nos Officios que se fizerem pelo Papa, Arcebispos, Rey, Rainha, & infantes, Duques, Marquezes, & Condes, nas Igrejas de

²⁵⁴ À margem: “1 Constit. Egitan. lib. 3. tit. 16. cap. 4 in princip.”

suas terras: & quem o contrario fizer, ou mandar fazer, pagará dez cruzados para a Sè, & Meirunho, & encorrerá em pena de excommunhaõ: nas quaes penas tambem encorrerã os Parochos que o consentirem; & na de excommunhaõ os Clerigos que assistirem aos taes Officios. E esta prohibiçaõ se estenderá às Irmandades, & Confrarias, que tiverem por costume fazer Officios funeraes pelos Irmaões defintos; porque nem neste caso queremos que haja eças, nem tumulos: & as Igrejas não se armem panos negros, senão nos casos sobreditos.

(2) E mandamos que todas as campas das Igrejas sejaõ rasas, & iguaes hũas com as outras, & nellas se não porã Cruzes, nem Imagens de Sãtos, estando no chaõ aonde se lhes possaõ pôr os pès: & nisto terã os Parochos particular cuidado, não consentindo a pessoa algũa de qualquer qualidade que seja, que ponha, ou mande pôr campa na Igreja de outra maneira; & fazendo o contrario, pagarã por cada vez, que assim o fizerem, ou consentirem, mil reis para a Sè, & Meirinho.

[/ p. 295]

CONSTITUIÇÃO IV.

Que qualquer pessoa possa livremente eleger sepultura, & do que se guardará não a elegendo.

(I) Ordenãrãõ os sagrados Canones, (1)²⁵⁵ que qualquer pessoa pudesse escolher sepultura tendo a idade legitima para isso, que no varaõ quatorze annos, (2)²⁵⁶ & na femea doze cumpridos. Pelo que mandamos, que elegendo sepultura qualquer pessoa da dita idade, & dahi para cima, tendo perfeito juizo, se guarde a sua vontade, & seja enterrada na sepultura que eleger, posto que o faça sem consentimento, nem licença de

²⁵⁵ À margem: “1 Cap. Fraternitatem. cap. 1. cum alus, de sepultur.”

²⁵⁶ À margem: “2 Cap. Licet. de sepultur. in 6.”

seu pay, (3)²⁵⁷ ou da pessoa em cuja administração, & poder estiver: o que se guardará, ainda que a tal sepultura não seja de seus antepassados, nem a de sua Parochia. E declarmos, que o que em vida não escolher sepultura, será enterrado na sepultura (4)²⁵⁸ de seus antepassados, se a tiverem propria: & não a tendo propria, será enterrado na sua Igreja (5)²⁵⁹ Parochial. E a mulher que foi casada, não tendo sepultura propria, nem elegendo outra, (6)²⁶⁰ será enterrada na sepultura de seu marido: & havendo sido casada mais vezes, será enterrada na sepultura do ultimo marido. (7)²⁶¹ E querendo a mulher casada escolher sepultura em vida do marido, o poderá fazer livremente, sem ser necessaria a licença do marido; [/ p. 296] & em caso que não escolhesse, nem tenha sepultura certa de seus antepassados, será enterrada na Igreja Parochial. E os varoens menores de quatorze annos, & as femeas menores de doze sejaõ livres, ou escravos, que não podem conforme a Direito (8)²⁶² eleger sepultura, serão enterrados na sepultura de seus antepassados, ou aonde seus pays, senhores, ou tutores ordenarem. E havndo costume em qualquer Igreja deste nosso Arcebispado, que os menores, & escravos se enterrem nas Igrejas Parochiaes, sem os pays, & senhores poderem escolher sepultura, no dito caso esse se guarde, como ordenão os sagrados Canones. (9)²⁶³

CONSTITUIÇÃO V.

Que se não fação enterramêtos de note, & que sejaõ os defuntos levados a enterrar no leito, ou tumba, & não d'outra maneira.

²⁵⁷ À margem: “3 D. cap. Licet. verific. Quávis.”

²⁵⁸ À margem: “4 D cap. 1 de sepultur.”

²⁵⁹ À margem: “5 Cap. 3. in princip. de sepultur. in 6.”

²⁶⁰ À margem: “6 Cap. de uxore, de sepultur.”

²⁶¹ À margem: “7 Cap. 3. § ult. de sepultur. in 6”

²⁶² À margem: “8 Cap. Licet. 4 de sepultur. in 6.cap. De uxore. §ult. de sepultur.

²⁶³ À margem: “9 D. cap. Licet. de sepultur.in 6.d.cap. De uxore. §. ult. cod. tit.

(I) Pelos inconvenientes, que podem suceder enterrando-se os defuntos de noite, & pelos não privar das Orações, suffragios, & acompanhamento dos fieis, mandamos a todos os Abbades, Reytores, & Curas, & a quaesquer outros Clerigos, ou seculares a que pertencer dar ordem aos enterramentos dos ditos defuntos, que os não enterrem, nem fação enterrar de noite, (1)²⁶⁴ nem tal consintaõ sem nossa licença [/ p. 297] ou do nosso Provisor, ou Vigarios, sob pena de mil reis para a obra da Sè, & Meirinho: salvo se morrerem de peste.

(2) E porque sabemos, que em algũas partes levão dos montes os defuntos a enterrar indecentememntne, mandamos a quem tiver cuidado, & obrigação de os fazer enterrar, sob pena de duzentos reis para a Sè, & Meirinho, que os levem, ou fação levar no leito, ou tumba da sua Igreja, cubertos com o pano preto para isso deputado. E os Reytores, & Curas terão cuidado de encomendar a seus greguezes, que acompanhem os defuntos, & exercitem esta obra de mosericordia, lembrando-lhes, que não póde deixar de vir tempo, em que elles tenham necessidade de ser dos outros acompanhados.

CONSTITUIÇÃO VI.

Como se farão os enterramentos nos Domingos, & dias de Festa.

(I) Por quanto he prohibido em Direito (1)²⁶⁵ fazer nos Domingos, & Festas pela manhã Officio de defuntos cantado, com que se possa impedir a solemnidade dos taes dias: ordenamos, & mandamos, que acontecendo que se haja de enterrar algum defunto no dito tempo, não seja enterrado senaõ antes da Missa do dia, com hum só responso cantado na Igreja com sua Oração, & o Officio poderseha fazer no mes-[/ p. 298]mo dia à tarde: porém havendo Clerigo que diga outra Missa a fóra a do dia, podellaha dizer

²⁶⁴ À margem: “1 Const. Egitan. lib. 3. tit. 15. cap. 1. n. 3.”

²⁶⁵ À margem: “1 Argum. text. in. cap. Jejunia. de consecrat, dist. 3. & cap. Alma mater § In festivitibus. dedent excomun. lib 6.”

rezada pelo tal defunto, posto que serja Domingo, (2)²⁶⁶ ou Festa. Mas nos dias de Natal, Paschoa, Pentecoste, Corpus Christi, & Assumpção de nossa Senhora pela manhã, não poderá ser enterrado (3)²⁶⁷ nenhum defunto, nem à tarde se poderá fazer Officio de mortos: mas bem se poderá fazer o Officio do enterramento, havendo perigo na tardança, em voz baixa, & em tempo, & lugar, que não faça impedimentos algum à solemnidade das ditas Festas. E quando acontecer morrer algũa pessoa nos tres dias antes da Paschoa, será enterrada sem pompa, & sem Officio cantado, nem entoado: & sómente lhe rezarão em voz baixa os respondos, & Officio sa sepultura; & o mais ficará para tempo desimpedido. E o que fizer o contrario, pagará mil reis para a Sè, & Meirinho: & perderá as offertas para a fabrica da Igreja.

CONSTITUIÇÃO VII.

Do modo que se terá acerca do tanger, & dobrar dos sinos pelos defuntos.

(I) Ordenamos, & mandamos, que os sinos (1)²⁶⁸ da nossa Santa Sè, se não tanjão & nem dobrem em Domingos, & dias Santos, senão depois do meyo dia dados: & nos dias feriaes se não tangerão, senão depois de a cabada a Mati-[/ p. 299], & antes de começada a Prima: & depois se não tangerão, senão acabada a Missa da Terça, & a Quaresma depois de acabada a Vespera. E à tarde se não tangerão sinos em tempo, que estejam à Vespera, & Completa; para que por algum modo como s ditos sinos se não impida a perfeição, com que se devem recitar as Horas Canonicas na nossa Santa Sè. E o Sanchristão, que fizer o contrario, ou consentir que se faça, pagará, por cada vez, dez cruzados para a Sè, & Meirinho. E nas Igrejas deste nosso Arcenispado se não tangerão sinos a defuntos em Domingos, ou dias Santos, senão acabada a Missa Conventual. E o q fizer o contrario, pagará dous tostões para a cera da Igreja.

²⁶⁶ À margem: “2. Ritual Rom. De Exequiis.”

²⁶⁷ À margem: “3 Cap. Jejunia de consecrat. Dist. 3.”

²⁶⁸ À margem: “1 Cap. Pro obuentibus. Cap. Animae. 13.q.2. Constit. Egitan: lib. 3. tit. 15. cap. 4.”

(2) E mandamos, que de noite, depois de tanger o sino a Ave Marias na nossa Santa Sè, & as Igrejas deste nosso Arcebispado, se não faça sinal, nem tanjaõ os sinos por defuntos em caso algum atè ser de manhã clara, sem embargo de qualquer costrume, que haja em contrario, com pena de dous mil reis para a Sè, & Meirinho: salvo em dia da Commemoração de todos os defuntos, & na morte dos Arcebispos, & Capitulares da nossa Santa Sè; porque então se guardará seu costume, & Estatutos. E nestes casos não levará o Sanchristão da Sè cousa algũa por assim tanger, & dobrar os sinos: & será obrigado a mandar fazer o sinal, tanger, ao acompanhamento, & Officio de presente pelos Arcebispos, & por cada Capitular, que morrer.

VII.2 - Estampas

Casa de Deus e de Homens

Lâmina I

1. Vista geral do Mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades



2. Fachada da igreja de S. Salvador de Vilar de Frades



Lâmina II

1. Claustro Oriental do Convento



2. Claustro Poente



Lâmina III

1. Chafariz do Claustro Poente.



Lâmina IV

1. Pórtico românico.



2. Pormenor do pórtico românico (1)



Lâmina V

1. Pormenor do pórtico românico (2)



2. Pormenor do pórtico românico (3)

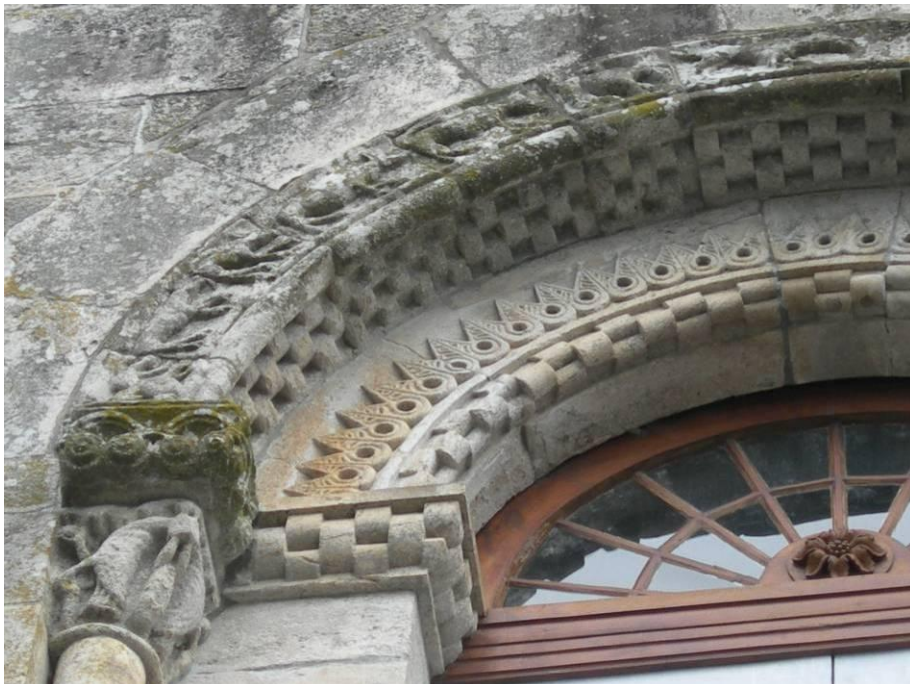


Lâmina VI

1. Pormenor do pórtico românico (4)



2. Pormenor da janela românica



Lâmina VII

1. Vista geral das sondagens 22 e 23 e muro transversal da nave da igreja



Lâmina VIII

1. Pormenor da S. 23



2. Pormenor da base de coluna na S. 21



Lâmina IX

1. Muro da S. 31.



2. Conduitas na S. 35A



Lâmina X

1. Continuação da mesma conduta na S. 36



2. Pormenor da estrutura adossada à parede Sul do claustro.



Lâmina XI

1. Argila para assentamento de tijoleira na S. 35B



Lâmina XII

1. Plano geral da S: 41, com condutas e muro.



Lâmina XIII

1. Pormenor da conduta da S. 41.



2. Vista geral da parede Sul do Claustro



Lâmina XIV

1. Pormenor do Arcossólio na parede Sul do Claustro



Casa de Deus e de Homens

Lâmina XV

1. A mesma parede, vista do exterior.



2. Porta com inscrição que dava acesso à área conventual Poente.



Lâmina XVI

1. Um pormenor das portas que faziam ligação entre as duas áreas conventuais



Lâmina XVII

1. Inscrição de “Joaquim Tomé de Souza”.



2. Inscrição de “Meireles”.



Lâmina XVIII

1. Inscrição de “Manuel Martins”



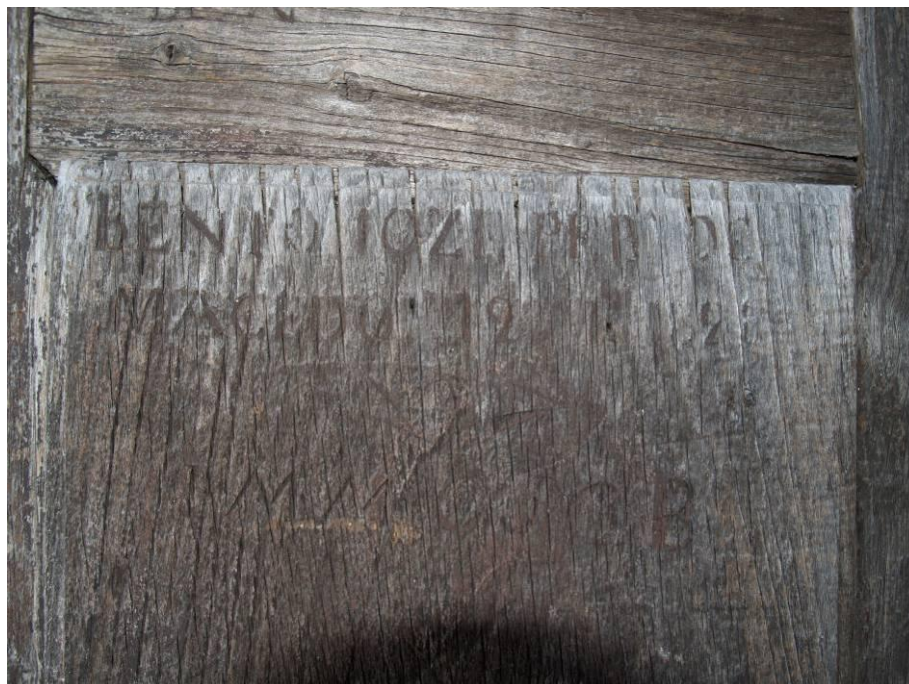
Lâmina XIX

1. Inscrições de “Marreca” e “Prata”

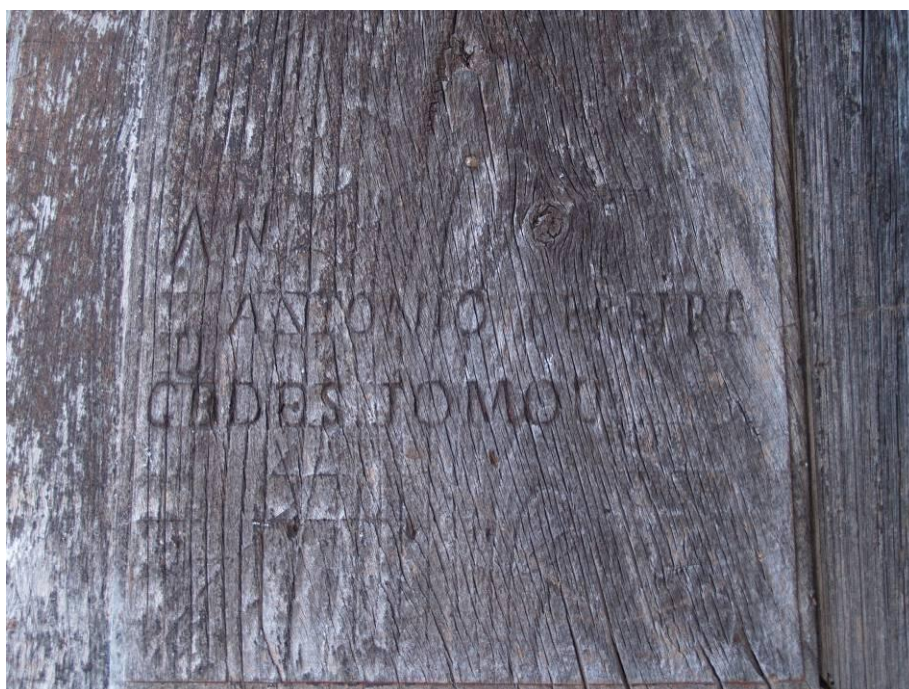


Lâmina XX

1. Inscrição de “Bento José Pereira de Macedo”



2. Inscrição de “António Pereira Guedes”



Lâmina XXI

1. Inscrição de “José Joaquim Ferreira D’Eça e Leiva”



Lâmina XXII

1. Tampas das sepulturas da S. 10/10A



2. Tampa de sepultura de D. Francisco de Santa Maria.



Lâmina XXIII

1. Tampa de sepultura da S. 10/10B

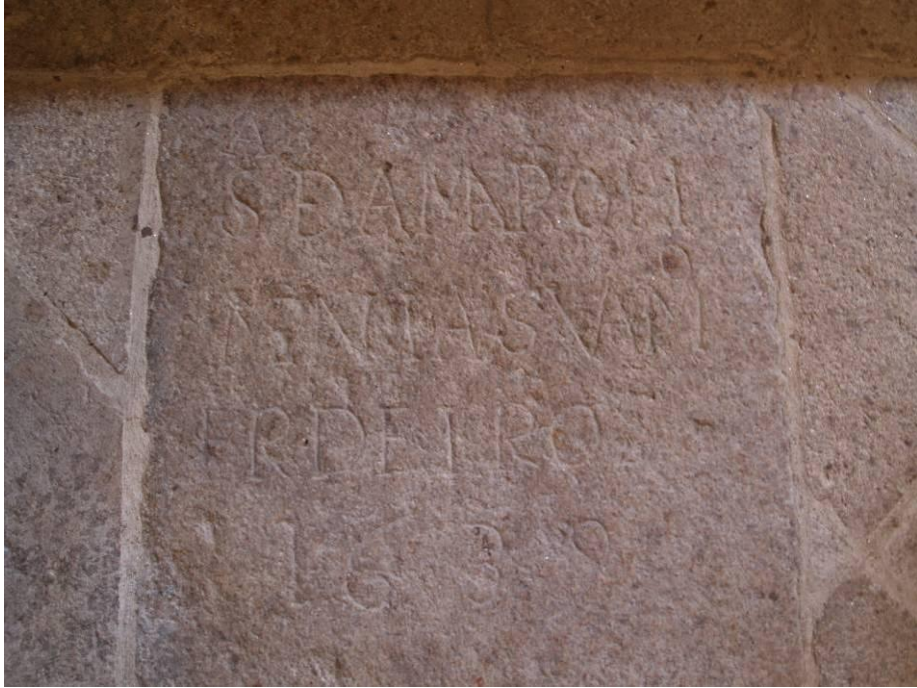


Lâmina XXIV

1. Tampa de sepultura de Amaro Pimenta



1. Pormenor da inscrição na sepultura de Amaro Pimenta



2. Tamba de sepultura de D. Cristina da Gama Prado



Lâmina XXVI

1. Tampa de sepultura de Diogo de Vilas Boas e Caminha



Lâmina XXVII

1. Tamba de sepultura de Manuel Lopes Loureiro



Lâmina XXVIII

1. Sepulturas ortogonais do claustro



2. Escadaria nobre da área conventual Poente (1).



1. Escadaria nobre da área conventual Poente (2)



Lâmina XXX

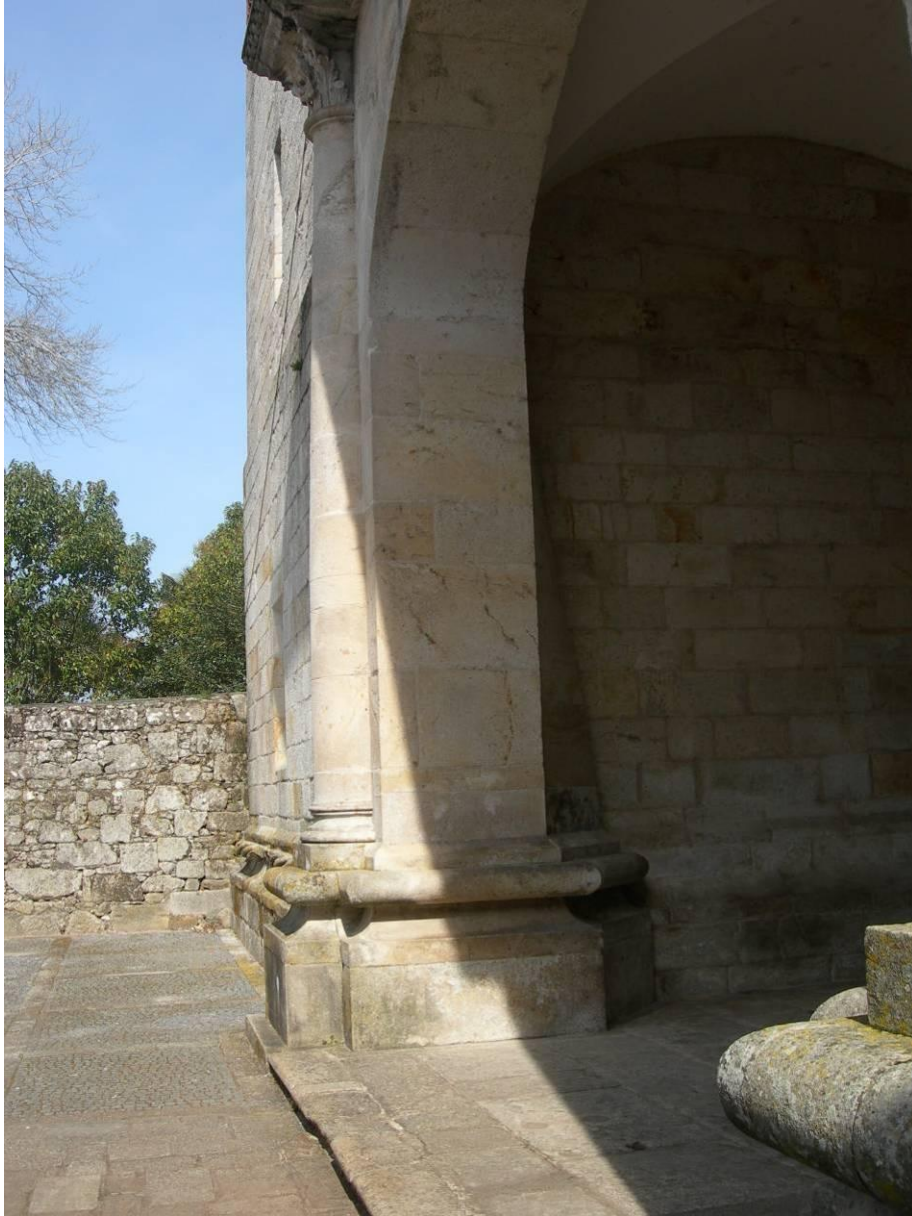
1. Adega do convento.



2. Pormenor da solução arquitectónica para a fachada oitocentista junto à torre Sul.



1. Pormenor da solução arquitectónica da fachada junto à torre Norte.



VII.3 - Desenhos



CASA DE DEUS E DE HOMENS.
Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

Plano geral do Mosteiro com delimitação de sondagens

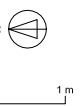
Escala 1:100

Data: 20/09/2012

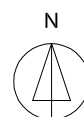
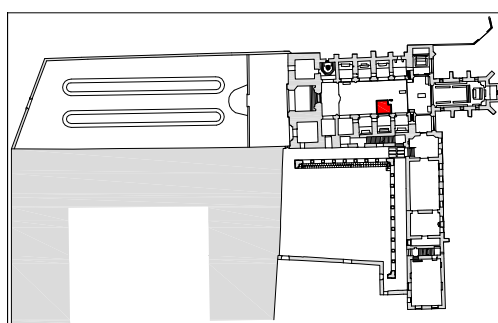
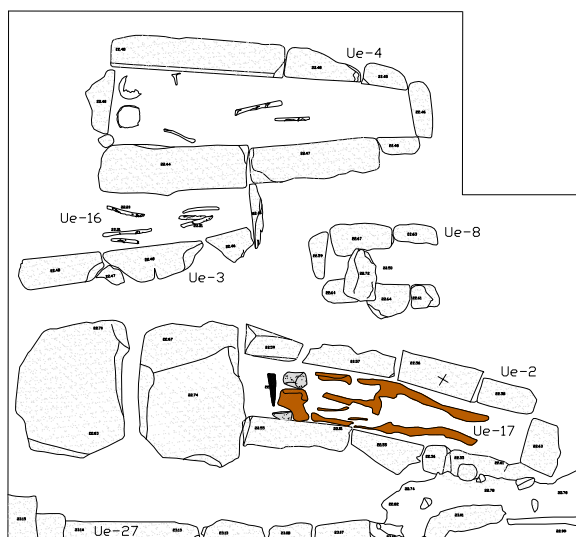
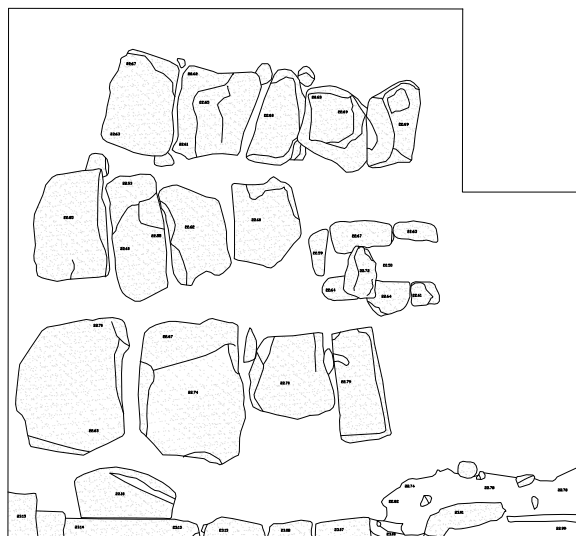
Autor: F. Faure

Nota: não se encontram identificadas todas as sondagens realizadas.

VF

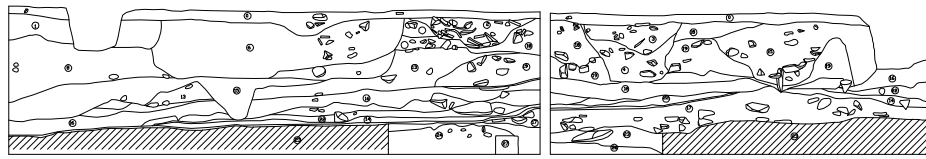


Anexo
 VII.III.i



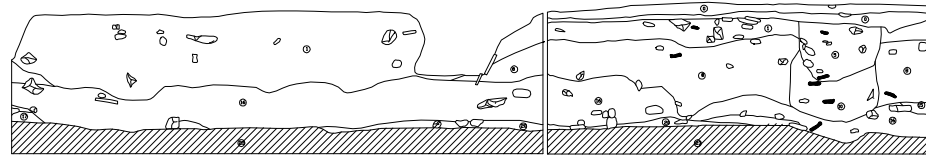
0 1 m

CASA DE DEUS E DE HOMENS. Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.				VF 99 S. 24
Sondagem 24. Plantas.	Escala 1:50	Data: 20/08/2000	Autor:	Anexo VII.III.ii
Adaptado de: Erasun e Faure (2000)				



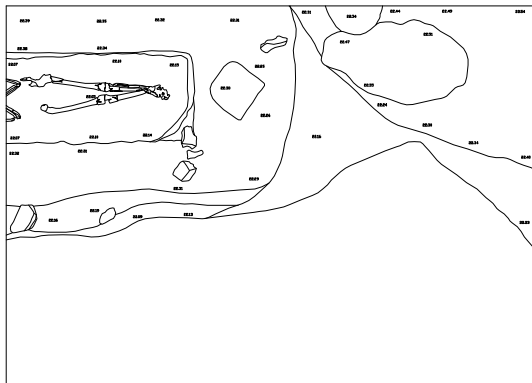
Perfil N

Perfil E

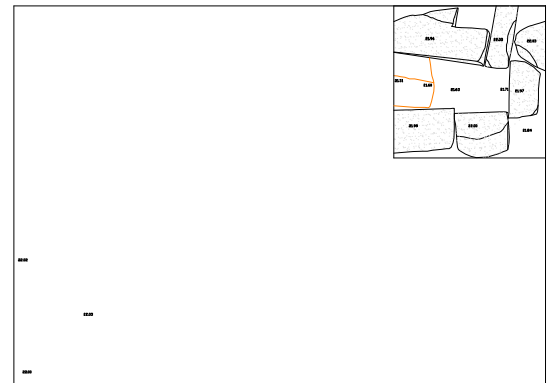


Perfil S

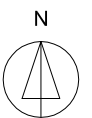
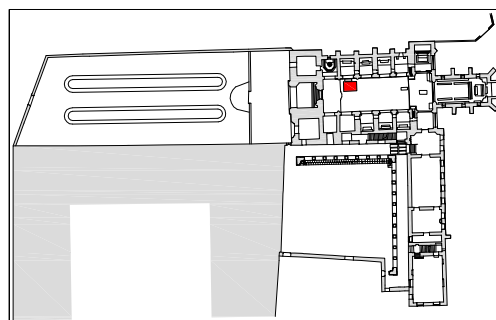
Perfil W



Plano da Sepultura X



Plano Final e Cista



0 1 m

CASA DE DEUS E DE HOMENS.
Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

VF 99
 S. 25

Sondagem 25. Plantas e Perfis.

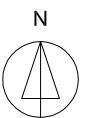
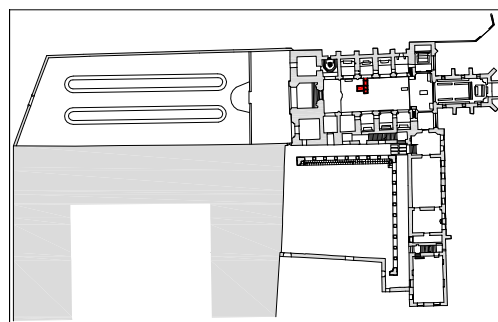
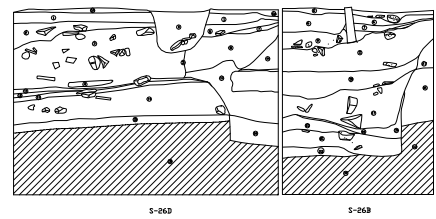
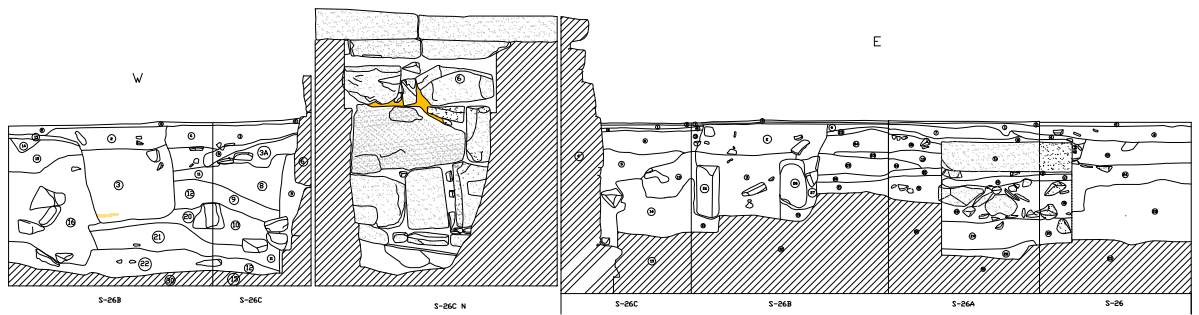
Escala 1:50

Data: 20/09/2012

Autor: Ricardo Erasun

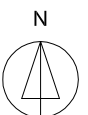
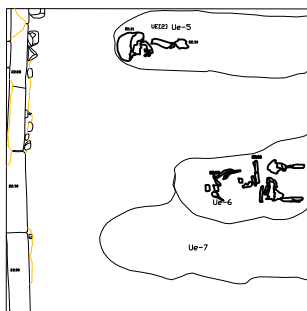
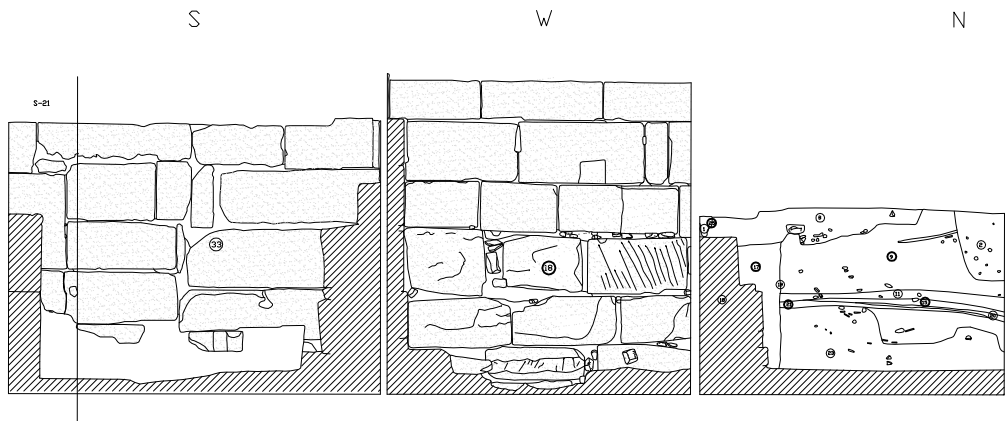
Adaptado de: Erasun e Faure (2000)

Anexo
 VII.III.iii



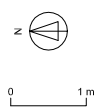
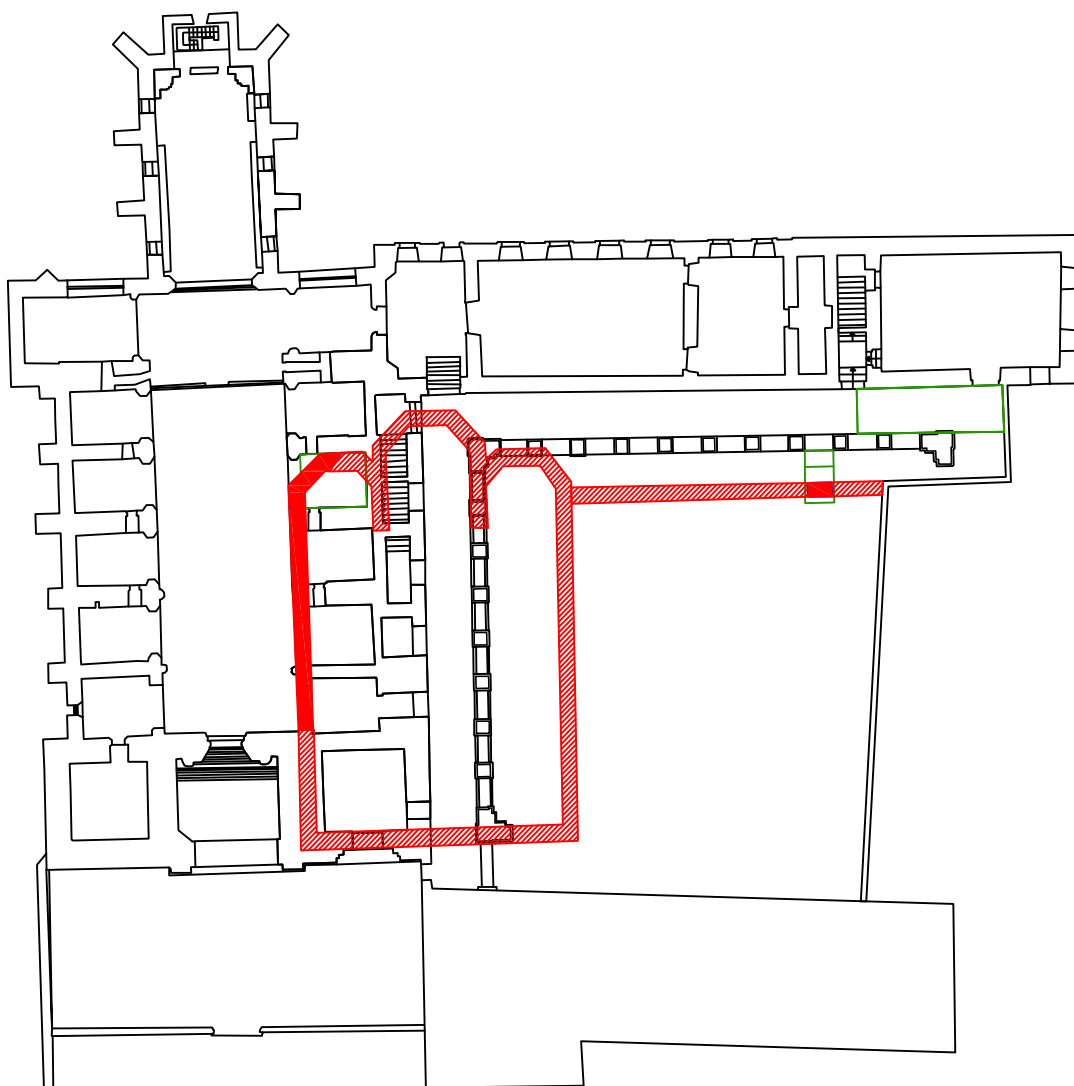
0 1 m

CASA DE DEUS E DE HOMENS. Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.				VF 99 S. 24
Sondagem 24. Plantas e Perfis.	Escala 1:50	Data: 20/08/2000	Autor:	Anexo VII.III.iv
Adaptado de: Erasun e Faure (2000)				

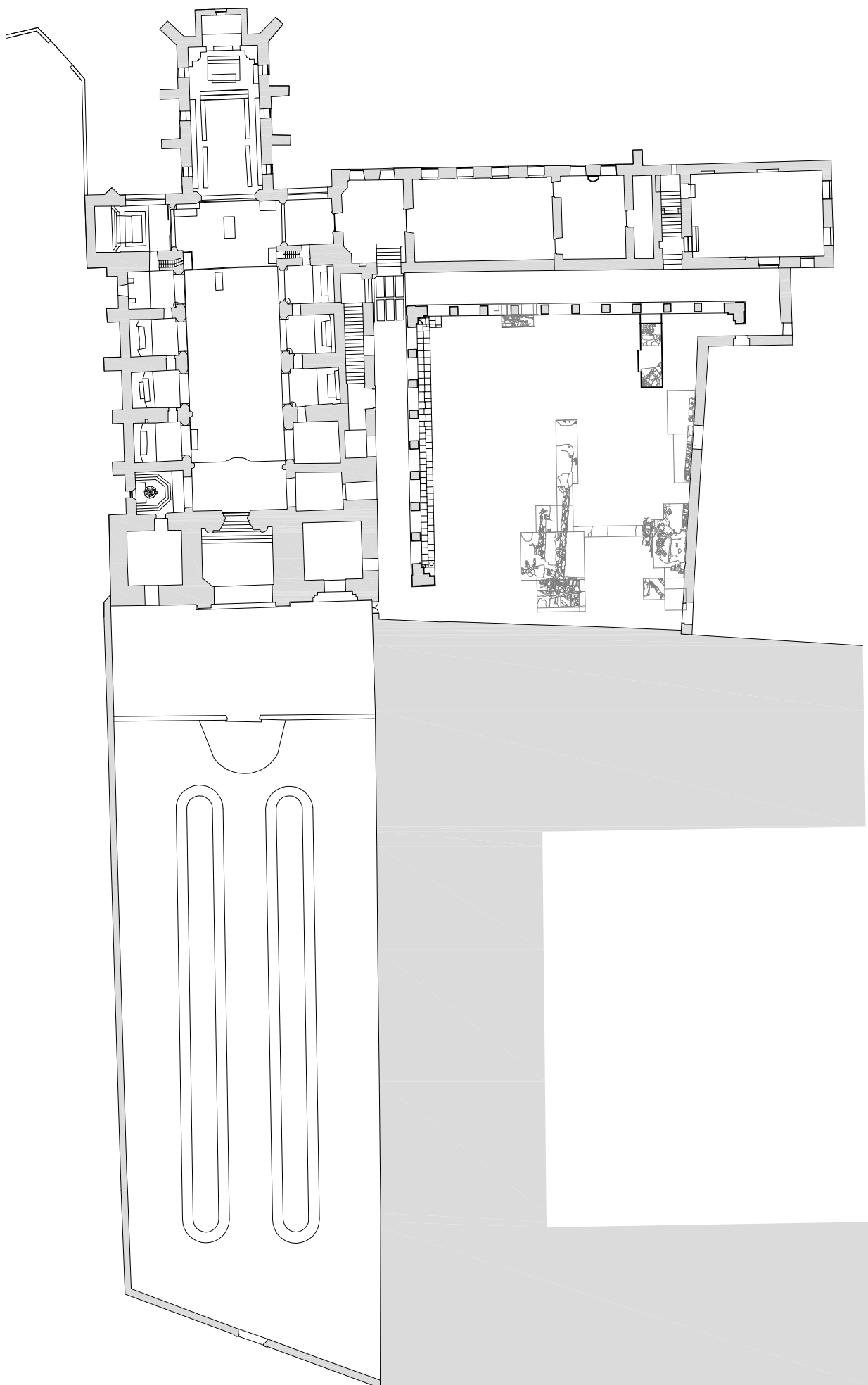


0 1 m

CASA DE DEUS E DE HOMENS. Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.				VF 99 S. 30
Sondagem 30. Plantas e Perfis.	Escala 1:50	Data: 20/08/2000	Autor:	Anexo VII.III.vi
Adaptado de: Erasun e Faure (2000)				



CASA DE DEUS E DE HOMENS. Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.			VF
Proposta de Implantação da igreja medieval	Escala 1:100	Data: 20/09/2012	Anexo VII.III.viii
Adaptado de Fontes, Moreira e Duarte, 2003: Fig. 15.			



CASA DE DEUS E DE HOMENS.
Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

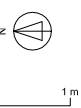
Plano geral de sondagens no Claustro (2000/01)

Escala 1:100

Data: 20/09/2012

Autor: F. Faure

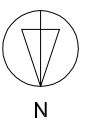
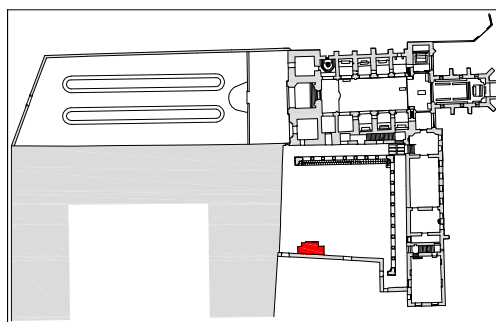
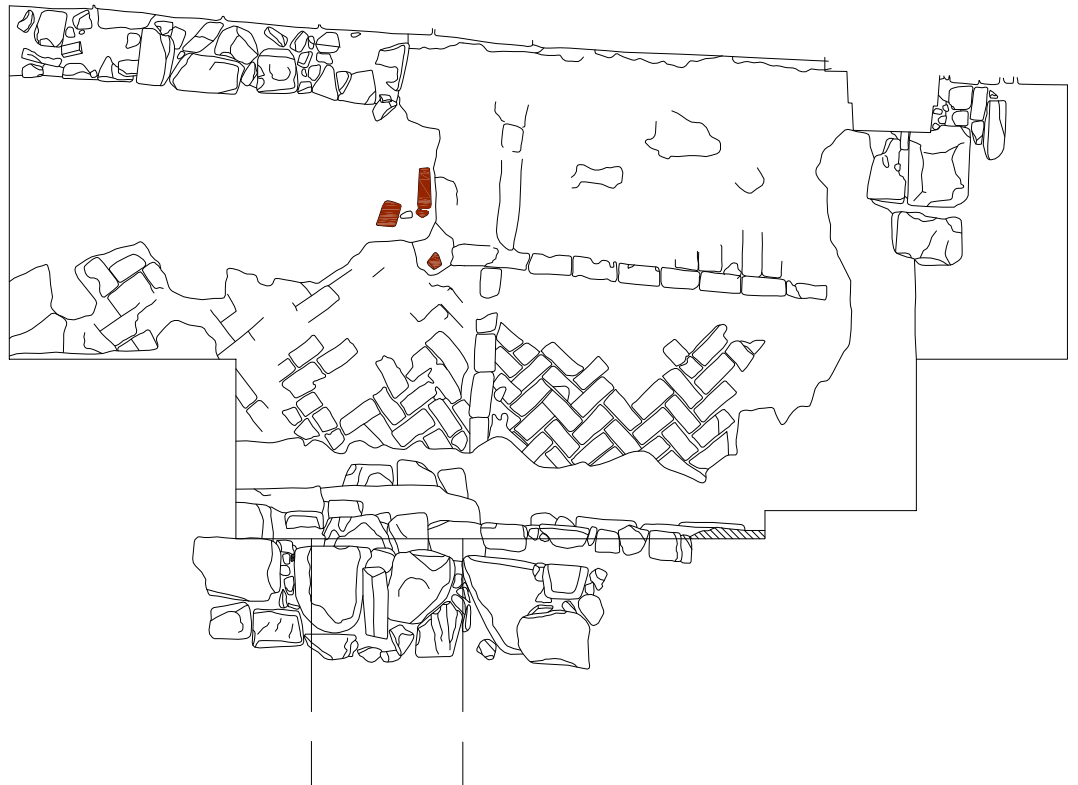
Nota: não se encontram identificadas todas as sondagens realizadas.



VF

Anexo
 VII.III.ix

Z = 23.49m



0 1 m

CASA DE DEUS E DE HOMENS.
Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

VF 01
S. 35B

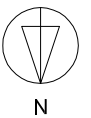
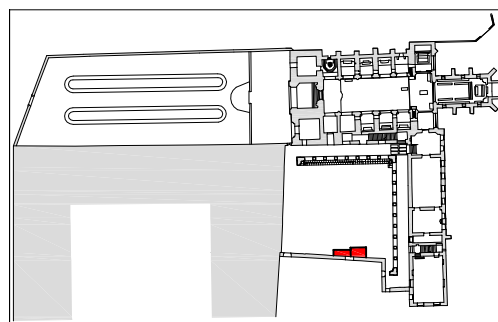
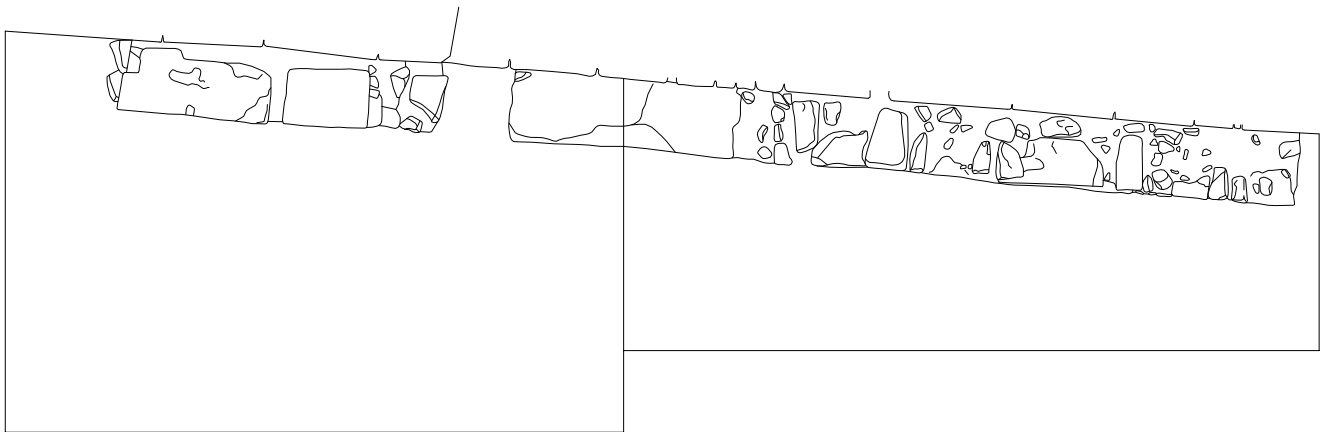
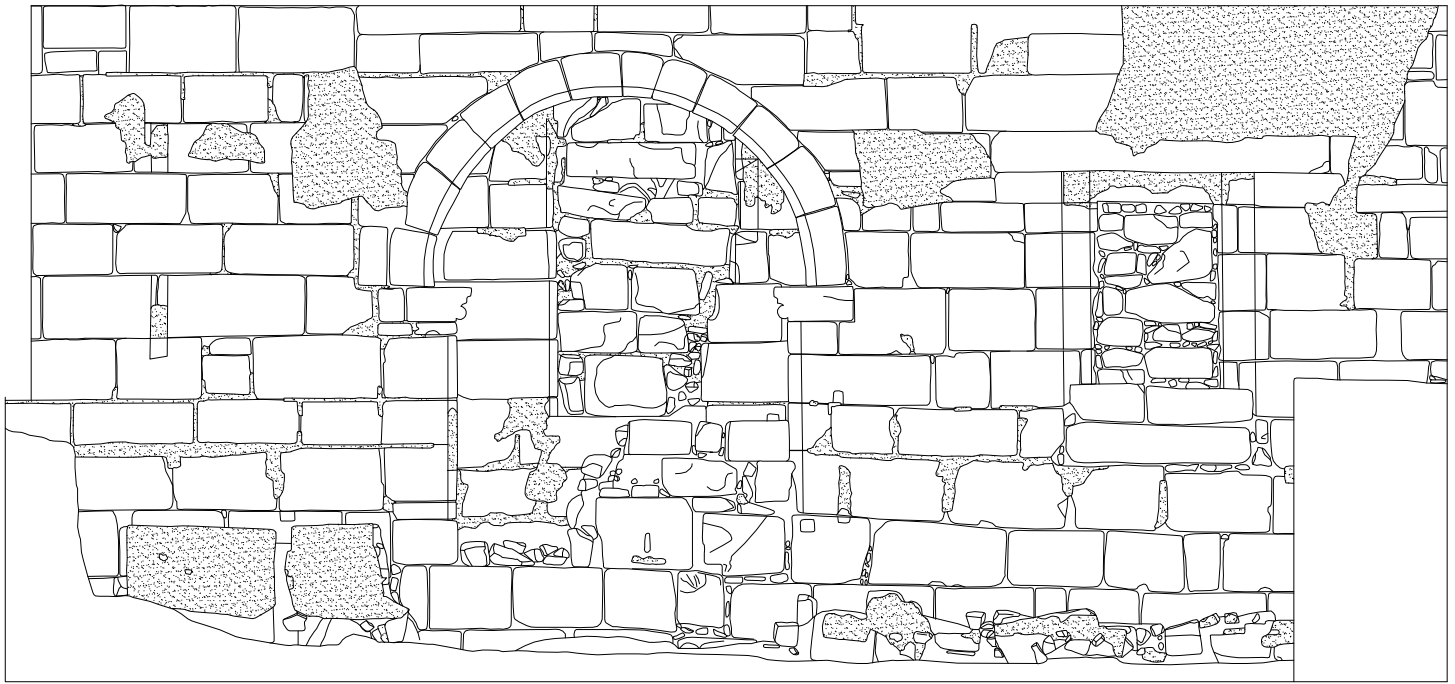
Sondagem 35B. Alçado e Plano.

Escala 1:50

Data: 20/08/2012

Autor:

Anexo
VII.III.x



0 1 m

<p>CASA DE DEUS E DE HOMENS. Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.</p>				<p>VF 01 S. 35C-F</p>
<p>Sondagens 35C-F. Alçado e Planos.</p>	<p>Escala 1:50</p>	<p>Data: 20/08/2012</p>	<p>Autor:</p>	<p>Anexo VII.III.xi</p>
<p> </p>				<p> </p>



Z = 23.45m

0 1m

CASA DE DEUS E DE HOMENS.
Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

VF 01

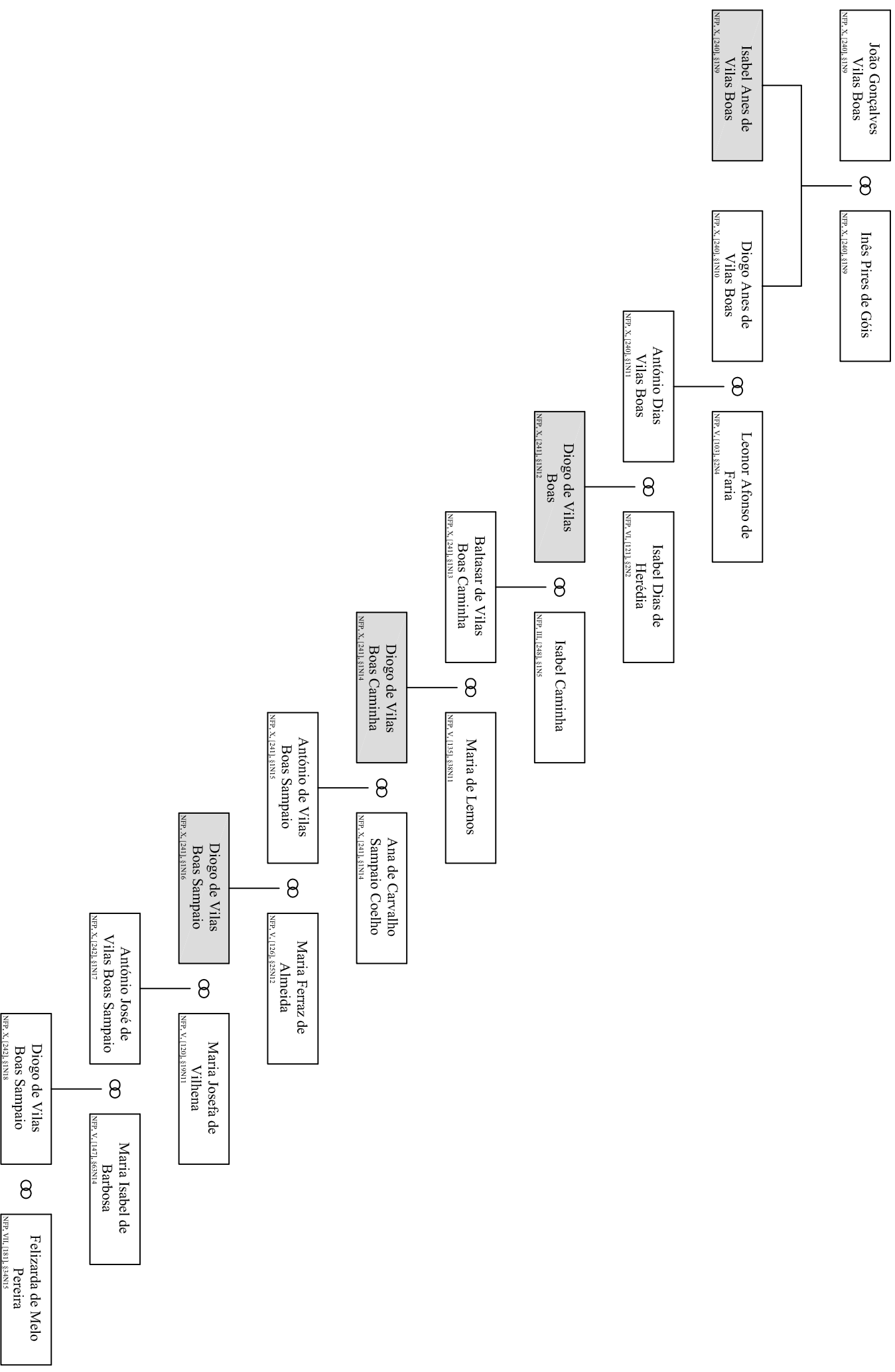
Levantamento da parede Sul do Claustro

Escala 1:100

Data: 20/09/2012

Autor: F. Faure

Anexo
VII.III.xii



CASA DE DEUS E DE HOMENS.
Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades.

Genealogia da Família Vila Boas
 A negrito, membros da família sepultados em Vilar de Frades

